

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA**

OCIMAR JOSÉ BAPTISTA BIM

**Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos
e soluções socioambientais**

**Versão corrigida, o exemplar original se encontra disponível no CAPH (Centro de Apoio
à Pesquisa Histórica) da FFLCH .**

**São Paulo
2012**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA**

**Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos
e soluções socioambientais**

Ocimar José Baptista Bim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sueli Angelo Furlan

Versão corrigida, o exemplar original se encontra disponível no CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH.

**São Paulo
2012**

Nome: Bim, Ocimar José Baptista

Título: Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Dedico esse trabalho à minha amada Margarete que, ao longo dos últimos 27 anos, sempre esteve comigo. Nosso começo de vida se mistura com o tema dessa pesquisa, já que enfrentamos juntos uma greve de fome, em apoio a um grupo de posseiros expulsos da terra, em Cascavel. Depois, quando se dispôs a largar tudo em Curitiba e ir junto comigo para a Intervalles onde essa história com as áreas protegidas começou. Lá é que a relação com esse tema tão apaixonante - gente e natureza – se aprofunda e me conduz a essa pesquisa.

Esta dedicatória é o mínimo que posso fazer pelo que representou para mim, nesse árduo processo, a minha conselheira, revisora, analista e companheiríssima. Sem ela, com certeza, não conseguiria chegar ao fim.

Querida e amada Marga, valeu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, a **Prof^ª. Dr^ª Sueli Angelo Furlan**, por sua paciência e apoio, e por ter dado a oportunidade de me aprofundar na geografia, campo do conhecimento que sempre fui apaixonado desde os tempos de colégio.

À minha família, a Marga e o João Pedro, meu filho, que além do apoio sentimental, me ajudaram na edição e traduções de textos e tudo mais; e à Elza, que já não está entre nós; os três que me aturaram quando tive de ficar confinado em casa para estudar. Eles foram o esteio que me manteve firme no propósito de ir até o fim nesta caminhada. Para quem estava há tanto tempo fora da universidade. Eles, mais do ninguém, sabem que foi uma tarefa muito árdua, mas prazerosa. Valeu Marga, João e Elza (em memória). À minha cunhada Vânia, pelo apoio, conversas e o envio de materiais para os estudos.

Agradeço ao meu companheiro e amigo de PEJ e PERT, o João Antônio Soares Neto “o João Timbuca”, o super-técnico (biólogo e técnico agrícola, em meio ambiente e florestal) pela compreensão, apoio na confecção dos mapas, nas andanças e discussões sobre o processo de criação e implantação do MOJAC, pelo dia a dia no PEJ e do PERT, uma figura que me ajudou muito a chegar até aqui.

À Julia Assis, que conheci durante a caminhada da dissertação e me ajudou a compreender melhor a ecologia da paisagem e me ajudou muito nesse trabalho. Aos meninos e meninas da geografia da FFLCH, Antônio, Manuela, Gabriela, Vitoria, Ana Paula, Marcio, Júlio, Cassio, Alex, Mauricio e Beatriz, pelo inestimável apoio na realização das entrevistas com os moradores, fundamentais para a dissertação. Ao Mauricio Marinho e a Kati Elisangela, pelo apoio e incentivo.

Aos meus queridos amigos do escritório da FF/IF de Registro, Wagner, Solange, Josenei, Helena, Domingos, Airton, Marcos e Maria pelo apoio, contribuições nas conversas, nos materiais cedidos para o trabalho e a compreensão desse processo que atravessei. E aos gestores Osmar, Mario, Isadora e Alineide pelo apoio nas informações e conversas.

Aos meus amigos do Cedro e da Capelinha, Janete, Atanil, Seu Fernando, Olentino, Mariano, Seu Carlos, Nicássio, Florisvaldo, seu Nilo, Osni (KojaK), seu Nelson, Seu Alcides e o Samuel, que também me ajudaram muito contando as histórias do PEJ.

Aos amigos da sede da Fundação Florestal, Kátia Pisciotta, Sandra Leite e Donizete Barbosa pelo apoio.

As amigas do Instituto Florestal Cristina e Sueli pelo apoio e incentivo

Ao amigo Roberto Resende, pelas reflexões e análises que trocamos ao longo desta jornada pelo Vale do Ribeira. Pela biblioteca cedida e todos os materiais e documentos de apoio.

Aos companheiros do STR de Cajati, do SINTRAVALÉ de Barra do Turvo e da COOPERAFLORESTA, pela disposição em contribuir com a minha pesquisa e que estiveram sempre prontos para colaborar com informações e debates sobre o tema. Aos conselheiros, lideranças das comunidades e bairros e os moradores do MOJAC, que sempre me atenderam prontamente durante todo o processo. Ao contar as suas histórias de vida, contribuíram muita para que eu pudesse montar esse quebra-cabeça que é o Jacupiranga, uma mistura de esperança, de tristezas, alegrias e muita luta.

Ao Manuel da Polícia Civil e o Cabo Donizete da Polícia Ambiental de Jacupiranga, pelo pronto atendimento dos meus pedidos de dados sobre a região

E a todos aos meus companheiros e amigos, que praticamente abandonei nesses últimos meses, pelo apoio que sempre me deram nessa caminhada..

RESUMO

BIM, J. B. Ocimar. Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Este trabalho teve por objetivo analisar o processo de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, no Vale do Ribeira, e seus impactos para a conservação e as comunidades locais envolvidas. A implantação de Mosaicos de Unidades de Conservação no Brasil é recente, está prevista na Lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e configura-se uma importante estratégia de gestão integrada de áreas protegidas. Geralmente, um mosaico é estabelecido junto a um conjunto de áreas pré-existentes. No entanto, a experiência vivenciada no antigo Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ) contradiz essa lógica por propor a implantação de um mosaico a partir da fragmentação de um Parque Estadual. Numa análise superficial, tal ação poderia ser interpretada como uma estratégia que compromete todo um sistema de conservação por possibilitar a transformação de uma Área Protegida, mais restritiva, em outras de categorias menos restritivas. No entanto, se consideradas as características do antigo Parque Estadual de Jacupiranga, como os equívocos da sobreposição em áreas com comunidades residentes, a falta de manejo adequado, os conflitos socioambientais, a falta de recursos financeiros e humanos - características comumente detectadas nas Áreas Protegidas do Brasil e agravadas no PEJ pela presença de 8.000 habitantes em mais de 30 bairros rurais existentes – constata-se que a criação do Mosaico foi, em conjunto com a participação das comunidades envolvidas, a melhor estratégia adotada para mediar conflitos e desenvolver estratégias de conservação. Tanto que a área original de 139.418,3 ha do PEJ se converteu - em decorrência de uma proposta pactuada com as comunidades - em um Mosaico de 243.885 ha, contendo três Parques Estaduais, com área de 154.872,17 ha, quatro Reservas de Desenvolvimento Sustentável, quatro Áreas de Proteção Ambiental e uma Reserva Extrativista com área de 89.013,61 ha. Como resultado deste processo, houve o aumento em mais de 15 mil ha de área de proteção integral e a criação de várias unidades de uso sustentável, possibilitando a permanência das populações tradicionais no local, de forma organizada, e sem a pressão de estarem ocupando um Parque “onde tudo é proibido”. Se, por um lado, a criação do antigo Parque Estadual de Jacupiranga seguiu o pressuposto da separação entre sociedade e natureza,

não levando em conta a presença humana na área, a criação do Mosaico vem desencadeando um processo de abertura de diálogo e de espaços de participação das comunidades, possibilitando a construção de acordos e consensos para um ordenamento territorial que viabilize a conservação e o desenvolvimento local. De Território do medo para Território de Direitos, Trabalho e Cidadania. Este é o desafio que vive agora o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, nesta fase de implantação e que esta pesquisa investigou.

Palavras Chave: Mosaico; Unidades de Conservação; Território; Comunidades Tradicionais; Participação; Conflitos; Políticas Públicas.

ABSTRACT

BIM, J.B. Ocimar. Mosaic of Jacupiranga - Ribeira's Valley (Vale do Ribeira), São Paulo: conservation, conflicts and solutions social and environmental. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The present paper has the objective of analyzing the process of creation of the Conservation Units Mosaic of Jacupiranga, on Ribeira's Valley and its impacts over conservation and local communities involved. The implantation of Conservation Units Mosaics is recent in Brazil, as prescript on the decree that created the National Conservation Units System (SNUC), and appears as an important strategy for the integrated management of protected areas. Usually, a mosaic is established within a complex of pre-existing protected areas. But what happened with the early State Park of Jacupiranga contradicts this logic by proposing the creation of a mosaic with the split area of a State Park. In a superficial analysis, this procedure may be interpreted as a strategy that compromises a whole conservation system by allowing the turning of a Protected Area into many less restrictive areas. However, if considered the characteristics of the early State Park of Jacupiranga, like mistakes on placing restrictive areas over traditional communities, the lack of adequate management and financing, the social-environmental conflicts - characteristics often seem in Brazilian Protected Areas and aggravated on the State Park of Jacupiranga by the presence of more than 8.000 inhabitants spread through more than 30 rural villages - it is clear that the creation of the Mosaic was, along with the participation of the involved communities, the best strategy that could be taken to mediate conflicts and develop conservation strategies.. The original 139.418,3 ha area of the State Park of Jacupiranga turned into a 243.885 ha Mosaic, containing three State Parks on an area of 154.872,17 ha, four Sustainable Development Reserves, four Environmental Protection Areas and a Extractive Reserve embracing together a 89.013,61 ha area. As a result of the process, there was a raise of more than 15 thousand ha on full protection areas and the creation of many sustainable use unities, allowing the permanency of the local traditional populations, on a organized way and without the pressure of occupying a Park where "everything is forbidden". Though the creation of the State Park of Jacupiranga followed the tendency of separating nature and society, not considering the human presence on the area, the creation of the Mosaic has been leading to the dialogue between the state government and the communities, allowing the making of agreements and the reach of consensus for a territorial organization that makes conservation and local development

simultaneously possible. From a Territory of Fear to a Territory of Rights, Work and Citizenship. This is the challenge that the Conservation Units Mosaic of Jacupiranga faces now in its implantation stage and that this research investigated.

Key words: Mosaic; Conservation Unities; Territory; Traditional Communities; Participation; Environmental conflicts; Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Localização da área de estudo.....	19
Figura 02- Mapa do PEJ com a área de 139 mil ha.....	27
Figura 03- Mapa dos Povos do MOJAC	48
Figura 04- Mapa do PEJ, com a BR-116 e as ocupações	84
Figura 05- Processo de mobilização para a criação do MOJAC	91
Figura 06- Mapa do MOJAC, sobreposto à proposta da EE do Ariri	93
Figura 07- Mapa do MOJAC indicando as áreas incorporadas e excluídas.....	96
Figura 08- Mapa Geral do MOJAC.....	100
Figura 09- Mobilização das comunidades para implantação do Mosaico.....	122
Figura 10- Mosaico de imagens dos Povos do Mojac	162
Figura 11- Relação Proporção Habitats - Conectividade - Fragmentos	231
Figura 12- Mapa de uso da Terra do Mosaico.....	234
Figura 13- Mapa das classes e tamanho dos fragmentos.....	238
Figura 14- Ocupação do núcleo Cedro do PERT por Moradores.....	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Índice Paulista de Responsabilidade Social – Ano de 2008	25
Tabela 02- Unidades de Conservação de Uso Sustentável	99
Tabela 03- Unidades de Conservação de Proteção Integral	99
Tabela 04- Local geral das entrevistas	125
Tabela 05- Faixa etária dos entrevistados	126
Tabela 06- Nível de escolaridade dos entrevistados	127
Tabela 07- Profissão dos entrevistados	127
Tabela 08- Classes de rendimento	128
Tabela 09- Situação do sistema de esgotamento sanitário	130
Tabela 10- Situação do sistema de abastecimento de água	130
Tabela 11- Origem dos moradores	132
Tabela 12- Motivos para a moradia no local	133
Tabela 13- Percepção dos moradores sobre o lugar onde vivem	134
Tabela 14- Motivos para que os filhos permaneçam ou não morando no local	134
Tabela 15- Problemas enfrentados para trabalhar a terra	135
Tabela 16- Resolução dos problemas	136
Tabela 17- Conhecimento sobre a mudança de Parque para Mosaico	137
Tabela 18- Entendimento dos moradores sobre o Mosaico	138
Tabela 19- Diferença entre ser um Parque ou Mosaico	139
Tabela 20- O que mudou com o Mosaico	140
Tabela 21- Mudanças no trabalho	141
Tabela 22- O que não podia fazer no Parque	141
Tabela 23- O que pode se fazer no Mosaico	142
Tabela 24- Funcionamento do Mosaico na prática	142
Tabela 25- Sobre o funcionamento do Mosaico	143
Tabela 26- O que melhorou com o Mosaico	144
Tabela 27- O que piorou com o Mosaico	145
Tabela 28- O que deveria ser feito para melhorar	145
Tabela 29- O que não é bom para a natureza	146
Tabela 30- Conjunto de respostas sobre danos causados ao meio	147
Tabela 31- Ações em favor da natureza	148
Tabela 32- Motivo de participação nas reuniões dos Conselhos	149
Tabela 33- Qualidade das informações sobre o Mosaico	151
Tabela 34- Sobre os esclarecimentos da criação do Mosaico	151
Tabela 35- Informações que faltaram no processo	152
Tabela 36- Motivos da participação	153
Tabela 37- Opinião sobre as reuniões de criação do Mosaico	154
Tabela 38- Se outros moradores participaram das reuniões	155
Tabela 39- O que os moradores falam sobre o Mosaico	155
Tabela 40- Tipo de Autuação e Porcentagem que Representam	212
Tabela 41- Requerimentos com pedido para as atividades dos moradores	215
Tabela 42- Classes – números e tamanho dos fragmentos	239

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Categorias de unidades de conservação criadas pelo SNUC _____	77
Quadro 02 - Mosaicos oficialmente reconhecidos no Brasil até agosto de 2010. _____	80
Quadro 03 - Mosaicos em processo de discussão ou de reconhecimento no Brasil, identificados até agosto de 2010. _____	81
Quadro 04 - Participantes formais e convidados do Grupo de Trabalho _____	88
Quadro 05- Principais demandas, desafios e conflitos nas APAs _____	106
Quadro 06 - Principais demandas, desafios e conflitos na RDS Barreiro/Anhemas _____	108
Quadro 07 - Principais demandas, desafios e conflitos na RDS _____	109
Quadro 08 - Principais demandas, desafios e conflitos _____	111
Quadro 09 - Principais demandas, desafios e conflitos _____	112
Quadro 10 - Principais demandas, desafios e conflitos _____	113
Quadro 11 - Principais demandas, desafios e conflitos _____	116
Quadro 12 - Principais demandas, desafios e conflitos _____	117
Quadro 13 - Representantes da Sociedade Civil nos Conselhos Deliberativos e Consultivos das UCs _____	168
Quadro 14 - Representantes dos Órgãos Governamentais nos Conselhos Deliberativos e Consultivos das UCs _____	170
Quadro 15- Resultado da análise de conteúdo das ATAS/PEJ _____	173
Quadro 16- Resultado da análise de conteúdo das ATAS/PERT _____	179
Quadro 17- Resultado da análise de conteúdo das ATAS/RDS _____	185
Quadro 18- Escada dos níveis de Participação de Arnstein _____	209
Quadro 19- Agrupamento das Classes de Uso da Terra _____	233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Apresenta as áreas recategorizadas, excluídas e incorporadas	101
Gráfico 02- Relação de bairros e número de entrevistas por bairro	124
Gráfico 03- Situação dos domicílios com energia elétrica	129
Gráfico 04- Situação dos Problemas Ambientais	148
Gráfico 05- Da participação nas reuniões do conselho	149
Gráfico 06- Do acesso a informações sobre o Mosaico	150
Gráfico 07- Da participação no processo do Mosaico.....	153
Gráfico 08- Informação se outros moradores participaram do processo.....	154
Gráfico 09- Autuações da Polícia Ambiental e dos Guarda-Parques	210
Gráfico 10- Autuações realizadas pela equipe de fiscalização do Parque.....	211
Gráfico 11- Tipo de autuação e porcentagem.....	212
Gráfico 12- Pedidos de autorizações para atividades nos sítios	215
Gráfico 13- Autorizações por ano	217
Gráfico 14- Tipo de Autorizações e Porcentagem.....	217
Gráfico 15- Tipos de usos mais representativos no MOJAC	235
Gráfico 16- Área total e respectiva cobertura vegetal em cada Parque Estadual	236
Gráfico 17- Área total e respectiva cobertura vegetal de cada UC de Uso Sustentável, sem a APA Quilombos do Médio Ribeira.	236

LISTA DE SIGLAS

ALESP- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
AMOANCO- Associação dos Monitores Ambientais de Cananeia
APA- Área de Proteção Ambiental
APA CIP- Área de Proteção Ambiental de Cananéia- Iguape -Peruíbe
APA PT - Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo
APA RVP- Área de Proteção Ambiental Rios Vermelho e Pardinho
BIRD- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CATIVAR- Cooperativa de Assessoria Técnica Integral do Vale do Ribeira
CDB- Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEDAVAL- Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira
CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEPHAAT- Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
COOPERAFLORESTA- Associação dos Agricultores Agroflorestais de Adrianópolis e Barra do Turvo
CUT- Central Única dos trabalhadores
EE- Estação Ecológica
EEJI- Estação Ecológica Jureia Itatins
FBCN- Fundação Brasileira de Conservação da Natureza
FF- Fundação Florestal
FUNATURA- Fundação Pró-Natureza
FUNBIO- Fundo Nacional de Biodiversidade
GT- Grupo de Trabalho
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESC- Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira
IF- Instituto Florestal
ISA- Instituto Socioambiental
ITCP- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITESP- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo,
IPRS- Índice Paulista de Responsabilidade Social
LCB- Laboratório de Climatologia e Biogeografia
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MOAB- Movimento dos Ameaçados pelas Barragens
MOJAC- Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga
ONG- Organização Não Governamental
ONU- Organização das Nações Unidas
PE- Parque Estadual
PACI-VR- Programa de Ação Comunitária do Vale do Ribeira
PECB- Parque Estadual de Carlos Botelho
PECD- Parque Estadual Caverna do Diabo
PEJ- Parque Estadual do Jacupiranga
PELC- Parque Estadual do Lagamar de Cananeia
PERT- Parque Estadual do Rio Turvo
PETAR- Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira
PGE- Procuradoria Geral do Estado
PNMA Programa Nacional para a Mata Atlântica
PNPCT- Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPMA- Projeto de Preservação da Mata Atlântica
PR- Paraná
PROBIO- Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica
PROLEITE- Associação dos Produtores de Leite do Vale do Ribeira
PROTER- Programa da Terra
RA- Região Administrativa
RAP- Relatório Ambiental Preliminar
RBMA- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REBRAF- Rede Brasileira Agroflorestal
RESEX- Reserva Extrativistas
RDS- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RDS BA- Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Barreiro/Anhemas
RDS QBT- Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo
RDS Pinh.- Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Pinheirinhos
SAA-SP- Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEMA- Secretaria Especial de Meio Ambiente
SIEFLOR- Sistema Estadual de Florestas
SINTRA VALE- Associação Sindical dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOS- Mata Atlântica- Fundação SOS Mata Atlântica
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati
UCs- Unidades de Conservação
UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza
UIPN- Fundação União Internacional para a Proteção da Natureza
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE- Universidade do Oeste do Paraná
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CAPITULO 1 – TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA	17
1.1- APRESENTAÇÃO	17
1.2- ÁREA DE ESTUDO	19
1.2.1- O Vale do Ribeira	19
1.2.2- O município de Barra do Turvo	22
1.2.3- O município de Cajati	24
1.3- SITUAÇÃO DE PESQUISA	26
1.4- OBJETIVO GERAL	35
1.4.1- Objetivos Específicos	35
1.5- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	36
1.6- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
1.7- OS CAMINHOS DA PESQUISA	61
CAPÍTULO 2 - OS MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	70
2.1- BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	70
2.2- OS MOSAICOS NO BRASIL	78
2.3- OS MOSAICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	81
2.4- O MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO JACUPIRANGA	83
2.5- A IMPLANTAÇÃO DO MOSAICO DO JACUPIRANGA	99
CAPÍTULO 3 – DE PARQUE A MOSAICO: AS COMUNIDADES E A RECATEGORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	123
3.1- ENTREVISTAS COM MORADORES	123
3.2- OS CONSELHOS E SEUS REPRESENTANTES	160
3.3- ANÁLISE DAS ATAS DO PEJ, PERT E RDS	171
3.4- ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS DO MOSAICO	198
3.5- INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO, ACORDOS E LICENCIAMENTO: CONTRIBUIÇÃO PARA SUPERAÇÃO DE CONFLITOS	210
CAPÍTULO 4- DE PARQUE A MOSAICO: O ESTADO DA CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DO MOSAICO	221
4.1- O DOMÍNIO DA MATA ATLÂNTICA	221
4.2- CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DO MOSAICO	226
4.3- ECOLOGIA DA PAISAGEM: FRAGMENTAÇÃO E CONECTIVIDADE	230
CONCLUSÕES	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248
ANEXOS	259
Anexo 01- ENTREVISTA 1- Gestores	259
Anexo 02- ENTREVISTA 2- Lideranças	260
Anexo 03- ENTREVISTA 3- Comunidade	261
Anexo 04 -Carta dos Moradores do Parque Estadual do Rio Turvo e Parque da Caverna do Diabo	264
Anexo 05 - TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL	266

CAPITULO 1 – TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1- APRESENTAÇÃO

Começando o que já havia começado

Era o ano de 1988 - vinte e quatro anos atrás. Uma equipe de jovens extensionistas - recém-formados e vindos de várias regiões do estado de São Paulo - iniciava a execução de um projeto inovador no Vale do Ribeira: a promoção de ações comunitárias tendo como espaço institucional de atuação o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL). Neste local, posseiros, migrantes e moradores tradicionais de toda a região tiveram a oportunidade de vivenciar o Programa da Pedagogia da Alternância, com formação política e técnica visando a atuação como agentes editores em suas comunidades.

Entre os participantes dos programas desenvolvidos formaram-se, na época, diversos jovens e agricultores familiares que, décadas e muita luta depois, transformaram-se nas principais lideranças das comunidades tradicionais hoje envolvidas com o tema desta pesquisa. O trabalho de extensão rural desenvolvido no CEDAVAL marcou o início da minha relação afetiva e profissional com o Vale do Ribeira, que se desenrola até hoje.

A vinda para a região foi determinada por um processo histórico que se inicia quando era estudante do curso de Engenharia Agrícola na antiga Faculdade FECIVEL – hoje Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Cascavel, estado do Paraná. Militante do movimento estudantil, fortaleci os laços de amizade e ideais com outras jovens lideranças do movimento no Estado e que, anos depois, me convidariam a integrar a equipe de extensionistas que atuaria no Programa de Ação Comunitária do Vale do Ribeira (PACI-VR), desenvolvido no CEDAVAL.

Após este período, minha convivência com o Vale do Ribeira e sua gente seria retomada com a atuação como técnico na área de manejo da antiga Fazenda Intervalles – que depois seria transformada em Parque Estadual Intervalles, no qual fui responsável pela direção; como diretor da Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA-CIP) e como pesquisador científico do Instituto Florestal, designado para o antigo Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), onde assumi a gestão do Núcleo Cedro no período de 2004 a 2008. Foi neste período que se desencadeou a transformação do PEJ em um Mosaico de Unidades de Conservação, do qual faz parte o Parque Estadual do Rio Turvo (PERT), unidade

na qual atuei como gestor até o início do primeiro semestre de 2012 e para a qual retornei recentemente na função de pesquisador científico.

Durante todo este percurso, meu trabalho esteve sempre permeado pela reflexão sobre as questões relacionadas à conservação e à relação sociedade-natureza e pela ação pautada no diálogo, na gestão participativa, na valorização dos fóruns de discussão, no respeito à diversidade, no enfrentamento aos conflitos e na busca de alternativas e propostas que pudessem garantir a conciliação entre a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas e a conservação dos recursos naturais protegidos pelas unidades de conservação.

Mas foi diante da complexa situação existente na área de abrangência do PEJ/PERT que esta reflexão-ação foi aprofundada. E foi na área do PEJ/PERT que tive também a oportunidade de reencontrar diversas lideranças de comunidades tradicionais do Vale que haviam participado dos programas de extensão no antigo CEDAVAL e que lutavam naquele momento para garantir a permanência da população local no Território regido por um Parque.

Como pesquisador-gestor do PEJ/PERT fiz parte desta caminhada que reuniu muitas e diversas gentes, provocou debates e embates, gerou expectativas e frustrações e que desembocou na transformação do antigo Parque Estadual de Jacupiranga em um Mosaico de Unidades de Conservação, uma nova figura jurídica construída a muitas mãos e que passa agora pelo desafio de ser implantada de fato. É este processo - desencadeado e ainda em construção – sobre o qual dediquei meus estudos nos últimos anos, resultando nesta pesquisa ora apresentada.

1.2- ÁREA DE ESTUDO

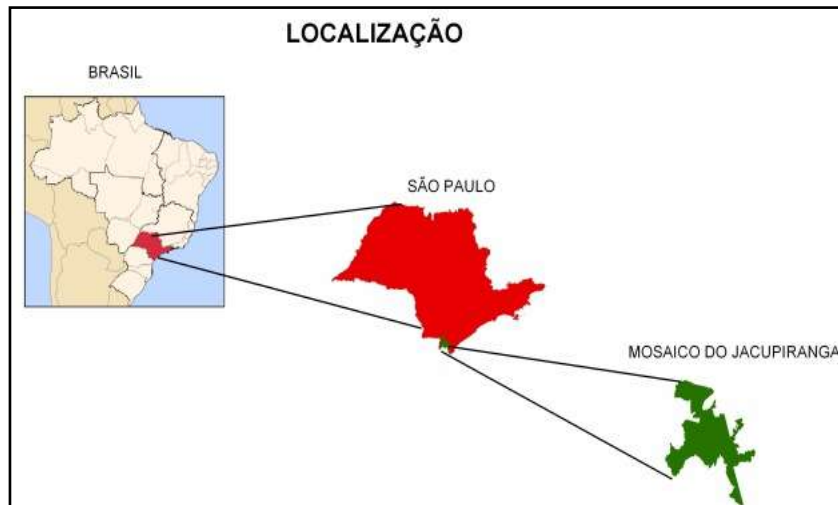


Figura 01 Localização da área de estudo

1.2.1- O Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira é uma das mais antigas regiões de colonização do País. A região é cortada pelo Rio Ribeira de Iguape e forma um polígono irregular localizado no Sudeste do Estado de São Paulo, com 1,7 milhões de ha entre o oceano Atlântico e a Serra do Mar e corresponde a 10% da área territorial do Estado de São Paulo. O clima é tropical úmido e com alta precipitação anual média (PETRONE, 1958).

Apesar de estar localizada no Estado mais desenvolvido do País e de fazer limite com regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Curitiba, em função das suas características ambientais e de definições geopolíticas, ficou relativamente excluída dos processos de desenvolvimento econômico e da urbanização ocorridos no restante do Estado, e não participou dos principais períodos da economia paulista (BRAGA, 1998; ÂNGELO e SAMPAIO, 1995; MÜLLER, 1980). Seu papel nesta economia foi prioritariamente de fornecedor de alimentos a baixo custo para as cidades (particularmente arroz e banana) e também como reserva de terras e de mão de obra. Assim, chegou ao século XXI com uma cobertura expressiva de remanescentes de Mata Atlântica da ordem de 60% de cobertura da região, além da permanência de comunidades tradicionais quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, caboclas entre outras, cujo modo de vida implica estreita relação com o ambiente natural.

A população totaliza pouco mais de 430 mil habitantes, representando menos de 1% da população total do Estado. Como citado anteriormente, habitam o território várias comunidades remanescentes de quilombos (quilombolas), populações de pequenos agricultores (camponeses/ribeirinhos), caiçaras e grupos indígenas cuja característica

essencial é o cultivo itinerante de roças de “coivara” (derrubada e queima da floresta para subsequente plantio), a extração de recursos florestais (com destaque para o palmito Juçara), o cultivo de banana e hortifrutigranjeiros. A economia dessas comunidades rurais é baseada num sistema de complementaridade, com atividades ligadas à agricultura, extrativismo, artesanato, turismo e serviços (IDESC, 2009).

Do ponto de vista social, a região demonstra grandes disparidades em relação a outras regiões do Estado. As altas taxas de mortalidade infantil, a grande concentração de pobreza, a falta de regularização fundiária e infraestrutura precária de estradas, de moradias e de saneamento básico revelam grandes problemas sociais. (IDESC, 2006 e 2009).

Do ponto de vista econômico, o processo de concentração das terras é bastante acentuado. A questão fundiária na região foi marcada por violentos conflitos, resultado do processo de concentração de terras em latifúndios improdutivos, ao lado de grande número de minifúndios (IDESC, 2006). Estudos científicos e governamentais indicam que cerca de um milhão de hectares estão envolvidos com alguma forma de conflito fundiário. Verifica-se, ainda, que o grau de concentração está se elevando nas últimas décadas, o que torna a situação ainda mais crítica, demonstrando que a pequena propriedade vem sendo apoderada pelas grandes (RESENDE, 2001). A criação das unidades de conservação acentuou os problemas fundiários na região pela falta de regularização fundiária.

Os imóveis com área inferior a 50 ha, agrupados, representam 81% do total de propriedades ocupando 20% da área, e os com área maior de 500 ha representam 1,8% do total e ocupam 44% de toda área. No MOJAC 85% dos imóveis têm até 50 ha representando 12% da área. (PERT, 2010).

A região foi extremamente carente quanto à infraestrutura, especialmente viária, até a década de 1960, o que demonstra séculos de abandono, não sendo contempladas com políticas públicas que pudessem contribuir para a integração da região ao próprio Estado de São Paulo. No entanto, a construção da rodovia BR-116, no final dos anos 1950, foi a principal intervenção estatal na região e a maior indutora dos processos de mudança na sua estrutura econômica e na rede urbana.

Após a implantação da rodovia, deu-se o avanço da especulação imobiliária, quando foram divulgados, nos jornais de São Paulo, anúncios de terras localizadas ao longo do eixo viário (IBAMA, 1998, p.13). Na década seguinte, os governos implementam tentativas de diminuir seu isolamento. Com a instalação do sistema energético em toda a região e a melhora do sistema viário, o Vale passou a ser considerado atrativo do ponto de vista econômico, graças à grande extensão de terras baratas, aliada à abundante mão de obra alheia às

conquistas sindicais de outras regiões do Estado. Essa integração parcial acabou resultando na diminuição das culturas temporárias que visavam o mercado interno e o aumento de algumas culturas comerciais, tais como a banana (IBAMA, 1998, p.13).

A região possui o maior índice de cobertura vegetal natural do Estado, onde 1,2 milhões de hectares são de nítida vocação florestal (LEPSCH, 1990). No Vale do Ribeira estão concentrados os mais importantes remanescentes de florestas em área contínua dos ecossistemas da “Mata Atlântica”, hoje reconhecida mundialmente. As Matas Atlânticas abrangem uma tipologia que varia desde a floresta tropical de altitude aos mangues e restingas. Há uma certa aptidão para a agricultura e pecuária, mas com muitas restrições. Apesar do grande contínuo de florestas, o desmatamento é uma preocupação. Estudos realizados em 1992 indicam que as matas ocupavam 62% do território (SMA, 1992).

Esse contínuo de vegetação assim como várias áreas adjacentes, apresenta grande diversidade estrutural, ou seja, grande diversidade e zonação de ambientes e, conseqüentemente alto nível de biodiversidade, incluindo níveis genéticos de espécies, de comunidades e ecossistemas, bem como a presença de espécies-chaves e endêmicas de fauna e flora, que requerem todos os esforços para a sua conservação.

Desde 1958 e de forma mais intensa nas décadas de 1970 e 1980, os esforços preservacionistas levaram à criação de Unidades de Conservação que impediram que uma grande quantidade de área florestal fosse derrubada de forma predatória para a exploração econômica. No Vale do Ribeira, cerca de 64% da Mata Atlântica encontram-se em áreas de proteção, incluindo as de proteção integral, que devem ser de domínio público, e as de uso sustentável, que são categorias que permitem algum uso, mas mantêm o uso privado, público ou coletivo da terra.

No entanto, essa mesma política de proteção ambiental restringiu as comunidades locais ao uso da terra e dos recursos, impedindo-a de exercer suas atividades agrícolas e extratoras, sem lhes proporcionar alternativas de geração de renda ou mecanismos compensatórios. Tal ação, que afastou da população local do processo de preservação do meio ambiente, se coloca na contramão de diversas experiências cujo êxito na conservação ambiental dependeu da cooperação das comunidades locais (MENDES JR, 2007, p.61).

O elo mais fraco desta corrente são os pequenos agricultores, em geral posseiros e moradores das regiões mais afastadas, nas terras declivosas e de baixa fertilidade natural. Em muitos casos, são áreas com restrições de caráter ambiental, principalmente relativas às legislações dos Parques ou outras UCs. O processo de incorporação do Vale do Ribeira à economia nacional, a partir da década de 1960, levou à intensificação da mercantilização da

agricultura, transformação das técnicas de produção nativas, criando demandas para insumos e implementos agrícolas. Ao mesmo tempo se acelerou o processo de incorporação das pequenas parcelas de terra constituídas como unidade de produção familiar sob o regime de posse pelos grandes latifúndios ou empresas rurais. Diante disto, ocorrem dois movimentos: ou os pequenos agricultores deixam o campo em direção aos centros urbanos; ou avançam para áreas marginais menos aptas à agricultura, inclusive para as áreas de parques e reservas ocasionando outros problemas.

A resolução da questão fundiária, portanto, é essencial: enquanto não se resolver o problema da titulação das terras do Vale do Ribeira, a questão dos direitos das populações que já se encontram dentro das áreas de parques e de proteção ambiental (muitos das quais já se encontravam antes de terem sido decretadas) continuará sendo o entrave fundamental a toda e qualquer ação do poder público na região com vistas à implantação de uma política de desenvolvimento sustentável (IDESC, 2006).

Deste modo, as questões ambientais interferem diretamente nos diversos setores da economia, principalmente a agricultura, exigindo a busca de consensos entre a produção e a conservação ambiental.

Este cenário é generalizado, mas neste estudo a área de abrangência encontra-se nos municípios de Barra do Turvo e Cajati, cujas características serão detalhadas a seguir.

1.2.2- O município de Barra do Turvo

Território e População

Barra do Turvo é um município relativamente extenso (1.007,3 km²), porém pouco populoso (8.252 habitantes). Enquanto o território desse município representa 8,3% da sua Região de Governo (RG de Registro), a sua população corresponde a apenas 2,9% desta Região de Governo. Desse modo, a densidade demográfica de Barra do Turvo mostra-se muito baixa (8,2 hab./km²), bem menor que a do Estado de São Paulo (165,75 hab./km²).

O pequeno contingente populacional de Barra do Turvo se concentra na área rural. O grau de urbanização é de apenas 35,5%, contra 93,4% do Estado. O crescimento populacional também é baixo. Entre 2000 e 2008, a população desse município cresceu apenas, em média, 0,2% ao ano, enquanto a população do Estado 1,3% (SEADE, 2012).

O município conta com várias Unidades de Conservação, sendo dois Parques Estaduais, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Três Áreas de Proteção Ambiental, o que corresponde a mais de 70% do território do município e lhe proporciona mais de R\$ 3 milhões de ICMS Ecológico por ano (SMA, 2012).

Indicadores de Condições de Vida

Esta análise foi feita a partir do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)¹, que sintetiza os dados socioeconômicos dos municípios paulistas e abrange três dimensões². No ano de 2008, o município estava classificado no Grupo 5 do IPRS³. Isso porque o indicador de Longevidade se deteriorou nesse período, atingindo o valor de 58, ou seja, Barra do Turvo é um município de baixa longevidade (para média longevidade seria necessário obter o valor médio de 71 anos).

Além disso, na dimensão Riqueza, o limite superior de renda da faixa dos municípios com o status de “baixa riqueza” foi de 45 em 2006 e Barra do Turvo caiu de 24 em 2006 para 21 em 2008, o que contribuiu para manter o município no Grupo 5. Na dimensão Escolaridade, embora tenha havido um grande avanço nesse período, o município também foi situado entre os de “Baixa Escolaridade” - seria preciso obter o valor de 65 para ser considerado de “média escolaridade” e o município atingiu apenas o valor 55². Barra do Turvo teve seus indicadores agregados de riqueza e longevidade diminuídos, em oposição ao melhor desempenho na escolaridade. Em termos de dimensões sociais, os níveis de longevidade e de escolaridade ficaram abaixo da média do Estado.

Observe-se pela Tabela 01 que, no IPRS, Barra do Turvo apresenta indicadores piores que a Região de Governo de Registro em todas as dimensões e substancialmente piores dos que a média do Estado de São Paulo.

Em relação ao Estado de São Paulo, que possui 645 municípios, o município de Barra do Turvo encontra-se nas seguintes posições: 633^a na dimensão Riqueza; 629^a em Longevidade; e 608^a na dimensão Escolaridade (SEADE, 2012).

¹O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) sintetiza a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade e, quando combinados, geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos (SEADE, 2009).

² **Indicador de Riqueza:** O indicador sintético de riqueza municipal consiste na combinação de quatro variáveis: consumo anual de energia elétrica residencial por ligação; consumo anual de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligação; valor adicionado fiscal per capita; e remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público. O indicador varia de 0 a 100, em que 0 representa a pior situação no indicador e 100, a melhor.

Indicador de Longevidade: O indicador sintético de longevidade compõe-se da combinação de quatro taxas de mortalidade: mortalidade perinatal, infantil, de pessoas de 15 a 39 anos e de pessoas de 60 anos e mais. O indicador varia de 0 a 100, em que 0 representa a pior situação no indicador e 100, a melhor.

Indicador de Escolaridade: O indicador sintético de escolaridade resulta da combinação de quatro variáveis: percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo, percentual de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo, percentual de crianças de 5 a 6 anos que frequentam pré-escola. O indicador varia de 0 a 100, em que 0 representa a pior situação no indicador e 100, a melhor (SEADE, 2009).

³ Grupo 5: Municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais (SEADE, 2009).

1.2.3- O município de Cajati

Território e População

Cajati está situado em uma área geográfica de 454,9 km², com uma população de 29.565 habitantes, e apresenta uma baixa densidade demográfica: 65 hab/km². A densidade demográfica do Estado de São Paulo é de 165,75 hab/km² (SEADE, 2012).

A população de Cajati se concentra na área urbana. O grau de urbanização é de 71,8% enquanto que no Estado é de 93,4%. O crescimento populacional é baixo. Entre 2000 e 2008, a população desse município cresceu apenas, em média, 0,2% ao ano, enquanto a população do Estado de São Paulo, 1,3% (SEADE, 2012).

Indicadores de Condições de Vida

Nos anos de 2004⁴ e de 2006, Cajati estava classificado no último grupo de municípios (*Grupo 5: Municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais*), principalmente em função dos indicadores de riqueza e de escolaridade, bastante inferiores aos do Estado de São Paulo.

No ano de 2008, registrou avanço na área social e foi classificado no grupo 4 (*Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade*), em relação ao período anterior.

O limite máximo da faixa de valores para ser considerado um município de “baixa riqueza” era 45 em 2006 e Cajati atingiu apenas 35 e se manteve em 35 em 2008. Na dimensão Longevidade, Cajati atingiu o valor de 73, ultrapassando o limite para longevidade, pois os níveis de mortalidade reduziram-se, igualando o escore de longevidade à média estadual e melhorando a posição do município nesse *ranking*. Na dimensão escolaridade somou um ponto nesse escore e manteve-se abaixo da média estadual. Contudo, manteve esta condição nesse *ranking* no período (SEADE, 2012).

No âmbito do IPRS, o município registrou avanços nos indicadores de longevidade e escolaridade e manteve estável seu escore de riqueza. Em termos de dimensões sociais, o nível de longevidade igualou-se à média do Estado, porém o de escolaridade ficou abaixo desse valor (SEADE, 2012).

⁴A análise utiliza o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) que sintetiza a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos (SEADE, 2009).

Em relação ao Estado de São Paulo, o município de Cajati encontra-se nas seguintes posições: 466^a na dimensão Riqueza; 286^a em Longevidade; e 577^a na dimensão Escolaridade.

Condições de Vida nos municípios de Barra do Turvo e Cajati em comparação com a Região e o Estado de São Paulo

A tabela 01 a seguir apresenta a situação das condições de vida no Estado de São Paulo, na Região Administrativa de Registro e nos municípios da área de estudo: Barra do Turvo e Cajati, conforme o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que sintetiza os dados socioeconômicos dos municípios paulistas e é constituído pelas dimensões Riqueza, Longevidade e Escolaridade, descritos nos itens anteriores (SEADE, 2012).

Tabela 01- Índice Paulista de Responsabilidade Social – Ano de 2008

Indicadores	IPRS Grupos	Riqueza Municipal	Longevidade	Escolaridade
Estado de São Paulo		58	73	68
Região Administrativa de Registro		34	69	62
Cajati	4	35	73	59
Barra do Turvo	5	21	58	55

Os dados confirmam o diagnóstico sobre as condições socioeconômicas da região do Vale do Ribeira, que apresenta os piores indicadores do Estado de São Paulo. Dentre as três dimensões do IPRS, a Região Administrativa de Registro apresenta a pior situação nos indicadores de Riqueza e de Escolaridade. Os dois municípios da área de estudo apresentam índices abaixo dos verificados para a região, exceto Cajati, no índice Riqueza (um pouco acima da região), porém bem abaixo do Estado, enquanto que nos outros índices a situação apresentada fica abaixo da região. Os dados confirmam que a situação na área de estudo é ainda pior do que a encontrada na região que, por sua vez, apresenta os piores indicadores em relação ao Estado (IDESC, 2009).

É nesta região e, especificamente, nestes dois municípios que as comunidades mantêm, em maior ou menor intensidade, contatos e intercâmbio econômico e social, se relacionam, trabalham a terra, produzem alimentos, consomem e comercializam a sua produção, praticam o extrativismo, utilizam os sistemas de transporte, educação e saúde, enfim, é nesta porção do Estado que eles constroem suas identidades com o lugar⁵.

É neste território que vive a maioria dos sujeitos sociais que participaram e ainda participam de todo o processo territorial que transformou o antigo Parque Estadual de

⁵ Lugar aqui utilizado com o sentido de pertencer, vincular-se, construir um imaginário socioambiental e território como uso, campo de forças políticas e sociais.

Jacupiranga – uma das principais Unidades de Conservação que integravam a região – em um Mosaico de Unidades de Conservação, cuja análise do processo de criação e implantação é o foco desta pesquisa.

1.3- SITUAÇÃO DE PESQUISA

O Parque Estadual de Jacupiranga

O Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), área considerada como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica desde 1993 (UNESCO, 2005) e Sítio do Patrimônio Mundial Natural (UNESCO, 1999), foi criado em 1969 através de um Decreto-Lei, abrangendo uma área de 150 mil hectares⁶ distribuídos por 06 municípios do Vale do Ribeira: Barra do Turvo, Cananéia, Cajati, Iporanga, Eldorado e Jacupiranga (Figura 02).

⁶Em 2001, a área do PEJ foi modificada através da Lei n.º 10.850, que alterou os limites dos Parques Estaduais de Jacupiranga e Intervales, visando o reconhecimento do domínio das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos - artigo 68 da Constituição Federal. De autoria do deputado Renato Simões, a Lei reconheceu três Territórios Quilombolas nos municípios de Eldorado e Iporanga: Sapatu, Inhinguara e André Lopes, localizados na região da Caverna do Diabo. O PEJ teve uma redução de 11 mil ha em relação à sua área original, passando a contar com uma área total de 139 mil ha (São Paulo, 2001).

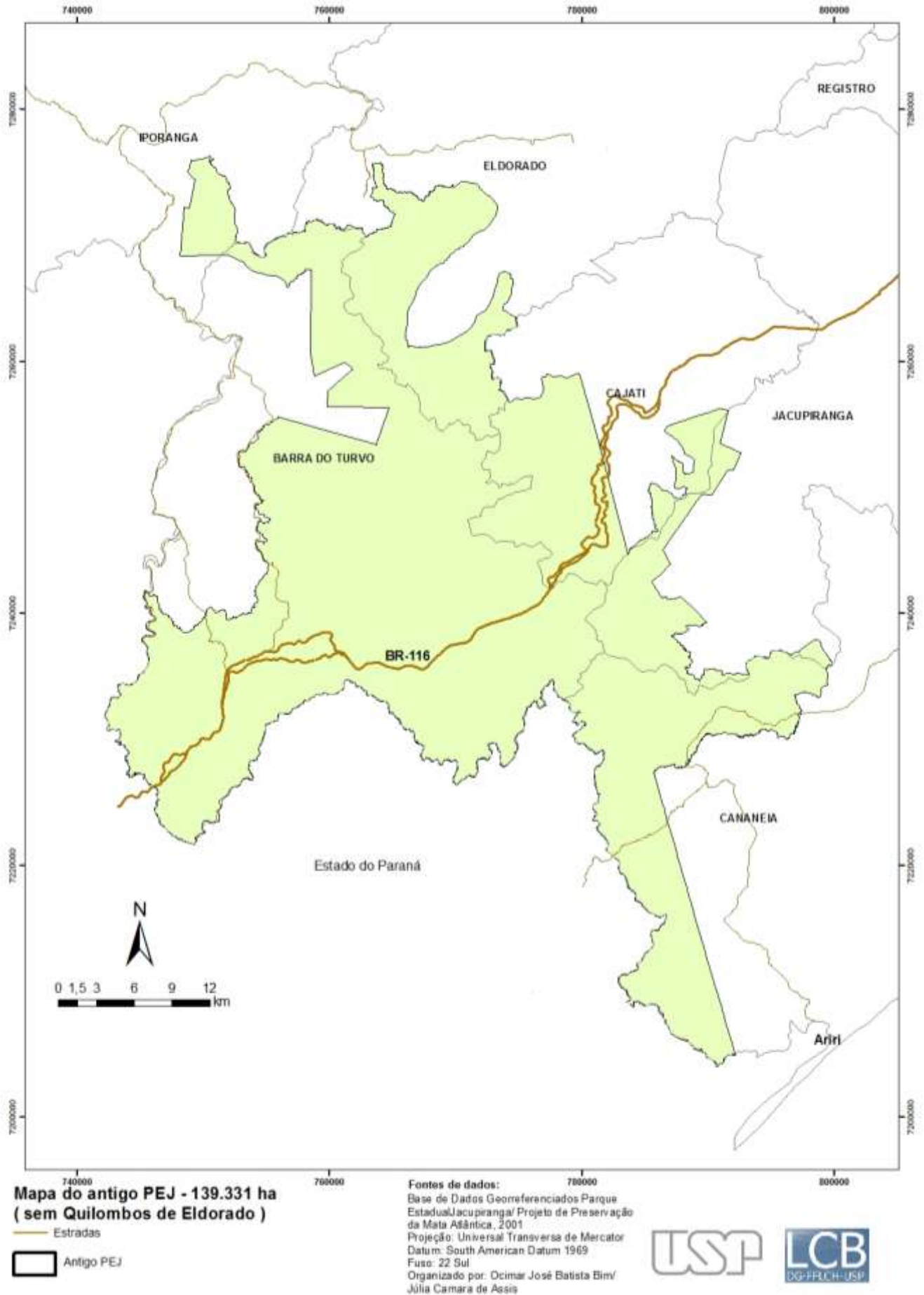


Figura 02- Mapa do PEJ com a área de 139 mil ha

Com vegetação predominante de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa e Ombrófila Mista) e outros ecossistemas associados – tais como restingas, manguezais e campos de altitude – o PEJ apresenta relevo diversificado, indo dos 10 m de altitude na planície litorânea até os 1500 m de altitude nas serras e divisores de águas do Planalto do Turvo. O PEJ protege uma grande biodiversidade, com várias espécies raras e ameaçadas de extinção, como, por exemplo, o papagaio- de- peito-roxo (*Amazona vinacea*) e o mico-leão-da- cara preta ou caiçara (*Leontopithecus caissara*), uma das mais recentes descobertas de primatas no Brasil. No interior do Parque está localizado e protegido um dos mais importantes sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. Trata-se de um sambaqui fluvial, onde foi localizado o fóssil humano mais antigo do Estado, datado de 9400 anos, descoberto pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em 2000.

Apesar de contar com uma biodiversidade complexa, importante e ainda pouco estudada, o Parque foi criado por um ato governamental autoritário característico do momento histórico em que o País vivia nas décadas de 1960 e 1970: o período da ditadura militar. Nesta época foram criadas no Estado de São Paulo várias Unidades de Conservação (UCs) com o objetivo de proteger áreas bem preservadas, ou segundo alguns autores criar uma reserva de capital natural. No caso do PEJ, a antiga Reserva Estadual criada em 1945 foi transformada em Parque Estadual englobando em sua área várias comunidades tradicionais – quilombolas, caiçaras e caboclos/caipiras - que ali já viviam há várias gerações.

Também ficou no interior do perímetro do Parque uma das mais importantes rodovias do País, a Régis Bittencourt (BR-116), principal ligação da região Sul ao Norte do território nacional, eixo rodoviário estratégico entre o porto de Santos e o porto de Paranaguá e por onde também transita a integração econômica e comercial dos países do MERCOSUL.

Esta situação, por si mesma, já apresentaria problemas de gestão em uma área tão extensa e com tendências opostas à conservação ambiental. Porém, como agravante, destaca-se o fato de o Estado ter mantido o Parque abandonado por mais de 20 anos, disponibilizando poucos funcionários para o trabalho de manejo, uso público, pesquisa e proteção. O Parque sofreu muitas agressões ao patrimônio natural e também social, desde a retirada ilegal de madeira para comercialização clandestina, a formação de pastagens por fazendeiros com desmatamentos e queimadas, e madeireiros. Também outra característica do subdesenvolvimento na região é a mobilidade social que levou a ocupações ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 por migrantes oriundos das regiões metropolitanas de Curitiba e São Paulo. Frente à condição do desemprego, esses migrantes – em sua maioria agricultores que já

havia sido expulsos de outras terras na década de 60 – se estabeleceram no Parque, em busca de alternativas de sobrevivência.

Sem contar com as mínimas condições de manejo e fiscalização, o PEJ teve boa parte das áreas próximas à rodovia BR-116 ocupadas pelos migrantes, na expectativa de retornarem à condição de agricultores, em uma área legalmente proibida para as atividades agrícolas, o que acabou propiciando o surgimento de inúmeros conflitos. No mesmo movimento, estabeleceram-se na área fazendeiros - criadores de gado - que chegaram a ter um rebanho bovino com mais de 8.000 cabeças na região⁷.

Na década de 1980, com a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, inicia-se um processo de estruturação dos órgãos de controle e fiscalização ambiental no Estado de São Paulo que trouxe um novo quadro de controle territorial do Estado na região. No mesmo movimento se deu a valorização da importância da legislação ambiental, associada à estrutura que o Parque Estadual Jacupiranga passa a contar a partir do início dos anos 1990 com projetos do governo federal, financiados com recursos internacionais. A maior fiscalização na região ampliou os conflitos na área. As ações de fiscalização se intensificaram com forte repressão nas áreas ocupadas, estabelecendo-se dramaticamente o conflito entre os ocupantes e o órgão gestor estadual. Na literatura científica e governamental encontram-se referências da ocorrência de vários episódios de prisões de ocupantes e ataques a veículos oficiais, além de uma infinidade de processos abertos no Poder Judiciário por crimes ambientais cometidos⁸ (SOS Mata Atlântica, 1993).

Após o término dos investimentos do Programa Nacional para a Mata Atlântica (PNMA) vieram em 1998 mais recursos para as ações de fiscalização, provenientes do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), viabilizados através do convênio entre o Estado e o banco alemão KFW, o que ajudou a manter a situação conflituosa no Parque e seu entorno. Cabe aqui ressaltar que, enquanto nas outras Unidades de Conservação que integravam o convênio⁹ parte dos recursos foi utilizada para a realização dos Planos de Gestão e formação dos Conselhos consultivos das UCs, no PEJ apenas se privilegiava as ações de fiscalização, priorizando a política de considerar os povos que ocupavam a área como comunidades

⁷ Informações prestadas pelo Escritório da Defesa Agropecuária de Registro (Secretaria de Estado da Agricultura), em 2008.

⁸ A partir de 1994, através das ações de equipe técnica e operacional especialmente designada no Instituto Florestal para implantação do PEJ, foram estabelecidas estratégias de manejo, dando andamento aos diversos procedimentos de apoio à regularização fundiária, continuidade da implantação de núcleos de desenvolvimento e ações de fiscalização articuladas com a Polícia Florestal e de Mananciais (IF,1999).

⁹ Parques Estaduais que integravam o convênio, além do PEJ: Ilha do Cardoso, Carlos Botelho, Campina do Encantado, Serra do Mar, Turístico do Alto Ribeira e Ilhabela e as EEs Juréia-Itatins e Chauás.

invisíveis e criminosas a questão da ocupação como problema de polícia e regularização fundiária e de implantação da unidade.

Esta situação perdurou por mais de 20 anos (aproximadamente 1984-2003), desembocando em várias manifestações de moradores na sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e na Assembleia Legislativa do Estado¹⁰. Neste período, os camponeses criaram e organizaram os seus sindicatos e associações de moradores, fortalecendo o movimento social local que passa a exercer pressão política visando a resolução dos problemas enfrentados, especialmente o conflito pela posse da terra. É também, em contexto mais abrangente, o período da redemocratização do País, em que também se fortalece a organização dos movimentos sociais na região. Nos municípios de Barra do Turvo e Cajati, são criados os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a vocação para a organização dos trabalhadores e a luta por seus direitos¹¹.

O fortalecimento do movimento social dos camponeses, aliado às discussões que ocorreram no segmento conservacionista, tanto na sociedade civil quanto no poder público – tendo como perspectiva a garantia da possibilidade de populações ocuparem o território de Unidades de Conservação restritivas, como Parques, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas, no contexto da discussão da lei que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), levaram ao questionamento da forma como foi criado o PEJ e das adversidades a que os camponeses foram submetidos durante todo esse período.

Nos anos de 1994 e 1995 foram realizados dois encontros de moradores de UCs para discutir a organização política dos moradores e buscar mudanças na situação existente¹¹. Diante da situação de conflitos, agravada com a intolerância e inoperância da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o movimento social articulou-se com suas lideranças políticas e encaminhou para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) o Projeto de Lei (nº 984/03), que previa a retirada da área do Parque de mais de 40 bairros existentes, onde já funcionavam 12 escolas públicas, quatro postos de saúde, quatro postos de combustível, vários pequenos comércios e uma intrincada rede de estradas rurais com mais de 200 km de extensão, além de salões de baile, restaurantes, lanchonetes, enfim, a vida acontecia a despeito do Parque e uma gama de serviços e atividades que não se enquadravam no manejo de uma área protegida da categoria de proteção integral, mas que comprovavam o nítido vínculo cultural e afetivo que os moradores mantinham com o lugar e a ausência por décadas de políticas territoriais pelos governos do Estado. O projeto de Lei foi gerado em um encontro regional

¹⁰ Informações disponibilizadas por membros do SINTRAVALE ao autor, 2010.

dos agricultores familiares da região, realizado em Registro no ano de 2001 e capitaneado pelo SINTRA VALE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati.

Decorrido algum tempo o projeto de lei foi aprovado pela ALESP em sessão extraordinária, no dia 16 de agosto de 2005, mas foi vetado pelo então governador do Estado, Geraldo Alckmin. Tal ato acirrou ainda mais a situação conflituosa. Prova disto foi a grande manifestação promovida pelos moradores ocorrida na BR-116, inclusive com a paralisação da rodovia, além de outros episódios que demonstraram a insatisfação geral das comunidades locais e de agentes públicos - prefeituras e câmaras municipais, que se integraram ao movimento pela mudança dos limites do Parque¹¹.

O governo do Estado, então, recua e institui, através do Decreto Estadual nº50.019, de 20 de setembro de 2005, o Grupo de Trabalho Intersecretarial do Parque Estadual Jacupiranga (GT-PEJ)¹². Inicia-se, então, um processo de discussão e de diagnóstico tanto dos aspectos ambientais como sociais visando a elaboração da proposta de alteração dos limites do Parque e de criação de um Mosaico de UCs.

Como parte do diagnóstico foi realizado um cadastro¹³ que indicou a presença de 2.107 ocupações no PEJ, com uma população estimada em 8.000 pessoas residentes, o que claramente indicava a necessidade de mudança da situação vigente. Foi iniciado, então, o processo de avaliação ambiental e social, tendo como princípios - discutidos no GT - a não redução das áreas de proteção integral e a garantia de que o maior número das áreas ocupadas fossem recategorizadas de UCs de proteção integral¹⁴, para UCs de uso sustentável¹⁵, onde seria garantida a presença humana (RBMA, 2009). Esta proposta encontrou eco nas comunidades que, pela primeira vez, enxergaram uma possibilidade de solução para o conflito existente há décadas. No passado, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente adotava a postura de não admitir que nem um metro quadrado sequer de Parque pudesse mudar de categoria. Postura típica dos órgãos responsáveis por áreas protegidas no Brasil. Uma posição autoritária e centralizadora, que não conseguia interpretar e agir diante de uma realidade que não mais se

¹¹ Informações fornecidas por sindicalistas e mídia regional.

¹² Os membros do grupo foram nomeados através da Resolução SMA nº 34, de 22 de novembro de 2005, iniciando os seus trabalhos em 09/12/2005, composto por técnicos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), Instituto Florestal (IF), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Fundação Florestal e incorporando as Câmaras de Vereadores e Prefeituras envolvidas, Associações Quilombolas, Conselho Consultivo do PEJ, ONGs e moradores do Parque.

¹³ Realizado pelo ITESP, o trabalho efetuou entrevistas, cadastramento, georreferenciamento e fotografias de todas as ocupações existentes no PEJ, em intenso trabalho de campo que contou com a participação de mais de 20 técnicos. O cadastro atendeu a uma antiga demanda da comunidade por informações sobre o número e o perfil dos ocupantes do PEJ (ITESP, 2007 e RBMA, 2009).

¹⁴ Unidades de Conservação de Proteção Integral, criadas pela lei 9.985 (SNUC) em 2000: Parques, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, onde não é permitida a presença humana.

¹⁵ Unidades de Conservação de Uso Sustentável, criadas pela lei 9.985 (SNUC) em 2000: Áreas de Proteção Ambiental, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas, onde a presença humana é garantida.

sustentava. Tanto que, depois de muitos anos de manutenção dessa política, o Estado foi obrigado a revê-la, frente às mobilizações da sociedade. Neste sentido, o território usado e campo de forças políticas se expressam em sua plenitude no PEJ.

Os estudos técnicos e os debates com as comunidades contribuíram, por um lado, para que fossem identificadas áreas com grande importância ambiental – matas bem preservadas, nascentes, cavernas, cachoeiras, riachos – que estavam sem proteção eficaz e que poderiam ser incorporadas às novas áreas de proteção integral e, por outro, áreas ocupadas por pequenos agricultores que poderiam ser transformadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Este processo resultou na elaboração do Projeto de Lei nº 638/2007, que propunha a criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado. Durante análise do projeto de lei, foram constatados equívocos na condução do processo, particularmente na região de Cananéia, cujo desenrolar de questionamento das comunidades e rediscussão da proposta original do Mosaico será detalhadamente abordado no Capítulo II.

Após desencadeamento do processo de discussões, o projeto que criou o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga foi aprovado na Assembleia Legislativa em 20 de dezembro de 2007 e sancionado pelo governador do Estado em 21 de fevereiro de 2008.

Com a nova Lei, o Parque Estadual de Jacupiranga, que possuía 139 mil hectares de extensão, teve sua área de proteção integral ampliada para 154.872,17 hectares, sendo subdividida em três Parques: Caverna do Diabo, com 40.219,66 ha, abrangendo os municípios de Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo e Cajati; Rio Turvo, com 73.893,87 ha, nos municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga; e Lagamar de Cananéia, com 40.758,64 ha, nos municípios de Cananéia e Jacupiranga. Além dos parques, novas Unidades de Conservação foram criadas, ficando o Mosaico formado por cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com 12.665,06ha, quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) com 73.558,09ha, duas Reservas Extrativistas (Resex) com 2.790,46 ha, totalizando assim 243.885,15 ha de áreas protegidas (Figura 8).

Apesar de o projeto ter possibilitado que mais de 1.400 posseiros deixassem de residir no perímetro do antigo Parque Estadual do Jacupiranga, ainda permanecem no interior das novas Unidades de Conservação de proteção integral – entre elas o Parque Estadual do Rio Turvo – aproximadamente 200 famílias, que têm seu modo de vida baseado na agricultura de subsistência e que ainda continuam sob a legislação restritiva.

O projeto de lei prevê que áreas públicas ocupadas irregularmente por empresas e fazendeiros oriundos do Estado do Paraná sejam arrecadadas e destinadas à realocação das famílias de camponeses que ainda ficaram no Parque. Desafio bastante difícil para os camponeses, pois foram condicionados a outro conflito, agora com fazendeiros e empresas que disputam terras com o Estado.

A permanência de moradores no interior dos Parques ainda se mantém por vários motivos, dentre eles:

- A comunidade de Santa Maria, em Cananéia, fica muito próxima à divisa com o Estado do Paraná e, se houvesse a mudança de categoria, a área do Parque seria seccionada, numa região considerada importante para a conservação. É uma área que já foi palco de polêmica, pois, no passado, pretendia-se que a BR-101 cruzasse a região. Portanto, do ponto de vista da conservação não seria conveniente que aquela área deixasse de ser parque¹⁶;
- Em outros locais os ocupantes vivem no interior do Parque, onde os acessos são ruins e distantes das áreas densamente ocupadas. Isso contribuiu para o posicionamento contrário da coordenação do GT de ampliar as áreas de Uso Sustentável e a consequente retirada de um maior número de ocupantes dos Parques. Essa posição foi questionada pelas comunidades e suas lideranças na audiência pública realizada em Barra do Turvo, em dezembro de 2006, mas foi mantida mesmo assim.

A questão fundiária é, sem dúvida, o grande desafio para a implantação do Mosaico. É nela que permanece o questionamento: se estas terras, que desde a criação do antigo Parque do Jacupiranga não foram arrecadadas para implantação efetiva da unidade, agora serão arrecadadas para o reassentamento dos agricultores que ainda vivem nos novos Parques criados?

Apesar desta pesquisa não aprofundar sobre a dimensão agrária desse problema, ele faz parte da questão central em torno do conflito pela disputa de terras na região. A propriedade da terra é a grande dúvida dos moradores que permaneceram no interior do novo Parque Estadual do Rio Turvo, insatisfeitos com o resultado do projeto que culminou com a implantação do Mosaico do Jacupiranga.

¹⁶ O bairro conhecido por Santa Maria, abrangido pelo território original do Parque Estadual do Jacupiranga - PEJ, e que passa a ter sua porção oeste incorporada ao território do Parque Estadual Lagamar de Cananéia, fica nesse trecho reconhecido como Zona Histórico-Cultural, e por ocasião do Plano de Manejo da unidade será elaborado um Plano de Uso que assegure as condições sócio-econômicas e ambientais dos ocupantes da área, nos termos do que dispõe o artigo 39 do Decreto federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 (São Paulo, 2008).

Portanto, considerou-se relevante nesta pesquisa o seguinte problema: a proposta construída com as lideranças das comunidades e demais pessoas das comunidades durante o processo de criação do Mosaico, atende aos anseios destas?

O movimento social - desde o início da apresentação do primeiro projeto de lei aprovado pela ALESP - já previa que as áreas que deixariam de ser parque se transformariam em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Situação esta concretizada com a lei que criou o Mosaico. Sair e, ao mesmo tempo, ficar em área protegida pode não ser exatamente o que as comunidades pretendiam. Ocorre que ainda permanecem muitas dúvidas sobre como este Mosaico será efetivamente implantado na prática.

Além da questão acima, são vários os questionamentos acerca da proposta do Mosaico e muitos desafios estão colocados:

Como desenvolver a agricultura em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)?

Como será equacionado o problema da disputa pelas terras?

Como será resolvida a situação dos fazendeiros que ocupam terras irregularmente com áreas de pastagens?

O Mosaico é uma solução ou uma estratégia de manutenção do frágil controle do Estado?

Parte das fazendas permaneceu em áreas de Parque e outras estão nas RDS e APAs criadas. A lei do Mosaico¹⁷ indica que estas áreas deverão ser arrecadadas e destinadas à realocação dos moradores que ainda permaneceram nos Parques, e também para os próprios moradores das RDS, pois nestas áreas só podem permanecer os moradores tradicionais que as habitavam no ato da sua criação. Estas áreas recategorizadas como RDS e APAs em sua totalidade estão em terras devolutas já registradas em nome do Estado¹⁸, mas atualmente ocupadas por fazendeiros. Porém, do ponto de vista dominial, estas áreas podem ser arrecadadas e disponibilizadas aos moradores.

Apesar de o Mosaico se estender por seis municípios, a presente pesquisa concentrou-se nos municípios de Cajati e Barra do Turvo, onde encontram-se 80% dos ocupantes e também as maiores parcelas de terras que foram objeto de mudanças de categoria.

A partir deste histórico de criação e das questões assinaladas foram definidos os objetivos da pesquisa.

¹⁷ Após estudos que indiquem a capacidade de suporte das áreas referidas nos incisos I, III, IV e V deste artigo, bem como da retomada das áreas públicas irregularmente ocupadas, e da aquisição de eventuais áreas ocupadas, os setores responsáveis pela gestão e regularização fundiária das Unidades de Conservação poderão remanejar moradores tradicionais de glebas internas dos Parques Estaduais referidos no artigo 5º desta lei, para as áreas das Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, objetivando o cumprimento das funções e os objetivos para os quais as unidades foram estabelecidas (SP, 2008*). Parte dessas áreas já está com ações judiciais de reintegração de posse ajuizadas pela Procuradoria Geral do Estado na Comarca de Jacupiranga (PERT, 2012).

¹⁸ Na região de estudo, pois em Cananéia, Eldorado e Iporanga muitas das áreas ainda não foram discriminadas.

1.4- OBJETIVO GERAL

Analisar se a criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga pode contribuir com a redução dos conflitos socioambientais e promover a conservação da natureza.

1.4.1- Objetivos Específicos

Analisar o processo de entendimento dos ocupantes sobre a transformação da área do antigo Parque Estadual de Jacupiranga em Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e suas implicações.

Analisar o processo de implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e a participação dos ocupantes, identificando as diferentes visões das comunidades.

Analisar se as mudanças de categoria das áreas contribuíram para a melhoria da conservação da área e a redução dos conflitos socioambientais no Mosaico.

1.5- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão da bibliografia refere-se aos temas centrais da pesquisa, que são as reflexões sobre as categorias analíticas da pesquisa: o território; os conflitos originados do embate entre populações locais residentes em unidades de conservação; a recategorização das UCs; a revisão sobre as áreas protegidas no Brasil; a análise sobre a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); os Mosaicos como instrumentos de ordenamento territorial e de gestão de Unidades de Conservação; e a ecologia da paisagem. Portanto, foi necessário compreender como os problemas e conflitos enfrentados entre as populações residentes em áreas protegidas podem ser enfrentados e como se dá a conservação da área a partir de um olhar estruturado pelos conceitos, dados e processos observados empiricamente, uma vez que também participei do processo.

Marcos conceituais

O território polissêmico

O tema abordado na pesquisa refere-se a um território político-jurídico que, não obstante ter sido constituído através da desterritorialização (HAESBAERT, 2004) e de um processo dinâmico em que a sociedade tem papel preponderante, é gerido pelo Estado. A questão central em estudo é como se dá a implantação de um Mosaico de Unidades de Conservação, processo nitidamente de sobreposição de diferentes territorialidades e, como se processa a gestão desses territórios pelo Estado e pelo uso que se faz do mesmo em sua apropriação pela sociedade. Um território que se diferencia, pois está submetido a uma política ambiental com forte controle do Estado, portanto, um território político-jurídico, mas também um território usado e apropriado pela cultura, que tem as suas marcas no campo simbólico que é muito latente, através da cultura caiçara, quilombola e dos caipiras, com seus modos de ser, viver e trabalhar e seus geosímbolos.

Para Raffestin (1993), território se dá a partir do espaço, onde através do trabalho se transforma o espaço em território:

(...) enfatiza ser essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço (...). Ao se apropriar do espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço (...). A produção do espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformados pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto estradas, e rotas áreas, etc. O território nessa perspectiva é um espaço, onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem. Portanto, o território é fruto do trabalho realizado no espaço, e dinamizado pelas relações sociais e de poder,

portanto a apropriação do espaço é a construção do território (Raffestin, 1993, p. 143-144).

A pesquisa trata de um espaço que era apropriado pelas comunidades para a vida e trabalho, mas que politicamente não se configurava em um território de fato dos ocupantes, pois as regras impostas mantinham amarras sobre as comunidades. É um território em disputa. Foi necessário o processo de desterritorialização dos sujeitos sociais para garantir os usos do território. Assim interpreta-se a situação vivida no Mosaico de acordo com Haesbaert (2006), pois:

(...) Mais do que “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a **dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”** (grifo nosso), melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço.(...)

Para Milton Santos (2000, p. 96-97):

(...) O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e sistemas e conjunto de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, identidade, **o fato e o sentimento de perceber aquilo que nos pertence** (grifo nosso). O território é a base do trabalho, das resistências, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala de território deve-se, pois, de logo entender que está se falando de território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas depois elas nos fazem... A idéia de tribo, povo nação, e depois de estado nacional decorre dessa relação profunda (...).

Outro autor nos traz também referências importantes para estruturar o modo de ver os conflitos no MOJAC. Moraes (2008) apresenta uma análise de territórios, da forma como o Estado trata a formação territorial e que ajuda a explicar a política de criação das Unidades de Conservação e seus conflitos.

(...) Nestes países, mais do que em qualquer outra parte o estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço, um gestor do território. Por isso, a prática estatal manifesta-se fortemente em suas histórias enquanto políticas territoriais, isto é, como ações de modelagem e produção de espaços. A dotação de infra-estruturas, a normalização da propriedade fundiária, a distribuição das populações, tudo se enfaixa na atuação governamental. O Estado se impondo como mediação básica na relação social entre sociedade e o meio que a abriga (...) (Moraes, 2008, p. 133)

No processo de criação e implantação do Mosaico, o Estado é o gestor que dita e controla, porém a participação da sociedade ocorre através de instrumentos como os conselhos consultivos e a mobilização social que vem ocorrendo na área de estudo. Aqui os

conceitos geográficos de horizontalidades e verticalidades propostas por Santos (1994) nos permite uma dimensão analítica importante. Estes dois conceitos discutem como os atores agem no território, deixando sua marca no espaço e produzindo trabalho, portanto, se territorializando de forma distinta. São verticalidades e horizontalidades, que Milton Santos trata:

(...) Horizontalidades e Verticalidades se criam paralelamente. As Horizontalidades são o **alicerce de todos os cotidianos** (grifo nosso), isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, aos serviços de atores hegemônicos não raro distantes (...) (Santos, 1994, p. 54)

Estas reflexões nos parecem centrais na discussão da implantação do MOJAC, pois temos um território com diversos sujeitos entrelaçados por “todos os cotidianos” e com as características de Horizontalidade. A Verticalidade determinada pelos atores hegemônicos externos, como por exemplo, o que definiu a BR-116 como eixo estratégico, ou o que definiu esta área como Reserva da Biosfera. As comunidades, a sociedade civil e os gestores locais, que buscam a implantação cotidiana das Unidades de Conservação, porém dependentes de atores externos que podem tomar as decisões que implicam no funcionamento ou não do território, neste caso, a Fundação Florestal como órgão gestor exercendo esse papel ou outra política de ordem regional, nacional ou global. Como Milton Santos adverte sobre os atores externos:

(...) A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Nessa união vertical, os vetores de modernização são antrópicos. **Eles trazem desordem aos subespaços** (grifo nosso), em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre posta em jogo e não sobrevive senão às custas de normas rígidas. Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão, da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo (...) (Santos 1996 p. 228)

Em conformidade com estas visões considera-se nesta pesquisa que o território constitui-se no pano de fundo dos conflitos, pois trata-se da formação de um novo território, com as características dinâmicas que constituem a arena de relações entre Sociedade-Estado-Natureza. Aproximando-se da visão de Raffestin, que concebe o território num campo de forças, resultado de uma ação conduzida pelos atores, quando o território é construído a partir do momento que o espaço se torna o centro de uma ação. Temos, portanto, que...

O território é produto dos atores sociais: "São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um 'processo' do

território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades" (Raffestin, 1993, p. 7-8).

A apropriação de um espaço, a territorialização como resultado da ação conduzida por um ator coletivo, resulta no fato de que o Estado, a empresa ou outras organizações organizam o território através da implantação de novos recortes e ligações (Raffestin, 1993, p. 143-144;152).

É o que se apresenta nesses poucos anos de criação do Mosaico. O território, em especial na região de Barra do Turvo e Cajati, representa uma porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que seus membros sempre encontraram as condições e meios materiais de suas existências, o que Haesbaert diz (2006, p. 47),

(...) hoje, em muitos lugares do mundo, estamos bem distantes de uma concepção de território como "fonte de recursos" ou como simples "apropriação da natureza em sentido estrito". Isto não significa, contudo, que estas características estejam completamente superadas. Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua "territorialidade" ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, o sentido físico do termo.

A Ecologia da Paisagem

Quando tratamos da criação ou redefinição de limites de conservação devemos considerar se os perímetros têm ou não consistência na paisagem, ou seja, o objeto de conservação tem um desenho considerando forma, área e conexões que sustentam os propósitos da proteção. A maioria das UCs foi criada não considerando atributos funcionais dos ecossistemas e, portanto, a análise da Paisagem tem sido incorporada às decisões de planejamento ambiental. O ideal é que as áreas sejam grandes, conectadas e com forma a mais arredondada possível, garantindo um menor efeito de exposição das bordas. Por isso, consideramos que esta análise faz sentido ao analisarmos o MOJAC.

Neste sentido, foi feito um percurso buscando trazer a abordagem da Paisagem para a pesquisa. Inicialmente, o Mosaico também traz na paisagem suas marcas, que de acordo com Bertrand (1971, p. 2),

(...) essa paisagem não é composta apenas por aspectos naturais, mas também de um total que integra todas as implicações das ações antrópicas. "A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução(...)

A paisagem do território do Mosaico tem as marcas da cultura dos seus habitantes e também da conservação, onde uma grande extensão de áreas apresenta excelente cobertura florestal - permeada pelas áreas de uso - que vão da planície litorânea aos altos da Serra do

Mar, transformando-se num cenário ideal para que a análise do estado da conservação seja feita por meio da teoria da Ecologia da Paisagem, que a considera.

(...)“um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação”. (...)conclui que para compatibilizar uso das terras e sustentabilidade ambiental, social e econômica, é necessário planejar a ocupação e a conservação da paisagem como um todo. Para isso a maneira integrada de ver a paisagem, como mosaico, facilita o entendimento das modificações estruturais, e, portanto, funcionais, trazidas pelo homem no mosaico como um todo, incorporando de forma explícita toda a complexidade das inter-relações espaciais de seus componentes, tanto naturais quanto culturais.(...) (Metzger, 2001)

A ecologia da paisagem é considerada campo de conhecimento emergente, em busca de conceitos teóricos e conceituais mais sólidos (Hobbs, 1994, apud Metzger, 2001)

A ecologia da paisagem é uma nova área do conhecimento dentro da ecologia, marcada pela existência de duas principais abordagens: uma geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território; e outra ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos, e a importância destas relações em termos de conservação biológica. Estas abordagens apresentam conceitos e definições distintas e por vezes conflitantes, que dificultam a concepção de um arcabouço teórico comum... “(Metzger, 2001)

Abordagem geográfica: a preocupação com o planejamento da ocupação territorial, através do conhecimento dos limites e das potencialidades de uso econômico de cada unidade da paisagem o estudo de paisagens fundamentalmente, modificadas pelo homem. Abordagem ecológica: dar maior ênfase as paisagens naturais ou a unidades naturais da paisagem, a aplicação de conceitos da ecologia de paisagem para a conservação da biodiversidade biológica e ao manejo dos recursos naturais...(Metzger, 1997 p. 03)

A Mata Atlântica é um dos principais complexos de florestas tropicais biodiversas, que segundo Ab’Saber (2003) abrangia quase um milhão de quilômetros quadrados, se estendendo por uma faixa litorânea desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul. De acordo com Ribeiro et al. (2009), é uma floresta com pouco mais de 10% de seu tamanho original, composta de fragmentos isolados e pequenos, sendo que destes, mais de 80% com menos de 50ha. Situação que, do ponto de vista da conservação, apresenta dupla condição desses fragmentos: por um lado, são os últimos representantes da diversidade biológica desses ecossistemas, por outro lado apresentam quase a inviabilidade de sua conservação, pois quando muito isolados, vão perdendo importância ecológica.

Como a paisagem do Mosaico apresenta uma situação favorável em relação à sua fragmentação, como será apresentado no Capítulo 04 que trata da conservação da área, pode-se afirmar que todos os fragmentos são importantes para a composição da paisagem do Mosaico, já que os fragmentos estão permeados pelas áreas dos Parques, que funcionam como matrizes. Na ecologia da paisagem, a conectividade entre os fragmentos e o estado dos

habitats são os instrumentos para a análise funcional do estado da conservação das áreas florestadas.

Para Andrén (1994), a fragmentação caracteriza-se pela perda de habitat, diminuição no tamanho das manchas e o aumento da distância entre elas, acompanhada pelo incremento ou formação de um novo habitat. Há, nesta análise, uma associação de processos: se, por um lado, ocorre a perda de habitat original com a consequente diminuição de espécies, por outro lado o tamanho e o isolamento potencializam o surgimento de novos habitats.

“Em paisagens altamente fragmentadas, o tamanho e isolamento serão complementares ao efeito de perda de habitat, sendo que a perda de espécies ou a diminuição do tamanho da população será maior do que o esperado somente pela perda de habitat” (Andren, 1994)

“Os efeitos negativos da perda de habitat aplicam-se, além das medidas diretas de biodiversidade, como a riqueza de espécies, a abundância e distribuição da população e diversidade genética, também as medidas indiretas e fatores que afetam a biodiversidade” (FAHRIG, 2003). A perda de habitat tem sido considerada, por vários autores, como a responsável pela redução do tamanho da cadeia trófica, alteração das relações entre as espécies e redução de espécies mais especializadas e de grande porte, podendo também ter efeito negativo na reprodução, dispersão e taxa de predação.

A partir da conectividade que se caracteriza pela capacidade de uma paisagem em facilitar ou impedir o movimento por entre manchas de recursos, e ainda pode ser aparentemente uma propriedade crucial para a sobrevivência de uma metapopulação em uma paisagem fragmentada. Toda paisagem pode ser caracterizada por uma gradação da conectividade estrutural para um dado habitat, definida pela distância, densidade, complexidade, largura e qualidade da rede de corredores, densidade dos “*stepping stones*”¹⁹ e pela permeabilidade da matriz (METZGER, 1997). Através da conectividade dos fragmentos é que se dá a troca genética entre eles, onde há a percolação destes. A seguir definimos estes conceitos conforme Metzger, 1997.

Teoria da percolação: rápidas mudanças no tamanho, número e forma da borda das manchas ocorrem próximo a um nível probabilístico (proporção de habitat) onde a maior mancha percola somente de uma extremidade à outra do mapa. O valor limite da proporção de habitat para mapas aleatórios de grande abrangência (superiores a 1:1.000.000) tem sido comprovado para o limite de 0,5928, onde as manchas são definidas somente pelo contato com os “sites” de vizinhança mais próximas, e 0,4072 quando os “sites” de vizinhança diagonais também são levados em conta.
Proporção de habitat: acima do valor limite, as paisagens estão bem conectadas para todas as populações, não importa quão longe cada espécie pode dispersar; se a proporção está abaixo do valor limite, pequenas mudanças na distância de dispersão

¹⁹ *Stepping Stones:* (“pontos de ligação” ou “trampolins ecológicos”). Pequenas áreas de habitat dispersas pela matriz que podem, para algumas espécies, facilitar os fluxos entre manchas (Metzger, 2011, p. 8).

máxima podem produzir uma grande diferença na abundância de espécies e utilização de habitat. Algumas espécies invasoras ou exóticas podem ser beneficiadas pela área de borda. Os limites para perturbação variam entre 20% e 40% de proporção, equivalente aos valores de Andren, 1994. Espécies com capacidade baixa de dispersão e com grande área mínima demonstram um aumento na taxa de extinção quando a proporção está entre 40 e 60%. O limite de extinção para espécies com alto potencial demográfico está entre 25 e 50%. (Metzger, 1997).

Baseados nesses conceitos procurou-se demonstrar o acerto ou não da proposta de criação do Mosaico, que não partiu da aplicação desses conceitos e sim da existência de um grande maciço florestal, onde estão os parques, permeados pelas áreas de uso e por UCs de uso sustentável, porém com uma infinidade de fragmentos florestais que dão para a região uma cobertura vegetal de mais de 80%, que certamente contribuem para a manutenção dos habitats, garantindo os fluxos entre eles. O que tem ocorrido com a perda de habitats é considerado por vários autores como responsável pela redução do tamanho da cadeia trófica - a alteração das relações entre as espécies mais especializadas e de grande porte - o que pode trazer efeitos negativos na reprodução e dispersão das espécies.

De Parque a Mosaico: como e onde vivem os povos

Populações tradicionais é como têm sido chamados os povos ou grupos sociais que vivem em áreas periféricas da “moderna” sociedade brasileira. Vivem em áreas de relativo isolamento face ao modelo consumista vivido hoje nas cidades, onde se concentra a maior parcela dos brasileiros. Essas comunidades construíram entre si e o meio onde vivem relações e formas de convívio bem diferentes da grande massa brasileira. Segundo Diegues:

“Comunidades tradicionais estão relacionadas com o tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores tem dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc... Esse “know-how” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamento baixo nível de poluição. O uso cauteloso dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade” (Diegues, 2005 p.88, *apud* Diegues, 1992).

As comunidades que tradicionalmente habitam a Mata Atlântica, principalmente caiçaras, remanescentes de quilombos e caipiras, agricultores migrantes - guardam as

características centenárias da colonização; são descendentes de índios, portugueses e africanos e possuem cultura e tecnologias mestiças que derivam dessas ascendências (DIEGUES, 1996).

Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira

Habitam o Território do Vale do Ribeira várias comunidades remanescentes de quilombos (quilombolas), populações de pequenos agricultores migrantes (camponeses/ribeirinhos), caipiras-caboclos, caiçaras e grupos indígenas. A característica essencial é a agricultura que, no passado, tinha a marca do cultivo itinerante de roças de “coivara” (derrubada e queima da floresta para subsequente plantio) e a extração de recursos florestais (com destaque para o palmito Juçara). A economia dessas comunidades rurais é baseada num sistema de complementaridade, com atividades ligadas à agricultura, extrativismo, artesanato, turismo e serviços (IDESC, 2009).

Esses grupos são de extrema importância para a sustentabilidade socioambiental que se deseja para a região. O modo de vida dessas populações proporcionou a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica na porção sul dos Estados de São Paulo e Paraná. No Mosaico do Jacupiranga, um mosaico cultural também se faz presente, com exceção dos povos indígenas, que não habitavam o antigo PEJ, os demais são sua gente.

Quilombolas

Doze comunidades quilombolas estão presentes no Mosaico, localizadas em Barra do Turvo, Cananéia, Eldorado e Iporanga. Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobreviveram em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos grandes proprietários. Apesar de existirem, sobretudo após o fim da escravatura, no final do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escrituras. A Constituição de 1988 garantiu-lhes o direito sobre a terra na qual vivem, em atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo. Algumas famílias integram a Cooperafloresta - Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, onde desenvolvem a agrofloresta, criam abelhas e produzem açúcar mascavo na pequena agroindústria existente na comunidade (ISA, 2008).

A partir do final dos anos 80, as comunidades negras do Vale envolveram-se em um processo de organização, desencadeado quando vários segmentos sociais da região se mobilizaram na luta contra a construção de barragens no Ribeira de Iguape. Várias comunidades remanescentes de quilombos juntaram-se ao Movimento dos Ameaçados por

Barragens (MOAB) em torno de objetivos comuns, como dar aplicabilidade à Constituição Federal de 1988, discutindo questões condizentes com sua realidade, identidade e direitos, visando valorizar e recuperar sua cultura (IDESC, 2009).

Os caipiras-caboclos-sitiantes

Os caipiras do Mosaico são sitiantes que vivem em pequenas propriedades onde desenvolvem atividades agrícolas e a pecuária, cuja produção visa a subsistência familiar e o excedente é comercializado no mercado. No caso de Barra do Turvo, a pecuária tem maior importância, pois os caipiras contam com áreas maiores e têm uma tradição de lida com bovinos e, mais recentemente, têm dominado a técnica da criação de búfalos²⁰.

Utilizam também os fragmentos de mata existente em suas posses para a retirada do mel, de ervas medicinais, cipós e fibras para a manufatura de utensílios de uso - poucos comercializam esses artefatos. A mão de obra dos sítios é principalmente familiar, apesar de, em alguns momentos do ciclo agrícola, utilizarem alguma força de trabalho assalariada. Em alguns casos, principalmente em Barra do Turvo, utilizam a cooperação dos vizinhos - por meio do mutirão²¹ - para a roçada de pasto, preparo do terreno para roça de milho e feijão e na implantação e manutenção das áreas de agrofloresta. No Mosaico, essas comunidades estão no PERT, PECD e as APAs de Cajati, Planalto do Turvo, Rios Vermelho e Pardinho, e as RDS Barreiro-Anhemas, Pinheirinhos e Lavras. Constituem maioria nas RDS e estão em menor número nas APAs. Para Antônio Cândido (1964),

“(...) a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência” (Candido, 1964, p. 19).

Esse povo desenvolveu formas de convívio e ajuda mútua nas atividades agrícolas, bem como formas de religiosidade peculiares, em torno de capelas e igrejas, onde em domingos e feriados e dia santos são realizadas as festas a seus santos padroeiros (DIEGUES, 2005). Nos últimos anos, o protestantismo tem crescido entre os caipiras, o que pode ser constatado pelo grande número de igrejas evangélicas - de várias correntes - construídas nas comunidades da área de estudo, conforme informações registradas no cadastro do ITESP

²⁰ O búfalo foi introduzido no Vale do Ribeira em 1956 e na década de 1970. A atividade surgiu na região por iniciativa dos produtores e, a partir da década de 1980, com a instalação do antigo Instituto de Zootecnia (IZ) – hoje Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD/APTA) em Registro, a atividade ganhou força através de projeto de distribuição de animais aos agricultores interessados (Informação fornecida pela Casa da Agricultura de Barra do Turvo).

²¹ O mutirão é uma tradição que ainda resiste em Barra do Turvo. É uma forma de cooperação entre as famílias agricultoras e um momento de confraternização nos sítios (Informação fornecida por moradores e constatada em campo pelo autor).

(2007), que indicou a existência de 34 igrejas evangélicas, destacando-se entre elas a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil.

Os caiçaras

O caiçara é o resultado da mestiçagem étnico-cultural entre índios e colonizadores europeus, sobretudo os portugueses, mas também africanos em algumas localidades litorâneas do Sudeste. A cultura caiçara desenvolveu-se principalmente nas áreas costeiras dos atuais Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Norte de Santa Catarina. Possuem um modo de vida característico, baseado na estreita relação com a natureza e seus recursos, onde sobressai a pequena agricultura de coivara (as roças de arroz, mandioca, milho, feijão, etc.); o extrativismo; a caça para alimentação própria e atualmente também nas atividades associadas ao turismo de sol e praia.

“É estreita a relação com a Mata Atlântica, nicho importante para sua reprodução social. Dali, retiram a madeira para suas canoas, para a construção, equipamentos de pesca, instrumentos de trabalho, medicamentos, etc. Algumas dessas sociedades se reproduzem explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam com maior ou menor integração, os diversos ecossistemas (Diegues, 2005, p. 47).

As atividades que os caiçaras da região do Mosaico realizam com maior destaque são a pesca e a coleta e criação de ostras, caranguejos e mariscos nos ambientes aquáticos do estuário do Lagamar de Cananéia. Essa coleta é para consumo próprio e o excedente da produção, tanto agrícola quanto da pesca e do extrativismo, é vendido para aquisição de mercadorias e bens de serviço. Parte das comunidades caiçaras também trabalha com turismo em épocas de temporada, como monitores, guia de pesca ou ainda com hospedagem e o transporte de turistas em suas embarcações. (IDESC, 2009; DIEGUES, 2005). No Mosaico, os caiçaras estão no PELC, RDS Itapanhapima, RESEX Tumba e Taquari e no entorno dessas áreas, sendo esses moradores do entorno também beneficiários das UCs de Uso Sustentável. “Essa ligação entre a utilização do mar e da mata, seguindo os ciclos naturais dos quais os caiçaras tinham e ainda têm um grande conhecimento, constitui-se, portanto, num elemento central dessa cultura” (DIEGUES, 2005, p.88).

Agricultores migrantes de várias matrizes culturais

Essa parcela da população é formada por agricultores que, na década de 1970, agricultores saem das suas cidades de origem no interior dos Estados da região Sul para

Curitiba (PR) e do interior do Nordeste para a cidade de São Paulo²². O desemprego que se abate sobre as grandes cidades brasileiras polarizadoras da migração na década de 1980 vai influenciar o movimento desses agricultores à procura de terras baratas e “livres” para se estabelecerem. “Pelos dados do Censo de 91 foi, indubitavelmente, um aumento sem precedentes da migração de retorno no País” (CUNHA e BAENINGER, 2000, p. 53). Alguns poucos migrantes também vieram dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso. O que ocorreu na região não foi a migração de retorno aos Estados de origem, porém, a ida para a área do PEJ. É o retorno à agricultura, à terra para trabalho. “É nesse período também que a migração brasileira passa por mudanças significativas, com a redução dos processos migratórios de longa distância para novas fronteiras agrícolas, ampliando-se a migração intra e inter-regional” (CUNHA E BAENINGER, 2000, p. 53).

Os dados revelados das entrevistas realizadas na área de estudo confirmam esse movimento bem como as histórias de vida ouvidas ao longo dos anos de pesquisa na área.

“Saí do Rio Grande, passei pelo Sudoeste do Paraná, depois fui para Cascavel, até no Paraguai já morei, plantando hortelã. Vim para Curitiba, parei em Bocaiuva, um amigo me disse que tinha terra barata aqui perto na divisa com São Paulo, terra boa, energia elétrica. Vendi tudo que tinha e coloquei o meu barraco no negócio e vim embora” (Morador do Mosaico, 2010)

Histórias como esta são comuns entre os agricultores migrantes do Mosaico, esparramados por praticamente todas as UCs da área de estudo. Em algumas, constituem maioria, como no caso das APAs Planalto do Turvo e Rios Vermelho e Pardinho, em outras – como a APA Cajati – representam a metade dos ocupantes e, nas RDS, são minoria.

Apesar de não ser nascida na área de estudo, a maioria dos migrantes do Mosaico é formada por pequenos agricultores que, em determinado período nas suas localidades de origem, saíram do campo em busca de trabalho nas cidades. Ao voltarem ao campo, retornam à condição de agricultores, com as marcas da cultura caipira. Portanto, acaipirados também. Porém, os juízes da Comarca de Jacupiranga, por exemplo, consideram que, para ser considerado como morador tradicional, o agricultor deve estar na região há pelo menos três gerações (informação verbal)²³, e não as práticas que o migrante traz nem tampouco as relações afetivas que essas populações constroem ao longo do tempo com o Território. Esse tempo de três gerações foi arbitrado e não tem nenhuma justificativa antropológica.

²² Para se ter uma ideia, nos municípios do Estado de São Paulo, em 1980, foram registrados 2,83 milhões de pessoas não – naturais, provenientes de outros Estados da federação, das quais 1,2 milhão (42%) eram provenientes do Nordeste, 667 mil (23%) do Paraná e 554 mil de Minas Gerais (Cunha e Baeninger, 2000, p. 23).

²³ Informação fornecida em 2008 por Promotores de Meio Ambiente da região.

A partir de 2007, com o decreto federal²⁴ que instituiu a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e que tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, ambientais, econômicos e culturais e com respeito à valorização de sua identidade, das suas formas de organização e instituições (ISA, 2007, p. 223). Essa nova visão política tem feito com que os órgãos gestores das UCs em São Paulo passaram a olhar essa população com outro enfoque e até os tratando como agricultores de boa fé e se dispostos a firmar termos de compromisso com essa população (SMA, 2010), o que antes do decreto da PNPCT não era possível.

Foi a primeira vez depois da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, que a legislação brasileira definiu quem são as populações tradicionais e seus territórios. Dúvidas sobre esse conceito vinham dando margem a diferentes interpretações, o que dificultava o reconhecimento dos direitos dessas comunidades. O que diz a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Povos e comunidades tradicionais: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Territórios tradicionais: “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”

Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (ISA, 2007).

Essa política está contribuindo para concretizar a construção de novas relações nas UCs do Mosaico. São esses os povos do Mosaico, que representam a diversidade cultural do território. A Figura 03 apresenta a disposição espacial dos povos do MOJAC.

²⁴ DECRETO nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

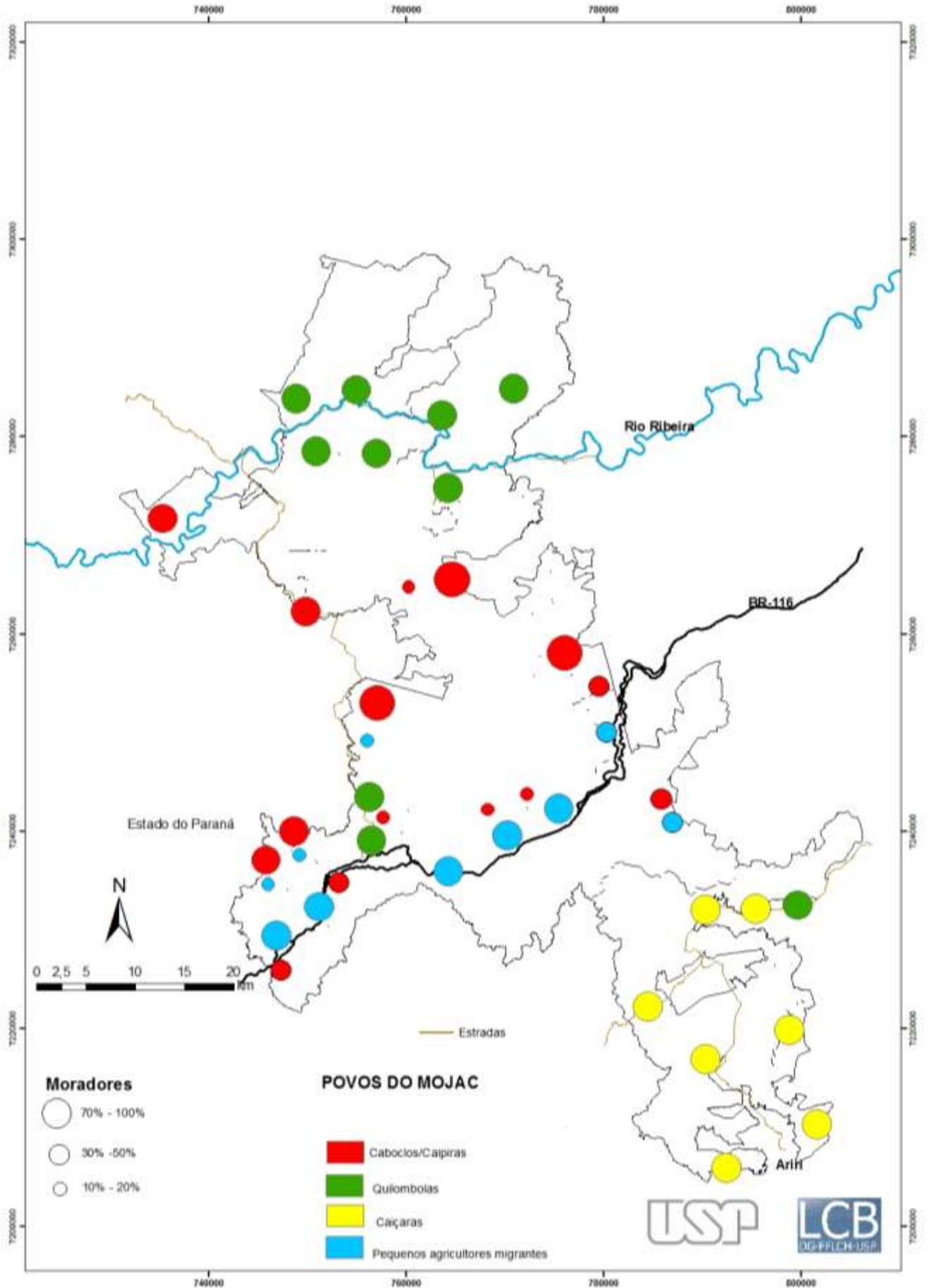


Figura 03- Mapa dos Povos do MOJAC

Conflitos socioambientais

A relação entre populações e Unidades de Conservação é cercada por problemas de várias ordens, mas que, em última instância, refletem a oposição entre homem e natureza inerente à concepção de conservação e à noção de desenvolvimento econômico e progresso (DIEGUES et al. 1995).

No antigo Parque Estadual do Jacupiranga isso se reproduzia, no tocante aos aspectos de criação de UCs de forma imposta pelo Estado e de não resolução da situação das populações residentes nestas áreas. Nesta situação, são comuns a falta de informação dos processos de criação dessas áreas e a falta de recursos para as desapropriações, tornando as populações em ilegais (DIEGUES, op. cit.) e criando condições para a ocorrência de conflitos entre o Estado e as populações tradicionais quilombolas, caiçaras e caboclos/caipiras, situação acentuada pelas restrições de acesso aos recursos naturais que a legislação ambiental impõe. Tais restrições não permitem as atividades extrativistas, essenciais para a permanência das comunidades no local e das práticas culturais que estas populações realizam ao longo de anos. As atividades que mais sofrem com essa legislação são a agricultura de produção de alimentos, a caça de subsistência, a pesca, a retirada de madeira e o uso de madeira morta para construções, lenha e confecção de canoas e o corte do palmito para fins comerciais (MILANELLO, 1992).

Na pesquisa “Conflitos entre Populações e Unidades de Conservação e Mata Atlântica”, coordenada pelo professor Diegues em 1995, a definição de conflitos em UCs é pertinente para o caso do antigo PEJ:

Conflito implica existência de duas partes com interesses diferentes e distintos, muitas vezes opostos. As partes envolvidas no conflito consideram sempre a outra como agente do problema. Assim, ambas as partes são agente e sujeito ao mesmo tempo, dependendo do referencial. Por exemplo, a Unidade de Conservação é agente de conflito para as populações ocupantes de seu interior, que neste caso são sujeitos, na medida em que não podem mais exercer suas atividades. Por outro lado, para as Unidades de Conservação e suas administrações ou sobre o ponto de vista da conservação, as populações são agentes de conflitos, tornando-se assim as UCs sujeitos. Assim podem-se analisar os conflitos existentes nas UCs sob diversos aspectos, dependendo do referencial do "sujeito conflitante". As populações locais não deixam de ser vítimas de um conflito que se produziu num processo autoritário de criação e implantação das Unidades de Conservação restritivas. E a conservação se coloca, neste sentido, como oposta ao desenvolvimento das atividades econômicas destas populações, tornando-se assim agente de conflito (Diegues et al. 1995).

Na área de estudo, várias situações de conflitos estavam em pauta, mas a principal é a questão fundiária e os usos do Território, já que a maioria dos ocupantes do Mosaico recebeu as suas terras por herança ou as comprou, e depois descobriram que não podiam usá-las. Sem

falar na negação ao acesso a serviços públicos como estradas, energia elétrica, abastecimento de água, tratamento de esgoto, educação e saúde.

Essas situações conflituosas transformavam a vida dos ocupantes num verdadeiro “inferno/dilema/calvário”, pois aliado a todas essas restrições, com o advento da edição da Lei de Crimes Ambientais, em 1998, todas as atividades de sobrevivência dessas comunidades passaram a ser consideradas como crime. A partir do Artigo 40²⁵, que considera muitas das situações descritas acima como “causar dano direto ou indireto a unidades de conservação”, vários processos são gerados no Judiciário e muitos dos ocupantes passam a ser considerados criminosos passíveis de punição pela Justiça.

Neste novo cenário os ocupantes são obrigados a frequentar várias audiências na Delegacia de Polícia e Fórum da Comarca, o que, para um pequeno agricultor, é uma situação muito constrangedora. Uma frase passa, então, a ser muito ouvida na região de estudo: “Um homem de bem ser considerado criminoso é muito doído pra nós”, revela um morador, ocupante do antigo PEJ, criminalizado por habitar um território proibido.

O livro *Áreas Protegidas e Inclusão Social* que Marta Irving organiza (2006) traz um capítulo sobre os conflitos no Parque Estadual Pedra Branca, no Rio de Janeiro que, apesar de ser um parque próximo à área urbana da cidade do Rio, vivencia conflito que apresenta similaridades com os existentes no PEJ. Ela define:

(...) conflitos são interações constitutivas da vida cotidiana e da história humana. Guerras, revoluções, luta de classes, brigas conjugais, brigas entre vizinhos; os conflitos são de origens e tipologias variadas. Assim o conflito é um elemento encontrado em praticamente todas as relações humanas. O mundo que transcende os conflitos da ilha de Utopia de Thomas Morus, ou aquele representado em fábulas e histórias infantis, com celebre final, “*e viveram felizes para sempre*”, ilustram a ideia da superação definitiva das graves querelas que afligem os humanos, e dizem muito mais do modo como se desejaria que o mundo fosse representado e, muito de como a vida realmente é. Conflitos são o tema central da vida em sociedade. A começar pela unidade elementar da vida social- o indivíduo- elemento irreduzível e indivisível, o átomo da sociedade. O indivíduo é, em si mesmo, um ser cindido, que vivencia conflitos. (Irving, 2006, p. 93)

Além dos conflitos individuais ocorrem os conflitos entre grupos. Utilizando-se de Simmel (1983), Irving (2006, p.93) afirma que mesmo nas cidades onde as relações humanas são mais superficiais, constituir relações só pode ser satisfeita pelo conflito latente, que podem se transformar em ódio e lutas reais.

²⁵Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998* Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização. Pena: reclusão, de um a cinco anos.

Para Simmel, dada a onipresença dos conflitos eles devem ser considerados uma forma de interação social, cuja natureza não pode ser entendida como essencialmente patológica. Para o autor a sociedade é constituída por uma multiplicidade de interações, num incessante *continuum* de aproximação e de separação, de consenso e de conflito, de permanente vir- a -ser. Esse processo constitui a sociedade, através de múltiplas interações de uns com os outros, contra e pelos outros (Irving, 2006, p. 94)

A respeito das funções causas e efeitos dos conflitos nas estruturas sociais, a sociologia se divide, segundo Coser (1996), grosso modo, em dois campos: o dos que afirmam que os conflitos deveriam ser encarados como fenômenos patológicos, como sintomas de doenças no corpo social; e aqueles que defendem a ideia que os conflitos são formas de interação social, que podem contribuir para a manutenção, o desenvolvimento, a mudança e a estabilidade geral de entidades sociais (Irving, 2006, p. 95)

Se, por um lado, os conflitos podem ser considerados perigosos e destruidores da ordem social, eles também podem se constituir num processo de construção de novas relações sociais. O conflito pode facilitar a dominação de um grupo social, que se perde em disputas e fica fraco. Mas, por outro lado, pode fortalecer os grupos de diferentes, que lutam contra um inimigo comum (Irving, 2006). É o caso dos conflitos vividos no antigo PEJ. As restrições ambientais atingiam a todos os “sem nada”, mas qualquer tipo de diferença existente entre eles era superado em nome da luta contra uma situação que consideravam como opressora. Os conflitos levaram a conquistas e a mudanças que, por sua vez, só ocorreram pela presença do conflito socioambiental dado.

Unidades de Conservação

O processo de criação das Unidades de Conservação (UCs) seguiu os conceitos das unidades de conservação dos países industrializados, sobretudo dos Estados Unidos, sendo o objetivo principal preservar algumas áreas que servissem de lazer ou de referência histórica para as populações urbano-industriais, já que *desenvolvimento* e *conservação de áreas naturais* não eram considerados usos compatíveis. Segundo Diegues (1996), a criação do primeiro parque nacional no mundo, o de *Yellowstone*, em meados do século XIX, foi o resultado de ideias preservacionistas que se tornavam importantes nos Estados Unidos desde o início daquele século. No entanto, de acordo com Keith Thomas (1993), essas ideias surgiram muito antes na Europa. Segundo esse autor, na Inglaterra, até o século XVIII, havia um conjunto de concepções que valorizava o mundo natural domesticado, e os campos de cultivo eram os únicos que tinham valor. O homem era considerado o rei da criação e os animais, destituídos de direitos e de sentidos e, portanto, insensíveis à dor. Quando começam a chegar à Europa notícias que os povos orientais veneravam o mundo natural e não maltratavam os animais, a reação geral foi de desaprovção. É este conceito que vai marcar a criação das áreas protegidas no mundo.

No Brasil esse debate esteve presente desde as primeiras etapas do processo de construção da “moderna” sociedade brasileira, a partir da colonização, empreendida majoritariamente pela metrópole portuguesa, se fortalecendo década após década, na medida em que a dependência humana dos recursos naturais se revelava mais evidente. Cerca de 500 anos mais tarde, o dilema que ainda se impõe à sociedade contemporânea é como promover a utilização sustentável dos recursos renováveis, assegurando os valores e necessidades das gerações presente e futuras. Como promover a integração sociedade-natureza, num mundo dicotomizado e fragmentado entre a perspectiva histórica do passado e as demandas do futuro (IRVING, 2006, p. 15).

No período colonial a conservação tem uma preocupação focada na proteção de recursos renováveis com importância econômica, como a madeira para a construção civil e naval e os minérios. No século XVIII, Maurício de Nassau editou medidas para evitar que as florestas do Nordeste "...fossem cortadas, para não virem a faltar algum dia às necessidades públicas" (FUNATURA, apud Diegues, 1995).

Na Carta Régia de 1797, ela alertava ser "necessário tomar precauções para a conservação das matas do Estado do Brasil, e evitar-se que elas se arruinem e se destruam..." (QUINTÃO, 1983:19). Em 1821, José Bonifácio sugere a criação de um setor administrativo especialmente responsável pelas "matas" e "bosques" e, juntamente com outras

personalidades mais esclarecidas, clamava pela necessidade de os recursos naturais serem utilizados com moderação. Anos depois, em 1833, foi criada a Reserva de Florestas através da Decisão Imperial n° 429. No ano de 1844, após uma grande seca, o Ministro Almeida Torres propôs as desapropriações e os plantios de árvores para salvar os mananciais do Rio. A partir de 1850, vários atos do Governo Imperial referiam-se à desapropriação e guarda das áreas de nascentes e, já no ano de 1856, começaram a ser desapropriadas algumas áreas. Em 27 de setembro de 1860, através da Lei n° 1.114, foram desapropriadas as nascentes de águas necessárias para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Em 1861, foram criadas a Floresta da Tijuca e a Floresta das Palmeiras (IBDF/FBCN, 1981a).

Em 1872, o engenheiro André Rebouças propôs a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas e da Ilha do Bananal (BRITO, 2003). Em 1911, Rebouças elabora o Decreto n° 8.843, de 26/07, que criava no território do Acre uma Reserva Florestal, abrangendo uma área aproximada de 2,8 milhões de hectares, mas que não foi aprovado (FUNATURA, 1989). Assim, apesar de não ter sido implantada, esta foi a primeira proposta de Unidade de Conservação definida no Brasil.

Os primeiros marcos referenciais do que viriam a ser as florestas protetoras, hortos florestais, florestas modelos, parques nacionais e reservas florestais foram definidos pelo Decreto n° 4.421 (1921), que criava o Serviço Florestal, no âmbito do Ministério da Agricultura (DIEGUES, 1995). Mas é a partir do Estado Novo que se inicia a instituição de áreas protegidas no Brasil, entendidas a partir desse período como espaços delimitados de parcelas do território brasileiro para a preservação e/ou conservação da natureza, com o aval do Estado (IRVING, 2006).

Afirma Diegues (1996) que, na Constituição de 1937, as primeiras áreas protegidas brasileiras estavam vinculadas ao conceito de monumentos públicos naturais, e visavam resguardar porções do território nacional que tivessem valor científico e estético. Até meados da década de 70, essa visão predominava e o Brasil ainda não possuía uma estratégia nacional global para selecionar e planejar as unidades de conservação. A proteção dos ecossistemas e de espécies ameaçadas, do ponto de vista conceitual e metodológico, era ainda precária.

Segundo Brito (2003), a partir dos anos 50 e com especial destaque para a década de 70, há uma expansão da criação das áreas protegidas (nos anos 70, a rede de áreas naturais protegidas aumentou em extensão em mais de 80% sendo que 2/3 do total se deu no Terceiro Mundo). Isto ocorreu em parte devido ao reflexo da preocupação da comunidade internacional com a rápida perda da biodiversidade, que é expressa nas convenções, conferências e comissões - tais como a Convenção para a Preservação da Fauna e Flora (1933), Comissão de

Parques Nacionais (1960), a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (1962) e Conferência da Biosfera (1968) e pela criação da Fundação União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN - 1948) posteriormente União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN - 1965). Nesta fase a abordagem principal são as unidades de conservação de proteção integral. Assim o fenômeno global da criação de Parques Nacionais e áreas protegidas faz com que a nomenclatura “Parque Nacional” passe a ser conhecida mundialmente. No decorrer do tempo o fundamento inicial para o estabelecimento de parques, que era o de socialização do usufruto de belezas cênicas por toda a população, é ampliado com a incorporação de novos conceitos, sendo o principal deles a proteção da biodiversidade.

No Brasil também não havia a preocupação com as populações que habitavam estas áreas, algumas delas por vários séculos (certas áreas eram consideradas vazios geográficos), e que através de “seu modo de produção e tecnologia patrimonial, contribuíram para a manutenção da diversidade biológica e dos ecossistemas”. As preocupações com as populações trazidas nos trabalhos de Antônio Carlos Diegues repercutem técnica e politicamente, colocando a omissão do Estado quando da criação das Unidades de Conservação sobre a existência e a importância das comunidades tradicionais. Segundo Diegues (1996), perdeu-se a oportunidade de rever a criação das Unidades de Conservação levando-se em conta as especificidades próprias de um país em desenvolvimento como o Brasil, que apresenta grande e rica diversidade de culturas e modos de produção não industriais como os das populações indígenas, dos pescadores, dos extrativistas, dos roceiros etc. A criação de unidades de proteção integral sobrepostas a áreas já ocupadas perpassa todos os ecossistemas brasileiros. Trata-se, na maioria das vezes, de população rural de pequenos agricultores, índios, quilombolas, caiçaras, caboclos.

Para Brito (2003), esta realidade vem de fatores que afetam direta ou indiretamente a administração de áreas naturais protegidas: a “vontade política” dos órgãos de governo de promover as condições necessárias para a implantação do sistema nacional; a situação original da área, situação fundiária, ocupação humana; a clareza de objetivos da conservação da natureza. A adequada escolha de uma categoria de manejo; a capacidade gerencial do poder público; as pressões; o envolvimento da população local; as políticas públicas discordantes.

Aos poucos a unanimidade da comunidade ambientalista em torno da adoção preferencial de uma abordagem de conservação baseada nas áreas protegidas estritamente restritivas ao uso e ocupação humana, como forma de assegurar a preservação dos recursos naturais, é rompida por severas críticas e questionamentos que se fazem notar a partir da década de 70.

No início dos anos 80, a edição da Lei Federal 6938/81, que cria a Política Nacional de Meio Ambiente e que conceitua meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas", trouxe a relevância da conservação de ecossistemas através da preservação de espaços representativos e especialmente protegidos. A lei também criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável por formular políticas ambientais para o País (DIEGUES, 1996).

Os anos 80 são marcados pela redemocratização brasileira, precedida da crise econômica, que apontam para uma nova fase da expansão da temática da proteção e conservação da natureza, com uma tendência à simplificação da política, porém com alguns avanços (IRVING, 2006).

A nova constituição de 1988, com um capítulo especificamente dirigido à temática ambiental; a criação de um único órgão vinculado ao estado para implementação e administração das áreas protegidas (IBAMA); o "upgrade" da temática ambiental sob a ótica político-institucional através da criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA); a criação de um sistema integrado de áreas protegidas (SNUC), em 2000, com o objetivo simultâneo de reduzir as sobreposições e antagonismos da política anterior, mas também expandir os objetivos da proteção (Irving, 2006, p. 31).

A partir desse novo momento se inicia uma ampliação da participação dos movimentos ambientalistas, em nível local, nacional e internacional. Ao longo dos tempos esses movimentos vão se transformando em atores importantes, influenciando tanto no planejamento como nas políticas de gestão voltadas à conservação ambiental. Cooperações internacionais adquirem novas facetas, fortalecendo os projetos de conservação. Por meio destas cooperações novos aportes de recursos são destinados ao Brasil, visando fortalecer essas políticas de conservação (IRVING, 2006). Colocando para o País uma agenda planetária, que até certo ponto se sobrepôs aos interesses nacionais e locais, com objetivos comuns, onde a questão ambiental se apresentou como tema central.

Com o processo de redemocratização em curso, o movimento ambientalista vai se fortalecendo e o surgimento das organizações não governamentais (ONGs) é a expressão mais contundente desse processo. Organizações que, no início, são mais de cunho ambientalista, mas que, ao longo dos anos, irão incorporar as questões sociais e das minorias, assumindo papel importante tanto na luta pela conservação da natureza quanto das demandas sociais. Neste aspecto, os conflitos entre os ocupantes de áreas protegidas e os órgãos ambientais entram na pauta de várias organizações preocupadas com as relações entre sociedade e natureza. As organizações com atuação nacional irão fazer uma aliança com as organizações locais quando do processo de discussão do SNUC.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e os Mosaicos

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)– criado pela Lei nº 9.985/2000 - traz a figura organizacional do Mosaico no cap. IV, art. 26 e no Decreto nº 4.340/2002, que vem tomando forma a partir da integração informal das gestões de algumas unidades de conservação que atualmente vêm sendo submetidas e reconhecidas através de portarias do Ministério do Meio Ambiente.

Em 1988, foi elaborada a primeira proposta de um projeto de lei para regulamentar o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação”, assinada em junho de 2000 pela Presidência da República. A solicitação inicial partiu do então recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em 1992 foi enviada ao Congresso nova proposta do SNUC e somente no ano de 1999 foi aprovada, sendo sancionada pela Presidência da República em 2000.

A lei foi criticada por setores que consideram que o texto não contemplou todos os anseios de grande parte da população diretamente ligada às UCs. Cabe ressaltar que no texto final da lei houve veto à inclusão de uma definição sobre população tradicional.

Embora o SNUC inclua algumas modalidades novas que permitam a presença de populações em UCs, o avanço é pequeno, pois não há no projeto de lei nenhum objetivo relacionado à proteção da diversidade cultural das populações que vivem dentro de Unidades de Conservação ou em seus arredores. Também não há referência à necessidade de proteger a diversidade cultural como forma de se proteger a biodiversidade dos ecossistemas e vice versa. Nessa direção poderia se ter um sistema que de fato constituiria adoção de novas abordagens para a conservação (FURLAN, 2000).

A lei faz uma alusão a essas questões para as RESEX e RDS, dando um peso maior para as UCs de proteção integral, o que representa uma posição histórica do Estado, que tende sempre a não levar em conta as aspirações da sociedade e só avança através da pressão “como feijão velho, que só cozinha na panela de pressão e muito fogo”.

Porém, um dos avanços do SNUC é a garantia da participação popular na criação, implantação e gestão das UCs, por intermédio de consultas públicas, exceto no caso das Estações Ecológicas e Reservas Biológicas; além da obrigatoriedade da composição dos conselhos deliberativos e consultivos, constituídos por representantes da sociedade civil e do Estado, sendo esta composição feita de forma paritária. Segundo Oliveira (2001),

(...) os conselhos gestores surgiram historicamente em coletivos organizados da sociedade civil e mais tarde foram incorporados à gestão pública. Fruto de demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país nos idos da década de 70 e 80, os conselhos foram inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da sociedade (...).

Para Silva (2007), “é através do conselho gestor que deve ser propiciada a participação organizada e responsável da população que de alguma forma interage com a UC”.

Os conselhos são uma das marcas do processo em estudo, tanto na elaboração como na implantação da lei que criou o MOJAC, onde há 09 conselhos organizados e funcionando rotineiramente. Para Loureiro et al. (2003),

(...) a experiência demonstra que o principal para o bom funcionamento dos conselhos não é tanto a sua classificação em consultivo ou deliberativo, mas o status de legitimidade e representatividade que alcança em função de seu processo de constituição e atuação ser realmente mobilizador, sério e democrático, resultando em efetivo poder de intervenção em políticas e ações sociais.(...)

No processo de criação do MOJAC, a existência dos conselhos do antigo PEJ possibilitou que através, do debate, a lei fosse aprimorada e melhor compreendida pelo maior número de pessoas.

A revisão bibliográfica sobre os Mosaicos no Brasil, tanto sobre o surgimento do tema como a sua implantação, foi prejudicada, pois praticamente não há publicações sobre o tema, com exceção de artigos publicados em revistas especializadas, anais de congressos e artigos disponíveis na Internet. O tema “Mosaicos de Unidades de Conservação” é aprofundado em teses de doutorado e dissertações de mestrado, apresentadas a seguir.

O significado da palavra Mosaico, adotado pelo SNUC, vai além da forma física da paisagem, composta por fragmentos naturais ou não, de diferentes formas, conteúdos e funções e objetivos distintos e diversos. Este conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas é considerado um mosaico, quando sua gestão é feita de maneira integrada, pois assim como os ecossistemas ali presentes são interdependentes, suas administrações também devem ser.

Segundo Cerqueira et al. (2003),

(...) comparam o mundo a um mosaico, já que este possui uma composição heterogênea, formada por diferentes tipos de solo, relevo, clima, vegetação, fauna, flora, água, entre outros elementos. Quando se observa ambientes em escalas menores, como uma região ou uma paisagem, percebe-se que estes também são formados de fragmentos menores e distintos.(...)

Segundo Dios (2005):

(..) Esse processo de integração da gestão das UC's torna-se mais um desafio e um exercício de aprendizado coletivo através desse novo modelo de ação sobre o meio ambiente, pois que envolve níveis diferentes de governo, e UC's com estágios distintos de implementação (...)

Primack e Rodrigues (2001) apresentam:

(...) Os mosaicos compartilham objetivos com as Reservas da Biosfera, tais como a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Um reforça o

outro, pois incorporam processos sociais, econômicos e políticos ao bioma, de modo a planejar paisagens mais saudáveis.(...)

Lino e Albuquerque (2007) destacam:

(...) que os corredores ecológicos poderão ser fortalecidos pelos mosaicos à medida que a gestão passe a ocorrer de forma integrada nas áreas biologicamente prioritárias. Isso amplia a escala de planejamento territorial, e conscientiza para a importância de se preservar a diversidade biológica local, dando incentivo à práticas de manejo que sejam mais apropriadas, reduzindo os efeitos dos impactos negativos das atividades humanas sobre os corredores ecológicos e podendo reduzir também os efeitos de borda, assim ampliando seus limites. Tudo isso aumenta as probabilidades de se reconectar as áreas naturais que foram “interrompidas” entre as unidades²⁶ e mesmo entre os mosaicos.(...)

As consequências das mudanças ocorridas no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga relacionadas à questão do ordenamento territorial e como as Unidades de Conservação se portam nesta questão são um dos aspectos analisados nesta pesquisa. Nas afirmações de Sanson (2001):

(...) Assim, a análise das Unidades de Conservação sob a ótica do ordenamento territorial é uma perspectiva inovadora se comparada as concepções anteriores que enxergavam as UCs fechadas sobre si mesmas. Nessa nova ótica, não se pretende que as UCs estejam destituídas de qualquer vínculo com as comunidades e grupos humanos próximos a elas ou apenas conectadas através de corredores ecológicos criados para atingir os objetivos da conservação da natureza.

A idéia de focar as UCs como vetores do ordenamento territorial baseia-se na suposição de que essas áreas protegidas possam ser vistas como indutoras do desenvolvimento sustentável local e regional, através da sua inserção na pauta política e econômica dos agentes atuantes sobre essas áreas.(....)

²⁶Através da paisagem das unidades de conservação existentes num mosaico se dará a conectividade ecológica dessas áreas, garantindo os fluxos genéticos existentes.

1.6- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da presente pesquisa partiu-se da revisão bibliográfica em livros, teses e dissertações, artigos disponíveis na internet, realização de entrevistas em campo e análise documental, conforme descrito adiante.

Pesquisa Documental

A pesquisa bibliográfica que embasou o estudo está fundamentada na busca de uma base teórica que permitisse ampliar a visão dos conflitos socioambientais no Mosaico. Para isso, as teorias sobre território, ecologia da paisagem e conflitos socioambientais, participação cidadã, foram definidas como processo de imersão do autor no campo acadêmico das questões. Foi realizado também um levantamento de dados sobre o sistema de áreas protegidas brasileiras, em especial sobre os Mosaicos de Unidades de Conservação, e também sobre as características sociais, econômicas e ambientais da área de estudo e do território do Vale do Ribeira. Foram aprofundados os estudos sobre a ecologia da paisagem para, através desta base conceitual, poder buscar respostas aos questionamentos ligados à conservação da área, já que esta era uma lacuna a ser preenchida a partir da proposta de dissertação, conforme sugestões da banca de exame de qualificação. Os resultados deste estudo estão nos Capítulos 02, 03 e 04.

Pesquisa de campo: Entrevistas com moradores, lideranças comunitárias e sindicais, gestores públicos e representantes de organizações não governamentais locais

Os procedimentos investigativos se basearam na pesquisa participante com a realização de entrevistas com sujeitos sociais que participaram de todo o processo que culminou com a criação do Mosaico: os moradores do MOJAC, os gestores públicos, as lideranças sindicais e de movimentos de trabalhadores e os membros de organizações não governamentais que atuam na área. Os resultados destes dados levantados estão apresentados e analisados no Capítulo 3 “As comunidades e a Recategorização do Território”. A técnica utilizada consistiu em analisar o conteúdo das respostas às perguntas feitas nas entrevistas, com análise do tipo classificatório. A elaboração de questionários com perguntas abertas tornou possível a livre manifestação e expressão dos entrevistados sobre os temas abordados. Com a análise, foi possível aferir as percepções dos diferentes atores sociais em relação ao processo de criação e implantação do MOJAC. Nos questionários (Anexo 01), foram formuladas questões para averiguar como os atores sociais se relacionam com as mudanças do território: o grau de concordância ou discordância, de entendimento ou não da proposta, a

percepção de melhoria ou não da conservação ambiental e das suas atividades cotidianas e o quadro situacional dos conflitos socioambientais e da relação com o Estado.

Estas questões foram classificadas por meio de critérios qualitativos e quantitativos e de grades de análise, com aferição dos resultados e posterior análise, adotando as sugestões de Bardin (2011). Foram entrevistados 12% dos chefes de famílias residentes na área de estudo, diante de um universo de população estimada em 1.400 famílias. Portanto, foram realizadas 169 entrevistas de chefes de famílias, distribuídas espacial e proporcionalmente, de forma a cobrir toda a área de estudo. Foram realizadas 13 entrevistas com conselheiros das Unidades de Conservação, entre membros representantes da sociedade civil e gestores de UCs. Essas entrevistas foram feitas pessoalmente e através de questionários enviados via internet.

Análise Documental das Atas dos Conselhos e outros documentos relativos às UCs

Foi feita a leitura e análise das atas das reuniões do Conselho do Núcleo Cedro do antigo Parque Estadual do Jacupiranga e dos Conselhos das novas UCs criadas no MOJAC, priorizando as do Parque Estadual do Rio Turvo e as atas das reuniões das quatro RDS que integram a região da área de estudo, num total de 110 atas. Vale destacar que estas reuniões contaram com a presença de representantes dos moradores, lideranças da sociedade civil e do Estado, sendo constantes nestes encontros os debates sobre as mudanças do território, o acesso à terra e o uso do território. Nas atas das reuniões há registro de falas relevantes para a compreensão de todo este processo, sendo fundamentais nesta pesquisa. Após a leitura dos documentos, foi feita uma prospecção da fala dos participantes e, através do método de associação de palavras e de temas, a análise temática do texto foi elaborada utilizando-se o método da contagem de um ou vários temas, subtemas ou itens de significação (BARDIN, 2011). Também foram analisados documentos produzidos pela gestão das UCs e pelas Polícias Ambiental e Civil: termos de embargos, boletins de ocorrência, planilhas de pedidos de licenciamento, processos internos das UCS e requerimentos de pedidos de autorização para atividades agropecuárias.

1.7- OS CAMINHOS DA PESQUISA

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje.

Paulo Freire.

Nessa seção será apresentada a pesquisa construída à luz das teorias de Território, Estudo de Caso e Análise de Conteúdo.

Referencial Teórico

De Parque a Mosaico: do território do medo para o território de uso e da conservação

A implantação de um Mosaico de áreas protegidas configura-se em uma estratégia de gestão e ordenamento territorial, uma ferramenta trazida no bojo da Lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O território do Mosaico do Jacupiranga apresenta similaridade com o território do Vale do Ribeira, com as mesmas características de uso - agricultura de produção de alimentos e de mercado, extrativismo, pesca, madeira, caça; e de perfil da população que habita a região - migrantes, caiçaras, caboclos, quilombolas - numa referência à conceituação de território material e imaterial e multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004).

Ela aparece como resposta ao processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re) territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. Assim, a desterritorialização seria uma espécie de “mito” (Haesbaert, 1994, 2001b, 2004), incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi) territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (Haesbaert, 1994:214). Estes processos de (multi) territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam.

A criação de várias Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Mosaico do Jacupiranga possibilitou a permanência das populações residentes no território – comunidades tradicionais, migrantes-pequenos agricultores - de forma organizada e isentas da pressão que sentiam antes quando estavam ocupando um Parque “onde tudo é proibido”, criando uma multiterritorialização que perpassa pela complexidade territorial proposta por Haesbaert (2004), em que as questões da relação sociedade e natureza são intrinsecamente ligadas, podendo-se dizer que uma (sociedade) não existe sem a outra (natureza). A marca do território do MOJAC é esta relação sociedade e natureza: como as comunidades se apropriam e usam o

território e como o Estado tenta preservá-lo. Milton Santos (1996) afirma que sem os elementos sociedade e natureza não haveria território.

Se, por um lado, a criação do antigo Parque Estadual de Jacupiranga seguiu o pressuposto básico da separação entre sociedade e natureza, seguindo o padrão preservacionista (BRITO, 2003) e não levando em conta a presença humana na área, a estratégia adotada para a criação do Mosaico do Jacupiranga está demonstrando ser a mais adequada diante da realidade local. Lembrando que o processo de construção teve participação da sociedade, por meio da qual foram consideradas todas as características ambientais e sociais do território.

O Mosaico vive agora o desafio de ser implementado, aliando conservação com o modo de vida das comunidades que ali vivem.

Essas são as questões principais que norteiam a presente pesquisa:

- A concretização do Mosaico pode garantir a apropriação do território pelas comunidades através da legitimação da posse da terra?
- Uma nova relação entre Estado e população residente em Unidades de Conservação pode ser iniciada com a implantação do Mosaico?

O ponto central da pesquisa foi o estudo dos conflitos no espaço territorial. Para Milton Santos (1996), o espaço é o terreno onde se constroem as relações sociais de trabalho, onde repousam objetos naturais e materiais. O espaço é dinâmico, pois pressupõe empreendimento das ações humanas na sua configuração: (...) um conjunto indissociável de sistemas de objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico (SANTOS, 1996, p. 332).

Também foi foco do estudo entender como as populações se apoderaram do território, como conseguiram garantir sua manutenção em uma área com tantas dificuldades impostas pelas políticas públicas que trouxeram restrições ambientais - onde as formas tradicionais de manejo dos recursos naturais e do uso do solo passaram a ser proibidas - bem como pelas condições naturais adversas, como a baixa fertilidade do solo e as características topográficas da região. Estas condições limitaram o uso pleno do território pelas populações, já que nos locais onde moravam nada podiam fazer. Além disso, não conseguiam compreender porque eram rotuladas de “invasoras” do território, quando haviam comprado ou recebido como herança a terra onde tentavam viver e cultivar.

Buscamos compreender como se deu esta ocupação do território e quais os atores sociais que se estabeleceram na região. Buscamos investigar de que forma os ocupantes

chegaram à região, estabelecendo relações entre populações tradicionais e os migrantes que ocuparam a área a partir da década de 1980, oriundas dos processos produtivos das regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba. A questão que se coloca é quais conceitos geográficos nos permitem analisar a relação entre o estado da conservação ambiental, a qualidade de vida dos ocupantes e a solução dos conflitos socioambientais na área de estudo, desde a criação do Mosaico de Unidades de Conservação, tendo em vista que agora a maior parcela dos ocupantes está vivendo em áreas onde existe a possibilidade de desenvolverem o seu modo de vida, utilizarem técnicas de produção agrícolas mais adequadas, sem as restrições que um Parque e a proteção integral impunham. Esta situação foi interpretada através da categoria geográfica de território, com base nas relações entre sociedade e natureza, principalmente no que se refere ao comportamento das comunidades em relação ao meio físico onde vivem.

Como referencial teórico desta pesquisa, utilizamos a categoria de território e territorialização, pois tratamos da espacialidade humana, da interação sociedade-natureza e das relações de poder que envolveram e ainda envolvem a criação e implantação do Mosaico do Jacupiranga.

Para Milton Santos, na definição de território deve ser considerada “a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.” (SANTOS, 2000, p. 247). Santos et al. (2000) propõem que o território usado “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Isso nos permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial”. Todo o processo de formação do território do antigo Parque Estadual de Jacupiranga foi marcado pela interdependência entre natureza e seu uso. Para Milton Santos (2000),

(...) por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence....Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado.

A criação do MOJAC ocorreu por meio da transformação de uma área pré-estabelecida pelo Estado, portanto, um território político jurídico no meio de uma grande diversidade de perspectivas. Esse território passa por uma reterritorialização, inicialmente determinada pelo Estado através da criação da reserva florestal, na década de 1940, e do Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ) em 1969. A criação do PEJ não levou em consideração a presença de populações em seu interior e tampouco os usos tradicionais que essas populações faziam deste território. Vale ressaltar que o território, para seus ocupantes, já

estava estabelecido bem antes da implantação do Parque. Como consequência desta imposição, estabelece-se o conflito de uso. Como afirma Diegues (1996, p. 158):

(...) Conflito se reporta também à ecologia política ou à política toutcourt, uma que o Estado impõe espaços territoriais onde vivem populações tradicionais, outros espaços tidos como “modernos e públicos”: o dos parques e reservas de onde, por lei, necessariamente devem ser expulsos os moradores. Num primeiro momento, esses atores sociais são invisíveis, e os chamados “planos de manejo dos parques” nem sequer mencionam a sua existência.

Mudar esta situação que caracteriza a criação das áreas protegidas no Brasil, de um território imposto (DIEGUES, 1996), para um novo território de uso - com a criação de unidades de conservação de uso sustentável, em que o uso e a apropriação do território se dão pelos ocupantes - mesmo que ainda sob a tutela do Estado que se dá por meio do domínio jurídico e pela indicação do gestor da área - é o que se tem proposto com a criação do Mosaico do Jacupiranga. Esse processo se configura numa nova postura, adotada para criação de áreas protegidas, seguindo o que preconiza o SNUC.

A criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga vem romper com o processo de imposição territorial do Estado sobre a sociedade e concretizar essa nova política. Por meio de intensa mobilização, esta sociedade força o Estado a aceitar uma nova territorialização, que não estava planejada e não constava na pauta política do Estado. A mobilização social provoca o debate, a revisão territorial das áreas protegidas e a adoção de novas posturas antes tidas como um mito no interior dos órgãos que administram estas unidades no Estado. Porém, o processo de negociação estabelecido irá possibilitar novos usos deste território. O Estado cede diante da força da sociedade organizada, estabelecendo o processo de desterritorialização e territorialização, superando anos de discussões e impasses sobre a presença humana e o uso daquele território. Como afirma Haesbaert (2004, p. 17):

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Território, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural é enfocado aqui numa perspectiva geográfica intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como processo de domínio (político econômico) e /ou apropriação (simbólico cultural) do espaço pelos grupos humanos (...).

Refletindo o que afirma Haesbaert (2004), o processo estudado ocorre numa arena de conflitos que marca a relação entre Estado e sociedade. O que estava em jogo, por um lado, era o acesso à terra e a garantia de um território para seus usos materiais e imateriais e, por outro, a preservação dos recursos naturais a qualquer custo. O que se constatou ao longo dos tempos foi a inquietação e o repúdio dos ocupantes por não poderem se apropriar política e

culturalmente do território, já que no território imposto não lhes era permitido o seu uso, ocorrendo o inverso do que alguns cientistas políticos dizem do fim dos territórios.

A criação do MOJAC, em tempos dos territórios em redes, concretiza-se em um “novo” território, passando de território do medo para território de uso e conservação, por meio da apropriação do espaço, num verdadeiro movimento de contra corrente que constitui a passagem da desterritorialização para a construção do novo território, mesmo que ainda comandado pelo Estado, mas sob forte influência do poder da mobilização social.

(...) Desterritorialização, na verdade, é uma nova forma de territorialização, a que chamamos de “multiterritorialidade” (...) processo concomitante de destruição e construção de territórios (...) (Haesbaert, 2004, p. 32).

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito a totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e ela deseja e é capaz de explorar (Godelier, 1984:p. 112 apud Haesbaert, 2004, p. 56).

Não existe entre a sociedade e seu espaço uma simples relação de territorialidade, mas também uma ideologia do território, pois tudo o que se encontra no entorno e entre o homem tem algum significado. O território não traz em si somente o “ter”, mas o “ser”. As comunidades tradicionais - quilombolas de Barra do Turvo e Eldorado, caboclos de Cajati, Barra do Turvo, Eldorado e Iporanga e os caiçaras de Cananéia, têm com o território uma relação espiritual e afetiva. Ao longo dos anos e do processo de ocupação, esta relação também se interioriza nas comunidades de migrantes que chegam ao Parque, que recompõem o espaço social e se enraízam na região. Neste contexto, este território representa a porção da natureza e do espaço que uma sociedade o reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e meios materiais para sua existência.

Haesbaert (2004, p. 40) agrupa os territórios em três concepções, partindo da abordagem integradora, que enfatiza aspectos político, econômico e simbólico, onde seria possível apreender a complexidade do território. Sendo esses três aspectos do estudo do território, base para sua discussão:

Político (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-político (relativo também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômico (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou

incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Essas concepções de território de Haesbaert encaixam-se no território do Mosaico. No viés político, o território é visto como um espaço delimitado, controlado e regulado, através do qual se exerce um determinado poder, já que apesar das arenas de participação comunitária - como os espaços dos conselhos - é o Estado que detém o poder e o domínio sobre a área. No aspecto cultural, há a presença das comunidades tradicionais com suas manifestações culturais (festas, ritos, crenças) e sua apropriação e valorização simbólica do território, definindo uma paisagem cultural que marca a inscrição de sua cultura sobre o espaço. Na concepção econômica do território, destacam-se as relações sociais e de trabalho, com a sociedade se reproduzindo social e economicamente.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.....

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (Haesbaert, 2005, p. 6776)

A partir da criação do MOJAC, o território passa a ter novos desafios e novas oportunidades. A reterritorialização trouxe as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Extrativistas (RESEX), lugares-territórios onde as atividades de sobrevivência estão intimamente ligadas ao uso da terra, propiciando o fortalecimento do sentido de territorialidade e pertencimento e das práticas da agrofloresta e da agroecologia. Além disso, o Mosaico possibilitou o acesso às informações sobre técnicas de manejo de produção visando, como exemplo, a melhoria da atividade agropecuária desenvolvida na área, além da disponibilidade de serviços públicos de infraestrutura, como a instalação da energia elétrica, a recuperação e manutenção das estradas rurais e a execução de projetos de habitação.

Com a criação do Mosaico, os limites dos Parques são definidos e, principalmente, compreendidos pela população - mas ainda questionados em algumas regiões. Antes, as comunidades não entendiam que, naquele espaço onde havia ocupação humana, comércio e agricultura, realmente existia um Parque. Para os ocupantes, a figura de um Parque – dotado com floresta, cachoeira, caverna e turistas visitando os atrativos – é que deveria realmente ser

conservada. Quando os limites dos Parques foram discutidos e estabelecidos em lei no Mosaico, ficou clara para a população a ideia de que “onde é parque é parque, e tem que conservar”. Porém, persiste ainda a reivindicação de que as áreas das APAs e RDS aumentem em direção aos limites dos Parques, já que vários sítios ainda permaneceram dentro dos Parques.

A pesquisa utilizou-se da categoria de território e de outros instrumentos para analisar se este processo está sendo trilhado rumo a um círculo virtuoso, pelos caminhos da apropriação material e imaterial do território, e se está conseguindo estabelecer uma nova relação entre Estado - Sociedade - Natureza, diferente daquela onde se sobressai o conflito socioambiental e que tem sido a marca das políticas preservacionistas no Brasil.

Estudo de caso

De maneira sintética, o estudo de caso é definido como “uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência” (YIN, 1984, p.23).

O estudo de caso vem sendo utilizado com certa frequência com a condução das pesquisas científicas trilhando o caminho das avaliações qualitativas. O objeto desta pesquisa é qualitativo, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social de um território e seus ocupantes - os atores sociais nele presentes, buscando entender a totalidade das situações existentes desde a criação até a implantação do Mosaico do Jacupiranga, além de descrever, compreender e interpretar a complexidade do processo de criação e implantação do MOJAC.

O estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios pré-determinados e que, utilizando múltiplas fontes de dados, se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. Segundo Lüdke et al. (1986), a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, enfatizando mais o processo do que o produto e preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes. As circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. Da mesma maneira, as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciados ao contexto onde aparecem, com material rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, incluindo transcrições de entrevistas, depoimentos, fotos, cópias de documentos, entre outros. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação

dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Nos procedimentos, procura-se interpretar os fenômenos, descrevê-los e atribuir-lhes significado, utilizando-se a observação diária. A ênfase é dada aos fatos ocorridos. A pesquisa procura, ainda, identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fatos, procurando entender as razões pelas quais isso acontece.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, viabilizada por um estudo de caso, que analisa os impactos decorrentes do processo de mudanças do território. O trabalho buscou analisar como as mudanças são vistas pelas comunidades do MOJAC e pelo próprio Estado, por meio do estudo de caso, numa abordagem qualitativa, com caráter exploratório, através de descrições de pessoas, dos acontecimentos, transcrições de entrevistas e análise das atas dos conselhos das unidades de conservação do MOJAC. O intuito foi angariar elementos que viessem a dar corpo para a reflexão da experiência vivida no processo de criação e implantação do MOJAC.

O estudo de caso, segundo Yin (1984, p. 27), “(...) é uma estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”.

Análise de Conteúdo

Outra ferramenta utilizada foi a análise de conteúdo, metodologia que esteve presente desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os antigos escritos, como exemplo, os livros sagrados. De acordo com Bardin (1977, p. 18), a definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 40-50, com Barelson, auxiliado por Lazarsfeld, sendo uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.

Para Bardin, a análise de conteúdo abrange iniciativas de sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificativas a respeito destas mensagens, quem as emitiu e em qual contexto e quais efeitos se pretende causar. Através delas podemos decifrar os anseios do grupo estudado.

A análise de conteúdo foi utilizada na revisão documental, na análise das atas dos Conselhos Consultivos e das entrevistas, além de outros documentos produzidos sobre o tema. Os dados disponíveis foram analisados a partir da perspectiva da análise de conteúdo, procurando, além dos significados, o texto atrás do outro, ou seja, o texto que não está aparente já na primeira leitura e que necessita de uma metodologia para ser desvendado.

Então, o que pode ser interpretado? Bardin (1977, p. 35) responde:

Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido, cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.

No trajeto dessa caminhada, buscou-se a objetividade da análise. Para Bardin (1977, p. 32), “a análise de conjuntura é um conjunto de técnicas de análise de comunicação. Tudo que é dito ou escrito é susceptível a ser submetido à análise de conteúdo”. Utilizando a análise de conteúdo foi possível aprofundar o entendimento dos ocupantes sobre o MOJAC, as suas atividades socioeconômicas e o funcionamento das áreas recategorizadas. Utilizando as considerações-significações foram trabalhadas as palavras como uma das formas de análise do processo de entendimento dos ocupantes sobre a transformação do Parque Jacupiranga em Mosaico de UCs e suas implicações. Foi por meio das falas e intervenções dos atores sociais (técnicos, conselheiros e população) contidas nas atas das reuniões e realizadas tanto antes da criação como durante a implantação do MOJAC, que pudemos analisar o entendimento da realidade local vivida e o significado, para estes atores, de todo o processo em que estavam envolvidos. Com a utilização deste recurso, pudemos aferir o que os atores sociais pensam do processo e analisar como estes atores têm compreendido as transformações ocorridas em seu Território.

CAPÍTULO 2 - OS MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

2.1- BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

As primeiras áreas protegidas do mundo foram definidas por culturas/populações urbanas que consideravam o silvestre como complementar e afastado de sua realidade (The Wildemess: Diegues,1994 *apud* São Paulo, 1996, p.9). No Brasil, as áreas protegidas também sofreram esta influência marcada pela criação, nos Estados Unidos, em 1872, do primeiro Parque Nacional do mundo - o Parque Nacional de Yellowstone, que trazia o conceito da valorização da manutenção de áreas naturais como ilhas de espetacular beleza e valor estético, conduzindo a sociedade urbana à contemplação e à meditação. Este conceito de áreas protegidas nos Estados Unidos foi desenvolvido por ecologistas com o objetivo de proteger grandes espaços considerados pela cultura urbana como “vazios”. No conceito de outros povos tais espaços não eram vazios ou sem donos (DIEGUES, op.cit.).

Vários eventos no mundo são fundamentais para contextualizar a conceituação das áreas protegidas no mundo. Diegues (1996) destaca a criação do Parque Nacional dos Alpes, na Europa; a primeira definição sobre Parques na Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres, 1933, onde os representantes de governos africanos também participam; a organização pela ONU, em 1959, da primeira lista de Parques Nacionais do mundo; o estabelecimento pela UICN, em 1960, da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas; a realização, em 1962, em Seattle (EUA) da Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais; a 10ª Assembleia da ONU, em Nova Deli, na Índia, com recomendações de novos conceitos sobre os Parques Nacionais; a publicação pela UICN, em 1980, do documento *Estratégia Mundial para a Conservação*, onde é destacado o conhecimento que as populações tradicionais têm sobre os ecossistemas e das espécies protegidas e como esta populações manejam e as usam; a publicação pela ONU, em 1986, do documento *O nosso futuro comum*, que propõe a preservação da biodiversidade e uma nova abordagem para a criação de Parques – estes não poderiam ser criados isolados da sociedade.

A partir daí, a discussão da criação de áreas protegidas sempre será pautada pela relação sociedade-natureza, tendo como marco no processo de criação e manejo dos Parques Nacionais o IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, cujo tema foi “Povos e Parques”. A Conferência da Biodiversidade Biológica, realizada no Brasil, em 1992, traz em suas deliberações a importância das áreas protegidas e a relação com as comunidades locais.

No Brasil, apesar de no período do Império terem sido tomadas algumas iniciativas legais de proteção à natureza, como a criação de leis que protegiam as madeiras destinadas à indústria naval, é de 1876 a iniciativa do engenheiro André Rebouças - inspirado na política americana - propondo a criação de Parques Nacionais em Sete Quedas (PR) e Ilha do Bananal (TO). Em 1914, são criados por decreto os dois primeiros Parques Nacionais no território do Acre, “(...) iniciativa era tão avançada para o início do século no país, que os decretos caíram no total esquecimento e essas áreas nunca foram implementadas” (COSTA, 2003 apud Guerra; Coelho et al., 2009, p.37). Além dessa iniciativa, o Serviço Florestal do Estado de São Paulo foi criado no final do século XIX e se transformou em um importante instrumento de gestão ambiental.

Durante as primeiras décadas do século XX, grupos que atuavam na discussão das áreas protegidas são formados e iniciam pressões junto ao governo para a criação de áreas protegidas. Em 1934, acontece a Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, tendo como um de seus principais objetivos a criação de um sistema de unidades de conservação (SAMPAIO, 1935, apud Guerra; Coelho et al., 2009, p.39). Neste período vários instrumentos legais também foram criados: o Código de Caça e de Pesca, que trazia medidas de proteção aos animais; o Código das Águas e o primeiro Código Florestal que, apesar de ser voltado para a regulamentação da exploração madeireira, traz medidas pioneiras do que seria o Sistema de Unidades de Conservação como conhecido hoje. Em 1934, a conservação ambiental passa a fazer parte da Constituição como princípio básico que deve ser assegurado pelo Estado.

Com estes instrumentos legais, em 1937 o governo de Getúlio Vargas cria o primeiro Parque Nacional – o de Itatiaia – e, em 1939, são criados o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu, eventos que marcam o início da gestão de áreas protegidas no Brasil.

A história da criação das UCs no Brasil pode ser dividida em quatro períodos. O primeiro, compreendido entre 1937 a 1967, quando estas áreas são administradas pelo Serviço Florestal Federal; o segundo, que vai de 1967 a 1989, quando as áreas protegidas ficaram a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) - período que coincide com a ditadura militar e quando são criadas várias Unidades de Conservação e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA); o terceiro período, compreendido entre 1989 até o ano de 2000, quando as áreas protegidas passaram a ser geridas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e o último período, de 2000 até os dias de hoje, em que as áreas protegidas passaram a ter um instrumento legal próprio - o

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MACIEL, 2007, p.64). Nessa fase atual também é editado o Plano Nacional de Áreas Protegidas bem como promovida a reestruturação do IBAMA com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Após 2004 são criadas várias Unidades de Conservação tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, principalmente na Amazônia Legal. Estas UCs são criadas para a conservação, mas com um forte componente de regularização fundiária e visando a redução do desmatamento.

Em 1911, o Estado de São Paulo cria o Serviço Florestal que tinha como missão a conservação, o melhoramento e exploração metódica das florestas remanescentes, a renovação de áreas destruídas e instalação de novas áreas florestadas (SÃO PAULO, 1994, apud Brito, 2000, p.116). A política de reflorestamento acompanha esta tendência. No início do século, são criados Hortos Florestais e, com o serviço florestal estruturado, na década de 30 o Estado cria o primeiro Parque Estadual, o do Jaraguá, e se inicia a discussão para a criação do Parque Estadual de Campos de Jordão. Neste período do recém-criado Código Florestal, as primeiras Reservas Estaduais são criadas – Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema – e, nas décadas de 50 e 60, são criados vários Parques e Reservas Estaduais, com destaque na região do Vale do Ribeira para o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e Parque Estadual Jacupiranga (PEJ). A década de 70 é considerada estagnada em relação à criação de Unidades de Conservação. Apesar disso, no final da década, em 1977, é criado o Parque Estadual da Serra do Mar, o maior do Estado. Neste período, marcado por mudanças no Código Florestal e em que é centralizada a tomada de decisão em relação às áreas protegidas em nível federal, há mudanças em São Paulo na gestão e criação das Reservas e Parques, passando do Serviço Florestal para o Instituto Florestal a responsabilidade da gestão. Ainda neste contexto, a política do desenvolvimentismo, da incorporação de novas fronteiras agrícolas, reduz o processo de criação destas áreas no território paulista (BRITO, 2000, p. 120). Na década de 80, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente, são aprimorados os instrumentos de proteção como os tombamentos da Serra do Mar pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e outros diplomas legais trazidos pela Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, entre outros.

Um marco para a política de conservação paulista é a criação da Estação Ecológica Juréia - Itatins, já no período da democratização do País, um novo momento onde o movimento ambientalista se fortalece e desenvolve um papel importante no processo de criação da Estação Ecológica. Também é o momento em que os moradores das Unidades de

Conservação se organizam e iniciam um movimento para demonstrar que, em várias Reservas e Parques criados nos períodos anteriores, praticamente todas localizadas no Litoral e no Vale do Ribeira, viviam comunidades tradicionais no seu interior - consideradas invisíveis pelo Estado. É desta época que os conflitos irão se aprofundar.

A partir da década de 80, são criadas as áreas onde as populações podem habitar e viver, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as primeiras Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas, período em que se inicia a discussão da importância das populações tradicionais na conservação. Este momento é marcado pela elaboração dos Planos de Gestão de vários Parques Estaduais e a formação dos conselhos que iniciam processo mais democrático de gestão destas UCs. Atualmente, as Unidades de Conservação no Estado de São Paulo – as de uso sustentável e de proteção integral - são geridas pela Fundação Florestal. Esta mudança ocorreu com a criação do Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR).

A história das áreas protegidas no Brasil revela que as populações existentes nas unidades de conservação sempre foram desconsideradas pelos órgãos gestores, questão que começa a ser discutida e enfrentada quando da discussão da elaboração da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que será apresentada a seguir.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e os Mosaicos

O Serviço Florestal Brasileiro reconhecia apenas os Parques e as Reservas como áreas naturais protegidas. O termo Unidades de Conservação foi usado inicialmente em 1978, no documento Diagnóstico dos Subsistemas de Conservação e Preservação de Recursos Naturais, elaborado por Pádua et al., (BERNARDES et al. 1993, apud Maciel, 2007, p.65). Foi incorporado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que adotou o termo Unidades de Conservação ao definir a política de áreas protegidas no Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil em 1979, que já definia categorias de manejo, pois as existentes na época não eram suficientes para atender a variedade de ecossistemas brasileiros. Na revisão do Plano do Sistema de Unidades de Conservação, em 1988, o IBDF encomendou à Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), uma organização não governamental influenciada pela visão preservacionista americana (DIEGUES, 1996, p.126), a elaboração de um anteprojeto de lei instituindo um Sistema de Unidades de Conservação, com o objetivo de inserir o sistema numa lei e corrigir os problemas relacionados às categorias de manejo. Este pode ser considerado o início do processo de discussão da lei que se transformaria no SNUC. Após quatro anos de elaboração, o anteprojeto é apresentado em 1992 ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), num período de forte influência da Convenção sobre a

Diversidade Biológica (CDB), realizada no Rio durante a ECO-92 e da qual o Brasil é signatário.

(...) Os objetivos desta convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinente, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (...) (MMA, 2000, p. 11)

Entre os compromissos firmados pela Convenção, um deles é o estabelecimento de sistemas de áreas protegidas visando a proteção de ecossistemas, a promoção do desenvolvimento sustentável em áreas adjacentes às áreas protegidas e o respeito ao conhecimento e às práticas das comunidades locais. O anteprojeto foi analisado e aprovado pelo CONAMA e, em maio de 1992, já na qualidade de Projeto de Lei foi encaminhado ao Congresso Nacional onde permaneceu por oito anos até ser votado, passando por uma série de debates. Em 1994, o deputado e relator Fábio Feldmann apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei do SNUC, introduzindo modificações significativas no texto original. Em 1995, novo substitutivo foi apresentado, dessa vez pelo deputado Fernando Gabeira, que procurava resolver o que para ele era o problema central das unidades de conservação: o isolamento político provocado pela falta de participação social e pelo desrespeito aos anseios das populações locais (MACIEL, 2007, p.69):

A principal crítica à concepção tradicional das unidades de conservação é a de que essas áreas são criadas e geridas sem a consulta à sociedade, especialmente às comunidades mais diretamente atingidas, vale dizer, aquelas que vivem dentro ou no entorno das unidades. Os parques e reservas permanecem assim isolados, sem se integrarem à dinâmica sócio econômica local e regional (...). O isolamento das unidades de conservação gera uma série de problemas que impossibilitam sua adequada implantação(...) Sem o apoio local, e considerando as referidas crônicas limitações dos órgãos governamentais para uma fiscalização eficaz, torna-se quase impossível, muitas vezes, impedir a depredação dos parques e reservas(...) O que se pode constatar facilmente é que a sociedade, em geral, não conhece e não compreende a importância das unidades de conservação. É sabido que só se valoriza aquilo que se conhece.

Estas questões pautaram todo o processo de discussão ocorrido em inúmeras reuniões que a Câmara, em um procedimento inédito, realizou. Foram feitas seis audiências públicas fora do Congresso para promover um amplo debate sobre o projeto de lei do SNUC nas cidades de Cuiabá, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Macapá; audiências públicas onde modificações foram propostas. Neste processo, ressalta-se o debate entre os preservacionistas e os conservacionistas (socioambientalistas):

De um lado temos os que eu chamo de preservacionistas, de outro lado os que podem ser denominados sócio-ambientalistas. Os primeiros crêem que para conservar a natureza é necessário separar áreas naturais e mantê-las sem qualquer tipo de intervenção antrópica (salvo as de caráter técnico e científico, no interesse da própria conservação). As populações que vivem dentro e no entorno da área protegida representam uma ameaça à conservação e devem ser removidas da área e controladas. O Estado deve manter um total e exclusivo controle sobre o processo de criação e manejo das áreas protegidas. Já os sócio-ambientalistas, embora reconheçam que conciliar a conservação com as demandas crescentes das comunidades por recursos naturais é um desafio, entendem que as possibilidades de conservação são mais efetivas quando se trabalha junto com a comunidade local. A criação de uma área protegida deve ser precedida de uma ampla consulta à sociedade e sua gestão deve ser participativa. Uma concepção mais flexível de área protegida facilita a solução de conflitos, a negociação de acordos e o apoio da comunidade local às propostas de proteção da natureza. É preciso atrair, valorizar e apoiar o trabalho do produtor rural e da iniciativa privada em favor da conservação. (Mercadante, 2001)

Tanto os preservacionistas - preocupados com a conservação da diversidade biológica - e os conservacionistas - preocupados com as populações tradicionais, tiveram que enfrentar a bancada ruralista do Congresso, que participava do debate defendendo os seus interesses, contrários à criação de Unidades de Conservação e também contra os mecanismos de limitação de crédito para quem não averbasse a Reserva Legal – proposta contida na primeira versão do projeto de lei que também considerava a Reserva Legal como Unidade de Conservação.

Após todo este processo, o projeto foi aprovado no Congresso em 2000, mas alguns dispositivos foram vetados pela Presidência da República, como por exemplo, a definição de populações tradicionais. Os avanços do projeto foram a própria normatização, com a introdução das novas categorias de Unidades de Conservação para atender à demanda por diferentes modelos de conservação e manejo dos recursos naturais, em função da diversidade ecológica e sociocultural do País; a democratização do processo de criação e gestão de Unidades de Conservação; a instituição dos conselhos consultivos e deliberativos; as consultas prévias à criação das UCs; a garantia da participação das comunidades locais na elaboração e execução dos planos de manejo das unidades; e a introdução de mecanismos para a solução dos conflitos crônicos entre as Unidades de Conservação e as populações que vivem dentro dessas áreas, como a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável - regulados por contrato de concessão de direito real de uso. A lei também garantiu às populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação o reassentamento pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes; além de trazer à tona a figura dos Mosaicos de Unidades de Conservação para a gestão integrada, podendo ser usado como ordenador territorial.

Apesar de não trazer uma definição clara sobre as populações tradicionais, o SNUC colocou estes povos em pauta ao explicitar na lei a existência destas populações. Pelo SNUC, os órgãos governamentais são obrigados a incorporar esta discussão em suas políticas de gestão de áreas protegidas. Esta é a grande virtude da lei que, em conjunto com a definição das categorias, possibilita aos gestores maior respaldo para a mediação dos conflitos e na definição dos usos dos territórios protegidos onde residam populações. O SNUC ordenou e apontou diretrizes para as questões que envolvem a relação entre a conservação e as populações residentes no interior das UCs. Apesar de não oferecer alternativas às comunidades - senão o seu reassentamento - é um significativo avanço a presença dessa questão na lei e em um capítulo específico do decreto nº 42.340/2002, pois, anteriormente, a despeito de inúmeras unidades terem populações residentes, esse assunto não era sequer tratado pelos documentos oficiais, nem as populações eram mencionadas nos planos de manejo. Até que seja possível efetuar o reassentamento, “serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de produção de alimentos e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações”.

A lei traz, ainda, um capítulo destinado às Reservas da Biosfera. Trata-se de um modelo de gestão integrada de uma área com múltiplos objetivos, como a proteção da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, o desenvolvimento de pesquisas, a educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Categorias de UCs no SNUC

O SNUC divide as categorias de Unidades de Conservação federais em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentável. O grupo de proteção integral é formado por cinco diferentes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já no grupo de uso sustentável, as categorias são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. O quadro abaixo apresenta as unidades de conservação, as categorias e suas finalidades, conforme o SNUC (BRASIL, 2000).

Grupo	Categoria	Finalidade
Proteção Integral	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas
	Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais
	Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.
	Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais.
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter ecossistemas e regular o uso da área
	Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica
	Reserva Extrativista	Proteger o meio de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais.
	Reserva de Fauna	Estudos técnicos científicos sobre manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza, assegurar condições para reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e da exploração dos recursos naturais das populações tradicionais.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.

Quadro 01 - Categorias de unidades de conservação criadas pelo SNUC

2.2- OS MOSAICOS NO BRASIL

Contextualização histórica da proposta no SNUC

O tema de Mosaicos de Unidades de Conservação aparece no debate sobre a lei do SNUC, promovido pelo Instituto Socioambiental (ISA) em São Paulo (ISA, 1996):

(...) se não há alternativas, como por exemplo, a proposta do Dr. Paulo tem defendido de usar o critério de Mosaicos – onde se tem unidades de conservação de uso indireto com populações e onde estudos permitem a reclassificação baseada no conceito de Mosaicos, onde você tem diferentes categorias para contemplar esta convivência – se você exclui essa possibilidade e obriga a retirada, nós vamos colocar o governo numa situação inadmissível (...) Quer dizer, no ato de reclassificação considerando a presença de comunidades, fazer uma avaliação da viabilidade da questão de Mosaico, onde se garanta a conservação em consonância com a presença das comunidades abrindo a possibilidade de negociação.(...) (ISA, 1996 pg.87)

Neste seminário, que debateu amplamente a lei do SNUC com a presença de cientistas, técnicos e lideranças ambientalistas, a proposta de Mosaico aparece como um instrumento que poderia ser utilizado para a recategorização de Unidades de Conservação com populações residentes. A proposta final não abarcou a recategorização de forma explícita, porém abriu possibilidade para esta recategorização, como a que foi feita no Mosaico da Juréia e do Jacupiranga onde, utilizando-se da ideia original, se caminhou para a recategorização. Além da gestão integrada de grandes áreas, o que se almejava no início da discussão de Mosaicos no SNUC era a recategorização como forma de resolver a questão da ocupação no interior das unidades de conservação de uso indireto, como eram definidas anteriormente.

Como visto, é a Lei Federal nº 9.985 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000). O significado da palavra Mosaico, adotado pelo SNUC, vai além da forma física da paisagem que é composta por fragmentos naturais ou não, de diferentes formas, conteúdos e funções. Este conjunto de Unidades de Conservação e áreas protegidas é considerado um mosaico quando sua gestão é feita de maneira integrada, pois assim como os ecossistemas ali presentes são interdependentes, suas administrações também devem ser. Com base no Decreto nº 4.340/2002²⁷, este modelo de gestão integrada tem como objetivo compatibilizar, integrar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas em cada Unidade de Conservação, tendo em vista especialmente os usos na fronteira entre unidades, o acesso às unidades, a fiscalização, o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo, a pesquisa científica e a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento

²⁷ Decreto que regulamenta a lei do SNUC.

ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental, assim como estreitar a relação com a população residente na região do mosaico.

De acordo com o Artigo 26 do SNUC:

“quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sócio diversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

Os Mosaicos poderão fortalecer os corredores ecológicos, na medida em que as regiões nas quais estão inseridas passem a ser geridas de forma integrada. Com isso, ampliará a escala de planejamento e ordenamento territorial, contribuindo para despertar a sociedade sobre a importância da conservação da sócio biodiversidade local, incentivando práticas de manejo mais apropriadas e minimizando os impactos negativos das atividades humanas sobre as áreas protegidas.

O primeiro Mosaico de Unidades de Conservação do Brasil, segundo a normatização do SNUC, foi criado em março de 2005, no Piauí. Ao mesmo tempo foi criado um Corredor Ecológico integrando as duas unidades que o compõe. Em maio de 2006, o segundo mosaico foi criado abrangendo o Litoral Sul de São Paulo e Litoral do Paraná. Os mais recentes Mosaicos brasileiros de âmbito federal são: Mantiqueira, Bocaina e da Mata Atlântica Central Fluminense, abrangendo municípios dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, todos fazendo parte do Corredor da Biodiversidade da Serra do Mar (CABS, 2000, apud Tambellini, 2007, p.20).

Os Mosaicos de Unidades de Conservação começaram a ser institucionalizados a partir de UCs localizadas na Mata Atlântica, como estratégia para alavancar as ações de conservação neste Bioma - em 2006, a grande maioria dos mosaicos reconhecidos no País localizava-se nesse Bioma. Atualmente, a implantação dos Mosaicos está se ampliando por várias regiões do Brasil, com diferentes experiências sendo institucionalizadas nos diversos biomas brasileiros, em especial na Amazônia e Mata Atlântica. Algumas experiências estão reconhecidas formalmente em diferentes esferas governamentais e aparecem listadas nos quadros abaixo, em ordem cronológica O quadro 02 apresenta a relação de experiências de Mosaicos. (PINHEIRO, 2010, p. 25 e 26).

N	Mosaico. Estado	Mês e Ano de Instituição	Instância de formalização
1	Mosaico Tucuruí. PA	Março 2002	Estadual
2	Mosaico Serras da Capivara e Confusão. PI	Março de 2005	Federal
3	Mosaico Litoral Sul do Estado de São Paulo e Litoral do Estado do Paraná (Lagamar). SP/ PR (em revisão)	Maio 2006	Federal
4	Mosaico Serra da Bocaina. SP/RJ	Dezembro 2006	Federal
5	Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense. RJ	Dezembro 2006	Federal
6	Mosaico Serra da Mantiqueira. SP/ RJ/MG	Dezembro 2006	Federal
7	Mosaico Jureia-Itatins. SP	Dezembro 2006, suspenso em 2009	Estadual
8	Mosaico da Serra de São José. MG	Maio 2007	Estadual
9	Mosaico Jacupiranga. SP	Fevereiro 2008	Estadual
10	Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista. SP	Outubro 2008	Estadual
11	Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. MG/GO/BA	Maio 2009	Federal
12	Mosaico Apuí. AM	Fevereiro 2010	Estadual
13	Mosaico Carioca, RJ	Maio de 2010	Federal
14	Mosaico do Manguezal da Baía de Vitória. ES	Novembro 2010	Estadual
15	Mosaico Baixo Rio Negro. AM	Aguardando assinatura	Federal
16	Mosaico Mico Leão Dourado. RJ	Aguardando assinatura	Federal
17	Mosaico Extremo Sul da Bahia. BA	Aguardando assinatura	Federal
18	Mosaico da Foz do Rio Doce. ES	Aguardando assinatura	Federal

Quadro 02 - Mosaicos oficialmente reconhecidos no Brasil até agosto de 2010.

Outras várias iniciativas para reconhecimento de mosaicos estão em andamento em várias regiões do Brasil. No quadro 03 são apresentadas as iniciativas em andamento (PINHEIRO, op. cit.).

N	Mosaico em formação ou discussão	Estado	Instância de formalização
1	Mosaico Cipó-Intendente,	MG	Estadual
2	Mosaico da Serra do Espinhaço	MG	Federal
3	Mosaico do Contínuo da Serra da Cantareira	SP	Estadual
4	Mosaico Porta de Torres	RS/SC	Federal
5	Mosaico Baixo Sul da Bahia	BA	Federal
6	Mosaico do Médio Macaé	RJ	Federal
7	Mosaico Ibiapaba Sobral	CE	Federal
8	Mosaico Itabira	MG	Federal
9	Mosaico Recife de Coral	PE/AL	Federal
10	Mosaico do Litoral Sul do ES	ES	Estadual
11	Mosaico do Litoral Norte do ES	ES	Estadual
12	Mosaico Oeste do Amapá e Norte do Pará	AP/PA	Federal

13	Mosaico Litoral Leste do Ceara	CE	Federal
14	Mosaico da Calha Norte	PA	Federal
15	Mosaico Nascentes de Rondônia	RO	Federal
16	Mosaico Terra do Meio	PA	Federal
17	Mosaico Amazônia Meridional	AM, MT, RO	Federal
18	Mosaico Oiapoque	AP	Federal
19	Mosaico Quadrilátero ferrífero	MG	Estadual
20	Mosaico Jaiba	MG	Estadual
21	Mosaico Alto Jequitinhonha / Serra do Cabral	MG	Federal

Quadro 03 - Mosaicos em processo de discussão ou de reconhecimento no Brasil, identificados até agosto de 2010.

A ideia de um Mosaico de Unidades de Conservação gera processos de diálogo entre população e gestores, podendo ser um instrumento que contribui para a biodiversidade em dimensões que ultrapassam os limites das UCs, possibilitando que parcelas maiores do território possam ser manejadas de forma a assegurar a integridade desses processos.

2.3- OS MOSAICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo tem em seus limites três Mosaicos federais reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente como UCs Federais e Estaduais: o Mosaico Litoral Sul do Estado de São Paulo e Litoral do Estado do Paraná (Lagamar), que integra a gestão de 33 Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável; o Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da Bocaina (SP/RJ), abrangendo uma área de 221.754 hectares e nove municípios localizados no Vale do Paraíba do Sul, Litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro e Litoral Norte do Estado de São Paulo e 10 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento; e o Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da Mantiqueira, abrangendo uma área com 445.615 hectares, 37 municípios e 19 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, nos Estados de MG, SP e RJ.

Os Mosaicos reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente estão em funcionamento, com seus conselhos formados ou em formação, pautando as suas atividades em discussões e atividades com os conselhos consultivos, que se reúnem periodicamente. O Mosaico do Lagamar ainda não tem conselho, porém encontros para a sua formalização já foram realizados. Dos três Mosaicos é o que ainda está em processo de discussão, enquanto que os da Bocaina e Mantiqueira têm funcionado dentro das diretrizes da gestão integrada: contam com conselhos consultivos instalados e funcionando em reuniões periódicas, sites na internet onde disponibilizam informações e documentos, secretaria executiva, câmaras

técnicas em funcionamento, além de desenvolverem parcerias com várias instituições e realizarem eventos (PINHEIRO et al., 2010).

Em âmbito estadual, desde 2007, tem-se o processo do Mosaico da Estação Ecológica (EE) Juréia - Itatins, que estava em fase inicial de implantação, interrompida por meio de uma Ação de Inconstitucionalidade²⁸ e que agora encontra-se com uma nova proposta na ALESP para ser apreciada. Mais recentemente, iniciou-se a implantação do Mosaico do Jacupiranga, após aprovação da Lei 12.810, assunto que será aprofundado adiante neste estudo. As experiências da Jureia e do Jacupiranga diferem dos Mosaicos Federais citados acima, pois nos dois casos, as Unidades de Conservação que compõem os Mosaicos são geridas por uma única instituição, a Fundação Florestal, responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Estado, tanto as de Uso Sustentável como as de Proteção Integral.

Em 2012, o governo do Estado criou o Mosaico do Paranapanema²⁹, e o Estado de São Paulo conta ainda com o Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas³⁰, criado em 2008, abrangendo 24 Unidades de Conservação federais e estaduais, costeiras e marinhas.

²⁸ Em setembro de 2007 o Ministério Público Estadual propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) em face da Lei Estadual nº 12.406/2006 que criou o Mosaico da Jureia. A referida ADIN, que tramitou perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sob o nº 153.336-0, tinha como principais fundamentos a questão de vício de iniciativa – uma vez que a lei foi proposta pelo Poder Legislativo – e estudos técnicos insuficientes. A ADIN foi julgada procedente em junho de 2010, tornando nula a lei que criou o Mosaico da Jureia, voltando-se à situação original, ou seja, todo o Território voltou a ser Estação Ecológica Jureia - Itatins, causando uma grande frustração na comunidade local. Apesar de ter críticas às dimensões das RDS, a comunidade via na proposta do Mosaico uma saída para a solução dos problemas que enfrenta por estar habitando uma Estação Ecológica onde, por determinação legal, não poderia estar morando. Em 2011, a SMA encaminhou à ALESP novo projeto de lei criando um novo Mosaico de UCs para a Juréia e que ainda está em discussão.

²⁹ O Mosaico do Paranapanema é formado pelos Parques Estaduais Turístico Alto Ribeira (PETAR), Intervalos, Carlos Botelho, Estação Ecológica Xitué, APA Serra do Mar e o novo Parque Estadual Nascentes do Paranapanema. A criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Paranapanema permite melhoria da gestão das unidades de conservação e contribui para o desenvolvimento regional, por meio do incentivo ao turismo sustentável e outras atividades compatíveis com a conservação da natureza. Criado pelo Decreto 58148/12, de 21 de junho de 2012.

³⁰ Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista – criado pelo decreto Nº 53.528, de 8 de outubro 2008, é composto por: APA Marinha do Litoral Norte; APA Marinha do Litoral Centro; APA Marinha do Litoral Sul; APA da Ilha Comprida; APA de Alcatrazes; P. E. Ilha Anchieta; P. E Ilhabela; P. E Laje de Santos; P. E Xixová-Japuú; P. E Ilha do Cardoso; ARIE São Sebastião; ARIE Ecológico Estadual do Guará;

2.4- O MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO JACUPIRANGA

O antigo Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ) ocupava mais da metade da área do município de Barra do Turvo (73% do território) e se estendia ainda pelos municípios de Cajati, Eldorado, Jacupiranga, Cananéia e Iporanga. Na região foco deste estudo – Barra do Turvo e Cajati - o PEJ abrigava mais de 1.800 famílias. Estes municípios, conforme já apresentado no Capítulo anterior, apresentam um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo, além de integrarem o grupo de municípios onde se concentram os piores indicadores avaliados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Estas condições, associadas às restrições impostas pela existência de uma Unidade de Conservação de proteção integral – o Parque Estadual de Jacupiranga – ajudaram a compor o cenário de pobreza e conflitos apresentado na região.

As principais ameaças ao manejo (ou à integridade da área natural protegida) estavam relacionadas aos seguintes fatores: a falta de gestão e manejo efetivo por parte do Estado, que deixou a área abandonada desde a criação do Parque, em 1969, até a década de 1990; a presença de uma das mais importantes e movimentadas rodovias brasileiras, a BR-116, que corta o PEJ; a retirada de madeira; os desmatamentos para formação de pastos e estabelecimento de propriedades rurais; o extrativismo predatório; e a ocupação da área por mais de 2 mil famílias.

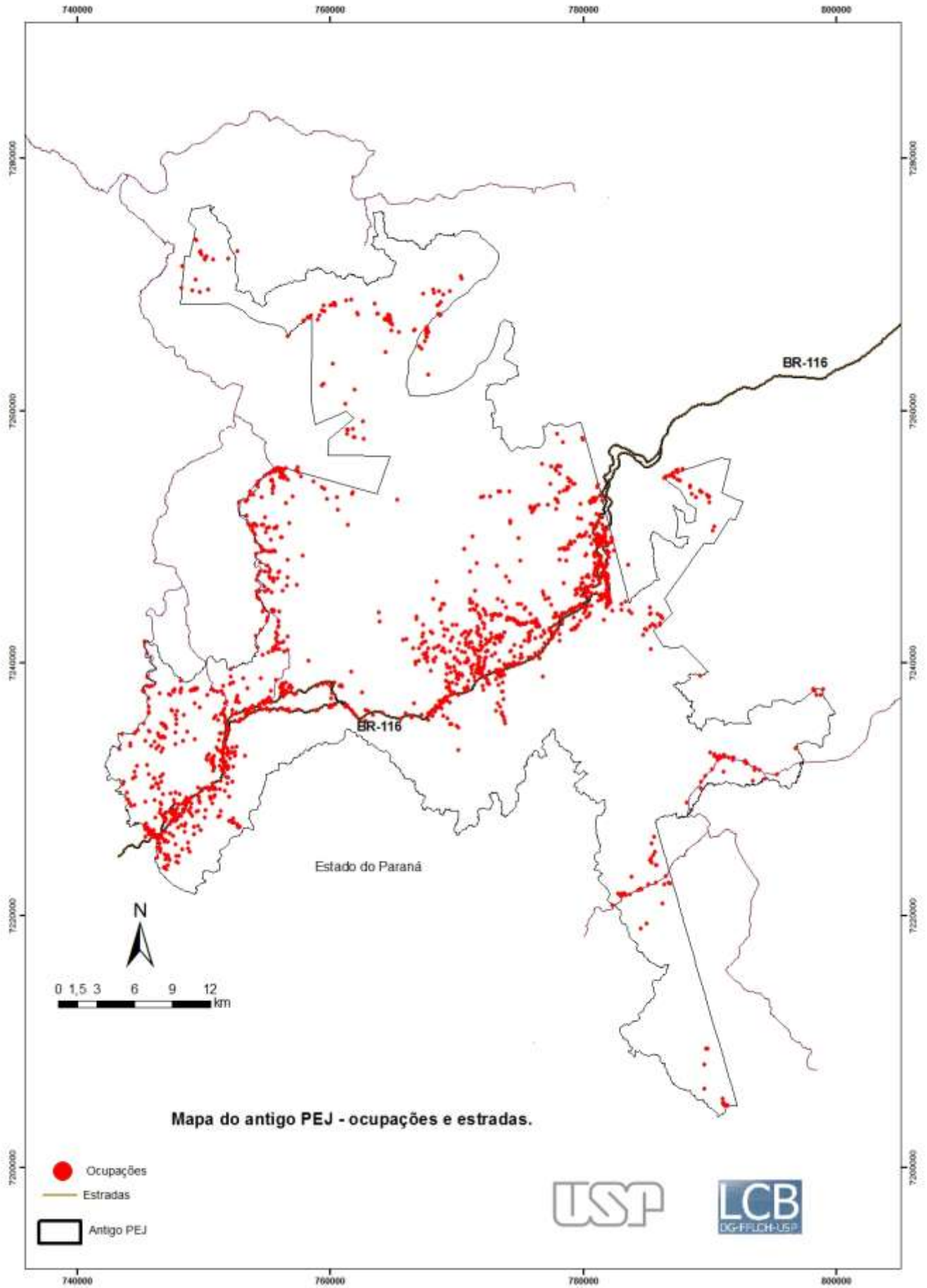


Figura 04- Mapa do PEJ, com a BR-116 e as ocupações

Atraídos à região por causa do baixo valor de mercado das terras locais, os agricultores migrantes se desfaziam de seus bens nas cidades de origem, se instalavam na região e iniciavam as atividades agrícolas. Mas, por estarem em área de Parque, eram surpreendidos pela fiscalização e multados “porque nada podia ser feito naquele local”. Alguns até eram presos, pois não conseguiam entender a situação: se compraram e pagaram pela terra, como não poderiam utilizar a área da forma que lhes fosse mais adequada?

Afirmção presente no Atlas de Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo, publicado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, retrata a situação existente no antigo Parque.

(...) Apesar da legislação que protege o parque, desde o início da década de 70, existem vários problemas relacionados à ocupação humana devido a precária situação fundiária. Em função de sua extensão, há grande dificuldade de fiscalização e manutenção. Em algumas áreas, o desmatamento é marcante, principalmente nas bordas, resultantes da questão da posse da terra e do cultivo da banana (São Paulo, 1996, p. 18)

A Construção do MOJAC – Iniciando a caminhada

As condições existentes criaram um campo fértil para a ocorrência dos conflitos sociais na área. As comunidades residentes se organizaram e realizaram manifestações na sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e na Assembleia Legislativa do Estado. O movimento social local passa a exercer uma grande pressão política visando a resolução dos problemas enfrentados na Unidade de Conservação.

Influenciadas pelas discussões que ocorriam em nível nacional sob a perspectiva de garantir a possibilidade de populações ocuparem o território de Unidades de Conservação - no contexto da discussão da lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme já descrito anteriormente – as lideranças dos sindicatos, organizações não governamentais e associações de moradores locais desencadeiam o processo de questionamento sobre a forma de criação do PEJ e das adversidades a que os moradores foram submetidos durante sua implantação.

A principal crítica à concepção tradicional das unidades de conservação é a de que essas áreas são criadas e geridas sem consulta a sociedade, especialmente as comunidades mais diretamente atingidas, vale dizer, aquelas que vivem dentro ou no entorno das unidades. Os Parques e Reservas permanecem assim isolados, sem se integrarem à dinâmica sócio econômica local e regional. (...)O isolamento das unidades de conservação gera uma série de problemas que impossibilitam sua adequada implantação (...) Sem o apoio local, e considerando as já referidas crônicas limitações dos órgãos governamentais para uma fiscalização eficaz, torna-se quase impossível, muitas vezes, impedir a depredação dos parques e reservas (MERCADANTE, 2001)

Esta posição defendida no relatório do projeto de lei que criava o SNUC era muito presente nas discussões das lideranças da região de estudo, e o movimento pelas mudanças do PEJ vai ser fortemente influenciado por esta posição, a ponto de, nos anos de 1994 e 1995, serem realizados dois encontros de moradores de Unidades de Conservação para discutir a sua organização e buscar mudanças na situação existente.

Na época, numa parceria entre a União dos Moradores da Juréia, a REBRAAF e o PROTER foram feitas várias reuniões, as primeiras ainda em parceria com a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Registro. Eu comecei participar das reuniões em meados de 1992. Havia muita participação dos moradores da EE Juréia Itatins e do PE Jacupiranga. Mais tarde visitamos outros moradores em situação similar, como os moradores do PE Jurupará em Ibiuna e do Serra do Mar em Ubatuba e participamos de encontros sobre o tema em São Sebastião e no Rio de Janeiro. Para dar suporte aos trabalhos foi fundada a Comissão dos Moradores de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo que deu continuidade aos encontros e buscou, com apoio da REBRAAF e do PROTER, o diálogo com o Instituto Florestal para conseguir melhorias para os moradores na situação de sobreposição com as UCs de proteção integral. (Informação de Armin Deitenbach, 2012).

Apesar de toda a mobilização e dos diálogos, a situação de conflito perdurava e se agravava com a inoperância da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Diante deste quadro, a sociedade civil se organiza e propõe a mudança dos limites do PEJ com exclusão e recategorização de áreas. Por meio de seus representantes políticos, liderados pelo deputado estadual Hamilton Pereira, o movimento social encaminha o projeto de lei nº 984/03 para o Parlamento Estadual, propondo a exclusão da área do Parque de mais de 40 bairros existentes, onde já funcionavam 12 escolas, 4 postos de saúde, 4 postos de combustível, vários pequenos mercados, uma intrincada rede de estradas rurais com mais de 200 km de extensão, além de salões de baile, restaurantes, lanchonetes, enfim, uma gama de serviços e atividades que não se enquadram no manejo de uma área protegida da categoria de proteção integral. O projeto de lei propunha que as áreas a serem excluídas do Parque seriam transformadas em Unidades de Conservação de uso sustentável:

PROJETO DE LEI Nº 984, de 2003 Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-Lei nº 145, de 8 de agosto de 1969, exclui áreas ocupadas pelas populações que especifica, incorpora área e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta: Artigo 1º - Ficam excluídas dos limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto- Lei nº 145, de 8 de agosto de 1969, as áreas ocupadas pelas seguintes populações:

I - No Município de Barra do Turvo, as conhecidas por: Pinheirinho dos Franco, Conchas, São Pedrinho, Rio Pardinho, Anhemas, Pinheirinho das Dúvidas, Areia Branca, Paraíso do Cedro, Cedro, Rio Vermelho, Barreiros, Água Quente, Descampado, Forquilha, Santiago, Taquarão, Rio Turvo, 270, Paraíso, Bela Vista, Santa Marta, Ribeirão Grande e Reginaldo;

II - No Município de Cajati, as conhecidas por: Capelinha, Lavras, Vila Lucas ou Anta Gorda, Vila Tatu, Pinheiro ou Queimado ou ainda Assentado, e Braço Feio;

III - No Município de Cananéia, as conhecidas por: Santa Maria, Varadouro, Mandira, Rio das Minas e Ariri;

IV - No Município de Eldorado, as conhecidas por: Ribeirão dos Porcos, Córrego das Onças, Areadinho e Barra do Braço.

Artigo 2º - As áreas elencadas no artigo anterior serão transformadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, de acordo com as características sócio-ambientais de cada uma delas. (ALESP, 2003).

O projeto é aprovado em 2003 pela Assembleia Legislativa em sessão extraordinária.

No ano de 2004, muda a direção da Unidade de Conservação, coincidindo com a chegada deste pesquisador ao Parque como pesquisador científico do Instituto Florestal. A nova direção do Parque, que acompanhava o desenrolar da mobilização social, nos solicita o apoio à criação dos Conselhos dos Núcleos Cedro e Caverna do Diabo, e o início de um processo de gestão marcado por maior diálogo com a sociedade.

Em fevereiro de 2005, com a presença de 170 pessoas - moradores, lideranças comunitárias, organizações não governamentais e órgãos do Estado - é criado o Conselho Consultivo do Núcleo Cedro do Parque Estadual Jacupiranga (Ata da 1º reunião PEJ, 2005). No mesmo ano são criados os Conselhos dos Núcleos Caverna do Diabo e Cananéia.

A formação e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jacupiranga exigiram muito trabalho, dedicação, estudo e articulação institucional, em se tratando de uma área tão complexa, onde a comunidade praticamente era toda residente no Parque e onde não havia diálogo entre Estado e sociedade. Os sérios problemas existentes eram resolvidos ou na Delegacia ou no Fórum, os únicos locais de encontro entre representantes do Estado e da sociedade. A constituição do Conselho marca o momento em que este paradigma foi quebrado. Dava-se início a um novo processo de gestão na área.

Apesar deste movimento de promoção do diálogo que estava iniciando seu curso na base da gestão do Parque, no dia 16 de agosto de 2005 o projeto de lei nº 984/03 que revia os limites do PEJ é vetado pelo Governador do Estado, Geraldo Alckmin. O ato do governador acirra o ânimo nas comunidades. São realizadas manifestações, numa demonstração da insatisfação geral não apenas das comunidades locais, mas também de representantes de prefeituras e câmaras municipais - agentes públicos que se integraram ao movimento pela mudança dos limites do Parque (Informação Verbal)³¹. O governo do Estado recua e cria, por meio do Decreto Estadual nº 50.019, de 20 de setembro de 2005, o Grupo de Trabalho

³¹ Informação fornecida pelo Sintravale, 2012.

Intersecretarial do Parque Estadual de Jacupiranga (GT-PEJ)³². O Estado começa a reconhecer, então, que os quase 8 mil moradores do Parque deveriam ser, pelo menos, ouvidos em suas reivindicações e anseios. Fortalece-se o diálogo que estava em curso na base, fundamental para o processo de construção do consenso visando a elaboração da proposta da nova lei do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. O quadro abaixo apresenta os membros que participaram formal e informalmente do Grupo de Trabalho (RBMA, 2008).

<p>Pelo Gabinete da SMA Clayton Ferreira Lino José Pedro Oliveira Costa</p> <p>PGE-PPI Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo – Procurador / PPI Alexandre Moura de Souza – Procurador PR2 - Santos Dra. Cristiana Corrêa Conde Faldini – Procuradora/ GPG</p> <p>INSTITUTO FLORESTAL Dr. João Batista Baitello – Diretor Geral José Luiz de Carvalho – Diretor Técnico da Divisão de Reservas e Parques Estaduais Arlete Ohata – IF/PGE Francisco Eduardo Silva Pinto Frederico Alexandre Rocchia Dal Gláucia Cortez Ramos de Paula Hélio Yoshiaki Ogawa Isadora Le Senechal Parada Joaquim de Britto Costa Neto José da Silva Josenei Gabriel Cará Maria Aparecida Cândido Salles Resende Mario José Nunes de Souza Ocimar José Baptista Bim Roney Perez dos Santos – GSMA Valdely Cardoso Brito</p> <p>FUNDAÇÃO FLORESTAL Maria Cecília Wey de Brito – Diretora Executiva Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira – Diretor de Operações Wanda Maldonado Ana Carolina de C. Honora</p> <p>ITESP Antônio Alonso Maria Ignez Maricondi José Renato Lisboa Anselmo Gomiero – Assist.Tec.</p>	<p>Carlos Henrique Gomes – Assessor Roberto Aldo Salone – Assessor</p> <p>DEPRN: Carlos Augusto da C. Correa Junior</p> <p>RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA Ana Lopez Danilo César Zenerato Danilo Costa Silva Fabrício Lameu José Antonio Basso Scaleante Leiz da Silva Rosa Suely Ferreira Lino Pontalti</p> <p>PROMOTORIA DO MEIO AMBIENTE Tatiana Serra</p> <p>CONSULTORES TÉCNICOS Genizete A. Pinto Luis Carlos - Câmara Marcos Roberto Lustroso Fábio Olmos Isadora Parada</p> <p>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO Hamilton Pereira – Dep. Estadual Wladimir Belisário – Assessor Parl. Samuel Moreira Silva Jr. – Dep. Estadual Simão Pedro Dep. Estadual Amaral - Assessor Parlamentar</p> <p>BARRA DO TURVO Luiz Aparecido Padilha Fernandes- Prefeito Carlos A. Roesler – Prefeitura Lucinéia Aparecida de M. Moura - Prefeitura Cezar Dantas Barboza – Presid. Câmara Admilson Gonçalves da Cruz – Vereador Darci Cordeiro da Silva – Vereador Lenuir Sutilli – Vereador Silvio Gonçalves de Abreu – Vereador Valdecir Simão – Assessor</p>	<p>CAJATÍ Marino de Lima – Prefeito Emerson Muniz – Prefeitura Adilson Vieira Alves – Vereador Hermogenes - Vereador Waldemar Fernandes – Sindicato dos Trabalhadores Rurais José Cícero da Silva – representante dos moradores</p> <p>CANANEIA Geraldo Carlos Carneiro Filho – Prefeito Marcelo Barros – Prefeitura</p> <p>ELDORADO Elói Fouquet – Prefeito Rodrigo Aguiar – Prefeitura</p> <p>IPORANGA Ariovaldo Pereira da Silva – Prefeito Nelson Leocádio – Câmara Vamir dos Santos – Prefeitura</p> <p>SBE Luiz Afonso Vaz de Figueiredo Jovenil F. Souza José Antônio Scaleante</p> <p>ISA Marcos Gamberini Nilto Tatto</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE SAPATU Josias Moreira – Presidente Antonio Mattes Pereira Pedro Pereira Maria Gonçalves Geraldo Furquim Antonio Furquim Neto Dario Machado</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE ANDRÉ LOPEZ José da Costa - - Presidente João Vitorino da Mota André Luis P.</p>	<p>Marina Rodrigues Odacilio Pereira Adilson Oliveira Braz de França Gizele</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES NHUNGUARA Cláudio Ribeiro dos Santos – Presidente Aparício de Almeida – Ex-Presidente José Paula de França José Nalasco da Costa</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO IVAPORUNDUVA Alexandre Marinho (Kaká) - Presidente Paulo Silvio Pupo (Paulão) José Rodrigues Oriel Benedito Alves da Silva (Ditão)</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE CEDRO Vandir Ferreira Bellemer</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE PEDRA PRETA ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE REGINALDO</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE RIBEIRÃO GRANDE Camilo de Pontes Maciel Nilce do P. Pereira</p> <p>SINTRA VALE Henrique da Mota Barbosa</p> <p>Membros do Conselho Consultivo do PEJ Núcleo Cedro, com mais de 10 representantes.</p>
--	---	--	--

Quadro 04 - Participantes formais e convidados do Grupo de Trabalho

³²Os membros do grupo foram nomeados através da Resolução SMA n° 34, de 22 de novembro de 2005, iniciando os seus trabalhos em 09/12/2005, composto por técnicos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), Instituto Florestal (IF), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Fundação Florestal e incorporando as Câmaras de Vereadores e Prefeituras envolvidas, Associações Quilombolas, Conselho Consultivo do PEJ, ONGs e moradores do Parque.

A partir de sua criação, o Grupo de Trabalho foi incorporado por lideranças locais, apresentadas no quadro acima.

Considerando a grande demanda de trabalho e o elevado grau de complexidade das questões a serem tratadas pelo GT-PEJ, o Coordenador do Grupo entendeu ser necessária a participação de outros representantes nos trabalhos empreendidos. A equipe técnica do Grupo de Trabalho foi ampliada e passou a ser constituída por técnicos do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e do Instituto Florestal, do ITESP, da PGE e representantes das Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Associações Quilombolas, Conselhos Consultivos do PEJ, Fundação Florestal, organizações não governamentais e moradores do Parque (RBMA, 2009, p.17)

Os debates ocorreram no âmbito do GT ampliado. Os membros tinham como tarefa levar as informações para as suas áreas de atuação e também utilizar os conselhos das UCs e as reuniões nas respectivas comunidades e Câmaras Municipais para repercutir o processo.

(...) e quando comentam em desafetar a área do parque é preciso saber que o ICMS Ecológico diminuirá o dinheiro do Município, disse que precisaremos conversar, tentar tirar o mínimo de área, se pudesse deixar tudo ou incorporar mais seria ótimo, como exemplo citou que existem áreas de quilombos e a hora que forem reconhecidos, o IF será informado que aquela área é quilombo e que sairá do Parque, de qualquer jeito vai diminuir a Área do Parque do Município de Barra do Turvo, explicou que se houver outra área que seja conservada, que possa ser incluída, iremos estudar, comentou que caso uma deixe de ser Parque, mas que possa continuar a ser uma área protegida, onde possa haver famílias morando, como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o Município irá ganhar menos, mas continuará a ganhar, só que nesta área poderá ser resolvido a questão de energia elétrica, benfeitorias nas estradas, etc, a finalidade do Grupo de Trabalho é discutir esta questão junto, explicou o crescimento populacional a cada ano, dentro do PEJ e ressaltou se caso continue a crescer como está crescendo, acha que não terá saída, será (Clayton Lino, 2006).....a leitura de oito itens de propostas para acrescentar a nova Lei, 1- A proposta deve contemplar com a mesma prioridade a conservação da Mata Atlântica e de mais atributos naturais da área e a melhoria das condições devida das populações tradicionais,.....Deve-se buscar a criação de um grande Mosaico de áreas protegidas na região, tendo como centro o Parque, incluindo RPPN, Parques Municipais,Reservas de Desenvolvimento Sustentável, APAS e outras Categorias de Manejo, (Clayton Lino, 2006)

No GT as discussões foram democratizadas, abrindo-se à participação de vários setores da sociedade que já acompanhavam o tema e, de certa forma, orientando a linha política dos debates, já que os mesmos atores sociais que se articulam com o parlamento estadual para a elaboração do projeto de lei aprovado e vetado, são os mesmos que participam da discussão do Grupo de Trabalho.

Entre as ações realizadas destacam-se o amplo cadastro dos ocupantes da área, os levantamentos cartográficos, as reuniões em todas as comunidades, as reuniões e os debates no Conselho Consultivo do Parque e também na sede da Secretaria Estadual de Meio

Ambiente na capital, onde o grupo de trabalho conduziu as discussões de forma aberta e democrática.

Esta participação acabou dando legitimidade aos princípios estabelecidos pelo GT, que nortearam toda a discussão do processo da elaboração do projeto de lei alternativo, que teve como primeiras medidas a criação de condições para a participação de todos os envolvidos e o estabelecimento de princípios e diretrizes, que nortearam a discussão, dentre as quais se destacam (FERREIRA, 2009, p. 17):

- a) a nova proposta deveria contemplar com a mesma prioridade a conservação da Mata Atlântica e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais da Área;
- b) o PEJ deveria ser mantido nesta categoria de manejo e deveria ser assegurado o contínuo florestal que ele representa formando um importante corredor entre as Unidades de Conservação do Vale do Ribeira;
- c) seria necessário rever os limites do PEJ, de um lado retirando áreas de comunidades tradicionais ou de intensa ocupação que estivessem consolidadas e que não fossem fundamentais para a integridade do Parque. De outro lado, incorporando áreas de remanescentes florestais e outras áreas estratégicas, de modo a não diminuir a área de proteção integral abrigada pelo Parque;
- d) deveria ser criado um grande mosaico de áreas protegidas, tendo o PEJ no centro, envolvido por outras UCs, de várias categorias de manejo, como APA, RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) etc.;
- e) a proposta deveria ser desenvolvida com a efetiva participação de todos os segmentos envolvidos na questão.

Estes princípios foram pactuados com os participantes do grupo e referendados nos Conselhos Consultivos do antigo PEJ (Núcleo Caverna do Diabo e Núcleo Cedro).

Os estudos técnicos e os debates com as comunidades contribuíram para que fossem localizadas, por um lado, áreas com grande importância ambiental – matas, nascentes, cavernas, cachoeiras, riachos – que estavam sem uma proteção eficaz e que deveriam ser incorporadas às novas áreas de proteção integral e, por outro lado, áreas ocupadas pelos pequenos agricultores, que poderiam ser transformadas em Unidades de Conservação de uso sustentável.

As áreas incorporadas aos Parques foram, em sua maior porção, concretizadas na região de Cananéia, área que coincidia com as propostas de criação das Estações Ecológicas do Ariri e Itapanhapima e que, no passado, já haviam sido propostas para a proteção do mico-leão-caiçara (USP, Rodrigues, 1998), conforme será detalhado a seguir. É uma região dotada de matas que já eram pretendidas para a conservação e não estavam ainda protegidas pelo regime de proteção integral. Além de áreas já destinadas em levantamentos anteriores da Secretaria de Assuntos Fundiários e ITESP (SOS, 1993) para serem incorporadas ao antigo PEJ, mas que nunca tiveram esse destino. Com o projeto, foram incorporadas aos Parques do Mosaico.

O processo de discussão da proposta culminou com a realização de três Audiências Públicas em Eldorado, Barra do Turvo e Cananéia, reunindo mais de 1.000 participantes - na audiência pública realizada em Barra do Turvo, na sede do PEJ, mais de 600 moradores e lideranças se fizeram presentes, referendando o processo que resultou na elaboração do Projeto de Lei nº 638/2007, propondo a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação, encaminhado depois à Assembleia Legislativa do Estado.



Figura 05- Processo de mobilização para a criação do MOJAC

Corrigindo os rumos da proposta

Durante o processo de análise e discussão do projeto pelas comissões da Assembleia Legislativa, foram constatados equívocos na condução do processo, particularmente na região de Cananéia. Os equívocos foram levantados pelas comunidades locais, já que a proposta que criava o Parque Estadual do Lagamar de Cananéia colocava comunidades inteiras no interior de um Parque, repetindo os mesmos erros cometidos quando da criação do PEJ e também o mesmo erro de um passado recente, que pretendia criar Estação Ecológica nesta mesma região. Na década de 1990, uma proposta elaborada por técnicos do Instituto Florestal previa a criação da Estação Ecológica do Ariri, com uma área de aproximadamente 46.500 hectares (NOFFS et al., 1993).

A Unidade de Conservação a ser criada, na forma de Estação Ecológica, situa-se nas proximidades de Ariri-Cananéia... As comunidades tradicionais (aproximadamente 150 famílias), agrupadas em pequenos bairros, cuja forma de ocupação se dá através da íntima relação com o meio, do uso e manejo dos recursos naturais (cultivo itinerante, pesca artesanal, coleta e extrativismo de espécies vegetais, entre outras). Graças à harmonia que estas comunidades souberam manter com a natureza através dos tempos, esta região deve ser preservada, tanto pelo aspecto da natureza virgem que apresenta, como pelo aspecto da cultura caldeada do índio, do branco e do negro que lhe é peculiar (Noffs, et al. 1993, p.396).

A proposta de criação da Estação Ecológica não foi efetivada na época, pois não conseguiu se transformar em política pública no interior da SMA e sofreu resistência da comunidade local, que temia as restrições de uso de suas terras impostas pelo regime jurídico de uma Estação Ecológica³³. Resistência que o projeto inicial do Mosaico do Jacupiranga também sofreria na mesma localidade, durante o processo de tramitação na ALESP.

A estação ecológica localiza-se no trecho litorâneo compreendido entre Peruíbe (SP) e Paranaguá (PR), numa área aproximada de 46.500ha. A delimitação foi precedida dos seguintes critérios:...O núcleo urbano do Ariri e sua expansão foram escolhidos. As áreas cuja ocupação é caracterizada como tradicional (núcleo Santa Maria, Bombixo, Capuava e Taquari) foram incluídas na Estação. (Noffs, et al. 1993, p.398)

A citação acima explica a resistência e a contrariedade da comunidade em relação à proposta da década de 1990, pois explicita que territórios de uso seriam incorporados à nova UC. A proposta inicial de criação do Mosaico do Jacupiranga, 17 anos depois, repetiria o mesmo equívoco nesta região, já que as mesmas áreas novamente seriam objeto da proposta de transformação em UC de proteção integral, só que desta vez como Parque.

³³Além da criação da EE do Ariri, na década de 1990 também havia a proposta de criação da Estação Ecológica de Itapanhapima, visando a proteção do Mico-Leão-Caiçara ou da Cara-Preta (*Leontopithecus caissara*), um dos últimos primatas descobertos na Mata Atlântica. A proposta foi elaborada no âmbito do Projeto Mico-Leão-Caiçara do Instituto de Biociências da USP (Rodrigues, 1998).

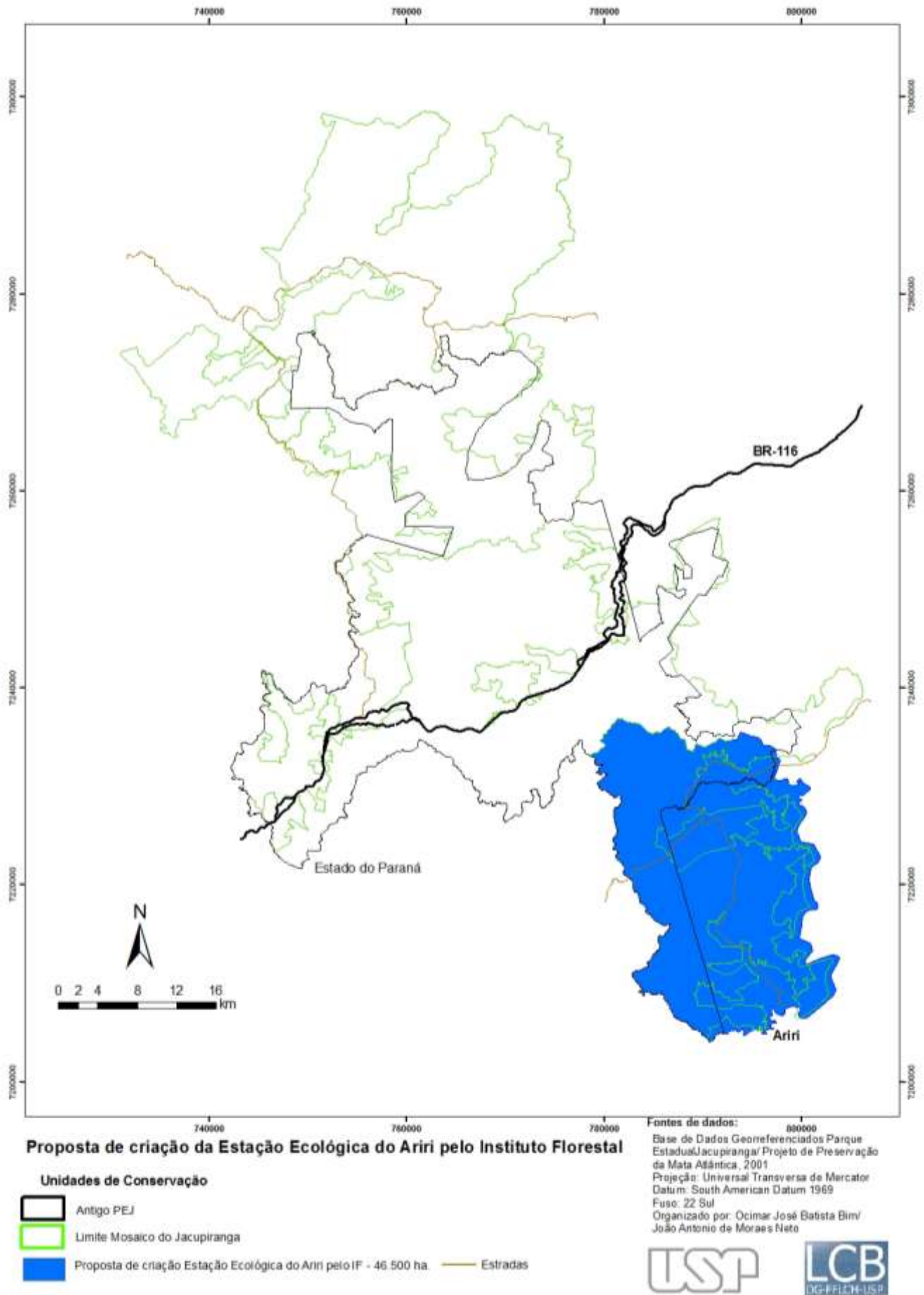


Figura 06- Mapa do MOJAC, sobreposto à proposta da EE do Ariri

A comunidade, então, formou uma comissão e, com apoio de um técnico do PEJ, percorreu todas as áreas que seriam transformadas em Parque. Utilizando-se de GPS e cartas do IBGE e IGC, a comissão constatou os erros na proposta original encaminhada para a Assembleia Legislativa, já que um bairro - a comunidade do Varadouro de Cima, com ocupação consolidada e muito antiga, contando até com uma escola estadual - ficaria no interior de um parque. Este processo foi profícuo, pois antes da realização da Audiência Pública, foram realizadas pelo menos 10 reuniões nas comunidades de Cananéia, na região do Ariri, Taquari e Santa Maria, onde o MOJAC seria criado, com a participação de praticamente todos os representantes das comunidades. Além das reuniões foi feito um cadastro das ocupações e comunidades que, na proposta inicial, ficariam no interior do novo Parque do Lagamar de Cananéia. Após este levantamento, as áreas foram retiradas do projeto original do novo Parque.

O consenso construído com os moradores foi ratificado na 2ª Audiência Pública, realizada em Cananéia e mobilizada pela sociedade civil, sob a coordenação da Rede Cananéia, entidade que congrega as representações da sociedade civil da cidade, entre elas a Colônia de Pescadores Z7, Sintravale e AMOANCO. Nesta Audiência Pública o projeto foi modificado e a proposta de criação do Parque Estadual do Lagamar, previsto inicialmente com uma área de 47 mil ha, passou para 40 mil ha, sendo reduzido em 7 mil hectares, no desenho e no tamanho que esta nova unidade deveria ter, atendendo às reivindicações da comunidade³⁴.

Após toda esta nova rodada de discussões, o projeto do Mosaico do Jacupiranga foi aprovado na Assembleia Legislativa em 20 de dezembro de 2007 e sancionado pelo governador em 21 de fevereiro de 2008.

Conforme já descrito, com a nova Lei, o Parque Estadual de Jacupiranga, que possuía 139 mil hectares de extensão, teve sua área de proteção integral ampliada para 154.872,17 hectares, sendo subdividida em três Parques: Caverna do Diabo, com 40.219,66 ha, abrangendo os municípios de Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo e Cajati; Rio Turvo, com 73.893,87 ha, nos municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga; e Lagamar de Cananéia, com 40.758,64 ha, nos municípios de Cananéia e Jacupiranga.

Além dos parques, novas Unidades de Conservação foram criadas, ficando o Mosaico formado por cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com 12.665,06 ha,

³⁴ Informações do autor, como participante do processo.

quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) com 73.558,09 ha, duas Reservas Extrativistas (Resex) com 2.790,46 ha, totalizando assim 243.885,15 ha de áreas protegidas.

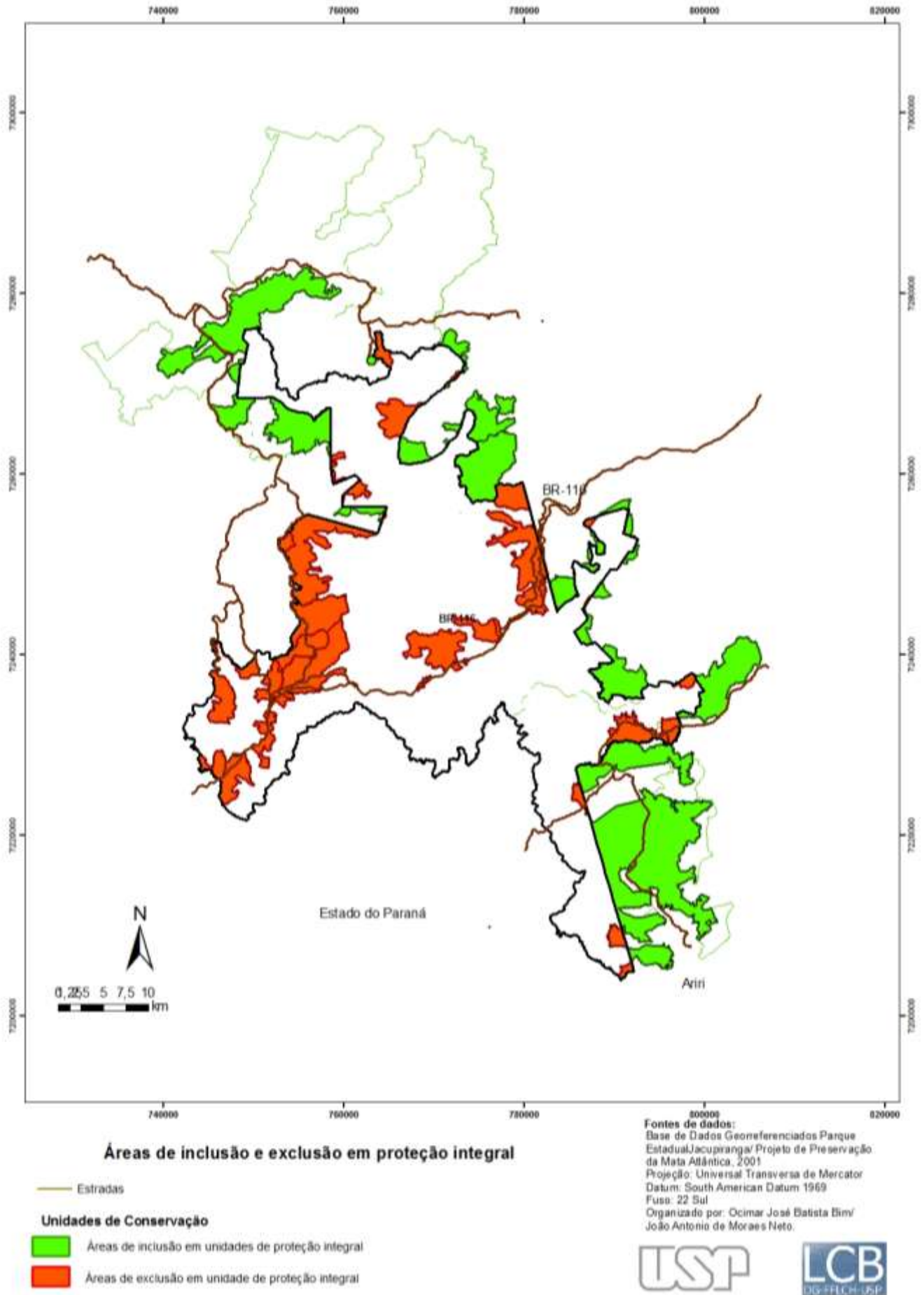


Figura 07- Mapa do MOJAC indicando as áreas incorporadas e excluídas

A aprovação da Lei foi comemorada pelas comunidades locais e pela maioria das organizações não governamentais que atuam na região. O fato foi considerado “histórico” para o Vale do Ribeira e de fundamental importância para o desenvolvimento destas comunidades e a conservação da natureza, além da garantia do acesso à terra para mais de 1.400 posseiros que viviam sob uma legislação restritiva que os impedia de viver e trabalhar a terra para dela retirar o seu sustento.

“Aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em dezembro do ano passado e sancionada no último dia 21 de fevereiro, a lei que criou o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga é considerada um avanço não só na proteção dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Vale do Ribeira, em São Paulo, mas como alternativa para resolver os conflitos socioambientais que se instalaram nessa área. O desafio será conciliar a conservação do meio ambiente com as atividades e o modo de vida das comunidades que estão inseridas na área de abrangência do mosaico”. (ISA, 2008).

(...) Sr. Ezequiel diz que desde 1989 eles estavam esperando a criação da mesma da Reserva do Tumba, pois é a forma responsável de explorar os recursos necessários para subsistência tais como, mourão, taquara, madeira para confecção de canoa, pequenas roças e no manguezal o caranguejo, ostra; almeja ao mesmo tempo ajudar na fiscalização desses recursos e diz que ele acha que as pessoas do Marujá e Ariri ainda não se deram conta da importância da criação dessa reserva para as comunidades (1º Reunião Resex Tumba, 2011)

(...) a grande maioria dos moradores, da população, principalmente as comunidades tradicionais, elas querem realmente ver o Mosaico implantado e ver as nossas áreas que foram transformadas em outro tipo de Unidade de Conservação também implantadas, e aonde for possível regularização fundiária, que aconteça a regularização pra quem possa ter acesso mais fácil e mais rápido a financiamento, que a gente possa cobrar mais facilmente as autoridades municipais pra melhoria das nossas estradas, a questão do Programa Luz Para Todos, ver se agilizamos isso pra que as coisas aconteçam e esse tipo de pessoas eu acredito que não dá pra ele desenvolver um projeto deste sem enfrentar esses obstáculos...(10º Reunião PERT)

(...) um projeto que tá mudando a qualidade de vida das pessoas e as estruturas de vida porque antes isso não era real, era impossível falar do Programa Luz Para Todos, era impossível falar de um agricultor acessar o Programa do PRONAF Mais Alimentos, ter o seu tratorzinho... (10º Reunião PERT)

(...) a minha primeira gestão como vereador foi em 1997, e o pessoal do Braço Feio, Capelinha e outros bairros sofriam muito pra que pudessem ter benefício do município, tais como melhorias das estradas e das casas e era muito difícil, então esse projeto é tão sério que hoje essas comunidades estão muito contentes e satisfeitas com a realização dessas obras que puderam ser realizadas através da luta deste projeto... (10º Reunião PERT)

Mosaico como ordenador territorial

A condição de Mosaico, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil possibilita a gestão do território numa perspectiva integrada, onde as áreas se interligam e devem ser manejadas de forma participativa através da criação de um conselho gestor.

Pode se afirmar que a utilização do diploma legal do SNUC, através do Mosaico, proporcionou o ordenamento territorial que a situação anterior, com a instituição do PEJ, não permitia. A proposta da utilização da figura do Mosaico traz uma perspectiva inovadora, pois rompe com as “concepções anteriores que enxergavam as UCs fechadas sobre si mesmas. Nessa nova ótica, não se pretende que as UCs sejam destituídas de qualquer vínculo com as comunidades e grupos humanos próximos a elas” (SANSON, 2001, p. 2). A proposta transformada em lei trouxe no seu bojo o ordenamento territorial, pois de Parque a Mosaico, as áreas passariam a ter usos e as áreas de conservação passariam a ter sentido de conservação para as comunidades residentes. A partir deste novo momento, este novo território poderia:

...ser visto como indutor de desenvolvimento sustentável local e regional, através da sua inserção na pauta política e econômica dos agentes atuantes sobre essas áreas. Isso é ainda mais válido quando se pensa que as políticas tomadas com relação ao meio ambiente devem ser buscadas no sentido de romper com o isolamento setorial e institucional que caracteriza os órgãos públicos responsáveis pela definição de políticas (Sanson, 2001, p. 2).

A criação do MOJAC criou as condições para se estabelecer políticas de ordenamento territorial. A proposta da gestão integrada de um território pode trazer bons resultados, já que a centralização das decisões não é sustentável, como o que ocorreu ao longo da história do antigo PEJ.

2.5- A IMPLANTAÇÃO DO MOSAICO DO JACUPIRANGA

A implantação de um mosaico de áreas protegidas - como visto anteriormente, configura-se em uma importante estratégia de gestão integrada dos recursos naturais num contexto regional mais amplo e, geralmente, é estabelecido junto a um conjunto pré-existente de áreas protegidas. No entanto, a experiência vivenciada no Parque Estadual Jacupiranga (PEJ) contradiz essa lógica por propor a implantação de um mosaico a partir da fragmentação de uma área protegida. Numa análise superficial, tal ação poderia ser interpretada como uma estratégia que compromete todo um sistema de conservação por possibilitar a transformação de uma Área Protegida, mais restritiva, em outras de categorias menos restritivas.

Se, por um lado, a criação do antigo Parque Estadual Jacupiranga seguiu o pressuposto básico da separação entre sociedade e natureza, conforme o padrão preservacionista (BRITO, 2000) que não leva em conta a presença humana na área, a estratégia adotada para a criação do Mosaico do Jacupiranga está demonstrando ser a mais adequada diante da realidade local.

Tabela 02- Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Nome da UC	Município	Área (hectares)
RDS Barreiro/Anhemas	Barra do Turvo	3.175,07
RDS Quilombos de Barra do Turvo	Barra do Turvo	5.826,46
RDS dos Pinheirinhos	Barra do Turvo	1.531,09
RDS de Lavras	Cajati	889,74
RDS Itapanhapima *	Cananéia	1.242,70
RESEX Ilha do Tumba *	Cananéia	1.128,26
RESEX do Taquari *	Cananéia	1.662,20
APA de Cajati	Cajati	2.975,71
APA Planalto do Turvo	Barra do Turvo/Cajati	2.721,87
APA Rios Vermelho e Pardinho	Barra do Turvo	3.235,47
APA Quilombos do Médio Ribeira *	Eldorado/Iporanga	64.625,04
Total		89.013,61

* As áreas são compostas por terras de fora do antigo PEJ

Tabela 03- Unidades de Conservação de Proteção Integral

Nome da UC	Município(s)	Área (ha)
Parque Estadual da Caverna do Diabo	Barra do Turvo, Eldorado, Iporanga	40.219,66
Parque Estadual do Rio Turvo	Barra do Turvo, Cajati, Jacupiranga	73.893,87
Parque Estadual do Lagamar de Cananéia	Cananéia, Jacupiranga	40.758,64
Total		154.872,17

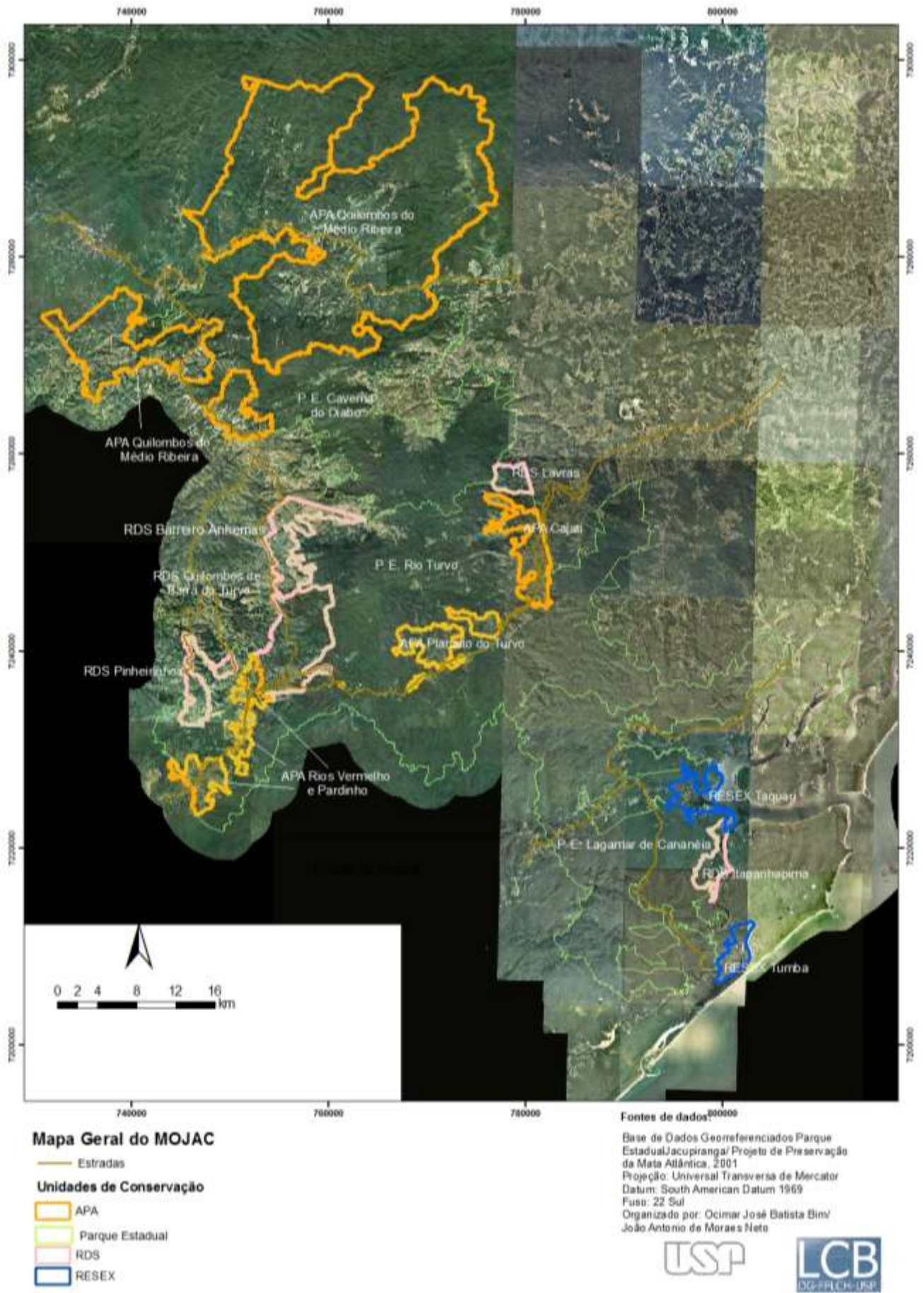


Figura 08- Mapa Geral do MOJAC

A partir das informações das tabelas 2 e 3 percebe-se que as áreas das Unidades de Conservação de proteção integral são praticamente o dobro das áreas de Uso Sustentável. Há um crescimento da área de unidades de conservação de proteção integral, em 15.8 mil ha, já que o antigo PEJ contava com 139 mil ha (GT PEJ, 2007).

O Decreto de 1969 instituiu o Parque Estadual do Jacupiranga com área de aproximadamente 150.000 hectares. Apesar das imprecisões do memorial descritivo, trabalhos técnicos posteriores constataram que o Parque abrangia uma área de 149.249 ha. Em 2001, a partir da Lei nº 10.850, foram excluídos do Parque 9.419 ha, destinados ao reconhecimento das comunidades quilombolas de André Lopes, Sapatu e Nhunguara. Outros 411,7 hectares estavam previstos para a exclusão por força da área reconhecida para o Quilombo do Mandira, no município de Cananéia. Assim, a área do Parque no início dos trabalhos do GT-PEJ estava reduzida a 139.418,3 hectares.

Os três novos parques somam mais de 154 mil ha, constatando-se com isto a flexibilização da posição do Estado quanto à recategorização das áreas ocupadas em APA e RDS. Outro aspecto a se destacar é que as áreas das UCs de uso sustentável chegam à metade das áreas de proteção integral, pois foram criadas UCs em 68,6 mil ha, fora dos limites do antigo PEJ, sendo recategorizadas para UCs de uso sustentável 20,3 mil ha e excluídos pelo menos 3 mil ha de áreas do interior do antigo PEJ (gráfico 01). Por outro lado, foram incluídas áreas fora dos limites do antigo PEJ para a criação dos novos Parques, RESEX e RDS, em maior escala no Parque Estadual do Lagamar de Cananéia, onde a área de proteção integral cresceu em mais de 20 mil ha.

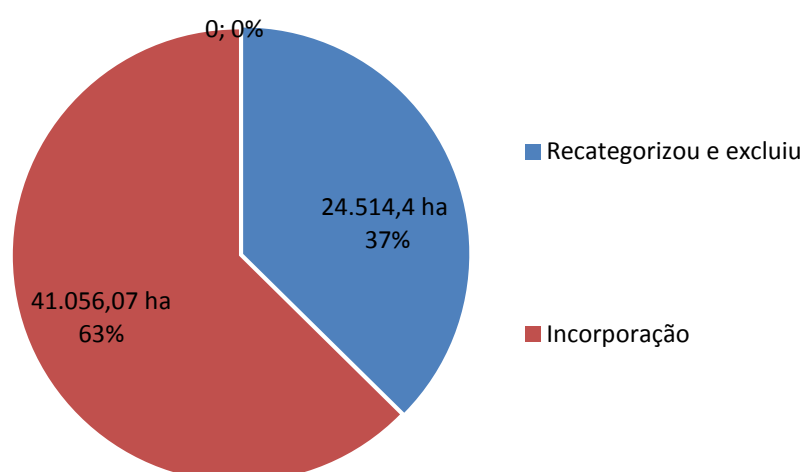


Gráfico 01- Apresenta as áreas recategorizadas, excluídas e incorporadas

A criação de várias unidades de uso sustentável possibilita a permanência das populações tradicionais no local, de forma organizada, e sem a pressão de estarem ocupando um Parque “onde tudo é proibido”. No caso da RESEX de Cananéia, a prática do extrativismo

– antes ilegal – agora poderá ser regulamentada. Cabe ressaltar ainda que, do antigo território do PEJ, 20.355,41 ha foram recategorizados em Unidades de Conservação de uso sustentável, APAs e RDS, com a exclusão de três mil ha de áreas onde concentravam-se 1.800 famílias.

As Unidades de Conservação do MOJAC, as características geográficas, suas terras, florestas e sua gente

A seguir, uma breve apresentação das várias Unidades de Conservação existentes no MOJAC, com um panorama sobre o processo de discussão para a sua criação e da implantação de cada unidade. As informações aqui apresentadas resultam da observação participante do autor na gestão da área de estudo, da leitura das atas dos conselhos, da troca de informações e conhecimento com os colegas gestores, da análise de pedidos de autorizações, dos documentos produzidos, do plano de utilização das RDS e dos artigos e trabalhos acadêmicos realizados na área.

Áreas de Proteção Ambiental

De acordo com o SNUC, a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. As APAs do Mosaico ainda não contam com conselhos. A gestão das quatro APAs é exercida por dois gestores, sendo que um deles é responsável por três APAs.

A Área de Proteção Ambiental de Cajati

Localizada no município de Cajati, com área de 2.9975,71 ha e formada por apenas uma gleba de terras, a APA de Cajati é ocupada por 363 famílias, distribuídas por cinco bairros rurais consolidados, a maioria existente antes da criação do antigo PEJ. Do total de ocupantes, 54%³⁵ são caipiras-sitiantes e 46% agricultores migrantes vindos do Sul e do Nordeste do Brasil, além de fazendeiros de fora da região. Todos os bairros ficam em áreas próximas à BR-116, mas alguns estão localizados na ilha que a rodovia forma na região. As terras são públicas e os usos do solo predominantes são a agricultura de produção de alimentos, a monocultura da banana e a pecuária de corte e leite, em solos de média fertilidade. O relevo é ondulado e a cobertura florestal é de vegetação de floresta ombrófila densa em seus vários estágios sucessionais, em aproximadamente 41%³⁶ da área da APA, com a presença de 30 fragmentos florestais de variados tamanhos.

Há também serviços como escolas, postos de saúde e pequenos comércios. Na sede dos bairros residem muitas pessoas que trabalham na manutenção da Rodovia e apenas residem na APA. Nesta APA há uma rede hidrográfica significativa, com destaque para a Bacia do Rio Jacupiranguinha, principal manancial de abastecimento de água do município de Cajati. A recategorização desta região atendeu à grande maioria dos ocupantes, pois as áreas de uso dos sítios ficaram todas praticamente fora do antigo PEJ.

Área de Proteção Ambiental do Planalto do Turvo

Localizada no município de Barra do Turvo e uma pequena parte em Cajati, com área de 2.721,87 ha, é formada por cinco glebas distintas - em sua maioria em terras públicas, distribuídas ao longo da BR-116 e ocupadas por 374 famílias, onde 81% da população é formada por pequenos agricultores, migrantes do Sul, Nordeste e Centro Oeste. A minoria dos moradores (19%) é de famílias tradicionais, os caipiras-sitiantes. A formação desta região se deu na década de 1960, quando da construção da Rodovia. Nos bairros mais afastados a ocupação ocorreu na década 1980. Os usos do solo são para pecuária de corte e leite e agricultura de produção de alimentos, em solos de baixa fertilidade. A cobertura florestal é de floresta ombrófila densa com transição para ombrófila mista em vários estágios sucessionais, com uma área de 61% de cobertura florestal e com o relevo levemente ondulado. Também há

³⁵ A porcentagem de moradores tradicionais e migrantes foi apurada na análise das 169 entrevistas realizadas na área de estudo e cruzada com informações das comunidades e lideranças. Informação válida para todas as UCs apresentadas a seguir.

³⁶ A informação da porcentagem da cobertura florestal foi apurada através do mapa de uso da terra do inventário florestal (IF, 2012)

infraestrutura de serviços nas três glebas às margens da Rodovia, como restaurantes, posto de saúde, uma escola e pequenos comércios.

Nesta APA, a recategorização não agradou a uma parcela de pelo menos 30 pequenos agricultores que permaneceram no perímetro do Parque Estadual do Rio Turvo (PERT), situação já questionada na Audiência Pública do MOJAC em Barra do Turvo, onde os agricultores formalizaram o descontentamento, mas não foram atendidos.

Área de Proteção Ambiental Rio Vermelho/Rio Pardinho

Localizada no município de Barra do Turvo com 3.235,47 ha, formada por duas glebas de terras e com uma ocupação de 345 famílias, distribuídas por seis bairros rurais onde os ocupantes se dividem em moradores tradicionais (32%) e pequenos agricultores migrantes do Sul (68%), principalmente de Curitiba. Há também fazendeiros. A ocupação nesta região data da década de 1970. Os usos do solo são para agricultura de produção de alimentos e pecuária de corte e de leite. A cobertura florestal é floresta ombrófila densa em vários estágios sucessionais em aproximadamente 25,1 % da área, com relevo ondulado. A APA é cortada pela BR-116 por 16 km, onde está instalada a infraestrutura de serviço, como dois postos de combustível, posto de saúde, escola estadual e escolas municipais, restaurantes, pequenos comércios. Nesta área a recategorização atendeu quase que a totalidade dos agricultores, porém alguns ainda ficaram nos limites PERT.

Área de Proteção Ambiental dos Quilombos do Médio Ribeira

Localizada nos municípios de Barra do Turvo, Iporanga e Eldorado, por sua vez é resultante do desmembramento de parte da APA da Serra do Mar, criada em 1984. A APA conta com uma área de 64.625,04 ha, de forma a incluir as 12 comunidades quilombolas da região. É ocupada predominantemente pelas comunidades tradicionais quilombolas de Iporanga e Eldorado. Já em Barra do Turvo a área da APA tem predominância de fazendas de criação de bovino e bubalino. Os usos são agricultura para a produção de alimentos, produção de banana e pecuária de corte e leite. A cobertura é de floresta ombrófila densa, em aproximadamente 85% da área.

Considerações sobre as APAs

A situação atual da gestão das APAs pode ser assim caracterizada. As quatro APAs são geridas por dois gestores nomeados pela Fundação Florestal, mas ainda não foram formados os Conselhos Gestores. No caso da APA dos Quilombos do Médio Ribeira, as

comunidades quilombolas questionam a imposição da lei em determinar que a presidência do Conselho seja de um representante da Fundação Florestal, o que causa a resistência das comunidades e levanta questionamentos se, com a concretização do Conselho desta forma, as comunidades não serão subjugadas perante o Estado. Elas não aceitam a tutela do Estado em seu território.

As APAs Cajati, Planalto do Turvo e Rio Vermelho e Rio Pardinho são geridas por um único gestor, que conta com uma infraestrutura insuficiente para poder desenvolver o trabalho, não contando sequer com sede própria na área e veículo exclusivo para os trabalhos de gestão da área. Os conselhos ainda não foram instalados. Por estarem próximos de rodovias, os acessos às APAs de Barra do Turvo e Cajati são bons, apresentando problemas nas estradas internas que dependem das prefeituras para a manutenção.

Nas APAs originárias do antigo PEJ, o grande problema em relação à implantação do MOJAC diz respeito à questão da regularização da posse da terra. Diferentes situações são encontradas: há os que querem vender a posse e ir embora; os que querem comprar posses dos vizinhos; há os casos de herdeiros que residem fora, mas querem vender as posses de parentes falecidos, há os moradores que ainda ficaram com parte de seus sítios no interior do PERT. Além do Plano de Manejo, a lei do MOJAC prevê em seu artigo 10, inciso 3º, a elaboração emergencial de Plano de Ordenamento Territorial, dispondo sobre as medidas para uso e a ocupação do solo, o que ainda não foi executado e que vem causando problemas na gestão da área.

Com base nos dados de um novo cadastro efetuado entre 2010 e 2011 nas áreas das APAs e RDS do Mosaico, com georreferenciamento³⁷ de todas as posses, realizado pelo ITESP em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, pode-se constatar que houve uma redução na movimentação relacionada à venda nessas áreas das APAs. Das 1.400 posses cadastradas nas APAs em 2007, foram realizados menos de 50 negócios de compra e venda no período de 2007 a 2011, representando menos de 5% dessas posses. Número considerado baixo se comparado com os tempos do PEJ, onde por semana se realizavam mais de 10 negócios (informação verbal)³⁸.

O quadro 05 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos das APAs, conforme informações dos gestores das unidades.

³⁷ Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil (MDA-ITESP), tem o objetivo de georreferenciar e cadastrar imóveis situados nas áreas rurais de cinco estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo (ITESP, 2012).

³⁸ Informação fornecida por funcionários do PEJ em 2012.

Demandas	Infraestrutura
	Estrada
	Energia elétrica
	Projetos de desenvolvimento rural
	Assistência técnica, extensão rural
	Crédito agrícola
	Regularização fundiária
Desafios da gestão	Necessidade de sede
	Equipamentos, recursos humanos e materiais
	Realizar o plano de ordenamento territorial
	Formar os conselhos consultivos
Conflitos	Posse da terra
	Regularização fundiária

Quadro 05- Principais demandas, desafios e conflitos nas APAs

Reservas de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com o SNUC, as RDS têm como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações, requerendo gestão comum e participativa entre órgão gestor e moradores.

De acordo com o que dispõe o artigo 20 do SNUC, a RDS “é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”.

RDS Barreiro/Anhemas

Localizada no município de Barra do Turvo e com área de 2.175,07 ha, é formada por duas glebas às margens do Rio Turvo e próximas da sede do município. Toda inserida em terras públicas estaduais, tem uma população de 77 famílias, predominantemente moradores tradicionais, que habitam a região desde antes da criação do PEJ, representando 86% da população. Os outros 14% são de pequenos agricultores vindos de Minas e do Paraná. Os usos

são para a pecuária de bovinos e bubalinos, de corte e de leite, agricultura de produção de alimentos e produção de grãos para comercialização, bem como novas formas de utilização do solo, como o sistema agroflorestral. O relevo é ondulado, com solos de média fertilidade. A cobertura florestal é a floresta ombrófila densa em vários estágios sucessionais em aproximadamente 25,8% da área.

A recategorização da área para Reserva de Desenvolvimento Sustentável justifica-se por tratar-se de terras públicas e com predominância de moradores tradicionais, apesar das práticas agrícolas serem pouco sustentáveis. Praticamente 74,2% da área estavam desmatados, cobertos com pastagens e com problemas de erosão causados pelo manejo inadequado da pecuária. A cobertura florestal da área é de 25,8% de floresta ombrófila densa em seus diferentes estágios sucessionais. A recategorização para RDS ainda é questionada, pois muitos moradores preferiam APA. A questão da posse individual da terra é arraigada nestas comunidades e a compreensão do que seja RDS ainda não está disseminada na região. Até abaixo-assinado solicitando a mudança de categoria já ocorreu, sendo este processo muito discutido, até mesmo nas reuniões do Conselho (Atas de Reuniões do Conselho).

Há na área ainda fazendas de moradores não tradicionais, cujas terras estão sendo arrecadadas pela Procuradoria Geral do Estado para o reassentamento e redistribuição das terras entre os moradores da RDS e moradores tradicionais que ainda permaneceram no PERT e PECD. Os moradores reivindicam a ampliação da área da RDS em mais de 2 mil ha. (Plano de utilização, 2010). A área urbana da RDS foi toda excluída do antigo PEJ, onde ficam instalados os estabelecimentos comerciais e de serviços.

Considerações a respeito da adequação ambiental na UC

Dentre todas as RDS do Mosaico de Jacupiranga, esta é a que apresenta a pior situação ambiental, principalmente, no bairro do Barreiro, pela prática intensa da atividade pecuária. Os acordos de uso estabelecidos avançam na direção da recuperação e proteção das Áreas de Preservação Permanente (APP), principalmente em relação às nascentes e córregos. No bairro do Anhemas essa situação é menos acentuada, existem alguns moradores adeptos dos sistemas agroflorestais, o que favorece a conservação da área. No que se refere ao avanço da conservação acredita-se que, em médio prazo, será alcançada com a aplicação dos acordos estabelecidos neste Plano de Utilização, aumentando os cerca de 25,8% da área da UC que já apresentam cobertura florestal nativa, conforme mapeamento comunitário realizado (Plano de Utilização, 2010, p. 25 e 15).

O Quadro 06 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos da RDS Barreiro-Anhemas (Plano de Utilização/FF, 2010).

Demandas	Geração de energia de forma alternativa pra os moradores e Instalação de energia convencional
	Escola para Anhemas
	Fossas Sépticas
	Implantação de coleta de resíduos
	Algumas famílias das comunidades beneficiárias ficaram “fora” da RDS e reivindicam sua inclusão
Desafios e Conflitos	Pastos instalados em áreas de “cabeceira” e “beira dos córregos”
	Uso do fogo e de agrotóxico (plantações e pastos)
	Deverá ser oficializada a exclusão de toda a área utilizada como núcleo urbano habitacional do bairro do Barreiro
	Disponibilização de infraestrutura para a gestão, sede e veículos Recursos humanos.

Quadro 06 - Principais demandas, desafios e conflitos na RDS Barreiro/Anhemas

Conta com um conselho³⁹ atuante composto por dezessete membros titulares, sendo dez representantes dos moradores tradicionais, dois representantes de ONGs locais e cinco representantes de órgãos governamentais. Iniciou seus trabalhos em janeiro de 2010 e já realizou 26 reuniões ordinárias, com a participação média de 20 pessoas entre conselheiros e moradores.

RDS dos Pinheirinhos

Localizada no município de Barra do Turvo com área de 1.531,09 ha, é formada por três glebas e está inteiramente inserida em terras públicas estaduais, porém não incorporadas ao patrimônio do Estado. Conta com uma população de 60 famílias, predominantemente moradores tradicionais de Barra do Turvo que habitam a região desde antes da criação do PEJ. Os usos do solo são para a pecuária de corte e leite e agricultura de produção de alimentos. A cobertura florestal é de floresta ombrófila densa em vários estágios sucessionais em aproximadamente 20% da área, sendo o relevo ondulado. Esta RDS é a que tem a pior localização em termos de acesso e é praticamente desprovida de qualquer tipo de infraestrutura. As estradas de acesso são precárias, não há serviços públicos tampouco energia elétrica. Diante da situação caótica da principal estrada de acesso, a comunidade através do conselho acionou judicialmente a Prefeitura Municipal de Barra do Turvo para a recuperação da estrada (Ata Reunião, 2011). A questão da recategorização para RDS foi pouco contestada, porém, os moradores reivindicam a ampliação da área da RDS em mais de 554 ha (Plano de utilização/FF, 2010).

³⁹ Conselho Deliberativo formalizado pela Portaria FF nº 4 de 19 de janeiro de 2010 (Plano de utilização/FF, 2010)

Considerações a respeito da adequação ambiental na UC

(...) boa parte das áreas que podem ser consideradas como Área de Preservação Permanente (APP) estão comprometidas. De qualquer forma os acordos pactuados caminham para que a melhoria deste quadro se consolide a médio ou longo prazo, e as comunidades já pensam em áreas que possam ser recuperadas. Outro ponto favorável para melhoria da qualidade ambiental é o fato de que alguns moradores simpatizam com a prática de sistemas agroflorestais dependendo apenas de estradas trafegáveis para implementação desta atividade produtiva, possibilitando o escoamento da produção. Nesta área também existem pastos de pessoas alheias às comunidades que estariam dispostas a se retirarem das áreas mediante indenizações por suas terras e ou benfeitorias, o que melhoraria em muito a condição ambiental da unidade (Plano de Utilização 2010, p. 23-24).

O quadro 07 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos da RDS dos Pinheirinhos (Plano de Utilização/FF, 2010)

Demandas	Infra- estrutura básica para os Moradores da RDS Melhoria da estrada de acesso, energia elétrica e habitação.
Desafios e Conflitos	Algumas famílias de moradores das comunidades beneficiárias não foram incluídas na RDS Há algumas propriedades particulares na RDS e esses fazendeiros (pecuaristas) estão dispostos a receber indenização para deixar as áreas

Quadro 07 - Principais demandas, desafios e conflitos na RDS

Conta com um conselho deliberativo⁴⁰ atuante, composto por quinze membros titulares, sendo nove representantes dos moradores tradicionais, dois representantes de ONGs locais e quatro representantes de órgãos governamentais. Iniciou seus trabalhos em janeiro de 2010 e já realizou 15 reuniões ordinárias, com a participação média de 18 pessoas entre conselheiros e moradores (Atas do Conselho).

⁴⁰Conselho Deliberativo - Portaria FF nº 06 de 19 de janeiro de 2010.

RDS QUILOMBOS BARRA DO TURVO

Localizada no município de Barra do Turvo com área de 5.826,46 ha, é formada por uma gleba totalmente inserida em terras públicas e ocupada por quatro comunidades quilombolas – Cedro, Pedra Preta, Ribeirão Grande e Terra Seca, com uma população de 136 famílias, das quais 84,2% são remanescentes de quilombos segundo laudo antropológico do ITESP e dado confirmado nas entrevistas. Os usos do solo são a agricultura para produção de alimentos através do sistema de pousio e da agrofloresta, criação de pequenos animais e pecuária de corte e leite. A área tem cobertura florestal de floresta ombrófila densa, em mais de 60,3% da área, com relevo ondulado.

Nesta região a questão da recategorização foi muito questionada pela comunidade quilombola. Foi um dos debates mais ricos e controversos do processo, pois os quilombolas, a princípio, não aceitaram a proposta de transformar o seu território que ainda estava sobreposto pelo antigo PEJ em RDS, pois não compreendiam o significado de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, além de estarem naquele momento discutindo o reconhecimento do território quilombola. As discussões foram sendo encaminhadas e chegou-se a um consenso. Porém ainda há questionamentos sobre a recategorização. Cabe reproduzir parte do texto do Relatório Técnico-Científico que subsidiou o laudo antropológico quando da criação da RDS e o reconhecimento do território quilombola, elaborado pelo antropólogo Rubens Alves da Silva, 2006, p.32-33:

E conforme foi enunciado na introdução deste relatório, houve uma série de conversas e negociações em torno da demarcação dos limites do PEJ e a extensão da área que continuaria então a ser alvo da reivindicação da propriedade por parte da comunidade Ribeirão Grande e Terra Seca. As negociações avançaram e o diálogo logrou êxito e se chegou a um acordo. De um lado, o Grupo Interestadual de Trabalho do PEJ (GT) * e, de outro, as lideranças da “Associação dos Remanescentes dos Quilombos dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca” estes representantes concordaram em ceder um pouco na exigência referente à extensão total da área em questão. Desse modo, no que concerne especificamente à área sobreposta ao PEJ incluída no total da fração territorial alvo das reivindicações pela comunidade houve a aceitação por parte das lideranças comunitárias de se ter reduzido da mesma, aproximadamente, 768,93 hectares 51. E sendo assim, a área total efetivamente reivindicada pela comunidade passou a corresponder, aproximadamente, a 3.601,80 hectares (ver: “Documentos anexos/configuração em mapas...”). É preciso registrar que no dia 25 de Outubro de 2006 foi realizada uma reunião do Conselho Consultivo do PEJ. A proposta desse encontro era debater o novo mosaico do PEJ juntamente com as comunidades tradicionais e demais sujeitos envolvidos na questão – “posseiros” inclusive. Nesta reunião foi apresentado em telão o novo mosaico do PEJ de modo a facilitar o acompanhamento da explanação feita pelo representante do Conselho, e esclarecer aos presentes, através da configuração em mapas, a localização das áreas identificadas como estando dentro e nas adjacências da divisa do PEJ. De volta para Ribeirão Grande, à noite depois de passada a reunião, nas conversas com os representantes da “Associação...” que participaram da mesma pude perceber que, embora eles manifestassem estarem satisfeitos com o acordo negociado com o GT do PEJ, algumas dúvidas relacionadas ao assunto

havam ficado e os estavam preocupando bastante os interlocutores. Este incômodo estava relacionado á questão das categorias APA (Área de Proteção Ambiental) e RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). É preciso ressaltar que tais dúvidas estavam incomodando não somente os remanescentes quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca, mas também os demais representantes das comunidades vizinhas – Reginaldo, Cedro e Pedra Preta. Portanto, a questão que se levantava era quanto ao esclarecimento do sentido jurídico e as implicações que tais categorias enunciadas (APA E RDS) poderia ou não trazer para as comunidades remanescentes de quilombos da região; particularmente no que diz respeito ao fato de lhes serem concedidos ou não, pelo governo paulista, o título definitivo de propriedade das áreas reivindicadas, porém, sobrepostas ao PEJ.

As comunidades quilombolas ainda têm dúvidas sobre a proposta de recategorização em RDS do seu território, porém a unidade vem funcionando em consonância com o território quilombola, estando as associações quilombolas formadas e atuantes e o conselho da RDS também em pleno funcionamento (Atas do Conselho).

Considerações a respeito da adequação ambiental na UC

(...) nas áreas dos territórios das comunidades quilombolas encontram-se a maior quantidade de remanescentes florestais, já que estas residem nas proximidades das nascentes e cursos de águas, o que é comum nestes tipos de comunidades. As comunidades também se comprometeram através dos acordos realizados a melhorar a qualidade dos pastos e dos mananciais, onde áreas que podem ser consideradas como APP podem ter a sua situação comprometida. Cerca de 60 % da área total é praticamente conservada integralmente pelas comunidades, sendo que nestas áreas se localizam as principais nascentes, utilizadas tradicionalmente como áreas de práticas extrativistas de produtos madeireiros e não madeireiro, ao longo de várias gerações e mesmo assim as áreas se encontram bastante conservadas (Plano de Utilização 2010, p. 24 e 15).

O quadro 08 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos da RDS Quilombos Barra do Turvo (Plano de Utilização/FF, 2010).

Demandas	Viabilização de infraestrutura para as famílias residentes na RDS (estradas, saneamento básico, escola, posto de saúde e energia elétrica)
Desafios	Dificuldade de entendimento quanto à gestão compartilhada da RDS entre associações quilombolas e o Conselho Deliberativo
Conflitos	Inclusão das áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas nesta RDS
	Roça tradicional com uso de fogo

Quadro 08 - Principais demandas, desafios e conflitos

O conselho deliberativo⁴¹ é composto por vinte e dois membros, sendo doze representantes das comunidades quilombolas, cinco dos órgãos governamentais e cinco representando as ONGs locais. Já realizou 27 reuniões com uma média de participação de 25 pessoas por reunião, entre conselheiros e comunidade (Atas do Conselho).

⁴¹Conselho Deliberativo - Portaria FF nº 005/2010 (FF, 2010).

RDS Lavras

Localizada no município de Cajati, possui 889,74 ha e é ocupada por apenas quatro famílias de moradores tradicionais de Cajati. A cobertura florestal de floresta ombrófila densa é de 81,1% da área nos diversos estágios de regeneração. O uso do solo é de pastagem para pecuária de corte e leite, bananal e agrofloresta. A área desta RDS está destinada a ocupantes do PERT. Por meio de estudos de capacidade de suporte serão realocadas para a RDS mais nove famílias, que desejam sair do Parque e residir numa área onde as atividades de agricultura podem ser desenvolvidas de forma sustentável, com regras, geridas pelo Estado e com um conselho que determina o que deve e pode ser feito. As famílias já foram aprovadas pelo Conselho da unidade, e estão aguardando uma posição da Fundação Florestal para entrarem na área.

Considerações a respeito da adequação ambiental na UC

Esta RDS tem uma situação muito satisfatória no que diz respeito a adequação ambiental existente, a maioria das nascentes e córregos estão protegidas. O fato da existência de áreas significativas utilizadas, como sistemas agroflorestais, contribuíram para a melhoria e manutenção da qualidade ambiental da área. (...) A RDS tem a sua maior área composta de vegetação nativa 690,56 ha (77,32%) em diversos graus de recuperação, preenchendo largamente os critérios para a conservação da área (Plano de Utilização, 2010, p. 18).

O quadro 09 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos da RDS Lavras conforme (Plano de Utilização/FF, 2010).

Demandas	Controle do gado, implantação de viveiro comunitário
Desafios	Divisão da área em lotes visando realocação de novas famílias para a RDS – agilização desse processo
Conflitos	Várias questões relacionadas aos animais (gado) soltos nas estradas que impedem o livre trânsito de pessoas, além de prejudicarem áreas de mananciais, qualidade dos solos e ameaçarem os sistemas agroflorestais (SAFs) implantados.

Quadro 09 - Principais demandas, desafios e conflitos

O conselho deliberativo⁴² é composto por dez membros, sendo seis representantes das comunidades tradicionais, dois representantes dos órgãos governamentais e dois representando as ONGs locais. Já realizou 15 reuniões com uma média de participação de 12 pessoas por reunião, entre conselheiros e comunidade (Atas do Conselho).

RDS Itapanhapima

Localizada no município de Cananéia com uma área de 1242,70 ha, é formada por uma gleba de terras e ocupada por 17 famílias de caiçaras que têm dupla residência (casa na cidade e na área da RDS). É praticamente toda coberta por floresta de restinga e manguezais

⁴²Conselho Deliberativo - Portaria FF nº 013/2010 (FF, 2010).

em 77,3% da área. Os usos são o extrativismo de ostra, captura do caranguejo Uçá, além dos viveiros de engorda de ostras e das roças tradicionais para a produção de alimentos, no sistema de “coivara ou pousio”. Os moradores reivindicam a ampliação da área da RDS em mais de 512 ha (Plano de utilização FF, 2010).

Considerações a respeito da adequação ambiental na UC

As áreas dentro dos limites geográficos hoje estabelecidos pela RDS de Itapanhapima, compostas por manguezais e corpos hídricos, constituindo, portanto, áreas que podem ser consideradas equivalentes às áreas de preservação permanente (APP), são usadas para práticas extrativistas, principalmente para a extração de ostra, captura do As áreas de terra firme, dentro dos limites atuais da RDS de Itapanhapima, constituem em áreas de restinga, onde tradicionalmente essas comunidades usam para instalar suas roças tradicionais, utilizando-se do sistema de “coivara ou pousio”, com rotação de áreas, propiciando o bom estado de regeneração e conservação.(...) (Plano de Utilização 2010, p. 20 -14).

O quadro 10 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos da RDS Itapanhapima (Plano de Utilização/FF, 2010)

Demandas e Desafios	Necessidade de regularização da extração de “fofão” e “barba de mangue”
	Alteração dos limites das UC
	Fortalecimento político organizacional da comunidade
	Implantar um sistema de fiscalização e sinalização eficiente
Conflitos	Comunidade muito resistente à aceitação da RDS criada
	Caranguejeiros e extratores de ostras que utilizam de práticas predatórias
	Captura em demasia de baiacu, por pescadores de fora, com descarte de dejetos que contaminam as águas.
	Caçadores
	Conflitos entre famílias.

Quadro 10 - Principais demandas, desafios e conflitos

O conselho deliberativo⁴³ é composto por oito membros, sendo quatro representantes das comunidades tradicionais, três dos órgãos governamentais e um representando as ONGs locais. Já realizou 4 reuniões com uma média de participação de 10 pessoas por reunião, entre conselheiros e comunidade. O conselho da RDS funciona em conjunto com o da RESEX Taquari, pela proximidade física das unidades e a boa relação comunitária existente (Gestor, 2012).

Nessa RDS, no início do processo houve resistência à sua implantação pelos moradores, mas segundo informações do gestor, essa posição tem mudado e há uma reivindicação da ampliação dos limites da RDS em área do PELC. Em relação às atividades de gestão implantadas destaca-se o apoio da FF para a melhoria dos viveiros de criação de ostra e a análise da qualidade da água do estuário na região dos viveiros de ostras (Plano de Utilização, 2010).

⁴³Conselho Deliberativo - Portaria FF nº 18, de 3 de fevereiro de 2010 (conjunta RESEX Taquari).

Considerações sobre as RDS

As cinco RDS contam com três gestores nomeados pela Fundação Florestal, com os conselhos deliberativos formados e realizando reuniões periódicas. Porém, a infraestrutura ainda não é satisfatória: falta transporte para os conselheiros participarem das reuniões, os conselhos não contam com secretaria executiva, o que sobrecarrega o trabalho dos gestores. Outro aspecto que demanda discussões: a maioria dos ocupantes de todas as RDS não tinha conhecimento sobre o que é e nem como funciona uma RDS. As questões da posse da terra e as regras de uso estão presentes nas discussões, o que demanda maior tempo ao avanço dos trabalhos dos conselhos. Isso demonstra que ainda há dúvidas e falta uma melhor compreensão por parte das comunidades envolvidas no processo de elaboração do projeto de lei que criou as unidades. Esta constatação se deu através da elaboração (leitura) dos planos de utilização, realizados em todas as RDS, que acabou tornando-se um processo de debate da categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável e se transformando num espaço de reflexão e construção de acordos, que serão analisados ao longo desta pesquisa. A leitura das Atas e as entrevistas, que serão apresentadas no capítulo a seguir, corroboram com essas informações.

A fiscalização das RDS é uma demanda mais localizada na região de Cananéia, pois os recursos manejados naquela região sofrem muita pressão de extratores e pescadores do Paraná. Como a fiscalização e a sinalização das áreas praticamente não existe, a área fica vulnerável à ação dos vizinhos paranaenses, se transformando num dos maiores problemas de gestão daquela região. (Gestor RDS, 2012).

Reservas Extrativistas

De acordo com SNUC, a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

RESEX da Ilha do Tumba

Localizada no município de Cananéia e com área de 1.228,26 ha, não possui moradores no interior da unidade. Está situada em parte na região continental, próximo à comunidade do Ariri e parte na Ilha com o mesmo nome: Ilha do Tumba. A área é separada da Ilha do Cardoso pelo Canal de Ararapira, nas proximidades da comunidade do Marujá. Os limites da Resex não coincidem exatamente com os limites geográficos da Ilha do Tumba tal como é conhecida por moradores locais. A RESEX do Tumba foi criada para garantir o acesso da população da comunidade do Ariri e, principalmente, a comunidade da Ilha do Cardoso que usa a área para a extração de madeira para a construção dos cercos. A cobertura florestal é de vegetação de manguezal e restinga em praticamente toda a sua extensão com 89,4% da área com cobertura florestal. Os moradores reivindicam a ampliação da área da Resex em mais de 598 ha. (Plano de utilização, 2010, p. 21).

Considerações a respeito da adequação ambiental na UC

(...) usos tradicionais solicitados serão submetidos aos devidos licenciamentos, já que não é de interesse das comunidades beneficiárias que os usos na RESEX da Ilha do Tumba ocorram de forma desordenada e que comprometam a sustentabilidade da área. Ademais, as visitas a campo constataram um alto grau de conservação dos ambientes. As únicas exceções a esta constatação ocorrem principalmente em relação à exploração demasiada de caranguejo Uçá, e na forma como são extraídas as Ostras na área, o que deve ser minimizado com o cumprimento dos acordos realizados em médio prazo. Vale lembrar que as atividades mencionadas por último não são realizadas, em sua maior parte, pelas comunidades beneficiárias e sim por pessoas alheias a estas comunidades, conforme relatado nos itens anteriores. Verificou-se ainda que a área características que podem ser considerados como alto grau de conservação da biodiversidade. A intervenção ou supressão em APP (restingas e manguezais) é permitida para comunidades tradicionais e pequenas propriedades rurais, desde que sejam atividades de mínimo impacto (subsistência), e que não coloquem em risco as espécies da flora e da fauna (...) (Plano de utilização 2010, p. 24 - 14).

O quadro 11 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos da RESEX da Ilha do Tumba (Plano de Utilização/FF, 2010).

Demandas e Desafios	As comunidades reivindicam ampliação da área ao norte e oeste da RESEX – parte do atual Parque Estadual do Lagamar - Utilizada pelas comunidades beneficiárias
	Estabelecer uma boa relação com comunidades além das do Marujá e Ariri que também utilizam a área da RESEX
	Conseguir controlar e monitorar a atividade de pesca predatória.
	Implantar um sistema de fiscalização e sinalização eficiente
Conflitos	Pesca predatória
	Captura com armadilha (ilegal) de caranguejo e coleta abusiva de ostra por pessoas que não fazem parte das comunidades
	Pesca do Irico, pesca de camarão com o uso do gerival de arrasto.

Quadro 11 - Principais demandas, desafios e conflitos

O conselho deliberativo⁴⁴ é composto por doze membros sendo seis representantes dos moradores tradicionais do Ariri e Marujá, quatro representantes dos órgãos governamentais e dois de ONGs locais. Já realizaram seis reuniões com a presença de 12 pessoas por reuniões (Atas do Conselho).

RESEX do Taquari

Localizada no município de Cananéia e com área de 1662,20 ha, a RESEX do Taquari é localizada na foz do Rio Taquari, próximo à comunidade do mesmo nome. A RESEX do Taquari foi criada para garantir a preservação da área para o extrativismo dos moradores tradicionais, os caiçaras. O extrativismo é de caranguejos, ostra e a pesca artesanal. A área é composta praticamente por manguezais e faz limite com a RESEX do Mandira.

Considerações a respeito da adequação ambiental na UC

A maior área dentro dos limites geográficos hoje estabelecidos na RESEX Taquari é composta por manguezais e corpos hídricos, constituindo, portanto, áreas destinadas à preservação permanente (APP). São áreas usadas para práticas extrativistas, principalmente da ostra e do caranguejo Uçá. Também são utilizadas para instalação de viveiros de engorda de ostras. As áreas de mangue, assim como outras APPs podem ser exploradas por comunidade tradicionais para a produção de alimentos e sem prejudicar a característica da formação vegetal (Plano de Utilização 2010, p. 22 - 13).

⁴⁴Conselho Deliberativo - Portaria FF nº 15, de 26 de janeiro de 2010 (FF, 2010).

O quadro 12 apresenta uma síntese das demandas, desafios e conflitos da RESEX do Taquari (Plano de Utilização/FF, 2010).

Demandas e Desafios	Inclusão de áreas de moradores que ocuparem áreas “fora” da RESEX e “dentro” do parque confrontante
	Implantar um sistema de fiscalização e sinalização eficiente
Conflitos	Práticas predatórias de caranguejeiros
	Existência de caçadores na região
	Extratores de ostra que contrariam a lei específica que regulamenta a atividade e saqueiam pontos de engorda
	Pesca predatória

Quadro 12 - Principais demandas, desafios e conflitos

O conselho da Resex Taquari funciona junto com o da RDS Itapanhapima.

Considerações sobre as RESEX

As duas RESEX são geridas pelo gestor da RDS Itapanhapima, que acumula estas funções. A situação da gestão também é similar às demais, pois faltam recursos humanos e materiais, além das dúvidas sobre a efetividade e importância da Unidade de Conservação. O questionamento ocorre pelos mesmos motivos dos ocupantes das RDS - não tinham conhecimento sobre o que é uma RESEX nem o seu funcionamento e de como se apropriar dela. Porém, o processo de realização dos planos de utilização foi um espaço para esta discussão e vários acordos para o ordenamento do extrativismo foram firmados. O desafio é colocá-los em prática. Tendo ainda um desafio que é a falta de reconhecimento das populações urbanas no processo de criação das áreas de Uso Sustentável. Cananéia tem muitos pescadores na área urbana, que ficaram sem áreas para executar as suas atividades tradicionais, já que ainda não houve um cadastramento de quais pescadores da cidade poderão usar a Resex Taquari - na lei está previsto que esses pescadores da cidade poderiam utilizá-las (Entrevista ONG, 2012).

A comunidade defende mais fiscalização, pois os comunitários organizados solicitam o credenciamento dos usuários da RESEX. A organização e a participação comunitária têm apoiado a gestão e se transformado num dos melhores instrumentos para a conservação e proteção da área (Entrevista Gestor, 2012).

Parques Estaduais

De acordo com o SNUC, os Parques⁴⁵ têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Parque Estadual do Lagamar de Cananéia

Localizado nos municípios de Cananéia e Jacupiranga, possui uma área de 40.758,64 ha. Com as mudanças trazidas pela lei do Mosaico, de 87 famílias que moravam no antigo PEJ apenas 26 permaneceram no interior do Parque do Lagamar, população formada por moradores tradicionais caiçaras e moradores tradicionais descendentes de alemães que chegaram à região na década de 1930. Esta população ficou concentrada na região do bairro Santa Maria. Para esta localidade, a lei 12 810 no artigo 5º, inciso 2º diz:

(...)§ 2º – O bairro conhecido por Santa Maria, abrangido pelo território original do Parque Estadual do Jacupiranga– PEJ, e que passa a ter sua porção oeste incorporada o território do Parque Estadual Lagamar de Cananéia, fica nesse trecho reconhecido como Zona Histórico-Cultural, e por ocasião do Plano de Manejo da unidade será elaborado um Plano de Uso que assegure as condições sócio-econômicas e ambientais dos ocupantes da área, nos termos do que dispõe o artigo 39 do Decreto federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Esta redação foi dada na lei, por não ter havido consenso para a retirada desta comunidade do interior do Parque, por estar localizada às margens do antigo trajeto da BR-101 e também pelo fato de a comunidade residir numa faixa estreita do perímetro do Parque, o que poderia causar o seccionamento da UC e o comprometimento da conservação da área, conforme posição defendida pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente. Como compensação para a comunidade, a lei assegurou um zoneamento compatível aos seus direitos como comunidade tradicional. Apesar de nesta região o Parque do Lagamar ter crescido em aproximadamente 20 mil ha, através de inclusão de áreas, houve uma grande redução de 70% no número de ocupantes, já que 2,6 mil há de áreas ocupadas por moradores tradicionais foram excluídas do perímetro do novo Parque. Estas áreas excluídas não foram recategorizadas, pois já faziam parte da APA Federal Cananéia-Iguape-Peruíbe. Das áreas excluídas, uma porção destas foi reivindicada pelo Quilombo do Mandira. Foi excluída uma

⁴⁵ Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000- Art. 11.

área menor do que a comunidade solicitava, ficando consensuada que durante a realização do plano de manejo esta área poderia ser revista (Processo de discussão do Mosaico, 2007). Como já dito anteriormente, no projeto original a área prevista para o PELC era de 47 mil ha, deixando várias ocupações no interior do antigo PEJ, além de incluir outras comunidades inteiras no novo limite do PELC. Isso não ocorreu em face da mobilização social ocorrida durante a análise do projeto na Assembleia Legislativa e a consequente mudança da proposta original.

O parque conta com um conselho consultivo com dezenove membros titulares sendo nove representantes dos órgãos governamentais e dez da sociedade civil, entre ONGs locais e representantes dos moradores do Parque e entorno. Já realizou 12 reuniões ordinárias com uma média de presença de 20 pessoas por reunião, entre membros do conselho e comunidades (Atas do Conselho).

Parque Estadual Caverna do Diabo

Localizado nos municípios de Cajati, Barra do Turvo, Eldorado e Iporanga possui 40.219,66 ha, região que na época da vigência do antigo PEJ abrigava em seu interior 127 famílias. Com as mudanças, o número foi reduzido para 59 famílias que ainda permaneceram no interior do Parque, população formada por agricultores migrantes (30%) e moradores tradicionais (70%) de Barra do Turvo e Eldorado, que em sua maioria não residem na área, utilizam da terra para a produção de grãos e produção de alimentos e moram nos municípios próximos⁴⁶.

O reordenamento da área do PECD teve exclusão de 1,8 mil ha e uma ampla inclusão de áreas em 16,6 mil ha, por meio da anexação ao patrimônio do novo Parque com áreas de floresta e terras devolutas. Após a promulgação e divulgação da lei constatou-se que áreas ocupadas por sitiantes foram incluídas no novo território do Parque, trazendo para o interior da nova Unidade de Conservação pelo menos 15 fazendeiros e pequenos sitiantes ocupantes. Esta situação vem sendo discutida no Conselho do Parque e provocando um novo conflito. Além desses questionamentos, no ano de 2012, na região de Iporanga, três comunidades estão reivindicando territórios quilombolas, que se sobrepõem ao novo Parque. Convém ressaltar que esta demanda não surgiu na época da discussão da lei.

⁴⁶ Informações colhidas com o gestor da área e com lideranças da comunidade.

O PECD conta com 91% de cobertura florestal em bom estado de conservação. Possui áreas de montanhas calcárias com florestas, cachoeiras e várias cavernas de grande importância e beleza, dentre elas, a Caverna do Diabo (FF, 2010).

O Parque conta com um conselho consultivo com vinte membros titulares sendo dez membros dos órgãos governamentais e dez da sociedade civil, entre ONGs locais e representantes dos moradores do Parque e entorno. Já realizou 13 reuniões ordinárias com uma média de presença de 20 pessoas por reunião, entre membros do conselho e comunidades (Atas do Conselho).

O Parque Estadual do Rio Turvo

Localizado nos municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga, possui área de 73.893,87 ha, região que, na época da vigência do PEJ abrigava em seu interior 1.898 famílias. Com as mudanças trazidas pela lei do Mosaico, o número de famílias foi reduzido para 420, população que reúne desde moradores tradicionais, pequenos agricultores migrantes, chacareiros, veranistas e fazendeiros. Destes, apenas 120 residem na área do Parque ou em bairros próximos – estes tiram o seu sustento da área de uso do interior do Parque. Utilizam da terra para a produção de grãos, produção de alimentos, bananicultura e pecuária de corte e leite, além de recreação⁴⁷.

Como pode ser constatado, houve uma drástica redução da população que ocupava a área. De 1.898 para 420 ocupantes. Nesta região houve a recategorização do território, com a criação das APAs e RDS em terras do antigo PEJ. Mais de 26 mil ha deixaram de ser parque, além da exclusão de pequenas áreas para ajustes de limites do antigo Parque. Uma das áreas excluídas foi destinada ao Quilombo Reginaldo de Barra do Turvo. Todo este processo de exclusão e recategorização ocorreu em áreas com ocupação consolidada, onde se concentrava a maior população do antigo PEJ. Para compensação das áreas recategorizadas, foram incluídos 4,2 mil ha de áreas florestadas oriundas de terras devolutas que existiam contíguas ao PEJ, nos municípios de Cajati e Jacupiranga.

Este processo deu à gestão do Parque um desenho da conservação que passou a ser incorporado ao território, onde estão sendo desenvolvidas ações de comunicação e implantação do Parque, como a implantação do Núcleo Capelinha, onde cachoeiras, caverna, trilhas, centro de apoio ao visitante e a instalação de um museu estão proporcionando ao Parque uma nova face, possibilitando aos ocupantes e moradores do entorno a identificação

⁴⁷ Informações recolhidas através da observação participante do autor.

com o Parque e a compreensão da sua importância. Porém, a regularização fundiária continua a ser a grande questão a ser resolvida. A UC protege uma das maiores extensões (89,8% de sua área) de floresta ombrófila densa e mista em bom estado de conservação e espécies ameaçadas de extinção, como o papagaio do peito roxo, entre outras.

O Parque conta com um Conselho Consultivo com vinte e dois membros titulares⁴⁸ sendo onze representantes dos órgãos governamentais e onze da sociedade civil, entre ONGs locais e representantes dos moradores do Parque e entorno. Já realizou 21 reuniões ordinárias com uma média de presença de 60 pessoas por reunião entre membros do conselho e comunidades, envolvendo 1.200 participações nas reuniões do conselho (Atas do Conselho).

Considerações sobre os Parques

Os três Parques contam com Conselho Consultivo de gestão e um gestor nomeado pela Fundação Florestal para cada UC. Entre os desafios para a implantação dos Parques está a estruturação de equipes e dos programas de gestão que estão sendo realizados pelos gestores. Mas o grande desafio para a gestão do PERT e PECD é a regularização fundiária. Permanecem ainda no interior dos dois Parques 479 famílias, sendo que destas, pelo menos 200 famílias têm o seu modo de vida baseado na agricultura de produção de alimentos e que ainda continuam sob uma legislação restritiva. Os demais ocupantes são veranistas, fazendeiros e chacareiros que não estão enquadrados nos critérios para indenização ou realocação. Esta é a questão principal a ser enfrentada, pois com a recategorização, a grande maioria dos ocupantes do antigo PEJ teve parte dos seus problemas resolvidos, mas muitos moradores ainda buscam soluções para os problemas que enfrentam por permanecerem ainda em áreas de Parque. Para enfrentar esta situação, a lei apresenta alternativa, como a arrecadação de áreas públicas ocupadas irregularmente por fazendeiros nas APAs e RDS por meio judicial; a proposta de compra de áreas particulares com recursos de compensação para serem destinadas à realocação destas famílias; e a realocação para a RDS de Lavras.

Mas a questão que está sendo reivindicada pela população residente é que seja iniciada a exclusão de áreas em até 3% das áreas de Parques quando da elaboração do plano de manejo, sendo este mais um dispositivo previsto na lei que poderá contribuir para a solução dos problemas dos moradores que ainda permanecem nos Parques, bem como os dos que equivocadamente foram incluídos nos limites do PECD.

⁴⁸ No Capítulo 3, na análise das Atas dos Conselhos, é apresentado um quadro com o perfil dos representantes e posições que defendem no Conselho.

Conforme a redação do artigo 15 da Lei nº 12 810:

Artigo 15– Considerando a complexidade sócio-ambiental e fundiária das unidades de conservação que compõem o Mosaico do Jacupiranga, fica o Poder Executivo autorizado a proceder, mediante decreto, a eventuais retificações dos limites territoriais desses espaços protegidos, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I – quando estudos técnicos indicarem a necessidade da retificação para compatibilizar a área da Unidade de Conservação com o zoneamento previsto em seu Plano de Manejo;

II – se a proposta de alteração, após manifestação dos conselhos consultivos e deliberativos, e os procedimentos administrativos pertinentes, for previamente aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA;

III – quando a retificação não reduzir em mais de 3% as áreas de proteção integral instituídas por esta lei, e em 5% a área total do Mosaico do Jacupiranga.

A introdução deste artigo na lei foi consensuada pelos envolvidos no processo de elaboração. Uma lei tão complexa e que, ao longo do seu processo de elaboração e discussão, não conseguiu resolver definitivamente todas as demandas relacionadas ao território. O debate foi intenso. Se, por um lado, o Estado não abria mão de reduzir áreas de proteção integral - tanto que a lei aumentou o percentual destas áreas - por outro lado, parte das demandas da sociedade não foi atendida. O dispositivo na lei foi previsto para correção de possíveis equívocos nos limites, já que foram utilizadas informações das cartas de 1:50.000 do IBGE – disponíveis na época mas que apresentam imprecisões. A lei também garantiu que as situações não consensuadas durante o processo seriam aprofundadas no momento da elaboração do Plano de Manejo do Mosaico.



Figura 09- Mobilização das comunidades para implantação do Mosaico

CAPÍTULO 3 – DE PARQUE A MOSAICO: AS COMUNIDADES E A RECATEGORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Neste capítulo são apresentados os resultados e análises das entrevistas realizadas com os diferentes sujeitos sociais que compõem o Mosaico do Jacupiranga: os moradores da área de estudo - concentrada nos municípios de Barra do Turvo e Cajati – as lideranças da sociedade civil e os agentes (técnicos e gestores) do Estado que participaram do processo de criação e implantação do Mosaico. Também integra este capítulo a análise das atas das reuniões dos Conselhos das UCs que compõem o MOJAC e dos instrumentos de fiscalização e licenciamento existentes na área de estudo. As entrevistas com as lideranças dos moradores e representantes de instituições governamentais e organizações não governamentais que integram o Conselho Gestor do PERT foram realizadas pelo próprio pesquisador.

3.1- ENTREVISTAS COM MORADORES

As entrevistas com os moradores foram realizadas por uma equipe do Laboratório de Climatologia e Biogeografia (LCB) que participam da linha de pesquisa Unidades de Conservação e Desenvolvimento Local, coordenado pela orientadora deste projeto.

Foram entrevistados 169 moradores das APAs Rio Vermelho e Rio Pardinho, Cajati e Planalto do Turvo, das RDS dos Quilombos da Barra do Turvo e Barreiro-Anhemas e do Parque Estadual do Rio Turvo (PERT). As entrevistas foram realizadas por um grupo de 11 pesquisadores-alunos de graduação do curso de Geografia (USP), monitores bolsistas do LCB. A estratégia de realizar as entrevistas com alunos da graduação de Geografia foi adotada com o objetivo de evitar possíveis inibições ou constrangimentos por parte dos entrevistados pelo fato de o pesquisador ser também o gestor do PERT à época. Desta forma, buscou-se garantir um distanciamento entre o trabalho da gestão do Parque e o próprio pesquisador.

Os entrevistadores foram capacitados e supervisionados pelo pesquisador e sua orientadora, em um processo que consistiu na realização de quatro reuniões e uma oficina experimental, ocorridas no LCB, visando o nivelamento conceitual e a preparação do trabalho de coleta de dados em campo. Foram apresentados e discutidos o projeto de pesquisa, a área de estudo, o questionário e o marco teórico a ser utilizado na análise e interpretação dos dados coletados. O trabalho de campo ocorreu durante seis dias consecutivos do mês de abril de 2012. Todas as noites, aconteceram as reuniões de avaliação para ajustes, trocas de experiências e preparação para a coleta de dados em campo do dia seguinte.

A proposta inicial apresentada no exame de qualificação consistia em entrevistar apenas 28 moradores, o que representaria um universo de 2% dos chefes de famílias da área estudada. Porém, após revisão bibliográfica, foi considerada a importância de se ouvir um percentual maior de moradores. Desta forma, o total de entrevistas realizadas representou 12% do universo de famílias moradoras.

Não foi feita uma discriminação conforme pressupostos culturais. Ao longo da apresentação dos resultados é que foi destacada a posição dos agricultores migrantes e dos moradores tradicionais para algumas questões de relevância sobre o processo de criação e implantação do Mosaico, com o objetivo de identificar contextualizações das diferentes visões existentes. As entrevistas foram divididas por Unidades de Conservação e seus respectivos bairros. Desta forma, foram visitados moradores em 21 bairros rurais, conforme Gráfico 02 abaixo.

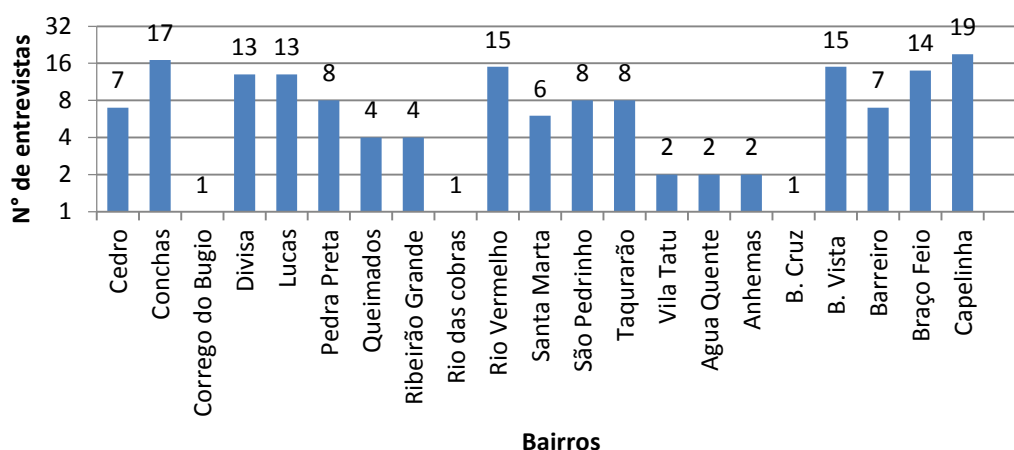


Gráfico 02- Relação de bairros e número de entrevistas por bairro

As entrevistas foram realizadas aleatoriamente, considerando apenas o critério de visitar determinado número de chefes de famílias por Unidades de Conservação nos bairros indicados. Essa estratégia foi considerada a mais adequada por estar destituída de direcionamento na pesquisa, o que poderia ocorrer se os entrevistados fossem previamente escolhidos. Desta forma, foi possível identificar as diferentes visões dos moradores, tanto dos tradicionais como dos migrantes.

A receptividade à pesquisa foi unânime, não ocorrendo nenhuma negativa por parte dos entrevistados abordados.

Da previsão inicial de 262 entrevistas, foram entrevistados 169 pessoas no total. Não foi possível alcançar o número inicial previsto em decorrência das condições atmosféricas, como a chuva que ocorreu nos dias programados para o trabalho, o que acabou impedindo o

acesso às residências localizadas nas RDS dos Pinheirinhos e de Lavras. O fato, porém, não prejudicou o resultado final, pois, durante a sistematização preliminar dos dados que era realizada paralelamente às entrevistas, foi sendo constatada repetição das respostas, indicando que o universo entrevistado já demonstrava ser suficiente para a consolidação da análise final das informações colhidas.

Do total de entrevistados, 76 são considerados moradores tradicionais de Barra do Turvo e Cajati (quilombolas e caipiras), representando 45% do universo pesquisado. Deste universo, 55% são agricultores migrantes, em sua grande maioria vinda de cidades como São Paulo e Curitiba, conforme será detalhado adiante. Estas cidades são grandes polos emissores, mas os migrantes do Mosaico do Jacupiranga que vieram destas capitais são originários das regiões Nordeste e Sul e de cidades do interior dos Estados de São Paulo e Paraná; portanto, uma população representativa da mobilidade social comum em áreas rurais de outras regiões.

Tabela 04- Local geral das entrevistas

	Nº Famílias/UCs	Nº Entrevistas Realizadas	% Entrevistas	% Tradicionais	% Migrantes
APA PT	358	27	7,5	18,5	81,5
APA RV. RP	343	47	13,7	32	68
APA Cajati	348	50	14,4	54	46
RDS QBT	136	19	14,0	84,2	15,8
RDS B.AH.	176	13	7,4	84,6	15,4
RDS Lavras	4	-	-	x	x
RDS PINH.	60	-	-	x	x
P. E. T	*454	13	6,5	15,38	84,6
UCs	1425	169	12%	45%	55%

* Refere-se ao número de posses cadastradas em 2006/2007 pelo ITESP; mas efetivamente residem no Parque aproximadamente 200 famílias.

O questionário semi estruturado (Anexo 1) continha uma série de perguntas relativas à origem do ocupante, idade, dados socioeconômicos, avaliação do processo de criação e implantação do Mosaico do Jacupiranga e sobre a participação do entrevistado neste processo. A análise dos dados foi dividida em três blocos: caracterização dos moradores e sua habitação; opinião sobre a criação do Mosaico; e sobre a participação no processo de criação do Mosaico.

Os dados das questões objetivas são apresentados de forma quantitativa. Para as questões abertas, foi feita análise do conteúdo das respostas. As entrevistas foram digitadas em tabelas e analisadas utilizando-se da Teoria de Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin (1997), por meio dos recursos da associação de palavras e temas.

A apresentação dos resultados foi dividida conforme o roteiro do questionário, seguida da análise de conteúdo.

Caracterização dos moradores e das habitações

Do universo de chefes de família entrevistados, 56% são homens e 44% são mulheres. A média de habitantes por residência é de 3,36 por unidade familiar, valor idêntico ao existente no Estado de São Paulo.

A faixa etária dos entrevistados é bastante ampla. O intervalo entre a idade mínima é de 17 anos e a idade máxima de 78 anos. Verifica-se que a grande maioria dos entrevistados (86%) encontra-se na faixa etária superior a 30 anos de idade.

Tabela 05- Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária /Idade/Anos	Qtd.	%
17 a 30	20	12
31 a 40	27	16
41 a50	49	29
51 a 60	34	20
Mais de 61	36	21
Não respondeu	3	2
Total	169	100

Os dados demonstram que a maioria dos entrevistados é adulta e já em fase de constituição de família. Destaca-se ainda que a faixa dos idosos é muito pequena, mas não podemos afirmar que a longevidade esteja abaixo das referências para o Estado e região.

Quanto ao nível de escolaridade, apresentado na tabela 06 abaixo, verifica se que a maior parcela dos entrevistados (37%) possui o ensino fundamental incompleto, seguido dos moradores sem instrução, que representam 29%. Os que são considerados alfabetizados - com até 3 anos de escolaridade - representam 15%. Estes três níveis de escolaridade somam 81% dos entrevistados. Os números evidenciam ainda que todos os níveis de escolaridade encontram-se abaixo das médias nacional e estadual (IBGE, 2010) verificadas nos municípios de Cajati e Barra do Turvo.

Trata-se de um indicador importante: os moradores do MOJAC tiveram mais dificuldades para avançar na formação escolar do que os demais moradores destes municípios. Esta situação reforça a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas específicas e adequadas à realidade local, visando a superação do problema. Sem contar que outros estudos

em andamento demonstram que a qualidade de ensino na região é ainda muito baixa (Informação verbal)⁴⁹.

Tabela 06- Nível de escolaridade dos entrevistados

Comparativo entre o Nível de Escolaridade do Mosaico e o da Federação, Estado de São Paulo e Municípios de Barra do Turvo e Cajati (IBGE, 2012).

Federação, Municípios e Mosaico	Nível de instrução %				
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	50,24	17,40	23,45	8,31	0,60
São Paulo	41,92	18,77	26,81	11,68	0,83
Barra do Turvo	69,86	16,88	9,36	3,86	0,04
Cajati	58,90	18,01	18,00	4,55	0,53
Mosaico	81,00	7,00	10	1	1

As profissões dos entrevistados são apresentadas na Tabela 07. A maioria (40%) declara ser agricultor(a), seguida das trabalhadoras do lar (28%), dos assalariados (15%), e dos aposentados, com o mesmo percentual (15%). Do total, 7% são comerciantes e 4% trabalhadores autônomos. Verifica-se que a relação com a terra é preponderante, porém são significativos os serviços assalariados relacionados a atividades realizadas na rodovia BR-116 bem como os associados à aposentadoria e ao trabalho do lar.

Tabela 07- Profissão dos entrevistados

Profissão	Qtd	%
Agricultor(a)	68	40
Do lar	28	17
Aposentado/a	26	15
Assalariado (caseiro, borracheiro, ajudante geral, frentista de posto, balconista, motorista, serviços gerais, merendeira e coordenadora de escola, monitor, ajudante de cozinha e de mecânica)	26	15
Comerciante	11	7
Autônomo (pedreiro, diarista, monitor)	7	4
Não respondeu	3	2
Total	169	100

⁴⁹ Lisangela Kati Nascimento, doutoranda do Departamento de Geografia que está concluindo tese sobre o assunto.

A renda mensal média da unidade familiar dos entrevistados (em salários mínimos) apresenta relação direta com a tabela das profissões apresentada acima.

A metade dos entrevistados (50%) declarou que a renda da unidade familiar alcança, no máximo, um salário mínimo mensal. Cabe ressaltar que o grupo de entrevistados formado por agricultores apenas estimou a renda mensal, já que estes não recebem salários fixos mensais. Os entrevistados que recebem entre um a dois salários mínimos somam 31%; 8% ganham até 5 salários mínimos e 4% declararam não possuir renda alguma.

A situação apresentada se aproxima da realidade constatada pelo IBGE nos municípios de Barra do Turvo e Cajati, no que se refere à faixa de rendimento entre 1 a 2 salários mínimos. Porém, quando se compara com o resultado apresentado na faixa de rendimento de até um salário mínimo, a situação se agrava no MOJAC, tanto em relação aos municípios de Barra do Turvo e Cajati, como também em relação aos níveis nacional e estadual.

Tabela 08- Classes de rendimento ⁵⁰

Mosaico Município Unidade da Federação e	Classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos			
	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Sem Renda
*Mosaico/Entrevistas	50,00	31,00	8,00	4,00
Barra do Turvo	37,01	28,99	6,20	16,70
Cajati - SP	32,75	39,40	8,85	4,11
São Paulo	18,01	41,34	11,43	1,90
Brasil	32,67	32,67	8,26	6,60

Contribuindo para traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados das UCs do MOJAC, também fizeram parte do trabalho de campo o levantamento das condições, a tipificação das moradias, a disponibilidade de determinados serviços públicos, como energia elétrica, o abastecimento de água e a destinação do esgoto dos domicílios visitados.

Em relação às moradias, 89% dos entrevistados possuem moradias próprias e 10% residem em casas alugadas ou cedidas por parentes; 50% das casas são de alvenaria e 48% de madeira. Quanto ao tipo de cobertura, a grande maioria das casas (78%) é coberta com telhas de amianto; 13% das residências possuem telhas de barro e 6% são cobertas com chapas de

⁵⁰ Nota 1: Os dados do IBGE referem-se ao rendimento de cada trabalhador, enquanto os obtidos na pesquisa são relativos à unidade familiar. Nota 2: Salário mínimo utilizado: R\$ 620,00. Nota 3: A categoria Sem Rendimento inclui os entrevistados que recebiam somente em benefícios (IBGE, 2012).

alumínio. A predominância das telhas de amianto ocorre por ser um tipo de cobertura mais acessível e de fácil construção, não obstante o conforto térmico ser muito ruim e ainda deixar os moradores expostos aos efeitos nocivos do material.

Um dado a ressaltar é o grande número de entrevistados com casa própria – não somente os que residem nos sítios, mas também os que residem em bairros onde as casas são espacialmente mais concentradas (vilas), o que indica um grau de tranquilidade em relação à moradia, ou seja, apesar das casas serem simples, os moradores não pagam aluguel o que, de certa forma, significa uma renda familiar indireta em comparação aos moradores que arcam com esse tipo de despesa mensal.

Quanto à energia elétrica – sem dúvida o serviço público mais referido nas citações e questionamentos - a situação é relativamente boa no universo entrevistado, pois a maior parte das casas visitadas (64%) conta com energia elétrica. Verifica-se, no entanto, que 36% das residências ainda não têm ligação de energia elétrica e utilizam lâmparinas, gerador ou velas.

Esta situação acabou gerando manifestações de revolta e descrença por parte dos moradores no processo de implantação do Mosaico, já que o acesso a este serviço foi uma das principais reivindicações da população. Após a promulgação da Lei de criação do Mosaico do Jacupiranga, mais de 300 ligações⁵¹ já foram realizadas, mas a demanda por energia elétrica nas UCs de Uso Sustentável é de mais de 1.000 ligações. A reivindicação por este serviço essencial é a mais recorrente quando o tema refere-se à implantação do Mosaico, conforme será apresentado adiante. Por se tratar de um dos componentes do indicador de riqueza do Índice Paulista de Responsabilidade Social Paulista (IPRS), essas novas ligações realizadas podem influenciar na melhora futura desse indicador.

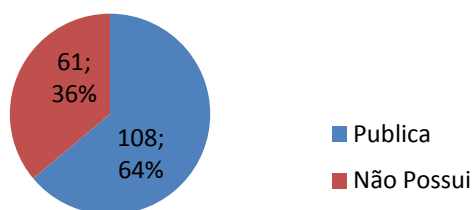


Gráfico 03- Situação dos domicílios com energia elétrica

No tocante ao esgotamento sanitário, praticamente todas as residências (84%) possuem fossas, sendo 53% de fossa seca e 31% de fossa séptica. Mesmo contando com o sistema de

⁵¹ Informações fornecidas via email pela Concessionária de energia Elektro em maio de 2012.

fossas, essas não são operadas corretamente, pois não ocorre o seu esvaziamento anual. O restante dos moradores (12%) lança os efluentes a céu aberto ou diretamente nos rios, o que indica a precariedade na infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto.

Tabela 09- Situação do sistema de esgotamento sanitário

Sistema de esgotamento sanitário	Qtd	%
Fossa seca	90	53
Fossa séptica	53	31
Não tem; esgoto é jogado no rio	20	12
Não respondeu	6	4
Total	169	100

Em relação ao abastecimento de água, 76% das casas contam com o abastecimento proveniente de captação em nascentes e rios, enquanto 6% possuem poços, 8% contam com o serviço de rede pública e 7% são desprovidas de qualquer tipo de sistema de abastecimento de água. A água utilizada nos diversos tipos de abastecimento - excetuando a do abastecimento público - não recebe nenhum tipo de tratamento. Aliado ao problema da precariedade na captação e distribuição, a água chega às casas em mangueiras de polietileno, expostas no solo, constituindo-se em mais um problema a ser enfrentado pelas comunidades e que extrapola as questões sanitárias, já que além de fonte de consumo de água para as comunidades, os rios também são fontes de alimentos e de lazer para muitos moradores que praticam a pesca nos rios do MOJAC.

Tabela 10- Situação do sistema de abastecimento de água

Abastecimento de água	Qtd	%
Fonte / Rio	129	76
Pública	13	8
Não Possui	12	7
Poço	10	6
Não Respondeu	5	3
Total	169	100

A situação encontrada no Mosaico a evidencia como a região mais carente em infraestrutura de saneamento básico do Vale do Ribeira que, por sua vez, é considerada uma das piores regiões em saneamento do estado de São Paulo (HOGAN et al. p.401). O problema se arrasta desde a época em que a área era Parque, quando nem mesmo poderia ser reivindicada uma solução com a implantação de sistemas de tratamento de esgoto e tratamento de água. Com a criação do Mosaico e a recategorização das áreas em unidades de Uso Sustentável, esta situação pode ser revertida. E já há iniciativas neste sentido. A Prefeitura de Barra do Turvo está instalando um poço artesiano no bairro Paraíso (APA

Planalto do Turvo) e está em fase de elaboração o projeto de saneamento rural para coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água no bairro Divisa (APA Rio Vermelho e Rio Pardinho), projetos estes inseridos em um programa de saneamento rural do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2011). A Fundação Florestal, em parceria com a UNESP de Registro, prepara um projeto para instalação de 1.000 (mil) fossas sépticas biodigestoras nas APAs e RDS, o que também vai contribuir para a melhoria dessa situação (Informação verbal)⁵².

Os moradores e a criação do MOJAC

Além da caracterização socioeconômica dos moradores, o questionário aplicado trazia questões relacionadas à opinião dos moradores sobre a criação do MOJAC, com 23 perguntas abertas e 4 fechadas, elaboradas para apurar a avaliação dos moradores sobre aspectos relevantes relacionados ao lugar onde vivem.

A primeira questão tratou de averiguar a origem dos moradores e os motivos que os levaram ao local. A maioria dos entrevistados (42%) nasceu no território hoje formado pelo Mosaico e antigamente pelo Parque Estadual do Jacupiranga. Acrescentando a este percentual os entrevistados nascidos no município de Cajati e Barra do Turvo, totalizam 45% os ocupantes da região que apresentam características de povos tradicionais (caboclos-caipiras e quilombolas). Outro grupo de moradores (32%) é oriundo de populações migrantes vindas do polo emissor de Curitiba, interior do Paraná e outros Estados do Sul. Do polo emissor da cidade de São Paulo, do interior do Estado de São Paulo e da região Nordeste vieram 13% dos entrevistados que, somados aos migrantes de Minas e Mato Grosso (8%), formam um grupo significativo de moradores.

Essa distribuição dos entrevistados retrata a realidade da ocupação no Mosaico, ou seja, na área de estudo 45% são moradores tradicionais e 55% são agricultores migrantes, com diferenciações por Unidade de Conservação conforme já indicado anteriormente, onde nas RDS os tradicionais são mais de 80% dos entrevistados e nas APAs mais de 35% em média.

⁵² Informação fornecida pelo Gestor da RDS, abril de 2012.

Tabela 11- Origem dos moradores

De onde veio? (origem)	Qtd	%
Nasceu no Lugar, Barra do Turvo	71	42
Curitiba - PR_RS_SC - Interior do PR	54	32
São Paulo - Nordeste - Interior de SP	23	14
Cajati, Jacupiranga, Pariquera -Açu (VR)	13	8
MG,RS,MT	7	4
Não respondeu	1	-
	169	100

São vários os motivos pelos quais os migrantes escolheram o território do Mosaico para morar destacando-se, entre os mais significativos, a necessidade de acompanhar a família (20%), o baixo valor da terra (15%), e a procura por trabalho (9%). Atraídos pela “terra barata” ou impulsionados pela busca de emprego, os entrevistados corroboraram com as afirmações já feitas anteriormente de que na origem da ocupação do antigo PEJ está a questão do desemprego. A maioria dos migrantes chegou à região há mais de vinte anos, coincidindo com o movimento migratório que marcou as décadas de 1980 e 1990 no País.

Os outros motivos para a fixação de moradia no local não são significativos em termos quantitativos, mas revelam a falta de informação sobre a situação fundiária do território, já que em busca de “sossego e paz”, os entrevistados viriam a residir em área de Parque, o que, em função da legislação restritiva que rege esta categoria de unidade de conservação, poderia dificultar o atendimento pleno a esses desejos.

A pesquisa levantou ainda o tempo de moradia dos entrevistados, apontando que 50% nasceram no território ou residem há mais de 20 anos no local, 33% moram no local entre 9 a 20 anos, e apenas 11% dos entrevistados moram há menos de 9 anos na área.

Tabela 12- Motivos para a moradia no local

Por que veio morar aqui?	Qtd	%
Nasceu aqui	55	32
Para acompanhar o pai e a família; amigos	34	20
Porque a terra é barata	25	15
Outros (sossego, retiro, não tinha para onde ir, violência na cidade, próximo à infraestrutura)	18	11
Para trabalhar	16	9
Casou e veio	8	5
Aposentou/problemas de saúde	7	4
Não respondeu	6	4
Total	169	100

Pode-se afirmar que a população entrevistada - e extrapolando para toda a população dessa porção do Mosaico (Cajati e Barra do Turvo) - é constituída de rostos e caras de culturas diversas, com forte presença dos caboclos - caipiras, porém com as raízes africanas dos negros fugidos e entrincheirados em seus quilombos, plantados na Serra Pelada e escorrendo pela Bacia do Rio Turvo. É caracterizada também pelo fluxo migratório, oriundos do Sul, Nordeste, Minas Gerais e Mato Grosso, passando pelos caminhos de duas metrópoles, São Paulo e Curitiba, localizadas a menos de duas horas dessas terras. Migrantes tentando escapar da exclusão econômica, em busca do sonho da terra própria para produzir, de melhores condições de vida e de trabalho, além de tranquilidade e sossego para viver.

A pesquisa também averiguou a percepção dos moradores em relação ao lugar onde vivem. A maioria absoluta (95%) dos entrevistados afirmou que gosta de viver na região, manifestando em seguida o que mais lhes agrada no local. As palavras “sossego” (24%), “tranquilidade” (19%), “clima” (11%) e “a natureza” (11%) foram citadas pelo total de 65% dos moradores, enquanto apenas 4% não apontaram motivos por não gostar do lugar.

Tabela 13- Percepção dos moradores sobre o lugar onde vivem

O que mais lhe agrada nesse lugar?	Qtd	%
Sossego	41	24
Tranquilidade	32	19
Natureza	19	11
Clima	18	11
Roça, zona rural, bairro, as criações, a terra	13	8
Outros	11	6
Lugar	10	6
Nada - não gosta	6	4
Vizinhança	6	3
Mata	5	3
Trabalho	4	2
Não respondeu	2	1
Liberdade	2	1
Total	169	100

Foi questionado também se os entrevistados gostariam que os filhos continuassem a viver na região e 80% deles responderam afirmativamente, enquanto apenas 14% dos entrevistados se manifestaram contrariamente à ideia. A tabela 14 a seguir apresenta os motivos destas preferências.

Tabela 14- Motivos para que os filhos permaneçam ou não morando no local

Gostaria que seus filhos também vivessem aqui?	Qtd	%
Sim para ficar perto da família, união, manutenção da tradição familiar	75	44
Sim: Sossego, natureza, o lugar, clima, tranquilidade e segurança	25	15
Não: Falta de emprego, estudo, estrutura	24	14
Sim: Mas falta trabalho e emprego	16	10
Sim	9	5
Não sabe e não teve filhos	9	5
Sim: Mas foram embora	8	5
Sim: Mas casaram ou foram estudar	3	2
Total	169	100

Como pode ser constatado acima, a maioria gostaria que os filhos vivessem junto com a família, apontando entre os motivos a “manutenção da tradição familiar” (44%), “o sossego”, “o clima”, “a tranquilidade” e “a segurança” do local (15%). Na fala dos moradores, além da “qualidade de vida” que possuem no local, outra justificativa para garantir a

permanência da família unida é que “a casa da família é moradia eterna”. Fica estampada também a preocupação com os perigos que a cidade “grande” representa para a continuidade do núcleo familiar: “pode trazer coisa ruim”; “medo que os filhos sofram com a violência da cidade grande”. No local onde vivem, consideram que estão “longe das coisas ruins da cidade, como as drogas, a poluição, a doença”. Há os que querem que os filhos fiquem na região (9%), mas consideram que a necessidade de estudar (“os filhos têm de sair para estudar”) e a falta de trabalho (“não tem opções de trabalho para os jovens”; “esse lugar é para aposentados”) são motivos que irão inviabilizar esta permanência. Já 14% dos entrevistados afirmaram que não querem que os filhos permaneçam no local e também apontam a falta de emprego como principal motivo.

Na sequência, uma questão sobre as dificuldades que os moradores tiveram ou enfrentaram para trabalhar a terra iniciou o levantamento sobre a percepção dos moradores em relação ao Mosaico.

Tabela 15- Problemas enfrentados para trabalhar a terra

Que tipo de problemas/situações enfrentou para trabalhar a terra?	Qtd	%
Sim: problemas com a fiscalização (fogo, roça, construção, desmatamento, corte de madeira, legislação)	57	34
Não teve ou não enfrentou problemas	48	28
Sim: Falta de investimento, estrada, terra, infraestrutura, comercialização, assistência técnica, enchente, transportes, geadas, dificuldade para trabalhar	35	21
Não trabalha a terra	15	8
Não respondeu	14	9
Total	169	100

Como verificado na tabela acima, 14 entrevistados não responderam à questão, representando 9% do universo. Uma parte considerável dos entrevistados (28%) afirmou não ter enfrentado problemas na atividade e outros 8% declararam que não trabalham a terra, totalizando 36% dos moradores. Já 33% apontaram como maior problema enfrentado a legislação/fiscalização ambiental, que os proíbe de praticar e/ou aplica multas em casos de ocorrências de fogo, roçada, construção, desmatamento e corte de madeira. A presença dos guarda-parques causava, entre os moradores, a sensação de que eram tratados como delinquentes, desestimulando-os a praticar a agricultura da forma como estão habituados (roçar, queimar ou adubar).

Ainda na questão da lida com a terra, 21% dos moradores apontaram como problemas a falta de investimento, estrada, terra, transporte, assistência técnica e dificuldades com a comercialização e as condições climáticas (enchente e geadas). No total, 54% dos

entrevistados afirmaram ter enfrentado problemas para trabalhar a terra, que são diretamente relacionados com a existência do Parque, já que tanto a proibição de práticas agrícolas usuais (como o fogo e a roçada) como a ausência de qualquer tipo de assistência ou infraestrutura básica para o desenvolvimento da atividade estão relacionadas ao regime jurídico imposto pela unidade de conservação existente. Ressalte-se apenas que, o problema da falta de assistência técnica e de infraestrutura para a produção e comercialização agrícola é também enfrentado pela maioria dos agricultores da região, independente de estarem ou não residindo em Unidades de Conservação.

Na questão seguinte, a pesquisa buscou averiguar se os problemas ainda persistem ou estão sendo resolvidos com as mudanças no Território.

Tabela 16- Resolução dos problemas

Conseguiu resolver esses problemas?	Qtd	%
Não respondeu	81	48
Não resolveu	30	18
Sim: Plantando mudas, pagando a multa, na Justiça	13	8
Mais ou Menos	12	7
Sim, por ter a APA, RDS e Agrofloresta - Cooperafloresta	9	5
Outros	9	5
Sim: Com as reuniões do conselho, diálogo, com as associações	6	4
Sim: com autorização	5	3
Sim: Os guarda-parques não passam mais	4	2
Total	169	100

A tabela indica que 48% dos que não responderam à questão devem corresponder ao número da tabela anterior que não respondeu, não enfrentou problemas ou não trabalha a terra. Já 18% afirmaram que os problemas não foram resolvidos e dos 22% que resolveram os problemas afirmaram que isto ocorreu pela via do acordo judicial, através da recuperação do dano ambiental, ou então pelo caminho do acordo com a gestão da Unidade de Conservação, que possibilitou, por meio das diversas reuniões realizadas e de acordos firmados nos Conselhos, uma nova postura diante das atividades dos ocupantes que permaneceram na área, seja através das autorizações para os plantios e construções ou reformas, ou pela própria criação das novas UCs e das novas formas de lidar com a terra.

Seguindo o caminho para identificar o entendimento dos entrevistados sobre a situação que os envolve, foi questionado se eles sabiam da existência do Parque Estadual do

Jacupiranga e da mudança deste para Mosaico. Durante as entrevistas foi apurado que os entrevistados tinham dificuldade de responder quando perguntados sobre a relação de Parque com Mosaico, mas se a pergunta se referisse a mudanças de Parque para APA ou RDS o entendimento era mais evidente. Então, optamos por perguntar sobre a relação com o Mosaico, mas se, mesmo assim, não ficasse evidenciado o entendimento, foi utilizada uma pergunta sobre a mudança de categoria de Unidade de Conservação. Uma constatação do grupo de entrevistadores foi que a pergunta gerava dúvidas, pois muitos entrevistados, em um primeiro momento, afirmavam que quando mudaram para o local não sabiam que ali existia o Parque e que souberam disso depois que a fiscalização foi intensificada - uma resposta recorrente nas entrevistas. Após os esclarecimentos de que o objetivo era saber se os entrevistados sabiam ou não das mudanças de categoria (de Parque para Mosaico) é que se avançava com a pesquisa.

A maioria dos entrevistados (68%) respondeu afirmativamente que sabia da mudança – de área de Parque para Mosaico. Já os que afirmaram que não sabiam da mudança representam 20% dos entrevistados.

Dos 115 entrevistados que afirmaram ter ciência da mudança de Parque para Mosaico, 57 são moradores tradicionais (75%) e 58 são migrantes (62%).

Tabela 17- Conhecimento sobre a mudança de Parque para Mosaico

Sabia que aqui era um Parque Estadual e agora mudou para Mosaico?	Qtd	%
Sim, sabia	55	33
Não sabia	34	21
Sim, sabia que era Parque, mas não sabe do Mosaico	21	12
Sim, sabia da APA, RDS, Mosaico	20	12
Soube durante o processo, quando chegou não sabia que era Parque	19	11
Não respondeu	12	7
Mais ou menos	8	5
Total	169	100

Na tabela acima, pode-se constatar que o desdobramento dos dados indica certa contradição, pois mesmo apontando que sabiam das mudanças e sabiam que era Parque, não demonstravam clareza sobre o Mosaico, misturando as informações com as APAs e RDS. No entanto, as respostas são positivas em relação às mudanças, podendo-se concluir que a maioria sabia das mudanças, já que o número de entrevistados que afirma que não sabia da mudança de Parque para Mosaico é baixo (21%).

Cabe destacar as respostas relacionando diretamente as mudanças para APAs e RDS (12%) e os que mencionaram ter conhecimento sobre a mudança durante o processo de

criação do Mosaico (11%), além da questão já descrita de que muitos (12%) afirmaram saber que a área era Parque, mas não sabiam sobre o Mosaico.

A tabela abaixo apresenta o resultado geral da questão relacionada ao entendimento que os moradores têm sobre Mosaico de Unidades de Conservação.

Tabela 18- Entendimento dos moradores sobre o Mosaico

O que o Sr. (a) entende por Mosaico de Unidades de Conservação?	Qtd	%
Não entende/não sabe	66	39
Não respondeu	34	20
Mosaico é Conservação/Preservação/Mata	23	14
Um conjunto de coisas, lugar onde pode morar, trabalhar, roçar / Desenvolvimento, liberdade, alternativa	20	12
Mosaico tem relação com APA e RDS	17	10
Lugar de perseguição/ proibição / injustiça / miséria	9	5
	169	100

Verifica-se que dos 39% que afirmaram entender a significação de Mosaico, 14% associam Mosaico às palavras “Conservação”, “Preservação” e “Mata” e 12% entendem como um conjunto de coisas relacionadas à possibilidade de moradia, desenvolvimento, trabalho e liberdade. Outros 9,5% relacionam o Mosaico com as APAs e RDS - em um entendimento mais específico - e 5% dos entrevistados classificam o Mosaico como um lugar de “perseguição”, “proibição” e “injustiça”. Somando este último grupo aos que afirmaram não entender ou saber o significado de Mosaico (39%) verifica-se que a maior parte dos entrevistados (44%) não sabe o significado ou associa o Mosaico a condições/situações negativas.

Entre os moradores que entendem o significado de Mosaico, 40,7% são moradores tradicionais e 22% agricultores migrantes. Nota-se que praticamente o dobro dos entrevistados que entendem o que seja Mosaico são os moradores tradicionais, demonstrando que estes, por estarem há muito tempo na região e terem um maior engajamento com o cotidiano do lugar, conseguiram explicitar o entendimento sobre o tema.

O questionário buscou aferir também se os entrevistados sentiram mudanças em suas vidas em relação à criação do Mosaico. A maioria dos entrevistados (56%) disse que a criação do Mosaico fez diferença na sua vida e de sua família, 25% disseram que não sentiram diferença e 13% acham que a vida mudou “mais ou menos”.

Tabela 19- Diferença entre ser um Parque ou Mosaico

Na sua vida e de sua família, agora faz diferença ser um Parque ou Mosaico?	Qtd	%
Não faz diferença nenhuma	25	15
Não respondeu	22	13
Não faz diferença, pois onde continua parque não pode plantar, é tudo proibido, tem pouco trabalho, precisa de autorização para tudo e sempre plantaram	17	10
Mais ou menos	7	4
Não sabe	4	2
Sim, faz diferença, pois pode plantar, roçar, morar, construir, reformar, melhorar as estradas e posto de saúde	24	14
Sim, faz diferença, pois a vida melhorou	18	11
Sim, faz diferença: tem menos medo, mais liberdade, harmonia, sossego, tranquilidade, fim das restrições e trabalhar livremente	17	10
Sim, faz diferença, pois foram criadas as RDS e APAs, e os problemas podem ser resolvidos no Conselho	10	6
Sim, faz diferença, pois piorou a vida, perderam o sitio e agora não pode trabalhar, roçar, criar gado, tirar madeira, desmatar, roçar e colocar fogo	9	5
Sim, faz diferença, pois chegou a energia elétrica	6	4
Sim, faz diferença	4	2
Sim, faz diferença, pois antes era Parque e nada podia	3	2
Sim, faz diferença porque criou a RDS do Quilombo	3	2
Total	169	100

Com a tabela acima é possível analisar quais aspectos foram mais relacionados pelos entrevistados. Para 15% deles, a criação do Mosaico não fez diferença alguma em suas vidas. Os 10% que também indicaram não ter sentido diferença com a criação do Mosaico continuam residindo em áreas de Parque, e destacaram a permanência da “proibição” e a necessidade de terem que pedir autorização para desenvolverem os seus afazeres com a terra. Quantos aos que sentiram diferença em suas vidas cabe destacar os 14% que afirmaram poder agora plantar, roçar, construir, reformar as casas e contar com melhores estradas; os 11% que afirmaram que a vida melhorou e os 10% que destacaram viver agora com mais harmonia, liberdade, sossego, tranquilidade e com menos medo e restrições, além dos que destacaram a chegada da energia elétrica e a criação das APAs e RDS, demonstrando o entendimento que possuem sobre as mudanças em curso.

Para 58% dos migrantes fez diferença a criação do Mosaico, e 52,6% dos moradores tradicionais também consideraram fazer diferença em suas vidas e de suas famílias a criação do Mosaico.

Prosseguindo, reiterou-se a pergunta sobre a percepção de mudança que o entrevistado teve em relação à criação do Mosaico. A repetição foi proposital visando possibilitar o máximo de conteúdo/contribuição possível dos entrevistados sobre o tema. Nesta questão, além de avaliar se houve ou não mudança na vida dos moradores e familiares com a criação

do Mosaico, foi solicitado aos entrevistados que relacionassem três coisas que exemplificariam estas mudanças.

Tabela 20- O que mudou com o Mosaico

	Qtd	%
O que mudou na sua vida com a criação do MOSAICO? Fale três coisas que mudaram com o Mosaico		
Não respondeu	59	35
A chegada da energia elétrica, projetos, oportunidade, poder construir	28	16
Podem fazer roças, tem apoio técnico, autorização para plantio, tranquilidade e liberdade, mais consciência, tem o turismo, mais consciência, novo limite do parque	24	14
Nada mudou	18	11
Melhoria das estradas, roças, viveiros, apoio a agricultura familiar	13	8
Outras,sem relação com o tema	9	5
Os guardas não incomodam mais, não tem mais multas, tem mais diálogo	8	5
Mudou para pior: tem mais problemas que antes, medo,falta de indenização, perderam o sitio,ficou só na promessa	6	3
Não sabe	5	3
Total	169	100

Apesar de mais de um terço dos entrevistados não ter respondido, apenas 14% afirmaram que nada mudou ou não sabem se houve mudança ou não. Mas, para 43% dos entrevistados as mudanças estão relacionadas à chegada da energia elétrica, de novos projetos, novas oportunidades, à implantação dos viveiros, à maior tranquilidade, diálogo e liberdade, temas já repetidos nas questões anteriores. Uma questão a se destacar é relativa ao trabalho dos guarda-parques citado por 5% dos entrevistados. O fato da presença dos guarda-parques não ser mais frequente nos sítios como na época do Parque, foi relatado pelos moradores como motivo de melhoria. Pelas características de ocupação das APAs e RDS, a fiscalização é priorizada nas áreas de Parque.

Apenas 3% destacaram que a situação mudou para pior.

As opiniões idênticas (48,7%) dos tradicionais e (48,4%) dos migrantes indicam a mesma percepção sobre as mudanças.

A tabela 21 abaixo trata da percepção das mudanças com a criação do Mosaico referentes em relação ao trabalho.

Tabela 21- Mudanças no trabalho

O que mudou no seu trabalho com a criação do Mosaico?	Qtd	%
Não respondeu	59	35
Não mudou nada	51	30
Mudou para melhor, pode roçar, construir, ter estradas, ter energia elétrica, autorizações, a criação das APAs e RDS	30	18
Mudou, pois tem tranquilidade, sossego, liberdade, mais consciência, menos repressão, mais aprendizado	21	12
Outros	8	5
Total	169	100

Nesta questão, consideraram que houve mudança no trabalho 32% dos entrevistados, dos quais 22% afirmaram que agora podem fazer roça, construir, arrumar as estradas, receber a energia elétrica, as autorizações para algumas atividades, além de destacarem a criação das APAs e RDS. Outros 10% afirmaram que agora trabalham com tranquilidade, sossego, liberdade, menos repressão e mais consciência. Já 26% consideraram que não houve mudança com a criação do Mosaico.

Com o objetivo de identificar o entendimento dos moradores sobre as proibições vigentes em relação às suas atividades cotidianas no regime jurídico do Parque, questionou-se o que os entrevistados não podiam fazer quando a área era Parque, chegando-se aos seguintes resultados.

Tabela 22- O que não podia fazer no Parque

O que não podia fazer quando era parque?	Qtd	%
Não respondeu	37	22
Construir e reformar casa, tirar e usar madeira, desmatar e colocar fogo - trabalhar, fazer tanque para peixe	77	46
Não podiam fazer nada	17	10
Não sabe	13	8
Não podia fazer roça, plantar, capinar, fazer horta, trabalhar a terra	11	6
Quando era Parque não tinha controle, podia tudo: roçar, cortar palmito, plantar, criar animais	5	3
Outros	5	3
Arrumar as estradas	4	2
Total	169	100

Percebe-se que a maioria absoluta (64%) dos entrevistados associa corretamente as atividades proibidas em função do regime jurídico do Parque. Mas uma parte considerável (22%) não respondeu à questão, o que pode denotar o desconhecimento sobre as restrições

ambientais vigentes na área. Nota-se ainda que 3% alertaram sobre o problema da falta de fiscalização na área de Parque.

Em continuidade, indagou-se, então, o que agora pode ser feito com a mudança para Mosaico.

Tabela 23- O que pode se fazer no Mosaico

O que agora pode ser feito, com a mudança para Mosaico?	Qtd	%
Não respondeu	55	33
Pode morar, construir, reformar casa, fazer cerca, trabalhar a terra, roçar, plantar, derrubar capoeira baixa, usar madeira morta, fazer aceiros para queimadas (RDS), fazer agrofloresta, PRONAF	54	32
Não sabe bem	27	16
Com autorização pode plantar, construir, roçar, tirar madeira	17	10
Continua do mesmo jeito- não mudou nada	9	5
Arrumar estrada	4	2
Trabalhar tranquilo	3	2
Total	169	100

49% dos entrevistados citaram praticamente as mesmas atividades que não podiam ser feitas antes em área de Parque e que agora podem ser executadas no Mosaico, sinalizando que há compreensão sobre as mudanças em curso. Mas uma parte considerável (33%) não respondeu à questão, o que pode denotar desconhecimento sobre as possibilidades de atividades que deixaram de sofrer restrições ambientais com a nova configuração territorial.

As próximas questões referem-se ao funcionamento efetivo do Mosaico, com o objetivo de identificar como a população encara a implantação do Mosaico e se houve entendimento sobre todo o processo que desencadeou a criação do Mosaico.

Tabela 24- Funcionamento do Mosaico na prática

Você acha que o Mosaico esta funcionando na pratica?	Qtd	%
Não respondeu	43	26
Sim	46	27
Sim: As coisas estão mudando, melhorou, permite-se roçar, há participação, há informações, projetos e confiança	30	18
Não sabe	22	13
Não: Está a mesma coisa, o pessoal continua colocando fogo, muita burocracia, falta o plano de manejo, falta informação, a SMA não fala com o povo e não valoriza à região	10	6
Mais ou menos	9	5
Não	9	5
Total	169	100

É significativo o número de entrevistados (45%) que consideram que o Mosaico está funcionando na prática. Os pontos destacados pelos moradores relacionam-se com a área da infraestrutura e produção (energia, roças) e com a participação no processo (participação, mudança, melhoria). Os que não sabem se está funcionando somam apenas 13%, os que consideram que não houve mudança alguma totalizam 11% e apontam como motivos a falta de compromisso da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a burocracia e a persistência de problemas ambientais, como o fogo, por exemplo. Esta posição é mais acentuada entre os moradores que continuam em área de Parque, onde a situação praticamente não mudou.

Na questão seguinte, buscou-se apurar as informações, na visão dos entrevistados, sobre o que não está funcionando no Mosaico.

Tabela 25- Sobre o funcionamento do Mosaico

Na sua opinião, o que não está funcionando?	Qtd	%
Não respondeu	72	43
Não sabe	19	11
Faltam investimentos, coleta de lixo, estradas, telefonia, serviços públicos	16	9
Falta energia elétrica, que ainda não chegou	14	8
Resolver a questão fundiária, definição da situação de quem ficou no Parque (indenização, realocação, plano de manejo 3%)	12	7
Falta agilidade por parte da SMA, muita burocracia, cumprir a lei	8	5
Falta rede de água e tratamento de esgoto	6	4
Mais ou menos - Continua do mesmo jeito (está tudo certo)	5	3
Nada funciona	5	3
Outros	5	3
Falta incentivo, apoio técnico, liberdade	4	2
Falta Fiscalização, pois tem esgoto indo para o rio	3	2
Total	169	100

Apesar de um grande número de entrevistados (43%) não ter respondido à questão, 37% relacionaram vários motivos para justificar o não funcionamento do Mosaico, destacando-se a questão fundiária, com a falta de indenização, realocação, o plano de manejo, a discussão sobre os 3% de revisão da área, além da falta de investimento, de apoio, assistência técnica, oferta de serviços públicos, como energia elétrica, água e esgoto, e a falta de ação/posição da Secretaria do Meio Ambiente em relação ao Mosaico. Neste sentido, os moradores questionaram a falta de cumprimento da própria lei do Mosaico, onde uma série de responsabilidades atribuídas à SMA não estão sendo cumpridas, destacando-se, entre elas, a

elaboração do Plano de Manejo e a definição da situação dos moradores que continuaram no Parque.

Uma contradição é notada na questão relativa aos serviços públicos. Quando perguntados sobre o funcionamento efetivo do Mosaico, um grupo de entrevistados relacionou os serviços públicos como uma das evidências de funcionamento do Mosaico, mas na questão seguinte estes serviços aparecem como necessidade ainda não respondida pelo Estado. A contradição se dá porque ainda há muita demanda a ser atendida para a efetiva implantação do Mosaico.

Tabela 26- O que melhorou com o Mosaico

O que melhorou?	Qtd	%
Não respondeu	59	34
Energia Elétrica, estradas, transporte, televisão	24	14
Melhorou a plantação, a preservação das matas, a sobrevivência, menos fogo/fumaça, o modo de trabalhar, os reflorestamentos e agrofloresta, podem roçar, trabalhar tranquilo	24	14
Nada melhorou	13	8
Os guardas não passam mais, as leis estão mais brandas, agrofloresta	13	8
Coleta de lixo, emprego, postos de saúde	10	6
Informação das novas divisas e a organização	8	5
Outros	8	5
Continua do mesmo jeito	6	3
Tudo melhorou	5	3
Total	169	100

Nota-se que para 14% dos entrevistados as melhorias apontadas estão relacionadas com as questões de infraestrutura, conforme já ressaltado em avaliações anteriores, como a energia elétrica, as estradas, o transporte. Para 24% as melhorias estão associadas ao trabalho na terra e à sua relação com o meio ambiente (plantação, roça, conservação, coleta de lixo), além de relacionarem as informações sobre o novo desenho do Parque como um dos aspectos de mudança positiva. Já para 8% dos entrevistados o fato de não serem mais abordados pelos guarda-parques por si só representa uma melhoria.

Quando perguntados sobre o que havia piorado, 33% dos entrevistados afirmaram que nada piorou com a criação do Mosaico enquanto 27% apontaram diversas razões para demonstrar o que piorou.

Tabela 27- O que piorou com o Mosaico

O que piorou?	Qtd	%
Não respondeu	54	32
Nada Piorou	55	33
Descaso da prefeitura, as estradas, a saúde, o esgoto no rio	14	8
A situação piorou, iludiram o povo, a vida, informação e o plano de manejo que não ai	12	7
As terras e as pessoas que ficaram no parque, o parque que está muito próximo, piorou para quem ficou no Parque	10	6
Está do mesmo jeito	7	4
Outros (drogas, caça, demolição de casa)	7	4
Não Sabe	6	4
Os filhos foram embora, pararam de plantar e roçar, pelo desânimo e receio	4	2
	169	100

Dentre as razões apontadas para a piora, 8% destacaram novamente a infraestrutura precária, 6% citaram o problema enfrentado pelos moradores que ainda permanecem em área de Parque, e 7% destacaram a falta de definição da situação desses moradores, a falta de informação, a expectativa não atendida da população com as mudanças, a demora na elaboração do Plano de Manejo e as questões ligadas à permanência das pessoas no lugar.

Tabela 28- O que deveria ser feito para melhorar

O que deveria ser feito para melhorar?	Qtd	%
Não respondeu	30	18
Instalar a energia elétrica para todos	27	16
Asfalto, esgoto, coleta de lixo, tratamento de água e esgoto, escola	21	12
Apoio técnico, incentivo, investimento, assistência técnica, instrução, áreas de lazer	19	11
Melhorar as estradas	19	11
Revisão dos limites do parque, melhorar o desenho do parque, resolver a questão fundiária - 3% do plano de manejo	13	8
Geração de empregos	11	7
Liberar/viabilizar terras para o pessoal plantar e a legalização das terras (títulos)	10	6
Ficar do mesmo jeito. Nada piorou	8	5
Outros	7	4
Não sabe	4	2
Total	100	

Na tabela acima a maioria dos entrevistados refere-se novamente a itens relacionados à questão fundiária e de infraestrutura. 16% dos entrevistados elegeram a necessidade do acesso de todos os moradores à energia elétrica como principal medida a ser tomada. O acesso à terra

para o trabalho somado à regularização fundiária e à revisão dos limites do Parque também são pontos destacados para 14% dos entrevistados. Melhoria das estradas, asfalto nos bairros, tratamento de água e esgoto, coleta regular de lixo e melhoria/implantação de escolas são outros aspectos destacados por 23% dos entrevistados. Evidencia-se, portanto, que a melhoria na infraestrutura e a resolução dos problemas fundiários são os temas que mais mobilizam os moradores do Mosaico. Nota-se ainda que poucos não responderam à questão, demonstrando o alto grau de interesse dos entrevistados pelo tema.

Na sequência, uma série de questões busca a avaliação dos entrevistados sobre a conservação da floresta, a situação dos danos ambientais e das ações que contribuem ou prejudicam para a conservação da floresta.

Tabela 29- O que não é bom para a natureza

O que o Sr(a) acha que não é bom para a natureza que o pessoal faz contra a natureza?	Qtd	%
Não respondeu	36	21
Não fazem nada contra a natureza, preservam, respeitam, cuidam - não fazem mal	30	18
Fogo, queimadas, queimar para plantar	30	18
Desmatamento, derrubada da mata, cortar árvores	23	13
Esgoto no rio, poluição das águas	18	11
Lixo no rio, na mata, nas estradas	8	5
Caça, corte de palmito, tráfico de pássaros	8	5
Não sabe	7	4
Usar veneno nas plantações	6	3
Outros	3	2
Total	169	100

A questão demonstrou a preocupação dos entrevistados em relação à prática do fogo e das queimadas (18%), com o desmatamento (13%) e com o esgoto jogado no rio (11%). Já para 15% dos entrevistados, o despejo de lixo no rio, o uso de agrotóxico, o tráfico de pássaros e o corte de palmito são as principais agressões/danos ambientais cometidos. Por outro lado, 18% afirmaram que as pessoas do local não cometem nenhuma ação contra a natureza.

Na tabela abaixo, apresentamos as respostas ao conjunto de questões que pretendia aferir a opinião dos entrevistados sobre a existência de danos específicos ao meio ambiente, como desmatamento, fogo, caça e corte de palmito.

Tabela 30- Conjunto de respostas sobre danos causados ao meio

Respostas	Você acha que ainda continuam desmatando		Você acha que ainda continuam caçando		Você acha que ainda colocam fogo		Você acha que ainda cortam palmito	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não	113	67	99	58	98	58	89	53
Sim	43	25	57	34	58	34	65	38
Não respondeu	12	7	12	7	11	7	10	6
Não sabe	1	1	1	1	2	1	5	3
Total	169	100	169	100	168	100	169	100

Verifica-se que a grande maioria tem a percepção de que os danos ao meio ambiente vêm diminuindo, destacando-se o desmatamento (para 67% dos entrevistados o problema não ocorre mais), seguido da caça e do fogo (58%), e o corte do palmito (para 53% dos entrevistados a atividade ilegal não ocorre mais).

Visando melhor avaliação das informações acima, repetimos a questão de forma mais ampla, questionando os entrevistados se, de forma geral, os problemas aumentaram ou diminuíram. Como pode ser observado na tabela abaixo, a grande maioria (75%) dos entrevistados respondeu que diminuíram os danos ao meio ambiente, enquanto apenas 4% disseram que houve aumento. Para 9%, a situação continua do mesmo jeito.

A percepção dos moradores é corroborada com as observações em campo feitas pelo pesquisador e com os trabalhos da fiscalização – inclusive com sobrevoos realizados recentemente na área – que comprovam a diminuição dos danos, especialmente do desmatamento e do fogo na área do Mosaico. Já em relação à caça e ao corte de palmito, não há ainda parâmetros de comparação. O resultado dessa questão é significativo, pois apenas 12% não responderam, o que demonstra que as pessoas conhecem sobre o assunto e têm opinião formada sobre o tema. O gráfico 4 ilustra os resultados das tabelas acima, em relação aos problemas ambientais:

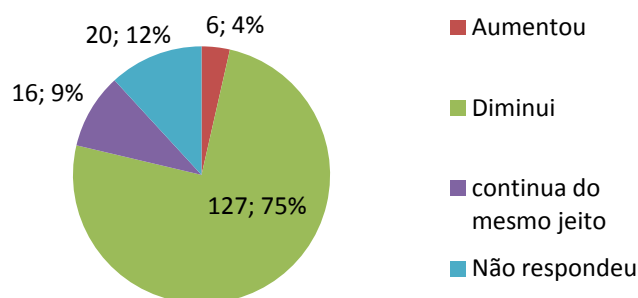


Gráfico 04- Situação dos Problemas Ambientais

No sentido de contrapor as opiniões das respostas anteriores, a pergunta seguinte tratou de solicitar do entrevistado a citação de algo positivo que as pessoas do lugar realizam em favor da natureza.

Tabela 31- Ações em favor da natureza

Cite uma coisa boa em favor da natureza	Qtd	%
Não respondeu	40	24
Conservam, cuidado com a água, da beira dos rios, da natureza, não desmatam mais, não cortam mais arvores, preservam, mais conscientização	57	34
Reflorestamento, plantio de mudas, viveiros	39	23
Não sabe, e não fazem nada a favor	11	6
Trabalhar com a agrofloresta	9	5
Outros	8	5
Cuidam do lixo, não jogam mais o lixo em qualquer lugar, nos rios, e nas matas	5	3
	169	100

A participação no processo de discussão do Mosaico

As questões a seguir são relacionadas à opinião dos moradores sobre a participação no processo de criação do Mosaico e também nos conselhos das Unidades de Conservação. Esse bloco de análise será dividido em duas partes. A primeira trata de como, onde e de que forma as informações sobre o processo de criação do Mosaico foram recebidas e apropriadas pelos moradores. A segunda parte trata da participação efetiva dos entrevistados no processo de discussão, criação e implantação do Mosaico.

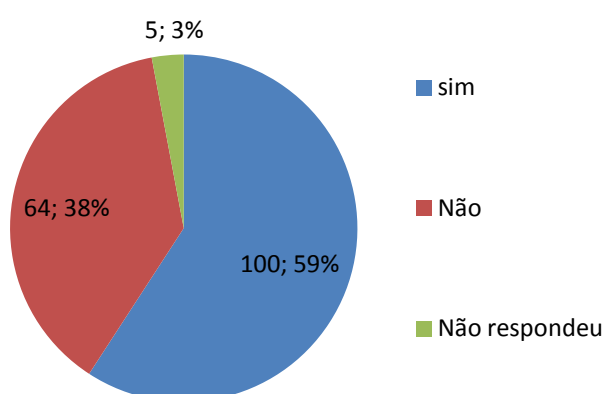


Gráfico 05- Da participação nas reuniões do conselho

Tabela 32- Motivo de participação nas reuniões dos Conselhos

Motivo da participação	Qtd	%
Não respondeu	5	3
Sim: Para saber o que estava acontecendo, saber o podia e não podia fazer, se inteirar/informar sobre os acontecimentos	49	29
Sim: Participaram	29	17
Não: Pois não ficou sabendo e não tinha tempo p/ participar	25	15
Não: Participaram	14	8
Não: alguém da família que participa	12	7
Sim: Pois fui conselheiro/representante do bairro/comunidade	10	6
Não: Não teve oportunidade, achava que as reuniões eram para os moradores do Parque e Quilombolas	9	5
Sim: Outros- Sobre luz, reflorestamento...	7	4
Sim: Para saber da APA, RDS e Mosaico	5	3
Não: As reuniões são longe e não tem condução p/ir	4	3
	169	100

Nota-se que a maioria dos entrevistados (59%) participa das reuniões do Conselho contra 38% que não participam. Dos que participam, a maioria (29%) apontou como motivo

da participação a busca por informações, principalmente as relativas à liberação ou restrições de atividades em área de Mosaico, o que demonstra a necessidade de acompanhar os acontecimentos e a preocupação em evitar problemas com a fiscalização. Foram apontados ainda como motivos para a participação: verificar o que teriam como benefícios com a mudança na área; garantir a representação dos bairros no processo e receber informações sobre as APAS e RDS.

Os 38% que não participam das reuniões dos Conselhos apontaram como principais motivos a falta de conhecimento sobre as reuniões e a falta de tempo, além da distância de suas residências até o local das reuniões, a ausência de transporte, a falta de oportunidade ou, ainda, por acharem que as reuniões são apenas para os quilombolas ou moradores do Parque. Nota-se que não há resistência em participar das reuniões dos conselhos ou reprovação pela existência dos conselhos. Há que se ressaltar que se houvesse mais divulgação e melhoria nas condições para acesso aos locais das reuniões, a participação nos eventos seria maior, já que estes foram motivos citados, conforme verificado nas questões seguintes.

A metade dos entrevistados (52%) respondeu que foi informada sobre o processo de criação do Mosaico, enquanto 35% afirmaram que não receberam informação sobre o tema.

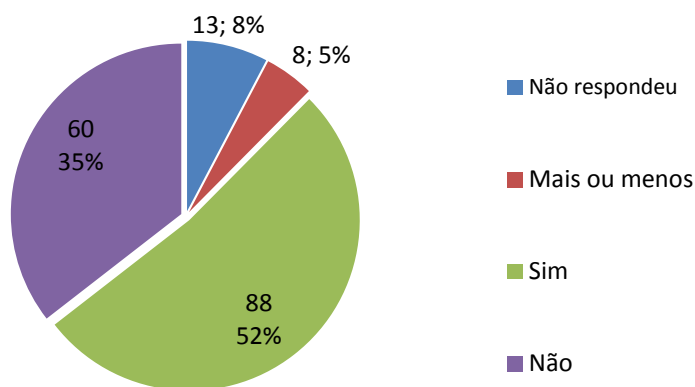


Gráfico 06- Do acesso a informações sobre o Mosaico

Para melhor aferir essas respostas, nas questões seguintes houve repetição do questionamento.

Tabela 33- Qualidade das informações sobre o Mosaico

Recebeu informações sobre o processo de criação do Mosaico	Qtd	%
Não respondeu	13	8
Não	53	31
Sim - Foi informado	46	27
Sim: Recebeu informação dos vizinhos, pelos conselheiros, ITESP, e parentes	12	7
Sim: Nas reuniões do conselho, nas reuniões do bairro e no “boca a boca”	12	7
Sim:Foram bem informados - Mosaico, afastamento do parque -acompanhou a discussão	10	6
Mais ou menos	8	5
Sim: Mas foram poucas informações	8	5
Não: Faltou informação, não ficaram sabendo	7	4
	169	100

Nota-se que 27% responderam apenas que foram informados, enquanto que 25% afirmaram ter recebido informações sobre o processo, complementando sobre a qualidade/conteúdo das informações (afastamento do Parque) e onde e como as receberam (nas reuniões, pelos vizinhos). Já no grupo dos que disseram que não foram informados, a maioria (31%) respondeu apenas que “não” e outros destacaram que faltou divulgação e informação do que estava acontecendo. Como poucos não responderam (8%), pode-se afirmar que o processo gerou discussão na comunidade.

Em sequência, buscou-se apurar se os entrevistados que mencionaram ter recebido informações se sentiram realmente esclarecidos sobre a criação do Mosaico.

Tabela 34- Sobre os esclarecimentos da criação do Mosaico

Em caso positivo se sentiu esclarecido sobre a criação do Mosaico com as informações recebidas	Qtd	%
Não respondeu	73	43
Pouco esclarecedor - Não ficou esclarecido	24	14
Sim-esclarecido	22	13
Mais ou menos - Dificuldades de entender, faltou ir nas casas p/ explicar melhor	20	12
Sim, explicaram muito bem, ficou bem esclarecido, foi muito esclarecedor	15	9
Faltaram muitas informações, muitas dúvidas, muita coisa confusa, a linguagem era difícil, muito técnicas	12	7
Não sabe	3	2
	169	100

Nota-se que o percentual dos que não responderam é praticamente o mesmo que informou anteriormente não ter sido informado sobre o processo. Dos que receberam informações, 22% se encaixam na faixa dos que se sentiram esclarecidos, bem esclarecidos e muito esclarecidos. Mas 14% dos entrevistados disseram que o processo foi pouco

esclarecedor ou não ficaram esclarecidos, e 19% citaram problemas na comunicação sobre o processo, pois se sentiram apenas mais ou menos esclarecidos, a informação não chegou às residências, as informações eram confusas, e a linguagem era muito técnica ou de difícil entendimento. Não obstante estas dificuldades, o resultado indica que a maioria dos moradores que recebeu informações durante o processo de criação de Mosaico compreendeu o que estava ocorrendo. Além disso, a maioria também recebeu algum tipo de informação sobre o tema.

Também buscou-se aferir sobre quais informações ficaram faltando para que os moradores se sentissem esclarecidos sobre o processo.

Tabela 35- Informações que faltaram no processo

Em caso negativo, que tipo de informação acha que faltou	Qtd	%
Não respondeu	92	54
Faltaram informações sobre o mosaico, sobre as áreas, como seriam essas mudanças, a realidade de cada área. Faltaram todas as informações	40	24
Faltou divulgação, levar as reuniões para os bairros, divulgar por meio de jornais, panfletos, cartazes, e ir de casa em casa para falar com as pessoas.	15	9
Não sabe	10	6
Não faltou nenhuma informação	7	4
Outros	5	3
Total	169	100

Como a questão foi praticamente dirigida para os que não se sentiram esclarecidos durante o processo, 60% dos entrevistados não responderam ou disseram não saber o que faltou de informação. Já entre os que responderam 33% apontaram a falta de informação sobre o significado de Mosaico, como seriam as mudanças e qual a realidade que os aguardava nas novas áreas que foram criadas. Destacaram ainda que as informações deveriam ter sido divulgadas de casa em casa, da mesma forma que as entrevistas estavam sendo feitas naquele momento da pesquisa, com a presença de técnicos para explicarem o que estava acontecendo. Além disso, apontaram outros meios para a multiplicação das informações nas comunidades, como cartazes, jornais, panfletos, enfim, ressaltaram a necessidade – e a ausência - de uma comunicação mais direta com os moradores.

Iniciando a segunda parte deste bloco de perguntas, buscaram-se informações sobre a participação dos moradores no processo de criação do Mosaico e como eles viram a participação da comunidade neste processo, em uma tentativa de aferir a qualidade dessa participação.

Como pode ser verificado na tabela 36 e no gráfico 7, o número de entrevistados que de alguma forma participou das reuniões durante o processo de criação do Mosaico e o número dos que não participaram é o mesmo, ou seja, 37%. Já 26% não sabem ou não responderam. Pode-se considerar bom o percentual de participação dos moradores, corroborando com as respostas anteriores sobre o nível de conhecimento do processo do Mosaico, onde se constataram bons índices de entendimento sobre o processo.

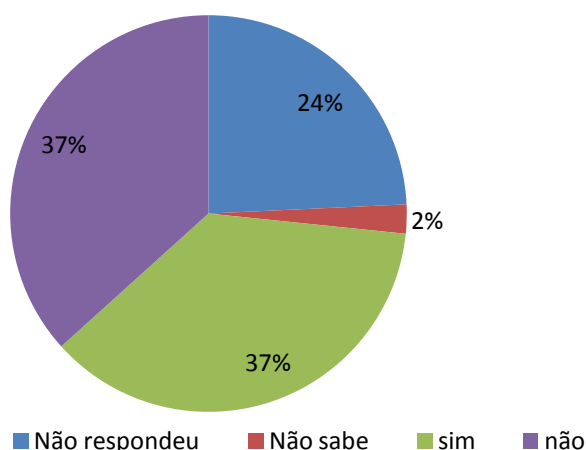


Gráfico 07- Da participação no processo do Mosaico

A tabela abaixo apresenta os motivos pelos quais se deu ou não a participação dos moradores.

Tabela 36- Motivos da participação

Participou das reuniões de criação do MOJAC	Qtd	%
Não respondeu	41	24
Não	54	32
Sim	53	32
Sim: Participou sempre, para ver como ia ficar o futuro, para saber das coisas, saber se sairiam do Parque, ou se as pessoas teriam que sair do parque	9	5
Não: Só na RDS, os parentes que foram, ou representante da associação/bairro, não acreditava muito	8	5
Não sabe	4	3
	169	100

Na sequência buscamos as opiniões dos entrevistados sobre as reuniões. Do total de 37% que afirmou ter participado das reuniões, 26% consideraram as reuniões explicativas, esclarecedoras e que contribuiriam para o entendimento de diversos aspectos: a melhor forma de uso da terra e todo o processo que estava ocorrendo. Já 11% consideraram que as reuniões eram muito longas, confusas, entediantes, com muitos termos técnicos, ressaltando que havia

muita conversa e pouco resultado. Apesar de a maioria não ter respondido, e uma pequena parte considerar que as reuniões eram ruins, pode-se considerar que se alcançou a participação de boa parte da comunidade no processo.

Tabela 37- Opinião sobre as reuniões de criação do Mosaico

O que achou das reuniões de criação do Mosaico	Qtd	%
Não respondeu	95	56
Eram boas, explicavam bem, foram esclarecedoras, bem atendidos, gostaram, importante para entender como utilizar a terra. Entender o que estava acontecendo	44	26
Cansativas, confusas, longas, entediantes, muita conversa, pouco resultado, não entendiam, muito técnicas	18	11
Outros	6	4
Não sabe	6	3
	169	100

Também foi formulada uma questão para apurar se o assunto do Mosaico foi discutido ou se constituiu em motivo de conversa entre os moradores ou, ainda, se a mudança da lei foi tema apropriado pelas comunidades.

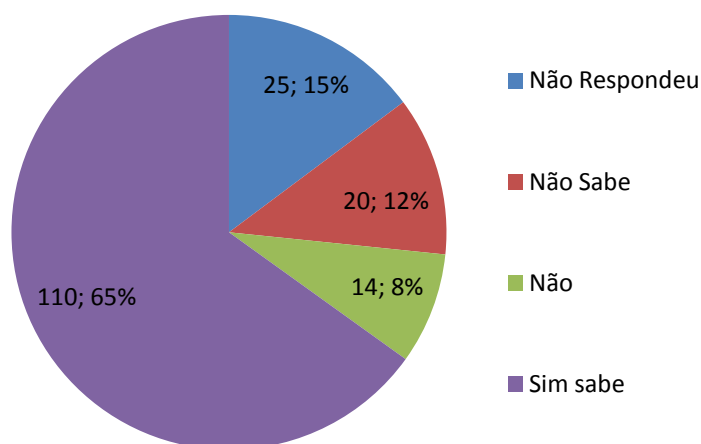


Gráfico 08- Informação se outros moradores participaram do processo

Tabela 38- Se outros moradores participaram das reuniões

Sabe se outros moradores participaram das reuniões de criação do MOJAC	Qtd	%
Não Respondeu	25	15
Sim: A maioria participou, os vizinhos foram, bastante moradores, metade da população	64	38
Sim sabem	46	27
Não Sabe	20	12
Não: Poucos participaram,ninguém foi, desunidos, a maioria não foi	14	8
	169	100

A maioria, ou seja, 65% afirmaram que os vizinhos, de alguma forma, participaram das reuniões de criação do Mosaico. Destes, 27% afirmaram apenas saber que outros moradores participaram, sem detalhar sobre o tema, enquanto 38% apontaram detalhes sobre a participação da comunidade.

Repetindo o tema com o objetivo de aferir o quanto esse debate ocorreu, foi questionado se os entrevistados sabiam o que os seus vizinhos ou outros moradores comentaram sobre a criação do Mosaico. 28% não responderam e 22% disseram não saber ou que não comentaram sobre o assunto. Já a maioria dos entrevistados (56%) relatou os que os vizinhos comentaram sobre o processo. Destes, 27% relacionaram os seguintes temas comentados pelos moradores: apoio à criação do Mosaico, da APA, indenizações e saída de moradores da área do Parque. Já 11% relacionaram os temas: ficaram sem nada, foram prejudicados, perda das terras, e descrédito quanto à melhoria da atual situação. Apenas 4% citaram que os moradores comentavam que a situação iria melhorar e que havia bons planos no processo.

Tabela 39- O que os moradores falam sobre o Mosaico

Sabe o que os moradores falam sobre a criação do MOJAC	Qtd	%
Não Respondeu	48	28
Falam bem, comentavam, gostaram, sobre APA, Mosaico, indenização, que iam sair do parque	46	27
Não Sabe e não comentam	37	22
Falam mal, que ficaram sem nada, não foram contemplados, prejudicados, não acreditam em melhorias	18	11
Não entenderam, pensavam que iam perder a terra, não entendiam a linguagem, o que era RDS APA e Mosaico	7	4
Outros	7	4
Acham que ia melhorar, bons planos	6	4
	169	100

Síntese dos Resultados e considerações

O método utilizado para o levantamento das informações com os moradores do Mosaico – realização de entrevistas de forma aleatória – demonstrou ser o mais adequado para a pesquisa, pois apresentou, entre seus resultados, a dimensão da origem e a distribuição da população residente no Território estudado. Os números apurados com os questionários apontam que 45% dos moradores são tradicionais e 55% migrantes, confirmando informações disponibilizadas por funcionários do Parque que atuam há muito tempo na área e por lideranças da região, bem como as informações contidas no cadastro de ocupantes que já havia sido feito na região de estudo. As entrevistas também confirmaram dados que subsidiaram a elaboração da proposta de lei do Mosaico, ou seja, nas áreas do antigo PEJ que foram recategorizadas como RDS a maioria dos moradores é formada por comunidades tradicionais, enquanto que nas regiões recategorizadas como APAs predominam os agricultores migrantes.

Caracterização dos Moradores do Mosaico

- A maioria da população entrevistada tem acima de 30 anos de idade.
- Os serviços públicos são precários na região de estudo. A falta de energia elétrica, as péssimas condições das estradas locais e a deficiência nos setores da saúde e da educação foram problemas levantados em praticamente todos os grupos entrevistados, ficando as precárias condições do saneamento básico como as mais preocupantes.
- Os níveis de escolaridade da região do Mosaico estão muito abaixo da média nacional e estadual e até da média apurada nos municípios da área de abrangência. Estes, por sua vez, já apresentam as piores médias do Estado, o que demonstra a necessidade de ações do poder público visando enfrentar esta situação como prioritária.
- A caracterização econômica dos ocupantes demonstra que a renda familiar é baixa na região de estudo, quando comparada com a renda do Estado e do País e também quando comparada com a maioria das categorias verificadas nos municípios de Barra do Turvo e Cajati. A região de estudo apresenta uma pequena melhora no índice dos que ganham até dois salários mínimos em relação aos municípios, mas em comparação com os índices nacional e estadual os dados apontados na área de estudo ficam abaixo da média. A maioria dos moradores é formada por agricultores, com renda abaixo do mínimo necessário, o que aponta a urgência da implantação de políticas de apoio e fomento à agricultura familiar na região. Nas UCs de Uso

Sustentável, esta situação de pobreza pode ser revertida com a implantação, de fato, da unidade.

Os moradores e a criação do MOJAC

- Do total de 169 entrevistados, 76 são considerados moradores tradicionais de Barra do Turvo e Cajati (quilombolas e caboclos/caipiras), representando 45% do universo pesquisado. Deste universo, 55% são agricultores migrantes, a maioria vinda de cidades como São Paulo e Curitiba, empurrados pela crise do desemprego da década de 1980 e atraídos pelo baixo valor das terras na região.
- É marcante a relação dos moradores com o lugar. A maioria afirma gostar de viver na região e querer que os filhos continuem no lugar junto à família. A tranquilidade, o sossego, a segurança e a natureza são os principais motivos apontados para este querer permanecer no lugar.
- A grande maioria não sabia que vivia numa área protegida e com restrições legais. Esse desconhecimento é mais comum entre os migrantes que, em sua maioria, chegaram à região sem saber das restrições ambientais impostas pela criação do PEJ. Mesmo os moradores tradicionais não compreendiam muito bem esta situação. Afinal, estavam na terra há muitas gerações - de pai para filho – e não aceitavam a ideia de que não eram os verdadeiros donos da terra. Esta situação é a geradora dos conflitos na área.
- Os problemas enfrentados revelam o conflito gerado com a aplicação da legislação ambiental, relacionada à proibição do uso do Território. Destaca-se também que a solução desse problema é sentida pelos entrevistados a partir das mudanças ocorridas no Território, percebidas por boa parcela dos entrevistados.
- É razoável o entendimento dos entrevistados sobre a existência do antigo Parque Estadual do Jacupiranga e a mudança deste para um Mosaico de UCs. A maioria sabe das mudanças ocorridas no Território, porém ainda há dúvidas sobre o que é o Mosaico, o seu significado. Nessa questão, constata-se que os moradores tradicionais têm apropriado mais sobre o tema do que os agricultores migrantes. Porém, ao longo do processo de implantação dos Conselhos e das discussões da lei de criação do Mosaico foram compreendendo melhor o processo em curso no local.
- A maioria considera que as mudanças ocorridas fizeram diferença tanto na vida como no trabalho com a terra. Uma parte considerável dos entrevistados identificou uma série de

atividades ligadas à agricultura e ao uso do Território que agora podem desenvolver nas áreas recategorizadas e que antes não podiam.

- Apesar de não apresentar clareza na enunciação do significado de Mosaico, a metade dos entrevistados considera que o Mosaico está funcionando e relaciona esse funcionamento principalmente com a chegada da energia elétrica e a melhoria das estradas. Porém, nos locais onde essas políticas públicas ainda não chegaram, a demora é associada ao não funcionamento do Mosaico. Para os entrevistados que ainda permanecem no interior do PERT, aliada à ausência dos serviços públicos, a questão fundiária não resolvida é o principal motivo para apontarem o não funcionamento do Mosaico. Desta forma, solicitam o cumprimento da lei: a elaboração do Plano de Manejo - visando a rediscussão dos limites do Parque para sanar imprecisões dos limites estabelecidos na lei - além da reivindicação de implantação de uma política de reassentamento e indenizações.
- Os poucos entrevistados que indicaram uma piora na situação com a implantação do Mosaico são os moradores que ainda permanecem no PERT, e que agora têm a clareza de que estão em uma área de Parque e o que isso significa. É generalizada a opinião entre os entrevistados de que seria impossível a situação estar pior agora, com o Mosaico.
- Os entrevistados têm a percepção de que, em relação à conservação, a situação melhorou no Mosaico. Exemplo da maior preocupação dos moradores com a questão ambiental - especialmente a conservação da água - é a crítica à falta de tratamento de esgoto e de coleta de lixo nos bairros, além da diminuição das agressões à natureza constatada na região de estudo.

A participação no processo de discussão do Mosaico

- A maioria dos entrevistados participou ou participa dos conselhos das UCs, onde buscam informações ou discutem sobre o que está acontecendo ou ainda debatem sobre as atividades que podem ou não podem ser executadas em áreas do Mosaico. A maioria dos que não participam justifica que não fica sabendo da realização das reuniões ou porque tem dificuldades para participar, demonstrando que há disposição para esta ação. Mais da metade dos entrevistados considerou-se informada sobre o processo de mudanças ocorridas na região, sendo esta também a porcentagem de pessoas que se sentiram esclarecidas sobre o processo de criação do Mosaico.
- Pode-se afirmar, portanto, que o processo de criação do Mosaico do Jacupiranga contou com a participação cidadã da população local. De alguma forma, metade dos

entrevistados participou do processo ou tomou conhecimento sobre o que estava acontecendo. Porém, ficou evidenciado nas entrevistas que não houve um padrão de entendimento e de apropriação das informações pelos moradores durante o processo, já que alguns grupos de moradores demonstraram maior esclarecimento sobre a situação vivenciada do que outros. Como o debate foi praticamente concentrado nas diversas reuniões realizadas, isso pode ter dificultado o melhor ou maior entendimento sobre o processo, já que muitos entrevistados não tiveram condições de participar ou consideraram as reuniões muito técnicas, com informações de difícil assimilação. Os entrevistados apontaram que as informações deveriam chegar às suas residências através de materiais informativos de fácil entendimento ou, ainda, que os moradores deveriam ter sido visitados em suas casas para que pudessem discutir melhor a situação com os técnicos.

- Considera-se, portanto, que a grande maioria recebia informações sobre o que estava acontecendo e/ou participou do processo ou ainda tinha conhecimento da participação de seus vizinhos. Apesar de ter sido desencadeado em um tempo curto, cujas discussões ficaram centralizadas na região da sede do Parque, o processo contou com a participação de grande parte dos entrevistados. Os resultados das entrevistas confirmam a visão das lideranças – tratadas a seguir - que perceberam esta participação com maior intensidade nas regiões de Cajati e Barra do Turvo, com questionamentos nas regiões de Cananéia e Eldorado.

3.2- OS CONSELHOS E SEUS REPRESENTANTES

A análise do funcionamento dos Conselhos das Unidades de Conservação da área de estudo é dividida em dois períodos. De 2005 até 2008, quando havia apenas o Parque Estadual de Jacupiranga, onde funcionavam os Conselhos dos três núcleos do PEJ: Cedro, Caverna do Diabo e o Conselho da região de Cananéia. Destes, só foi possível reunir para análise as atas do Conselho Consultivo do Núcleo Cedro, onde o autor desta pesquisa atuou como gestor. Neste período, os Conselhos dos três núcleos realizaram em torno de 30 reuniões, das quais foram reunidas 23 atas. Todas foram lidas e, após, selecionadas 11 atas para a análise, cujo conteúdo continha assuntos relacionados com o tema da pesquisa.

O segundo período dos Conselhos corresponde de 2008 até 2012, com a criação dos Conselhos das UCs de Uso Sustentável e de Proteção Integral. Com a criação do Mosaico do Jacupiranga, foram instalados três Conselhos Consultivos dos Parques Estaduais e seis Conselhos Deliberativos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Foram realizadas 99 reuniões neste período, sendo 21 reuniões dos Conselhos dos Parques e 78 reuniões das RDS. As respectivas atas foram lidas e os assuntos selecionados classificados para posterior análise.

A partir daí, procedeu-se o ordenamento das 110 atas dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, sendo dispostas para análise:

- 11 atas do antigo Parque Estadual de Jacupiranga;
- 21 atas do Parque Estadual do Rio Turvo;
- 24 atas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombos de Barra do Turvo;
- 25 atas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barreiro-Anhemas;
- 15 atas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Pinheirinhos;
- 14 atas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Lavras.

As atas trazem a composição dos Conselhos Consultivos do antigo Parque Estadual de Jacupiranga (Núcleo Cedro), Parque Estadual do Rio Turvo, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombos da Barra do Turvo, Barreiro-Anhemas, Pinheirinhos e Lavras – UCs localizadas nos municípios de Barra do Turvo e Cajati, na área de estudo - possibilitando a identificação dos atores e sua representação. Os representantes da sociedade civil e de órgãos de governo encontram-se dispostos no quadro 13. Após a identificação destes atores, as atas apresentam os grupos que representam e as posições que defendem no interior dos seus Conselhos. É importante ressaltar que vários conselheiros -

tanto da sociedade civil como dos órgãos governamentais - representam as suas instituições ou grupos em mais de um Conselho. Além disso, ressalta-se que são apresentados apenas os membros titulares dos Conselhos.

No segmento governamental, a composição dos Conselhos tem a seguinte representação:

- Órgãos ligados à fiscalização, licenciamento e gestão de Unidade de Conservação: Polícia Ambiental, IBAMA/ICMBio, CETESB, DEPRN, CBRN, CPLEA, Instituto Florestal e Fundação Florestal;
- Órgãos que atuam com assistência técnica, pesquisa e apoio às comunidades: ITESP, APTA, Defesa Agropecuária e CATI;
- Prefeituras e Câmaras Municipais (Cajati, Barra do Turvo e Jacupiranga);
- Secretarias de Educação (municipais e estaduais).

A sociedade civil está representada por associações de moradores e das comunidades quilombolas locais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR de Cajati, Sintravale), ONGs locais (CATIVAR, PROTER, Cooperafloresta, Meca Ambiental, PROLEITE). Além das representações formais da sociedade civil, os moradores do Mosaico também contam com seus representantes eleitos pelas comunidades.

Uma característica geral dos representantes é que todos são do Vale do Ribeira, nasceram ou vieram para a região para viver e trabalhar, a maioria atuando na área socioambiental. Como o caso do PEJ envolvia um conflito conhecido e debatido entre todos, havia o entendimento entre os conselheiros de que aquela situação não poderia perdurar na região. Portanto, a construção do consenso sempre foi buscada nas reuniões. Apesar de todos os embates ocorridos, havia o objetivo comum: a superação de uma situação considerada insustentável, já mencionada ao longo desta pesquisa. Importante ressaltar que fui testemunha participante de todo este processo.



Figura 10- Mosaico de imagens dos Povos do Mojac

A seguir, quadros 13 e 14, com a identificação dos representantes, grupos e posições defendidas nos Conselhos⁵³.

⁵³ A análise das posições defendidas pelos representantes nos Conselhos foi elaborada a partir da leitura das Atas, da observação participante e do conhecimento do autor sobre os sujeitos sociais, adquirido através dos anos de convivência na região. Não foi possível indicar a posição de alguns representantes por falta de informação nas atas ou conhecimento.

UCs	Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
PEJ/PERT E RDS B AH e RDS QBT e RDS Pinheirinhos	Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis	Claudinei Maciel dos Santos	Morador Tradicional de Barra do Turvo e liderança da comunidade, presidente da Associação Agroflorestal, 30 anos, agrofloresteiro. Se posiciona ao lado das populações locais, com defesa mais contundente dos moradores tradicionais, e defende também posições conservacionistas. É contra a prática do fogo e defende a parceria com o Parque nos projetos de geração de renda da Associação. Sempre defendeu a mudança dos limites do Parque Jacupiranga. Como se elegeu vereador representa também a Câmara Municipal de Barra do Turvo nesses Conselhos. Aposta sempre no diálogo, sem deixar a mobilização. Liderou a ocupação do Parque em março de 2011. Tem participação expressiva no processo.
PERT	Cooperafloresta	Vanilda Ap ^a Souza Santos	Moradora Tradicional do Quilombo Ribeirão Grande, liderança na comunidade, conselheira da Associação respeitada pela comunidade. Defende os territórios quilombolas e a agrofloresta.
PEJ/PERT e RDS BAH	Sintravale – Sindicato da Agricultura Familiar de Barra do Turvo	Henrique da Mota Barbosa	Morador Tradicional do entorno do Parque, 40 anos, Presidente do Sindicato. Seus familiares tinham posses no interior do Parque na região que foi recategorizada como RDS. Teve posição explícita contrária à criação da RDS do Barreiro-Anhemas durante o período inicial da elaboração da lei de criação do Mosaico. Uma das principais lideranças locais. Sempre defendeu a revisão dos limites do Parque, através da mobilização política e sindical, bem como o fim dos processos judiciais contra os agricultores. Defende a implantação de mecanismos que viabilizem a agricultura e os serviços essenciais para a população do Mosaico. Foi através de uma luta do Sintravale que originou o projeto de lei 938/... propondo a mudança dos limites do PEJ. Com participação expressiva no processo, foi um dos líderes da ocupação do Parque em março de 2011.
PERT	Sintravale	Dini Miguel Andrade de Souza	Migrante do Paraná, morador de APA Planalto do Turvo, bairro Conchas, 35 anos. Defende com intransigência o afastamento dos limites do PEJ/PERT e a imediata implantação de políticas públicas nas comunidades. Crítico da atuação do Estado, não reconhece o desenho do Mosaico, por considerar que os pequenos agricultores foram prejudicados e que as áreas das APAs deveriam ser maiores. Participação expressiva no processo.
PEJ	Associação dos Moradores do B ^o Bela Vista	Luiz Nascimento	Migrante nordestino, 50 anos, vindo de Curitiba. Representava os moradores do bairro Bela Vista que, em sua maioria, são agricultores migrantes do Sul.
PERT	Associação dos Moradores do B ^o Bela Vista	Vandelino Antônio Gorisch	Migrante gaúcho, morador da APA Planalto do Turvo, 55 anos. Representa os moradores do Bairro Bela Vista. Defende a ampliação das áreas de APA, melhoria das estradas, escolas e cobra do Estado assistência técnica e projetos de geração de renda.
PEJ/PERT	Representante Comunitário do Bairro-Anhemas	Sebastião Rodrigues de Jesus	Morador tradicional do Parque/RDS, 60 anos. Posição de defesa dos interesses dos moradores tradicionais do seu bairro, da revisão dos limites e da implantação de instrumentos de licenciamento para a agricultura de produção de alimentos e da pecuária.
PEJ/PERT	Representante Comunitário do Quilombo Ribeirão Grande	Camilo de Pontes Maciel	Morador tradicional do Parque/RDS, 50 anos. Defesa do bairro e dos territórios quilombolas do interior do PEJ, da revisão dos limites do Parque e de instrumentos de licenciamento para a agricultura de produção de alimentos e agroflorestal.
PEJ/PERT/RDS Pinheirinho	Representante Comunitário B ^o Divisa	José de Amorim de Oliveira	Migrante do interior do Paraná, morador da APA Rio Vermelho-Pardinho, 30 anos, agente de saúde. Representação dos moradores do bairro que, em sua maioria, são agricultores migrantes do Sul. Reivindica melhoria nas estradas, escolas, energia elétrica e a implantação dos instrumentos de licenciamento para uso de madeira, reforma de casas e agricultura. Elegeu-se vereador durante o processo de criação do MOJAC e agora representa a Câmara Municipal nos Conselhos.

UCs	Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
PEJ/PERT	Associação de Moradores do B° Conchas	Agenor Tavares Dias	Migrante do Nordeste, via São Paulo, morador da APA Planalto do Turvo, foi proprietário de imobiliárias em Cajati e São Paulo. Representava os moradores do bairro que, em sua maioria, são agricultores migrantes do Sul e Nordeste. Antigo vendedor de terras na área do Parque defende os interesses também dos veranistas, com melhorias das estradas, a revisão dos limites do Parque e a regularização das posses. Participação ativa na defesa dos seus interesses e de seus representados.
PEJ/PERT	Proter – Programa da Terra	Armin Deitenbach	Engenheiro Florestal, formado na Alemanha, residente em Registro, representava a reconhecida ONG do Vale do Ribeira. Com perfil sócio ambientalista, defendia a conservação e que os direitos dos moradores das UCs fossem respeitados e o SNUC cumprido. Também defendia a revisão dos limites do Parque. Desenvolvia na região projetos com viveiros, agrofloresta, ervas medicinais e assessoria ao Sintravale, tendo dado expressiva contribuição no processo.
PEJ/PERT E RDS Lavras	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati	Adilson Vieira Alves	Morador Tradicional do PEJ, presidente do Sindicato, morador da APA Cajati, 45 anos. Atuava com o propósito da revisão dos limites do Parque e para garantir o fim dos processos judiciais ambientais instaurados contra os agricultores. Defende a implantação de mecanismos que viabilizem a agricultura e os serviços essenciais para a população do Mosaico, e que a SMA disponibilize apoio a projetos de geração de renda. Crítico contundente do abandono que o Estado manteve na área. Morador do Parque, provou na Justiça ser morador tradicional caboclo, pois a família reside na área há mais de 5 gerações. Junto com o Sintravale, o STR liderou o processo de elaboração do projeto de lei 698/2003, sendo também um dos principais líderes da ocupação da sede do PERT em março de 2011. Com participação expressiva no processo, contribuiu em todos os processos decisórios do Mosaico.
PEJ/PERT	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati	Vicente Pedro de Moura	Morador Tradicional do PEJ/morador da APA Cajati, 50 anos. Parte de seu sítio ficou em área do PERT. Defende os interesses dos agricultores, participa ativamente das reuniões e defende a revisão dos limites do PEJ e do PERT e a execução de projetos de geração de renda e de assistência técnica aos agricultores.
PEJ/PERT	MECA Ambiental	Darli de Oliveira	Professor morador de Cajati, 38 anos, representante da Ong. Ambientalista de Cajati, atuante na área da educação. Tem posições conservacionistas e defende soluções para os problemas dos ocupantes do Parque.
PEJ	Cativar – Cooperativa de assistência técnica rural	Bernadete Grein	Eng. Agrônoma, moradora de Jacupiranga, representante da ONG de prestação de serviços técnicos e voltada para a execução de projetos de geração de renda e assistência técnica aos agricultores da região. Defendia solução para os moradores e a conservação do Parque.
PERT	Cativar	Michella Terumi Taki/Juliana Nardes	Eng. Agrônomas, moradoras de Registro, idem a descrição acima.
PEJ/PERT	Associação dos Produtores de Banana de Cajati e Bairro Vila Tatu	José Cícero da Silva	Morador da Vila Tatu, Cajati, defende os interesses dos bananicultores e posseiros de Cajati. Sua pauta era a recuperação das estradas para o escoamento da produção. Defendia solução para os problemas de quem ainda permanecia no Parque.
PERT	B° Taquarão/Aristão	Anízio Padilha	Migrante vindo de Curitiba, morador da APA Rio Vermelho-Pardinho, 45 anos, aposentado, fundador da Associação do Bairro, mora na APA RV, representa os moradores do seu bairro, com ênfase para a infraestrutura e a solução da situação dos moradores do Parque
PERT	B° Braço Feio e Associação dos Bolsões	Roberto Gomes	Migrante vindo de São Paulo, morador da APA Cajati, representa os comerciantes das margens da rodovia, na região da APA de Cajati. Reivindica a ampliação da APA Cajati, pois no bairro que também representa muitas posses foram seccionadas com o desenho do Parque.

UCs	Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
PERT	Associação do Quilombo Cedro	Vandir Ferreira Belemer	Morador tradicional, Quilombola do Cedro, agricultor e agrofloresteiro. Atuou na defesa do território quilombola e na implantação de políticas públicas para a comunidade.
PERT	Agente de saúde Bairro Paraíso:	Josenildo Araujo De Moraes	Migrante Nordestino, morador da APA Planalto do Turvo 40 anos, agente de saúde, dono de um pequeno comércio, representa os moradores do Bairro Paraíso que permaneceram no Parque. Reivindica a implantação de serviços públicos para a sua comunidade, e a solução para a situação dos moradores com a alteração dos limites do PERT, além de políticas de indenização e realocação.
PERT	Moradores do Parque região do Conchas	Dona Marina	Migrante do Paraná, é indígena, residente no PERT, no qual é representante dos moradores do Parque. Reivindica a elaboração do plano de manejo, para que seja feita a exclusão da área onde reside junto com outros moradores do Parque. Defenderam essa posição na audiência pública e não foram contemplados.
RDS B. AH	Comunitário do Bairro Barreiro	Antônio Pedro da Costa	Morador Tradicional e agricultor familiar
RDS B. AH	Representante Comunitário Barreiro do Barreiro	Zino Bonruque	Morador Tradicional, membro de uma grande família do Bairro Barreiro, vários de seus irmãos ainda têm terras no Parque, são criadores de Bovinos e Búfalos, defendem a ampliação da RDS para retirada de suas terras do Parque.
RDS B. AH	Comunitário do Córrego do Bugio/Anhemas	Ademir Fernandes	Morador antigo, vindo Capão Bonito SP, tem áreas na RDS e no PERT. Defende a ampliação do RDS, mas também contribui para o debate da implantação da Unidade. Defende a implantação de políticas públicas, a energia elétrica e a melhoria das estradas.
RDS B. AH	Comunitário Anhemas	João Mauro Da Mota Barbosa	Morador Tradicional e agricultor familiar, defende a melhoria da infraestrutura- estradas e energia elétrica
RDS B. AH	Comunitário	João Paulo	Morador Tradicional e agricultor familiar.
RDS B. AH	Comunitário Barreiro do Barreiro	José Luiz Romão	Morador tradicional, com participação ativa, considerado um crítico à RDS, tendo liderado um abaixo assinado para a mudança de categoria, pois quer ter a titulação das terras individualmente. Não reconhecia a existência do PEJ. Trabalhou para uma grande empresa de reflorestamento e considera que os fazendeiros também devem ter assegurados seus direitos. Tem participação ativa em várias reuniões.
RDS B. AH	Comunitário	Elza Maria Lourenço	
RDS B. AH	Comunitário Anhemas	Dorival da Mota Barbosa	Morador Tradicional, representa a comunidade do Anhemas, líder comunitário. Defende os interesses dos moradores para a obtenção das políticas públicas, energia elétrica, e recuperação das estradas, piscicultura. É criador de búfalos para a produção de leite, tem contribuído para a implantação da RDS, com participação ativa. No processo do plano de utilização teve boa participação e contribui para o diálogo e a construção dos processos decisórios.
RDS B. AH	Comunitário Anhemas	Lucir Gonçalves Da Cruz	Morador Tradicional, tem um mercado próximo a RDS, e tem terras no interior da unidade. Também cria búfalos, é liderança comunitária, tem participação ativa, contribui para o diálogo e ajuda na construção dos processos decisórios.

UCs	Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
RDS B. AH	Representante Comunitário Bairro Anhemas	Antonio Ribeiro Da Silva	Morador Tradicional,pequeno agricultor, defende melhoria da infraestrutura para a agricultura familiar.
RDS B. AH e RDS QBT	PRÓLEITE - presidente	Luis Carlos Conego Portela	Morador de Barra do Turvo. Representa os produtores de leite do município e defende a criação de búfalos na região.
RDS B AH	Cooperafloresta	Sezefredo Gonçalves Da Cruz	Morador tradicional do entrono da RDS, 70 anos, pioneiro na implantação agroflorestal da região - no seu sítio foram iniciados os primeiros plantios da Cooperafloresta. Liderança comunitária e incentivador do diálogo do Parque com as comunidades, muito respeitado pelos comunitários e com participação ativa em todo o processo.
RDS QBT	Representantes Comunitários	Ozico Pereira	Morador tradicional da RDS Barreiro-Anhemas, agricultor familiar.
RDS QBT	Representantes Comunitários Bairro Terra Seca	Juvenal de Lima	Morador tradicional do Quilombo e da RDS.
RDS QBT	Representantes Comunitários Bairro Terra Seca	Valdomiro de Lima	Morador tradicional do Quilombo e da RDS.
RDS QBT	Representantes Comunitários Do Quilombo Ribeirão Grande	Nilce de Pontes Pereira	Moradora tradicional, Liderança Quilombola, primeira presidente da Associação do Quilombo do Ribeirão Grande, líder da sua comunidade, tem participação ativa em vários fóruns regionais, defende o território quilombola. Estabelece a relação da comunidade com os órgãos governamentais, Ongs, elabora projetos, coordena a agroindústria da comunidade. No inicio foi critica da implantação da RDS, mas durante o processo da discussão do Plano de Utilização e sua participação no conselho, tem mudado de posição e contribuindo para o diálogo entre a comunidade e o gestor e contribuindo decisivamente na construção do processo.
RDS QBT	Representantes Comunitários/ Bairro/QuilomboTerra Seca	Clarisdina Alves dos Santos	Moradora Tradicional do Quilombo e da RDS e agricultora familiar.
RDS QBT	Representantes Comunitários Bairro/quilombo cedro	Oswaldo Alves Belemer	Morador Tradicional do Quilombo e agricultor familiar.
RDS QBT	Representantes Comunitários Bairro/quilombo cedro	Pedro Morato Pereira	Morador Tradicional do Quilombo e da RDS e agricultor familiar.
RDS QBT	Representantes Comunitários Bairro/quilombo Cedro	Adão Monteiro da Paixão	Morador Tradicional do Quilombo e da RDS e agricultor familiar.
RDS QBT/PEJ	Representantes Comunitários	Benedito de Paula Moura	Morador Tradicional da RDS, liderança quilombola, membro do conselho da Cooperafloresta, do Sintravale e da Associação dos Quilombos do Ribeirão Grande, e ainda é líder católico, foi do conselho do PEJ e participou de todo processo do Mosaico. Contribuiu para a construção do diálogo, está sempre cobrando as políticas públicas para as comunidades e é um defensor da conservação. Se posiciona contra o fogo, mesmo sendo uma prática tradicional, e conserva as matas de seu sítio.

UCs	Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
RDS QBT/PEJ	Representantes Comunitários	José Alvarenga Filho	Morador Tradicional da RDS, presidente da Associação Quilombola Pedra Preta, defende a comunidade e o território Quilombola, discorda do desenho do Parque na Divisa com o Quilombo, defende que o Parque deve ter o seu limite mudado e o quilombo aumentado. Tem participação ativa e contribui para o diálogo entre as UCs e a comunidade.
RDS QBT	Representantes Comunitários	LudeQuerino Da Silva	Moradora Tradicional do Quilombo e agricultora familiar.
RDS QBT	Representantes Comunitários	Dinilsa P. Gonçalves dos Santos	Moradora Tradicional do Quilombo e agricultor familiar.
RDS Lavras	Representantes Comunitários	Aureo de Moraes	Morador Tradicional da RDS, já estava na RDS desde os tempos do PEJ, na época da criação do Mosaico. Não reconhecia a existência do PEJ, pois o seu sitio tem uma parte que já estava fora do PEJ que foi titulada. Tem certa discordância com a RDS, pois quando era parque praticava a agricultura convencional, com a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes químicos e não sofria nenhum questionamento. Com as mudanças de categoria, esse tipo de agricultura vem sendo questionada.
RDS Lavras	Representantes Comunitários	Joaquim Clementino Neto	Morador Tradicional da RDS, já estava na área desde o tempo do PEJ, agricultor orgânico certificado, pratica a agrofloresta, é do STR, tem posição favorável à RDS, e que essa tenha o mínimo de criação de gado. Contribui para o diálogo, participa de todas as atividades relacionadas a projetos de desenvolvimento e organização da comunidade, tem críticas à fiscalização do Parque e da Polícia Ambiental por não darem conta do corte clandestino de Palmito.
RDS Lavras	Representantes Comunitários	Juvenal Pereira de Moraes	Morador tradicional da RDS, já foi monitor do PROTER em projeto do PDA, também é do STR, tem uma atuação intensa, também é agricultor orgânico certificado. Participação ativa, contribui para o diálogo e a articulação entre o Estado e a comunidade.
RDS Lavras	Representantes Comunitários Beneficiário da RDS	Joaquim Rodrigues Passos	Morador da Zona rural de Cajati e tem sitio no interior do PERT. Se posiciona para a agilização da realocação das famílias que ficaram no Parque.
RDS Lavras	Representantes Comunitários Beneficiário da RDS	Domingos De Alcântara	Morador do PERT. Se posiciona para a agilização da realocação das famílias que ficaram no Parque.
RDS Lavras	Representantes Comunitários Beneficiário da RDS	Vitorio N. dos Santos	Tem um sitio no PERT, defende a rápida realocação dos moradores selecionados para a RDS, e questiona a lentidão do Estado no processo de realocação e implantação da RDS.
RDS Pinh.	Representantes Comunitários – Bairro Pinheirinhos das Duvidas	Nozor Calistro Alves	Morador Tradicional da RDS, defende melhorias na infraestrutura, com destaque para as estradas e instalação da energia elétrica na RDS.
RDS Pinh	Representantes Comunitários Bairro Areia Branca	Ari Gonçalves Batista	Morador Tradicional da RDS, membro da Cooperafloresta, liderança comunitária. Por muito tempo cuidou da escola do bairro Areia Branca, é pioneiro na agrofloresta no bairro. Foi o primeiro de um grupo que hoje chega a 20 agricultores. Tem participação ativa e, no período de criação do Mosaico, organizou reuniões na sua região para discutir o projeto de lei.

UCs	Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
RDS Pinh	Representantes Comunitários	João Gonçalves De Jesus	Morador Tradicional da RDS e agricultor familiar.
RDS Pinh	Representantes Comunitários Bairro Pinheirinho dos Francos	Pedro Alves da Rosa	Morador Tradicional da RDS e agricultor familiar.
RDS Pinh	Representantes Comunitários	João Prestes	Morador tradicional, reside fora dos limites da RDS em bairro vizinho para seus filhos poderem estudar. Critico da RDS, aponta que nas APAs há mais direitos do que para os moradores da RDS. Questiona essa situação
RDS Pinh	Representantes Comunitários Bairro Areia Branca	José Gonçalves Moreira	Morador Tradicional da RDS e agricultor familiar.
RDS Pinh	Representantes Comunitários Bairro Pinheirinho das Duvidas	Lavino de Paula Bandeira	Morador Tradicional da RDS e agricultor familiar.
RDS Pinh	Representantes Comunitários	Anderson L. Miranda Batista	Morador Tradicional da RDS e agricultor familiar.
RDS Pinh	Representantes Comunitários Bairro Pinheirinho das Duvidas	Sebastião Claro Dias	Morador Tradicional da RDS e agricultor familiar.
RDS Pinh	Representantes Comunitários Bairro Pinheirinho dos Francos	Zezinho Alves da Rosa	Morador Tradicional da RDS e agricultor familiar.

Quadro 13 - Representantes da Sociedade Civil nos Conselhos Deliberativos e Consultivos das UCs

UCs	Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
PEJ/PERT	Fundação Florestal	Ocimar Bim	Residente em Registro, 49 anos. Pesquisador do Instituto Florestal. Responsável técnico pelo Núcleo Cedro, mediador das reuniões e do processo de criação e implantação do Mosaico do Jacupiranga. Com posições de defesa da conservação e da busca por soluções para os problemas da gestão e das comunidades envolvidas.
RDS QT e BAH	Fundação Florestal	Wagner Portilho	Residente em Registro, 49 anos. Técnico Agrícola e Biólogo - mora na região desde o início dos anos 80, atuando na área de meio ambiente e extensão rural e capacitação de agricultores. Atuou no apoio a comunidades rurais do entorno do PECD e da Intervals. Profundo conhecedor do manejo da palmeira Jissara e com experiência como gestor na RDs dos Despraiado Mosaico da Jureia onde atuou por um ano. No MOJAC, atua como gestor e presidente de dois conselhos deliberativos das RDS QBT e BA, tem compromissos com o desenvolvimento socioambiental e as comunidades tradicionais.
RDS Lavras e Pinheirinho	Fundação Florestal	Airton Vieira	Nascido e residente em Jacupiranga, também atua há muitos anos na área de licenciamento ambiental. Trabalhou no DPRN por mais de 20 anos. Também atuou em extensão rural, atua como gestor e presidente dos conselhos deliberativos das RDS Lavras e Pinheirinhos Tem compromissos com o desenvolvimento socioambiental e com as comunidades. Por contar com vasta experiência em licenciamento ambiental, contribuiu com este conhecimento com a gestão de todo o MOJAC.
PERT	Fundação Florestal	Domingos Oliveira	Residente em Registro, atua na área de licenciamento há mais de 20 anos, atuando no antigo DEPRN, trabalhou nas equipes de Registro, Iguape e Cananea. A partir de 2010 foi nomeado gestor das três APAs do MOJAC de Cajati e Barra do Turvo. A sua experiência em licenciamento tem contribuído nas discussões para a elaboração dos acordos de uso do território. Tem compromissos com a conservação e o uso do território.
PEJ/PERT	DEPRN	Carlos A. da Cunha Correa Junior	Técnico do escritório de Registro, 45 anos. Defesa e informação da legislação e informações, apoio nas propostas de normatização dos instrumentos de licenciamento, posição conservacionista.
PERT	CBRN	Ana Bacarin Leonardo	Técnico do escritório de Registro, 35 anos. Defesa e informação da legislação, apoio nas propostas de normatização dos instrumentos de licenciamento, posição conservacionista.
PEJ/PERT	Prefeitura Municipal de Barra do Turvo	Jose Maria	Morador Local, 45 anos, Chefe do Dep. de Tributação. Posição institucional da prefeitura, com posições pró- conservação e pró-comunidades.
PERT e RDSBAH,RDS QT	Prefeitura Municipal de Barra do Turvo	Luiz Mendes Cardoso dos Santos	Morador Tradicional de Barra do Turvo, faz a representação institucional da prefeitura, e se posiciona ora com os moradores ora com o Estado. Tem uma posse no Quilombo do Ribeirão Grande(RDS).
RDSPinh.	Prefeitura Municipal de Barra do Turvo	Eudon José de Oliveira	Migrante vindo de Minas, morador da RDS dos Quilombos, foi membro da Associação Quilombola, liderou movimento para a revisão dos limites do Parque e questionou o limite do Quilombo Pedra Preta, pois compreendia que o mapa proposto não era o da comunidade. Está na prefeitura e continua defendendo as posições da comunidade.
PEJ/PERT	Prefeitura Municipal de Cajati	Egerson Pereira Muniz	Morador Local, 30 anos, diretor do Dep. de Meio Ambiente. Posição institucional da prefeitura, com posições pró-conservação e pró-comunidades. Defende os interesses dos sítios do Parque.
PERT/ RDS Lavras	Prefeitura Municipal de Cajati	Kathleen Silva Chagas	Moradora do antigo PEJ, foi estagiária do Parque e após o término da graduação, foi contratada pela prefeitura de Cajati. Faz a representação institucional, tem uma posição conservacionista. Através da sua representação no conselho, as demandas da comunidade de Cajati são levantadas e estão sendo atendidas, principalmente em relação à manutenção das estradas do município no Mosaico.
PEJ/PERT	Prefeitura Municipal de Jacupiranga	Olindo Torquato	Morador Local, chefe de Gabinete. 50 anos, posição institucional da prefeitura, com posições pró-conservação e pró-comunidades.
PEJ/PERT	Câmara Municipal de Barra do Turvo	Admilson Gonçalves da Cruz	Morador Tradicional do entorno do Parque, 40 anos. Além de vereador e sindicalista é membro da Cooperafloresta e Pastor Evangélico. Defendia a alteração dos limites do Parque, que as comunidades desenvolvessem a agricultura para o seu sustento e o cumprimento do SNUC quanto à permanência dos agricultores no Parque. Engajado no movimento pela mudança do Parque desde o início do processo de criação do Mosaico. Participação expressiva em todo o processo do Mosaico.

RDS BAH	Câmara Municipal de Barra do Turvo	Silvio Gonçalves de Abreu	Morador Tradicional de Barra do Turvo, bancário, 50 anos. Como vereador acompanha as posições da comunidade, e se posiciona sempre no sentido das necessidades básicas dos bairros, (estradas, energia elétrica, etc).
RDS Pinh.	Câmara Municipal de Barra do Turvo	Jose de Amorim Oliveira	Migrante do interior do Paraná, 30 anos, agente de saúde. Representação dos moradores do seu bairro, formado na maioria por agricultores migrantes do Sul. Reivindicando melhoria nas estradas e a implantação dos instrumentos de licenciamentos para uso de madeira, reforma de casas, estradas, energia elétrica e agricultura. Se elegeu vereador durante o processo de criação do Mojac. Cabe lembrar que, no conselho do Parque, ele representa a sociedade civil, já na RDS está no segmento governo.
RDS QBT	Câmara Municipal de Barra do Turvo	Carlos Rodrigues Barbosa	Morador Tradicional de Barra do Turvo, agricultor da RDS Barreiro-Anhemas, tem o sitio na RDS, mas reside fora da RDS, 40 anos. Como vereador acompanha as posições da comunidade e se posiciona sempre no sentido de cobrar atendimento das necessidades básicas dos bairros, (estradas, energia elétrica). Como ocupante da RDS, defende a ampliação da unidades, pois considera que no bairro os limites do Parque ficaram muito próximos.
PEJ/PERT	Câmara municipal de Cajati	Hermogenes Batista Barbosa	Morador local aposentado, presidente da Câmara, postura aberta para o entendimento, alinhava-se com as posições de conservação e das comunidades.
PEJ/PERT	IBAMA	Valency Negrão da Silva	Morador de Registro, 50 anos, técnico do IBAMA de Iguape. Por ter sido na década de 90 gestor do PEJ, tem postura crítica ao Estado e defendia a revisão dos limites do Parque. Contribui na discussão da implantação dos instrumentos de licenciamento direto do Parque.
PEJ/PERT e RDS AH, RDS QBT	CATI	Benedito Jesus de Oliveira	Morador de Barra do Turvo, 40 anos, técnico da Casa da Agricultura, também defendia a revisão dos limites do Parque, era preocupado com o que aconteceria com os pecuaristas do Parque e contribui nas discussões dos instrumentos de licenciamento.
PEJ/PERT	ITESP	Luis Afonso Baeta	Morador de Pariquera-Açu, 45 anos, técnico da equipe de desenvolvimento do ITESP do Vale do Ribeira, defesa dos territórios e reivindicações da comunidades quilombolas. Defendia a negociação com as comunidades para evitar os mesmos problemas ocorridos em Eldorado com as comunidades quilombolas daquele município.
PERT	ITESP	Jose Renato Cabelo	Coordenador Regional do ITESP na região, representa o governo de Estado regionalmente. Tem contribuído para a construção de boas relações entre as comunidades e as UCs, foi liderança importante no cadastro dos ocupantes, pois contribuiu na articulação interna do ITESP para a realização do cadastro. Muito presente nas reuniões do conselho e das comunidades.
RDS QBT	ITESP	Ovanyr Vinicio Renesto	Técnico da equipe de desenvolvimento do ITESP do Vale do Ribeira, defesa dos territórios e reivindicações da comunidades quilombolas, atua na assistência técnica dos Quilombos.
PEJ/PERT	Escola Estadual Rio Vermelho	Claudia Brondoni	Moradora de Cajati, 38 anos, diretora da maior escola estadual localizada no interior do Parque, com 500 alunos, acompanhava a discussão e repassava para os pais de alunos e apoiava as discussões sobre educação ambiental.
PERT	E.E. Profª Luiz Darly Gomes de Araujo:	Osni João Pereira	Migrante do Paraná, 30 anos, residente em Barra do Turvo, professor, Biólogo e técnico agrícola, atua também na assistência técnica aos agricultores do PERT. Contribui nas discussões dos instrumentos de licenciamento e desenvolve atividades de Educação ambiental, representando a educação no conselho.
PEJ/PERT	Polícia Ambiental	Pedro Donizete	Morador de Jacupiranga, 40 anos, Cabo do Pelotão de Jacupiranga, com muito conhecimento da realidade local, contribui na discussão da legislação, explicando sobre a importância da fiscalização e também contribuiu para a aproximação da comunidade com a corporação.
RDS Pinh.	Secretaria Estadual de Educação	Lenita Maria Dos Passos Vieira	Faz a representação institucional da educação, em especial da escola Estadual do Rio Vermelho, onde os filhos dos moradores da RDS estudam.

Quadro 14 - Representantes dos Órgãos Governamentais nos Conselhos Deliberativos e Consultivos das UCs

3.3- ANÁLISE DAS ATAS DO PEJ, PERT E RDS

Os assuntos da pauta de cada reunião foram classificados, fichados e quantificados. Os temas, falas, palavras e frases foram selecionadas quando enunciavam conceito, definiam uma concepção ou simplesmente expressavam uma ideia ou relevância sobre o assunto da proposta de implantação do Mosaico e suas implicações para as comunidades e para a conservação da região.

Na análise de conteúdo das Atas das reuniões dos vários Conselhos do Mosaico foi feito o corte temporal e por tipos de Unidades de Conservação. No período que antecedeu a criação do Mosaico, entre 2005 e 2008, foram analisadas as atas do PEJ. Entre 2008 e 2012, pós Lei do Mosaico, a análise foi feita separadamente por Conselho das UCs (RDS e PERT), por estas apresentarem situações distintas. Enquanto que, nas atas do PEJ (2005-2008) os debates envolveram a preocupação com a situação dos seus moradores e sobre o destino que teriam, nas reuniões das RDS e PERT (2008-2012) a preocupação pautou-se na implantação das Unidades e das políticas públicas para o seu efetivo funcionamento.

Para a análise de conteúdo, foram identificados e registrados os assuntos em tabelas, discriminando: (1) Número de ordem da reunião e data, (2) Pauta indicada no convite da reunião, (3) Categoria de UCs, (4) Assuntos tratados. Nas RDS os assuntos foram reunidos em uma única tabela; já para os Parques a análise foi feita individualmente.

Após a leitura das atas, os assuntos foram classificados em temas e subtemas que poderiam fornecer aspectos que apontassem a compreensão sobre o processo de criação e implantação do MOJAC, as representações consensuais dos grupos de atores bem como suas divergências, os posicionamentos e sentimentos em relação às Unidades de Conservação, à atuação do Estado, às necessidades dos seus representados, à preocupação com o desenvolvimento das comunidades e à solução das situações enfrentadas pelos ocupantes, em especial do PERT.

Conteúdos e análise das Atas do PEJ - Março de 2005 a Fevereiro de 2008

Conforme descrito anteriormente foram lidas todas as 23 atas disponíveis do Conselho, mas analisadas apenas 11, escolhidas em função de apresentarem explicitamente no convite os temas do projeto de lei e do grupo de trabalho do Mosaico. O quadro 15 abaixo indica a forma como foram sistematizadas as informações para a análise, com a divisão das informações em temas e subtemas.

Destaca-se que as 11 reuniões analisadas contaram com a participação de 934 pessoas, entre conselheiros, moradores e visitantes. O quadro 15 apresenta o resultado da análise.

Período Abril de 2005 a Fevereiro 2008 - PEJ
Tema 1 - Mosaico/Grupo de Trabalho/Projeto de Lei - 52%
Sub Temas <ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto de Lei 2. Grupo de trabalho 3. Mudanças de categoria de Parque para APA e RDS 4. Plano de manejo 5. Discussão sobre ampliação e incorporação de áreas aos parques, por qualidades ambientais (fauna, água, flora) e exclusão de áreas ocupadas 6. ICMS Ecológico (preocupação das prefeituras em não perder recursos) 7. Participação e mobilização da comunidade 8. Contrariedade com a criação da RDS Barreiro 9. Reconhecimento dos quilombos 10. Problemas em Cananéia
Tema 2 - Questão Fundiária e Cadastro de Ocupantes - 12%
Sub Temas <ol style="list-style-type: none"> 1- Reassentamento- Realocação – infraestrutura-indenização 2- Termo de compromisso 3- Rapidez nas decisões para a saída do pessoal do Parque 4- Expectativa para as indenizações e realocação 5- Cadastro 6- Definição de quem é tradicional
Tema 3 – Conselho – Avanços - 11%
Sub Temas <ol style="list-style-type: none"> 1. Fórum de debates, soluções de problemas 2. Autorizações Conselhos das APAs
Tema 4 - Conflitos – ameaças - 7%
Sub Temas <ol style="list-style-type: none"> 1-Medo - ameaças de morte 2-Relação da polícia com o denunciante-conselheiro (fragilidade e exposição pessoal por participar do conselho) 3-Postura truculenta e repressiva da polícia
Tema 4- Questões ambientais gerais - 7%
Sub Temas <ol style="list-style-type: none"> 1. Problemas ambientais gerais e desenvolvimento sustentável 2. Importância ambiental do PEJ 3. Conter o avanço do Pinus no entorno e no PEJ

Tema 5 - Infraestrutura - 5%
Sub Temas
1-Estradas
2-Energia Elétrica
Tema 6 - Ação do Estado/Plano de Manejo - 5%
Sub Temas
1-Plano de manejo
2-Abertura política da SMA
3-Vistoria para roças
3-Omissão do Estado

Quadro 15- Resultado da análise de conteúdo das ATAS/PEJ

Resultados e Discussões sobre os conteúdos das ATAS - PEJ

Na análise do conteúdo das atas das reuniões verificou-se que 52% dos assuntos tratados relacionaram-se com o tema do Projeto de Lei do Mosaico e o Grupo de Trabalho; 12% com a questão fundiária; 11% sobre o Conselho Consultivo e seus avanços; 7% trataram dos conflitos e ameaças existentes; 7% sobre questões ambientais gerais e 5% relacionados à questão da infraestrutura de serviços. Portanto, do total de temas abordados nas reuniões, 64% tiveram relação com a ocupação e os conflitos no Território, enfatizando os aspectos da transformação/reterritorialização da região, o destino de cada área e como se daria a sua apropriação pelas comunidades.

O Projeto de lei/Grupo de Trabalho/Mosaico foi o tema mais presente nas atas analisadas (52%). Destaca-se que o momento de discussão sobre a recategorização abordou o conflito principal na região que é a conservação e o uso do território. A recategorização do Parque para APA e RDS, a forma de compensação das áreas, o cumprimento aos princípios do Grupo de Trabalho – manutenção de áreas florestadas e nascentes - e a recategorização das áreas ocupadas para os moradores que reivindicavam seus sítios livres do território de um parque, foram os subtemas que mais dominaram o debate. Também cabe destacar a preocupação dos participantes de que o debate desencadeado no Conselho chegasse à maioria dos moradores, conforme registros a seguir⁵⁴.

(...) ressaltou a importância de fazer debates com a Sociedade para discutir as mudanças de Categoria em certas áreas do PEJ, explicou que há anos estão lutando para chegar a esse momento histórico e que o Sintravale realizará reuniões em todos os bairros envolvidos para o esclarecimento dessas propostas (...) (12º Reunião, 2006).

Estamos em uma área de Parque e pela Lei que criou este Parque em agosto de 1.969 não poderia ter ninguém, inclusive esta Rodovia que passa no meio do Parque,

⁵⁴ Por tratar-se de transcrição, não foram feitas revisões gramaticais nas atas.

somente os pesquisadores, mas não é isso que é a realidade e encontramos inúmeras famílias, quase 1.500 famílias chegando, há quase 10.000 pessoas e onde estão, quem são, quantas casas tem na área do PEJ, quantas pessoas estão vivendo na área do PEJ, com 150.000 hectares e com seis municípios envolvidos nesta área (15º Reunião PEJ, 2006).

(...) informou a programação das reuniões para maiores esclarecimentos sobre a mudança de categoria para APA ou RDS, antes da Audiência Pública, em consenso com líderes dos bairros Pinheirinho do Franco, Pinheirinho das Dúvidas e Areia Branca a reunião será no dia 07/11/06, às 10:00 horas da manhã no bairro Areia Branca, no mesmo dia 07/11/06, no período da tarde às 17:00 horas no bairro Barreiros, no Salão Paroquial, no dia 08/11/06 no bairro Anhemas, às 10:00 horas da manhã e no dia 08/11/06 será a reunião das comunidades do bairro Terra Seca, Ribeirão Grande, Cedro e Pedra Preta que farão a reunião no bairro Ribeirão Grande, às 15:30 horas. Após passar a relação de datas e bairros das reuniões, ressaltou a importância que tem a participação de todos os Conselheiros e demais envolvidos nesta questão primordial (16º Reunião PEJ, 2006).

(...) como representante do Bº Vermelho – Barra do Turvo/SP trago ao conhecimento do Srs. o abandono que nos encontramos, primeiro implantaram um parque em cima de nós, o PEJ, milhares de moradores já se encontravam nessa área há muito tempo, alguns com escritura pública, a partir de então, os moradores foram proibidos de trabalhar, ficando sem estradas para retirar nossos produtos (banana, açúcar, leite), não temos acesso a energia elétrica e nem telefone público, não temos nenhum incentivo agrícola como Pronaf para investir nos sítios, precisamos de ajuda financeira ou fundo perdido para melhorar as moradias, galpão, água, e esgoto, pois somos cidadãos Brasileiros e queremos ver nossas crianças cantar o Hino Nacional Brasileiro com alegria e também sermos independentes, é o que essa lista de abaixo assinado pede no momento, aqui tem umas 60 (sessenta) assinaturas, há 2 (dois) anos, discutindo, foi criado o conselho e nós temos notado que o avanço foi muito pequeno, temos que acelerar. Peço aos companheiros vereadores independente do partido vamos olhar, temos mulheres que os maridos já se foram e não tiveram o privilégio (18º Reunião PEJ, 2007).

A questão da perda do ICMS Ecológico para as prefeituras que teriam as áreas de Parque reduzidas com a implantação do Mosaico também teve importância nos debates. Apesar de ser enunciado em poucas atas, o assunto gerou muito debate. Se, por um lado, a comunidade reivindicava a mudança do Parque, as prefeituras trabalhavam veladamente nos bastidores para que essas mudanças fossem as mínimas possíveis, a fim de evitar a perda de receita. Essa posição vinha ao encontro da proposta defendida por representantes da SMA de São Paulo no Grupo de Trabalho, que não queriam a redução de áreas protegidas no regime de proteção integral.

(...) comentou que os prefeitos envolvidos na questão do PEJ não estão apoiando o Projeto de Lei do Deputado Sr. Hamilton Pereira e que os prefeitos estão mais preocupados com a receita do ICMS Ecológico, do que com o povo do PEJ (12º Ata PEJ, 2006).

(...) fizeram um levantamento de áreas que poderão ser incorporadas ao Parque e apresentou um mapa da área em questão para a plenária, explicando a proposta de incorporação, pois a tendência é reduzir a área de Parque em alguns locais e ampliar em outros locais com menos degradação e sem a presença humana. Ressaltou a importância de acertar o ICMS Ecológico de Barra do Turvo, por representar uma parcela maior, devido a extensão da área dentro dos limites do

Parque e disse que os ambientalistas querem manter a área conservada e as prefeituras querem manter a arrecadação. Esta é uma preocupação do Grupo de Trabalho que está sendo discutida com as prefeituras envolvidas (12º Reunião PEJ, 2006).

(...) e quando comentam em desafetar a área do parque é preciso saber que o ICMS Ecológico diminuirá o dinheiro do Município, disse que precisaremos conversar, tentar tirar o mínimo de área, se pudesse deixar tudo ou incorporar mais seria ótimo, como exemplo citou que existem áreas de quilombos e a hora que forem reconhecidos, o IF será informado que aquela área é quilombo e que sairá do Parque, de qualquer jeito vai diminuir a Área do Parque do Município de Barra do Turvo, explicou que se houver outra área que seja conservada, que possa ser incluída, iremos estudar, comentou que caso uma deixe de ser Parque, mas que possa continuar a ser uma área protegida, onde possa haver famílias morando, como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o Município irá ganhar menos, mas continuará a ganhar, só que nesta área poderá ser resolvido a questão de energia elétrica, benfeitorias nas estradas, etc, a finalidade do Grupo de Trabalho é discutir esta questão junto, explicou o crescimento populacional a cada ano, dentro do PEJ e ressaltou se caso continue a crescer como está crescendo, acha que não terá saída,...a leitura de oito itens de propostas para acrescentar a nova Lei, 1- A proposta deve contemplar com a mesma prioridade a conservação da Mata Atlântica e de mais atributos naturais da área e a melhoria das condições devida das populações tradicionais...Deve-se buscar a criação de um grande Mosaico de áreas protegidas na região, tendo como centro o Parque, incluindo RPPN, Parques Municipais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, APAS e outras Categorias de Manejo (11º Reunião PEJ, 2006).

A criação das APAs e RDS foi tema constante nas discussões, causando dúvidas e preocupações nos participantes, especialmente relacionadas ao modo de funcionamento dessas áreas e o que representaria essa mudança. O tema monopolizou a discussão em várias reuniões do Conselho. A posição inicial do Grupo de Trabalho era de não alterar a situação “do miolo” do PEJ - na região da BR-116, abrangendo os bairros Bela Vista, Conchas e Paraíso, mas durante o processo de debate e negociação, essas regiões tiveram suas áreas recategorizadas. Porém, ainda não conforme a comunidade almejava.

(...) a lei, nós também temos os nossos direitos garantidos na Constituição, mas uma briga jurídica hoje inviabiliza qualquer tipo de solução. A mudança de categoria não irá privilegiar todo mundo, alguns companheiros irão ficar dentro do Parque, isso está claro para todos. O Estado, muito menos o IF, ninguém tem a receita pronta, nós estamos construindo juntos, aí entra a responsabilidade do Conselho e dos moradores de ajudarem a construir uma solução para o PEJ. Supondo que dos 100% de moradores do PEJ, que a gente consiga tirar 80% de moradores da área do PEJ, já será um grande avanço e com esses 20% restantes, terá que ser feito um estudo dessa situação, seja através de um Reassentamento, de uma RDS, de uma indenização, ou de algum projeto alternativo para viabilizar o seu problema, o canal é esse, o espaço é esse, todos os moradores estão sendo reconhecidos pelo IF, pelas pessoas da Secretaria do Meio Ambiente (14º Reunião PEJ, 2006).

A criação das RDS do Barreiro-Anhemas e dos Quilombos foi muito questionada durante o processo de discussão da lei. Lideranças apontaram o fato de a região do Barreiro-Anhemas contar apenas com 20% de cobertura florestal e o de seus moradores - na maioria,

tradicionais caipiras - adotarem práticas agrícolas como a pecuária intensiva, o uso de APPs e o uso do fogo - como motivos de dúvida sobre a eficácia da recategorização da área em RDS.

(...) se manifestou contrário à mudança de Categoria para RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), das áreas do bairro Barreiro e Anhemas, ressaltou que a comunidade por consenso preferia que a Categoria fosse mudada para APA (Área de Proteção Ambiental) (16º Reunião PEJ, 2006).

(...) comentou de forma a esclarecer que esta discussão em setembro de 2005 através do SINTRAVALÉ foram feitas inúmeras reuniões nas comunidades, preparatórias do encontro Municipal para o dia 29/10/05, estas discussões não são de agora e pediu para registrar em ATA que ele não acredita que consigam implantar uma RDS nas duas comunidades já citadas anteriormente e comentou também que no Estado de São Paulo não foi implantado nenhuma RDS até agora, não tem nenhuma experiência no Estado de São Paulo, disse que existem umas seis RDS no Brasil, mas o que assegura para esses moradores que a RDS é boa, e acha que será fundamental fazer um debate para esclarecer esta questão (16º Reunião PEJ, 2006).

Já no caso das demais RDS não houve posicionamentos contrários explícitos. Apesar de os representantes dos quilombolas enunciarem muitas dúvidas sobre a criação das novas unidades, esses não se posicionaram abertamente contrários à proposta, porém não abriam mão de, junto ao processo do Mosaico, discutir o reconhecimento dos territórios quilombolas. Reconhecimento que se deu durante o processo de discussão da lei.

(...) informou que o relatório técnico científico que reconhece a comunidade de Remanescente Quilombo do Ribeirão Grande Terra Seca já está concluído, e está em fase de avaliação pela comunidade e após a aprovação pela comunidade ela vai para publicação, ressaltou “que isso foi um grande avanço por parte da comunidade e do grupo que fez o estudo das áreas de APA e RDS, no dia da entrega desse exemplar (18º Reunião PEJ, 2007).

Destaca-se que os questionamentos ao projeto de lei foram feitos também na audiência pública realizada no PEJ e discutidos na ALESP.

(...) comentou que deve haver bastante diálogo até o dia da Audiência Pública e que as opções são APA, RDS ou ficar como está, disse que o ideal é optar pelo caminho do diálogo e construirmos isso junto, disse que mudar por uma indefinição de recategorização é o mesmo que travancar todo o processo e sugeriu que haja o bom senso e o ideal seria sentar com o GT e definir esta questão. Admilson pediu um encaminhamento para os Quilombolas na questão de esclarecer algumas dúvidas sobre qual é a diferença entre a RDS e a APA, antes da Audiência Pública, antes de definirem a categoria (16 Reunião PEJ, 2006).

Outro assunto em pauta foi a posição dos moradores da região de Cananéia de paralisar o processo de discussão na ALESP em função do descontentamento existente em relação à recategorização, já descrito anteriormente. Na avaliação dos conselheiros do PEJ, o fato poderia prejudicar o processo de mudança desencadeado na região de Barra do Turvo e, com base nisso, o grupo indicou representantes para acompanhar de perto a discussão em Cananéia.

(...) explicou que houve o protesto dos moradores de Cananéia, onde foram levantados problemas com os moradores, que procuraram a ALESP, onde foi alegado que o Parque estaria crescendo em cima dos moradores de Cananéia. A partir daí foi realizado um levantamento de mais de 30 posses fora da área de parque e que estariam sendo transformados em Parque (22º Reunião PEJ, 2007).

(...) Ocorreu uma Assembleia em Cananéia onde estiveram presentes vários conselheiros do núcleo Cedro (...) Esta Assembleia solicitou que fosse feito um trabalho junto a comunidade, sendo desenhadas as novas áreas do Parque (22º Reunião PEJ, 2007).

Ao longo do processo de discussão da lei, a questão fundiária e o destino dos moradores que permaneceriam em área de Parque foi o segundo tema mais frequente nas reuniões (12%). A maior preocupação diz respeito à realocação e indenização das famílias, e também sobre como se daria a permanência dos ocupantes no Parque. O assunto gerou grande expectativa na comunidade.

(...) Se as pessoas do PEJ forem removidas, se elas poderão optar, receber dinheiro ou ir para a área que o Governador mandar e citou que poderiam ter ações não só com a caneta mas sim com o coração (11º Reunião PEJ, 2006).

(...) disse que há pessoas querendo sair do Parque e perguntou qual será o critério usado, será a terra pela terra, será igual ao procedimento do MST, uma área de terra determinada por família, terá estrutura para esse povo, já tem valores estimados, porque a idéia que se vê é apenas de esvaziamento (11º Reunião PEJ, 2006).

Esse tema vai passar a ser frequente em todas as discussões a partir da criação do Mosaico - aprovada na ALESP no final de 2007 e publicada oficialmente em fevereiro de 2008 - por ser um problema não resolvido. Quem permaneceu em áreas de Parque teve a clareza de que continuaria não tendo acesso a políticas públicas e, querendo sair dessa condição, cobrava o contido na lei, ou seja, indenização e realocação.

A importância do Conselho no processo de discussão do Mosaico é um assunto que aparece com 11% de citações nas atas analisadas. O Conselho do PEJ (Núcleo Cedro) transformou-se em um fórum de discussões do Projeto de Lei do Mosaico, sendo ainda um espaço privilegiado onde o Grupo de Trabalho pode apresentar os resultados das discussões feitas na SMA em São Paulo, por meio dos relatos feitos pela coordenação do grupo, Promotoria Regional de Meio Ambiente e por representantes da sociedade civil e do Estado que participavam das reuniões.

(...) e ressaltou que a morosidade dos acontecimentos vai contra as necessidades dos moradores, mas acha que vários assuntos foram resolvidos e comentou que através do cadastro no ano que vem (2006), novos recursos e outra dinâmica de trabalho será implantada, “todos irão tomar consciência do trabalho realizado no Conselho, o Conselho partiu do zero e hoje estamos na trilha certa (10º Reunião PEJ, 2005).

(...) Claudinei achou positivo por ser um espaço aberto, tanto para a Sociedade Civil como aos Órgãos Governamentais para definir ações positivas que envolvam a comunidade e a preservação do Meio Ambiente na área do PEJ (14º Reunião, 2005).

(...) quero fazer o registro aqui, não teve quem batesse de frente nós órgãos públicos, responsáveis pela questão do parque como eu, mas acho que tem que se fazer justiça, pois desde que foi criado o conselho, temos o gestor entre nós, temos vários casos de autorizações de roças, de reforma de casas, estradas e o passo de dividir o parque em APA e RDS (18º Reunião PEJ, 2007).

(...) sem demagogia espero que ninguém fique magoado, mas quando que algum morador teve acesso a conversar com o ministério público, quando vocês tiveram uma promotora dando atenção, vocês imaginem por um minuto se a dois anos atrás não tivesse essa iniciativa de montar o conselho para conversar, estaríamos naquela mesma condição, imagine tudo o que já foi feito levantamento de toda a área, cadastro de todos os moradores, a discussão junto com o grupo designado pelo governo, e hoje a coisa pode não estar caminhando com a velocidade, que todos gostariam, mas está andando e já avançamos muito, porque daqui para diante é só consolidar e a decisão política ser tomada e os benefícios vão chegar aqui (18º Reunião PEJ, 2007).

(...) o morador e o Conselheiro perdem o seu dia de trabalho e não é remunerado, comentou que todo este esforço é valido para tentar solucionar e discutir alternativas boas para os moradores do PEJ (10º Reunião PEJ, 2005).

Apesar de serem muito requisitadas em relação à criação do Mosaico, as questões referentes à infraestrutura aparecem com apenas 5% entre os assuntos discutidos nas reuniões do Conselho, destacando-se a energia elétrica e as estradas como subtemas mais citados.

Período de Fevereiro de 2008 a Dezembro de 2011-PERT

No período pós-criação do Mosaico, entre fevereiro de 2008 e dezembro de 2011, foram lidas 21 atas disponíveis das reuniões do Parque Estadual do Rio Turvo, porém foram analisadas 14 atas que trataram de assuntos relacionados à implantação do Mosaico e suas implicações no Parque Estadual do Rio Turvo. A escolha se deu em função desses assuntos terem sido explicitados nos convites das reuniões. Participaram dessas reuniões 893 representantes, entre conselheiros e comunidade. O período da análise precede a formação dos Conselhos da RDS na região de estudo, em 2010, quando são criados. Esse também se caracteriza por ser o período subsequente à criação do Mosaico.

O quadro 16 indica a forma de categorização dos temas e subtemas.

Período Fevereiro de 2008 a Dezembro de 2011 - PERT
Tema 1 – Implantação do Mosaico 39%
Sub Temas: 1- Comissão de implantação do Mosaico 2- Discussão de uma política de realocação e indenização para os moradores 3- Implantação das UCs do Mojac 4-Termo de compromisso
Tema 2 - Questão Fundiária - 27%
Sub Temas 1- Reassentamento- Realocação - infra estrutura-indenização 2- Termo de compromisso 3- Definição de quem é tradicional 4- Revisão dos limites os 3% do plano de manejo
Tema 3 – Conselho – avanços 15%
Sub Temas 1- Fórum de debates, soluções de problemas 2- Conselhos das APAs 3- Participação no conselho PERT
Tema 4 - Infraestrutura - 14%
Sub temas 1- Estradas 2- Energia elétrica 3- Saneamento-esgoto a céu aberto -fossas sépticas
Tema 6 - Ação do Estado/Plano de Manejo -5%
Sub Temas 1- Plano de manejo 2- Plano de utilização

Quadro 16- Resultado da análise de conteúdo das ATAS/PERT

Na análise de conteúdo das atas verificou-se que 39% dos assuntos tratados tiveram relação com a implantação do Mosaico; 27% com a questão fundiária; 15% com o trabalho do Conselho; 14% com serviços e infraestrutura; e 5% com o Plano de Manejo e ação do Estado. Dos assuntos analisados neste segundo período, a implantação do Mosaico também foi o tema mais recorrente, com 39% das citações, tendo a implantação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável como assunto principal. Apesar de ser o Conselho do Parque (PERT), a preocupação com as APAs e RDS ainda foi a tônica, podendo ser elencados os seguintes motivos: por ser o início do processo de implantação do Mosaico, por ser o único Conselho em funcionamento no período - os conselhos das RDS só seriam criados dois anos depois - e por terem sujeitos sociais relacionados às APAs com assento no Conselho.

O funcionamento da Comissão de implantação do Mosaico gerou muita expectativa entre os membros do Conselho e também foi tema debatido, pois o texto do decreto de criação

do Mosaico trazia elementos que indicavam para o encaminhamento e soluções das questões que mais os preocupavam.

(...) Decreto Estadual 53/248 de 18 de Julho de 2008, do Governador José Serra, que dispõe a instituição da comissão para implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e outras providências, essa comissão irá discutir a implantação do Mosaico ajudar a responder as perguntas principalmente das pessoas que ficaram dentro do parque, questões de realocação, indenizações, etc, essa comissão será formada por três representantes da secretaria do meio ambiente (3º Reunião PERT, 2008).

(...) Seria importante fazer uma aproximação da comissão que foi criada para a Implantação do Mosaico com o Conselho, junto com os moradores e com a Sociedade Civil. Luz para Todos não é atribuição específica nossa, para colaborar no processo seria interessante pensarmos numa Reunião com todos os envolvidos, sentarmos juntos para discutir, e quem sabe ter um cronograma em mãos das obras. Talvez uma Reunião com os órgãos envolvidos (7º Reunião PERT, 2009).

(...) a grande maioria dos moradores, da população, principalmente as comunidades tradicionais, elas querem realmente ver o Mosaico implantado e ver as nossas áreas que foram transformadas em outro tipo de Unidade de Conservação também implantada, e aonde for possível regularização fundiária, que aconteça a regularização pra quem possa ter acesso mais fácil e mais rápido a financiamento, que a gente possa cobrar mais facilmente as autoridades municipais pra melhoria das nossas estradas, a questão do Programa Luz Para Todos, ver se agilizamos isso pra que as coisas aconteçam e esse tipo de pessoas eu acredito que não dá pra ele desenvolver um projeto deste sem enfrentar esses obstáculos (10º Reunião PERT, 2009).

O subtema Termo de Compromisso foi amplamente citado. A lei prevê a assinatura de Termo de Compromisso, institucionalizando a relação entre o Estado e o Morador da UC e definindo direitos e deveres bem como as atividades que os moradores poderiam praticar sem autorização prévia da gestão da UC. O Termo de Compromisso foi entendido como uma forma de compensação à situação que continuaria a ser enfrentada por aqueles moradores que, mesmo com todas as mudanças de categoria ocorridas, ainda permaneceriam no interior do Parque.

A análise apontou que a questão fundiária ocupou 27% dos assuntos tratados nas reuniões, evidenciando a preocupação dos conselheiros para com a situação dos moradores do Parque: se seriam indenizados ou realocados, em quanto tempo esse processo se daria e, se continuassem morando no Parque, quando o Termo de Compromisso previsto na lei seria elaborado e assinado.

(...) Para nós seria muito bom se conseguíssemos que a Fundação Florestal assumisse esta responsabilidade, porque a grande maioria quer uma solução que está dentro destes 3 (três) itens: Indenizar, realocar e reassentar, pois solucionando os problemas da maioria, os da minoria ficarão mais fáceis depois. A idéia é dar um prazo, se a FF topa deverá em até 2 (dois) anos indenizar, realocar e reassentar (3º Reunião PERT, 2008).

(...) comenta que a respeito das 15 famílias aproximadamente que moram no Parque, na região do Taquarão que querem resolver a situação deles, eles querem ir embora, sair do parque, porque acham que ali não terão luz, lavoura, não poderão fazer casas e cercas decentes, e eles querem uma solução, o mais breve possível (...) acha que uma conversa com esse pessoal que mora no Parque tem que ser feita o mais breve possível, para negociarem, porque eles já estão sem perspectivas (5º Reunião PERT, 2008).

(...) precisa exercitar o reassentamento de algumas famílias que ficaram dentro do Parque para outra área que já está indicada em relatório que o gestor da Unidade passou para São Paulo (9º Reunião PERT, 2009).

(...) acho que nós que somos do Parque, temos que fazer reunião com quem é de dentro do Parque, para saber como vai ficar a situação, como vai ficar a questão da realocação, da indenização, se a pessoa pode construir uma casa melhor, se pode plantar pra comer, esse problema o pessoal do Parque tem que resolver, nós temos que fazer reunião, mas temos que defender o pessoal do Parque, se a pessoa daqui pode ter luz, uma casa boa, se pode plantar seu pinhão ou qualquer coisa pra comer (17º Reunião PERT, 2010).

Como a lei que criou o Mosaico traz um artigo que indica a possibilidade de revisão dos limites das unidades de conservação em até 3% da área das UCs de Proteção Integral, o tema também foi discutido nas reuniões, conforme evidenciado nas posições dos representantes das comunidades.

(...) No seu ponto de vista agora é o Estado que precisa passar uma clareza para quem ficou dentro do Parque, o que vai ser feito de fato com esse morador, porque até agora isso não ficou claro pra ninguém. Se passa a divisa ali, é lógico que o morador que ficou dentro do Parque ou aquele que ficou com a metade do sítio dentro ou fora, vai ficar insatisfeito e se essa questão dos 3% não for esclarecida para os moradores pra onde eles irão.....eu já defendo que os moradores continuem no Parque desde que tirem aqueles 3%.....A carta do IBGE não é muito precisa, tendo as fotos aéreas uma melhor precisão. Teve alguns lugares que a foto aérea se deslocou, ali na divisa estava na linha da mata, mas quando se vai conferir em campo a divisa mudou aproximadamente 40 metros em direção do sítio da pessoa e se a gente ficasse com a divisa somente no papel, isto não seria descoberto que comeu 40 metros do sítio dele. Esse é um erro técnico da confecção do mapa, por isso que nós deixamos os 3% (9º Reunião PERT, 2009).

(...) Os 3% foi colocado na Lei muito mais para corrigir falhas de demarcação do projeto das áreas. Com certeza, se a gente conseguir mudar alguma coisa, vai ser em propriedades que estão na divisa (11º Reunião PERT, 2009).

Dos assuntos tratados, 15% referem-se ao funcionamento do Conselho e de como este fórum contribui com a participação da comunidade na discussão da implantação do Mosaico e do Parque (PERT), funcionando como um fórum de debates e um espaço de avaliação do funcionamento do Mosaico. No Conselho, os moradores puderam expressar as suas posições e identificar os gargalos do cumprimento da lei, além de ser um local onde puderam externar a aprovação e o descontentamento com o processo.

(...) A comunidade tá mandando um recado, dizendo que nos últimos dois anos nós avançamos mais de quinze anos, tá todo mundo contente, feliz, mas mesmo assim

ainda tem muita coisa pra ser cobrada, muita coisa que não foi cumprida ainda, principalmente a luz, o pessoal sofre e luta e quer essa luz (16º Reunião, 2010).

(...) aquelas comunidades do MOJAC que não estão constituídas em associações, poderão indicar representantes para segmento da sociedade civil, desde que os nomes sejam referendados por um abaixo assinado de no mínimo vinte assinaturas, indicando a comunidade que representa, no caso de se habilitarem um número maior de entidades que o número de vagas disponíveis, a indicação dos representantes será feita de comum acordo entre as entidades e comunidades, a escolha se dará por segmento no dia de hoje (16º Reunião PERT, 2010).

A criação dos conselhos das APAs foi tema presente, pois como vários membros do Conselho do PERT são oriundos destas UCs, foi neste fórum que o assunto foi discutido.

(...) Eu defendo a proposta dos 03 conselhos, até porque se pegarmos a própria APA de Cajati são diversos bairros que estão dentro da APA, com certeza Rio Vermelho e Rio Pardinho a mesma coisa, talvez o que tem menos bairro é o Planalto do Turvo, tendo 04 bairros. Até para se fazer uma reorganização pelo menos por bairro, da parte dos moradores ou da sociedade civil acho que tem que ser um conselho por APA mesmo (9º Reunião PERT, 2009).

(...) É interessante que tenha um conselho em cada APA porque senão você se distancia da população residente e até para desenvolver atividades e projetos, a própria cultura do ponto de vista do Desenvolvimento Sustentável, acaba ficando muito distante, então você não tem assim, digamos, um atrativo maior pra população do local, por mais bem representada que ela esteja, o conselheiro não vai conseguir desenvolver o trabalho lá na comunidade para ampliar essa discussão. Se o debate for feito lá talvez de vez em quando você traga toda a população para as reuniões do local (9º Reunião PERT, 2009).

(...) O conselheiro concordou com o exercício apontado...Se nós temos uma situação lá na APA do Rio Pardinho para resolver e o companheiro nosso mora lá em Cajati e não sabe a realidade nossa lá, como é que ele vai votar a nosso favor? Então por isso nós estamos defendendo, não é porque nós vamos dividir é porque nós temos situação diferente, realidade diferente (9º Reunião PERT, 2009).

(...) o que era Parque passa a ser Uso Sustentável, ou é APA ou é RDS. Um conselho vai fazer junto com a sociedade a gestão do território, discutir a questão social e ambiental. É o conselho que discute o planejamento do bairro, tudo bem que isso você faz na Associação, mas o conselho junta o estado, a sociedade civil, o conselho tem uma demanda que é participar do plano de manejo (9º Reunião, 2009).

Dos assuntos discutidos, 13% referem-se ao tema da falta de infraestrutura, tanto para quem permaneceu em área de Parque como para os moradores das APAs e RDS, ficando as estradas, a energia elétrica e o saneamento básico, principalmente o esgoto, como as principais preocupações constantes nas falas e nos assuntos discutidos.

Como a instalação da energia elétrica era a principal reivindicação das comunidades, a demora na implantação deste serviço nas áreas recategorizadas repercutiu muito nos conselhos.

(...) a Elektro inauguraria 40 ligações no Mosaico, com a mudança nas categorias de unidade de conservação pode ter energia elétrica pela concessionária, favorecendo famílias do bairro Paraíso e outros bairros. (...) diz que solicitou da Elektro via

SINTRAVALÉ que fosse disponibilizado o cronograma de trabalho para que a população acompanhe o trabalho de eletrificação (5º Reunião PERT, 2008).

(...) Na Reunião passada nós colocamos na pauta o fato de termos ido com 95 famílias na Elektro fazer aquele movimento de pressão para que eles começassem as instalações, também na reunião passada informamos à todos, que nós solicitamos um cronograma do trabalho deles. A Elektro nos informou que irão montar um cronograma, alegaram estar com dificuldades devido as chuvas que estão atrapalhando o trabalho, por isso eles não estão podendo fazer uma previsão exata (6º Reunião PERT, 2008).

(...) deixamos bem claro perante a Empresa, que no momento em que eles pararem os trabalhos durante quatro dias, no quinto dia já estaremos nos mobilizando novamente e vamos ocupar não só a Sede da Elektro em Registro, mas também vamos fechar todos os escritórios, inclusive imobilizando os veículos de trabalho deles nos seus municípios, cada morador tem que ter consciência e estar de olho vivo, cada morador tem que ser fiscal da Elektro (6º Reunião PERT, 2008).

A preocupação com a manutenção das estradas e a ausência de saneamento básico nas comunidades também foi ponto de pauta das reuniões, demonstrando que, com a lei do Mosaico aprovada, as comunidades intensificaram a cobrança da implantação de políticas públicas visando a melhoria da qualidade de vida. A recuperação das estradas para facilitar o escoamento da produção e o transporte dos alunos para as escolas, além do enfrentamento do problema do esgoto que continuava sendo jogado diretamente nos rios, eram situações que incomodavam a todos.

(...) não tem política pro pessoal que está dentro da unidade de conservação, existem questões importantíssimas, como a do saneamento básico, se estão dentro de uma unidade de conservação então, vamos continuar jogando esgoto a céu aberto? Isso não pode. Isso tem que ser prioridade da saúde pública, eu acho que precisa no começo do ano fazer um planejamento e chamar câmaras municipais, prefeituras e a Fundação Florestal (16º Reunião PERT, 2010).

(...) grande problema na RDS dos Pinheirinhos, é a questão da estrada e a questão da energia. A estrada dos Francos são oito quilômetros e foi feito um esforço com a prefeitura, pois as crianças não estavam nem conseguindo chegar até a escola, e a prefeitura meio que emergencialmente conseguiu um contrato e um serviço de recuperação e mesmo assim ainda não foi suficiente (11º Reunião PERT, 2010).

(...) Foi pedido pra Prefeitura de Cajati pra que seja decretada estrada municipal para poder ser feita melhorias na estradas e até oferecer uma condução para os moradores que vierem a se estabelecer na área, já foi feita essa primeira conversa e o próximo passo é fazer todo o trâmite de documentos (11º Reunião PERT, 2010).

Período de março de 2010 a maio de 2012 - RDS

A seguir são apresentadas as análises das atas das reuniões das quatro RDS do Mosaico do Jacupiranga: Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Lavras, dos Pinheirinhos, do Barreiro-Anhemas e dos Quilombos de Barra do Turvo. Foram lidas 76 atas de reuniões e analisadas 70, onde constavam na pauta assuntos relacionados à implantação das unidades. As reuniões contaram com a participação de 1.612 pessoas, entre conselheiros e presentes nas plenárias. A maioria é formada por representantes das comunidades, os comunitários, além dos representantes do Estado (Câmara, Prefeitura de Barra do Turvo, Itesp, Fundação Florestal e Casa da Agricultura/CATI), com forte representação local. Constata-se uma aliança entre os comunitários e os representantes dos órgãos governamentais, por haver identificação com os problemas e anseios das comunidades.

A seguir, no quadro 17, os temas e subtemas levantados e analisados nas atas e a frequência com que foram discutidos nas reuniões.

Período 2010 a 2012 - RDS Lavras, Pinheirinhos, Barreiro-Anhemas e Quilombos da Barra do Turvo
Tema -1 Mosaico /Ações-Papel do Estado - 26%
Sub Temas
<ul style="list-style-type: none"> 1- Falta de investimento para a comunidade e para funcionamento da RDS 2- Debate APA melhor que RDS 3- Questão dos moradores do Parque e limites das RDS 4- Não Cumprimento dalei 5- Lentidão-Morosidade do Estado 6- Ocupação do Núcleo Cedro/comissão do Mojac 7- Acesso a Políticas Públicas avanços-conquistas 8- Omissão do Estado
Tema - 2 Infraestrutura - 18%
Sub Temas
<ul style="list-style-type: none"> 1- Energia elétrica 2- Estradas 3- Saneamento básico 4- Lixo/coleta seletiva 5- Comunicação/telefone/radio e tv
Tema - 3 Plano de Utilização -12 %
Sub Temas
<ul style="list-style-type: none"> 1- Criação de Gado e Pequenos animais 2- Corte capoeirinha 3- Uso de madeira 4- Importância do plano 5- Definição de normas 6- Implantação e financiamento do plano Utilização 7- Licenciamento de Roças 8- Disponibilização de copia do termo 9- Lista de beneficiários e termo de compromisso 10- Alteração Limites da RDS 11- Definição de APP 12- Uso de fogo 13- Tanques de peixe

<p>Tema - 4 Questões ambientais gerais/Projetos - 12 %</p> <p>Sub Temas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- ICMS ecológico 2- Projeto TNC/micro bacias - Geração de renda/turismo 3- Assistência Técnica/Implantação de Agrofloresta 4- Piscicultura espécies exóticas x nativas e tanques para bebedouro 5- Poluição da BR/ Animais mortos nos Rios e Agrotóxicos 6- Mutirão de roçada de pasto 7- Conservação 8- Animais silvestres/danos nas lavouras 9- Uso do fogo X fogo criminoso
<p>Tema 5 - Autorizações de Roças e outros - 11%</p> <p>Sub temas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Forma de pedidos 2. Manejo de espécies nativas 3. Autorização de roça 4. Indeferimento de pedido 5. Construção de tanque 6. Poda e corte de arvores 7. Desmatamento para agrofloresta 8. Documentos Pronaf 9. Roçada de pasto 10. Agilização das vistorias 11. Construção de casa 12. Uso de madeira
<p>Tema – 6 Conselho 9 %</p> <p>Sub tema</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Papel do Conselho, importância, avanços e participação 2- Projetos 3- Planejamento e Falta de estrutura do conselho 4- Autonomia do conselho para autorizações 5- Contratação de monitor 6- Desanimo pela demora do retorno da FF 7- Capacitação de conselheiros
<p>Tema 7 - Questão fundiária 8 %</p> <p>Sub Temas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Realocação 2- Indenização 3- Revisão dos limites das RDS
<p>Tema 8 - Conflitos e ameaças 4 %</p> <p>Sub Temas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Sentimento de perda da posse da terra 2- Suspensão das votações e reuniões para se definir a questão dos documentos das áreas 3- Restrição ao direito de posse -duvida se são tradicionais 4- Relação da comunidade com a fiscalização 5- Burocracia_ não ter que pedir autorização toda hora

Quadro 17- Resultado da análise de conteúdo das ATAS/RDS

Na análise do conteúdo das atas verificou-se que 26% dos assuntos tratados são relacionados à implantação e discussão do Mosaico, às Ações e ao Papel do Estado; 18% à

infraestrutura; 12% ao Plano de Utilização; 12% trataram das questões ambientais gerais/Projetos e 11% sobre Autorizações de Roças e manejo. Já o tema relativo ao próprio Conselho somou 9% dos assuntos, a questão fundiária 8% e os conflitos e ameaças 4%.

Repetindo o que ocorreu no período anterior, o tema do Mosaico - agora incorporando as críticas às ações e ao papel do Estado em sua implantação - dominou 26% dos assuntos discutidos nas reuniões dos Conselhos, apresentando uma gama de subtemas, destacando-se a falta de investimentos e de apoio e infraestrutura para a implantação das RDS como os mais citados:

(...) a falta de meio de transporte da Fundação Florestal, mencionada pelo gestor na reunião anterior. Explica que essa falta acaba prejudicando os moradores da reserva, pois muitas vezes precisam que haja vistorias para as conseqüentes deliberações e autorizações. Além de roças há outras atividades requeridas pela comunidade. E essa condição acaba fazendo com que sejam menos produtivos e contributivos para a RDS (5º Reunião RDS dos Quilombos, 2010).

(...) Requerem que seja mencionado o assunto em ata e medidas cabíveis em relação ao problema. Também cita outro assunto abordado na reunião anterior e que não foi inserido: a necessidade de investimento financeiro na RDS Quilombos, pois segundo suas informações, outras Unidades de Conservação na região possuem maior investimento que as Reservas dos tradicionais, entre esses os quilombolas (5º Reunião RDS dos Quilombos, 2010).

(...) complementam com a preocupação pela diferença de tratamento financeiro e de orçamento para pior em RDS comparadas com Parques. Cita o exemplo da alocação de recursos para Planos de Manejo, de que não há garantia de recursos a serem utilizados em RDS (5º Reunião RDS dos Quilombos, 2010).

(...) comenta do descaso do Estado, justamente quando as comunidades começam a se organizar, principalmente os quilombos. Fala dos antepassados, que passaram por momentos difíceis para chegar nesse País de hoje, que se envolveram por construir esse País. Tudo nele foi feito por mãos negras, com escravos, acorrentados até a libertação. Mas que a seu ver essa libertação aconteceu apenas no papel, pois na prática, se uma comunidade quer ser dona do seu território, quer ter domínio de sua Terra, eles alegam que não tem dinheiro para regularizar (5º Reunião RDS dos Quilombos, 2010).

(...) retoma sobre a reunião da comissão de implantação do Mosaico de Jacupiranga, sugerindo que a comunidade seja mais participativa no que diz respeito as discussões desse grupo de trabalho, nestas reuniões, para o caso de reivindicações e cobranças em nome da comunidade (4º Reunião RDS dos Quilombos, 2010).

(...) O conselheiro diz que tem que ser encaminhado um documento do conselho, uma deliberação para cobrar da Fundação que seja investido recursos nas comunidades pois, apenas criou a RDS e que não está proporcionando nenhuma melhoria na área, temos que cobrar da fundação mais investimento na área e (...) acha muito importante fazer essa cobrança pois, irá reforçar o documento que será encaminhado ao secretário como os problemas de estradas, luz, telefonia, esgoto que é também de responsabilidade da fundação (5º Reunião RDS Pinheirinhos, 2010).

(...) argumenta que até os dias atuais a única coisa que foi oferecida pela Fundação Florestal como respostas, foram os não. Conselheiros sugerem que haja investimentos financeiros como forma de retribuição aos serviços ambientais prestados pelos moradores (7º Reunião RDS Barreiro-Anhemas).

A crítica referente à criação de uma RDS em detrimento de uma APA ficou bastante evidenciada nas reuniões da RDS Barreiro-Anhemas, aparecendo também na RDS dos Pinheirinhos, porém com menos intensidade. Diversos setores da comunidade questionaram essa alternativa de Unidade de Conservação, em contraposição à argumentação do gestor, que apresentava os benefícios de uma RDS. Esse debate se estendeu ao longo de praticamente todas as reuniões, chegando-se ao questionamento, inclusive, de “que quem recentemente desmatou e destruiu a natureza, com a lei do Mosaico teve privilégios, pois nas APAs pode tudo e na RDS há um conjunto de regras a seguir”.

(...) acrescenta que quando chegou na área os líderes, ou seja, hoje são os conselheiros, chegaram até ele e disseram que RDS era bom, que era isso e aquilo e que hoje as próprias pessoas que indicaram pela RDS estão contra. Gestor comenta que antes eles viviam numa área de Parque onde tudo era proibido. Então, pensando nisso, houve um grande avanço, que pode não ser ótimo ainda, mas que estão trabalhando para que se torne, pois a melhora acontece no dia a dia. (...) informa que quando era Parque eles não tinham direito a nada, e que hoje sendo RDS muita coisa mudou. Que basta eles olharem para as conquistas. Argumenta ainda que a obrigação deles como moradores e conselheiros é buscar melhorias, e não aprovar o que prejudique quem está na área do Parque. (...) então informa que em seu ponto de vista a discussão maior não seria sobre a RDS e sim da maneira de como foi desenhada essa RDS (15º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

(...) questiona sobre os critérios necessários para transferir do formato Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) para o de Área de Proteção Permanente (APA). O gestor explica que a RDS deve ser território localizado em terras públicas, possuir recursos naturais e populações tradicionais que os tenha como base de sustentação e assim o conhecimento de manejo, e com isso caracteriza a ocupação e a cultura de moradores tradicionais antigos no local. Já para o caso de APA não é necessário ser morador tradicional (3º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) pede ao gestor que explique de uma forma clara qual a diferença entre RDS e APA. Gestor então explica que a RDS é uma área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ou seja uma porção de territórios com população dentro, uma população que a caracteriza e uma reserva que tem importância com a população dentro e a Lei valoriza essa relação do território com reconhecimento natural, florestas, água, juntamente com a agricultura que é feita ali e da forma que é feita, a Lei valoriza isso, já a APA não tem essa valorização (12º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) O gestor defende que a proposta e o conceito desta Reserva são fundamentais para a preservação dos nossos recursos existentes, de recuperar o que falta e também de ser o ajuste para o fortalecimento de melhorias locais, a partir das soluções já apontadas como as que ainda virão, mas justamente com a participação de todos do lugar (6º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) O conselheiro argumenta que a RDS é um equívoco num processo de realocação do Mosaico pois, estas áreas deveria ser considerada como APA assim, a realocação seria mais acessível e o trâmite seria muito mais fácil para estar recebendo o título de domínio (Reunião RDS Lavras, 2011).

A situação dos moradores que ainda permaneceram no interior do Parque Estadual do Rio Turvo também fez parte do repertório dos subtemas abordados, já que nas RDS Barreiro e

Pinheirinhos alguns moradores tradicionais tiveram as suas áreas ainda mantidas no interior do Parque. Encontra-se aqui uma contradição dos moradores. Por um lado, questionam a criação da RDS, mas, por outro, reivindicam que as RDS sejam ampliadas e as áreas de uso sejam retiradas do Parque.

(...) comenta que na RDS Barreiro eles estão procurando centralizar nas reuniões do conselho da RDS essa situação dos moradores que estão dentro do Parque. São famílias com essa necessidade, e com essas discussões, eles vão achar um meio de estar resolvendo essa questão - Argumenta ainda que foi feita uma troca quando se implantaram a RDS Barreiro-Anhemas, que sua implantação de RDS estaria relacionada com o atendimento de energia elétrica, a troca de luz como todos dizem, e que todos aprovaram sem nem saber do que se tratava (15º Reunião RDS Barreiro-Anhemas 2011).

(...) Acrescenta ainda que o Governo quer vencer a comunidade pelo cansaço, pois até hoje não foi visto as pessoas, as famílias que ficaram nas áreas de Parque. E quem ficou em área de Parque não tem direito a nada, nem a energia elétrica e ainda é limitado ao acesso de outras coisas básicas. Finaliza dizendo que se não tivessem conquistado essa lei pra se tornar RDS, eles também estariam na mesma, e quem ficou na área de Parque tem que se juntar para agir, pois o governo não irá agir por eles (21º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2012).

(...) argumenta que a seu ver, se existir morador nas áreas do Parque, inibe as pessoas de fora a estarem invadindo a área para práticas ilegais (19º Reunião RDS Barreiro-Anhemas 2012).

(...) comenta que os moradores que estão no parque ainda continuam desamparados e em vista de não ter nenhuma previsão de atendimento da lei da criação do Mosaico, tomaram esta posição de ocupar a sede do parque para exigir da Fundação Florestal o seu cumprimento (Reunião RDS Lavras, 2010).

Ainda sobre o tema Mosaico/Papel do Estado, figuraram com certa intensidade nas discussões os subtemas relacionados ao não cumprimento da lei, à omissão, lentidão e morosidade do Estado e à falta de implantação de políticas públicas. A ocupação do Núcleo Cedro e a Comissão do Mosaico – outros subtemas discutidos - também evidenciaram a postura crítica dos membros do Conselho das RDS quanto à posição omissa e morosa do Estado no processo de implantação destas UCs.

(...) Fundação Florestal para providências em três grandes ações: realocação de moradores dos Parques para áreas de assentamento que deveriam ser adquiridas; indenizações aos moradores que fizeram opção por saída de suas ocupações das unidades de conservação, e, início da elaboração do Plano de Manejo de todas as unidades de conservação do MOJAC (12º Reunião RDS dos Quilombos, 2011).

(...) critica a atuação de órgãos do governo estadual, na medida em que exigem o cumprimento legal, quando antes era abandonado dessa preocupação, e agora fazem ser rigorosa com os que se apresentam como colaboradores da conservação ambiental. A mão de retorno em contribuição não é estendida aos comunitários. O rigor da lei sim. O uso do dinheiro dos impostos vai para todas as demandas de outras regiões, mas ao Vale do Ribeira e principalmente para agricultores familiares e comunidades tradicionais, nada vem de investimento (2º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) Aproveita e informa sobre a ocupação que realizaram no núcleo Cedro e da negociação que foi feita junto a Fundação, que fechou com três pontos prioritários. Primeiro, que as reuniões da Comissão de Implantação do MOJAC voltassem a acontecer, pois há mais de ano eles não se reuniam, e houve essa volta, como aconteceu essa reunião no dia 10 de maio em Cajati. (...) Segundo, a aquisição de área fora do Mosaico para as pessoas que ficaram completamente dentro do Parque, onde os mesmos já apresentaram propostas. Terceiro, que se inicie de imediato a elaboração do plano de manejo, pois é ele que vai debater com os moradores o que deve ser feito e como será feito (15º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

(...) afirma que os quilombos possuem mais direitos e argumenta sua insatisfação em relação à demora para resolver os problemas da comunidade, ao descaso mediante os problemas enfrentados, pois a energia elétrica é um direito de todos (2º Reunião RDS Quilombos, 2010).

Dos assuntos discutidos, 18% referem-se ainda ao tema infraestrutura, com os subtemas energia elétrica, estradas, saneamento básico e coleta de lixo dominando os debates e demonstrando a preocupação das comunidades e o desejo de que as políticas públicas fossem implantadas imediatamente nas RDS. Além disso, confirmaram o que já havia sido debatido nos conselhos dos Parques - a falta de infraestrutura como uma das maiores preocupações das comunidades. Destaca-se também a preocupação com a comunicação, a inclusão digital e a coleta seletiva de lixo em áreas longínquas como temas das reuniões, demonstrando o nível de engajamento comunitário dos conselheiros. A lentidão na chegada da energia elétrica nas comunidades também teve muito destaque entre os assuntos tratados. A revolta pela demora na execução do serviço e a comemoração pela instalação da energia elétrica - com a divulgação de um anúncio de um baile comemorativo em uma das reuniões - são duas faces de uma situação que expressam a mobilização dos participantes pelo tema.

(...) Programa de Inclusão digital - O gestor comenta ainda que obteve algumas informações importantes sobre o programa, uma delas é que, deverá ser feito o cadastro para as instituições interessadas apenas em 2012 e, serão priorizadas neste programa associações de bairro, cooperativas e instituições civis, e que disponham de espaço físico. Neste caso, apenas a comunidade da Areia Branca possui associação formalizada e, o local para abrigar este centro poderia ser a escola do bairro (11º Reunião RDS Pinheirinhos, 2011).

(...) Os conselheiros disseram que estão sendo muito passivos e que tem que sensibilizar as pessoas sobre os problemas que enfrentam aqui, devem fazer uma divulgação na imprensa sobre estes problemas, pois as estradas estão numa situação de calamidade pública, e que já não tem esperanças de melhoria e que caso necessário devem fazer uma denúncia até no Ministério Público, pois as crianças não estão conseguindo ir a escola devido a esta situação (4º Reunião RDS Pinheirinhos, 2010).

(...) reunir um grupo de mulheres e agendar uma reunião com a prefeita para discutir sobre o problemas das estradas, principalmente em relação as faltas ocasionais dos veículos que transportam os alunos pois acabam sendo prejudicados pelas faltas as aulas (5º Reunião RDS Pinheirinhos, 2010).

(...) Coleta seletiva – O conselheiro lembra que na última reunião foi comentado sobre a coleta seletiva do lixo, pois é importante que seja destinado o lixo em local adequado. O gestor comenta da possibilidade de fazer uma pequena estrutura para receber material reciclável, mas é necessário orientar as pessoas sobre este processo e saber do interesse da comunidade em participar desta iniciativa, entretanto, para que seja viabilizado, deverá fazer levantamento do custo desta estrutura (Reunião RDS 11º Pinheirinhos, 2011).

(...) relata que um dos problemas a levar a comunidade ao desânimo é o fato do processo demorado para os resultados. Afirma que embora haja perseverança, os benefícios como luz e estradas ainda são problemas na comunidade. Lembra que ao questionar um representante da Elektro se viriam a ter energia elétrica, foi respondido que restava apenas atitude a ser tomada por parte da Secretaria do Meio Ambiente (6º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) relata que a vida sem energia é de fato muito complicada, pois muitos produtos alimentícios são perdidos e os prejuízos grandes devido a isso (17º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

(...) argumenta que os jovens vão embora da Barra do Turvo, pois a mesma não possui atrativos, não se pode ligar uma TV, ter um celular, ouvir um rádio, por isso muitos vão embora, o que seria diferente a seu ver se existisse a energia elétrica no meio rural (23º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2012).

(...) aproveita para fazer seu manifesto em relação aos problemas voltados à energia elétrica: argumenta que desde o ano dois mil e cinco sofre com a ausência desta e que foi prometido que nessa copa do mundo, de dois mil e dez, iriam lograr desse direito (4º Reunião RDS-Quilombos, 2010).

(...) Em outro informe, conselheiro da comunidade do Cedro convida a todos para o baile que haverá no dia 24 de dezembro em comemoração a ligação da energia elétrica. O gestor parabeniza a comunidade Cedro pela iniciativa (21º Reunião RDS-Quilombos, 2011).

O tema Plano de Utilização representou 12% dos assuntos debatidos. Por lidar com o cotidiano das RDS e ser um instrumento formal para a implantação destas UCs, o Plano de Utilização mereceu destaque nas discussões, já que deveria ser discutido e aprovado pelos Conselhos para que tivesse valor formal. As regras para as atividades econômicas e de uso dos territórios suscitaram muitos debates entre os conselheiros, destacando-se a participação do gestor no processo para dirimir as dúvidas sobre o documento:

(...) o conselheiro diz que seria bom se todos tivessem uma cópia da lei para ter mais conhecimento das normas e para que não aconteça problemas assim, o gestor se comprometeu a deixar uma cópia dessa lei em cada comunidade (11º Reunião RDS Pinheirinhos, 2011).

(...) expõe que o plano de utilização já deveria estar aprovado pelo diretor da Fundação Florestal mas não tivemos uma resposta ainda e espera que na próxima reunião já esteja com o documento para que então possamos apresentá-lo e fazermos a discussão do que for alterado e ou acrescentado para posterior aprovação do conselho (13º Reunião RDS Pinheirinhos, 2011).

(...) concorda com a proposta e, disse que há algumas pessoas que estão hoje na reunião que tem sua área dentro do parque e gostariam que fossem incluídas na RDS para que possam ter os mesmos benefícios dos que estão na referida unidade (17º Reunião RDS Pinheirinhos, 2011).

(...) Nesse momento o conselheiro comenta sobre o Plano de Utilização também como uma lei que defende a conservação ambiental, proibindo assim, as práticas prejudiciais à regeneração de florestas, e aponta uma contradição para a comunidade, pois esta no modo como vinha fazendo, adotou a expansão dessa produção. Afirmado que o Barreiro e Anhemas são considerados locais de pecuária, requisita que seja esclarecido de diversos assuntos para os representantes e conselheiros, como parte de informações adicionais, pois afirma estarem repletos de dúvidas em determinados temas, e isso acaba dificultando no momento de trabalhar dentro da RDS (3º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) ficar bem discutido de assuntos como o que deverá ser feito com animais mortos, que devem ser destinados fora dos cursos d'água, do uso de fogo controlado para roça e pasto e providências de combate a incêndios criminosos, de cuidar dos peixes nativos e proibir pescaria por pessoas de fora da RDS, crachá de identificação dos conselheiros, uso de placas para essas regras, de comunicar a terceiros e pessoas de fora da RDS para cumprir essas regras e as Leis Ambientais. (19ª Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

(...) argumenta que se for pra deixar da forma que está informando sobre novos tanques que podem ser construídos ele está de acordo, pois a RDS é de desenvolvimento sustentável e essa atividade seria uma forma desse desenvolvimento (22º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

)
 (...) fala que a seu ver esse Plano de Utilização é o documento que estão elaborando como ferramenta deles para nortear para sempre, através do conselho por isso tem que se olhar com atenção cada regra estabelecida nele, perdendo tempo se for preciso, pois todos ali possuem famílias que futuramente precisarão se desenvolver e que se for um trabalho mal feito, quem serão os prejudicados por preguiça deles ou egoísmo, serão suas próprias famílias. Assim, como os antepassados tiveram todo cuidado de deixar essas áreas para eles, cabe a eles estarem cuidando hoje da preservação do meio ambiente e dos direitos e deveres e se comprometerem com a construção do Plano de utilização, pois quanto mais atentos com a elaboração, quanto mais informações que embase o desenvolvimento comunitário, melhor será para eles e seus descendentes (22º Reunião RDS-Quilombos, 2011).

Dos assuntos discutidos, 12% referem-se às questões ambientais gerais e aos projetos nas UCs, destacando-se o ICMS Ecológico, os projetos de recuperação ambiental e de geração de renda, a agrofloresta, criação de peixes, combate à poluição, uso de agrotóxicos, animais mortos e ao uso do fogo, incentivo à prática dos mutirões, o que evidencia as preocupações e os posicionamentos dos conselheiros.

(...) cita ocorrência de fogo, que vindo de área do Quilombo Pedra Preta, quase alcança sua área certificada pela Cooperafloresta. Fala da importância de se respeitar o meio ambiente, ter consciência nas ações, porque isso significa honrar a criação de Deus. É fundamental divulgar problemas relacionados com as ocorrências de queimadas, incêndios na região. Precisa-se avaliar como vem sendo exercida a autonomia da comunidade em referência a isto e comunica que já requereu ao gestor, que dentro da possibilidade, fosse realizada uma avaliação, monitoramento do ponto de vista aéreo (19º Reunião RD Quilombos, 2011).

(...) Que o Quilombo não é um destruidor de Terra e sim um fazedor de Terra, ajudando a Terra. Cita como da cultura fazer roças onde a vegetação está em estágio médio ou avançado de regeneração como faziam seus antepassados. Que se conste o direito de retirar alguma madeira viva como, por exemplo, canela. Sem demandas para o item das autorizações (22º Reunião RDS Quilombos, 2012).

(...) lembra que o palmito Jussara está em extinção, portanto gostaria de explorar o plantio deste. (...) também fala sobre alternativa em alta no mercado, que poderia vir a ser usada na comunidade: a polpa dos frutos da palmeira jicara (10º Reunião RDS Quilombos, 2011).

(...) fala sobre fazer uma análise dos conflitos ambientais, onde devem ser analisados os direitos humanos e os direitos do meio ambiente, podendo ser realizada uma boa proposta. Conselheiro reforça esse argumento falando que a existência desse patrimônio biológico só existe pelo fato dos quilombos cuidarem, e na fala da Ministra ouviu que o Vale do Ribeira ainda é conhecido somente como o Vale da pobreza, que escondem sua riqueza ambiental e muitas outras riquezas, como a dos Quilombos (2º Reunião RDS Quilombos, 2010).

(...) comenta que há conselheiros que defendem esse artigo, que diz sobre a defesa de espécies nativas e tem em seus tanques espécies exóticas. Pondera ainda que tudo deve estar bem claro e muito bem pensado para que não prejudique a eles mesmos (22º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2012).

(...) faz uma denúncia sobre um vizinho que está usando agrotóxico e desmatando próximo de uma nascente e solicita ao gestor que se possível faça uma visita à área para uma conversa informal com as pessoas que agem dessa forma (24º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2012).

(...) devido a várias reclamações dos moradores da RDS Quilombos de Barra do Turvo, tanto no ano passado quanto neste, sobre perdas e danos nas lavouras e criações domésticas devido a ataque de animais da fauna, está em vias de iniciar registro dessas ocorrências, tendo em vista juntar essa quantidade de informações e buscar tratá-las como demanda de ressarcimento econômico ou financeiro, que sendo bem documentada, forme um sistema de monitoramento ambiental (...) proposição por reembolso na forma de políticas públicas, incentivos ou pagamento por mais esse serviço ambiental, e assim esses prejuízos não causem antipatia aos animais da fauna (17º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

O Tema Autorizações de Roças e Manejo de Espécies Nativas aparece com 11% entre os assuntos tratados, com vários subtemas relacionados: forma de pedidos das autorizações, construção de tanque, poda e corte de árvores, desmatamento para agrofloresta, documentação para o Pronaf, roçada de pasto, agilização das vistorias, construção de casa e uso de madeira nativa. Esse tema é característico em processo de implantação de uma RDS e a demora para a concessão das autorizações também foi alvo de muitas críticas, mesmo que tenham ocorrido várias delas no processo.

(...) Associação Nova Esperança Quilombola do Cedro de aprovação do conselho para o corte de uma árvore morta junto a capela e o centro comunitário desta, e que os riscos de queda aumentam devido a essa situação. A aprovação é defendida tanto por esses argumentos, da conformidade ambiental e legal, como pela aceitação da condição de plantio de reposição de dez mudas dessa mesma espécie: Araucária. (1º Reunião RDS Quilombos, 2010).

(...) a manifesta seu desejo de aceleração do ritmo de vistorias para as respectivas autorizações das roças. (...) questiona sobre o prazo para as autorizações e da possibilidade de prorrogação para um ano e meio (4º Reunião RDS Quilombos, 2010).

(...) sugere que se houver jacatirão no lote do morador, este poderá fazer a exploração na própria área mas, que também deve ser feito um plano de exploração.

O gestor propõe seja apresentada na próxima reunião uma proposta de plano de manejo do jacatirão e, assim, fazer o planejamento da exploração (12º Reunião RDS Lavras, 2011).

(...) O gestor então informa aos presentes que para qualquer tipo de solicitação ou pedido a Fundação Florestal abre um processo e que essa demanda é muito grande porém, há poucos funcionários para analisar estes processos e, que muitas vezes não dependem somente da instituição, pois são encaminhados a outros órgãos para manifestarem a respeito do pedido. (...) pergunta se o Termo de Compromisso já saiu para as pessoas que estão dentro do Parque (10º Reunião RDS Lavras, 2011).

(...)a autorização para podar uma árvore localizada nas proximidades da casa com a justificativa pela ameaça de cair galho sobre essa, que sem restrição do ponto de vista ambiental e ao Plano de Utilização, os conselheiros aprovam. O próximo pedido é referente a intervenção em capoeira para instalar área de produção agroflorestal em cerca de três mil metros quadrados, e sendo com os critérios ambientais exigidos também pela Cooperafloresta, os conselheiros aprovam autorização. Também é solicitada a autorização para atualização de documentos quanto a sua área de ocupação, conforme mudança ocorrida a mais de três anos, com a finalidade de facilitar obtenção dos benefícios e acessos a programas como PAA, PRONAF, Previdência Social (7º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) a solicitação para roçada de pasto em cerca de cinco hectares. A vegetação a ser roçada no pasto formado e manejado se constitui de assapeixe e outras espécies pioneiras que prejudicam as forrageiras e de pastagem, sem se constituir dano ambiental. A solicitação é aprovada pelos conselheiros (17º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

O papel do Conselho e seu funcionamento foi tema presente entre os assuntos discutidos (9%). Foram citados: o esforço em se reunir mensalmente, a importância do Conselho, os avanços, a participação social, a análise de seu funcionamento, a falta de estrutura e autonomia do Conselho e a dicotomia entre o que é debatido na base (Conselhos) e a falta de retorno das demandas por parte da Fundação Florestal (SMA/São Paulo). Sobre este último aspecto ficou evidenciado o desânimo por parte dos conselheiros, mas, por outro lado, foi destacado que o funcionamento do Conselho traz uma diversidade de informações e proporciona oportunidade de formação de seus membros e participantes, transformando o Conselho em uma importante ferramenta de implantação das RDS. É neste fórum que se dá, na prática, a gestão da área. É onde se pode conferir as transformações que a região vem vivendo. É um espaço onde a comunidade local pode expressar suas necessidades, ter voz ativa, questionar e cobrar a ação do Estado.

(...)O conselheiro pede a palavra e se diz indignado pela falta de estrutura e espaço que temos para fazer as reuniões, pois, temos arrumar um lugar, emprestando a casa dos outros, expondo a necessidade urgente de uma sede própria, pois, evitaria este transtorno e não podemos continuar nesta situação, pois ficamos sempre na dependência da escolinha do Lavras para as reuniões (5º Reunião RDS Lavras, 2010).

(...)O conselheiro discorda pois, temos que acreditar, sabemos que é difícil que as coisas aconteçam mas, hoje finalmente uma boa notícia da autorização aqui para a comunidade dos Pinheirinhos das Dúvidas e, ressalta da importância de participar

das reuniões que estão sendo realizadas com a Elektro pois, eu também ficava desanimado quando comecei a participar destas reuniões pois, achava que não iria dar em nada mas, vejo que houve muitos avanços e, é nestas reuniões ficamos sabendo qual a posição da empresa sobre as pendências das ligações onde, temos espaço para fazer nossas reclamações e pedir que sejamos atendidos (7º Reunião RDS Pinheirinhos, 2010).

(...) Acrescenta que se houver investimento na RDS, não haverá tantos gastos com fiscalizações e policiamentos, pois os problemas apresentados seriam resolvidos diretamente no conselho, se assim fosse permitido (3º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) Nesse instante cita que o conselho é prova de que mesmo em procedimento demorado, funciona, e que as informações de deliberações da ponte serviram para motivar e passar a certeza de que ainda haverá novas deliberações para o bem da comunidade (6º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010)

(...)comenta que alguns conselheiros não estão assumindo o devido e fiel compromisso com as reuniões, e assim com o próprio conselho, seus membros e para com a comunidade, e desse modo deixando de contribuir para com a RDS (8º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) cita o modelo capitalista e individualista da sociedade que puxa para que não tenha esse processo de organização, integração, debates e desenvolvimento. Essa mudança na forma de dialogar de discutir tem tido um grande avanço, pois antigamente dependendo do que era discutido na reunião não conseguia debater ou chegar a algum acordo. Já nos dias de hoje tiveram grande avanço num processo de participação contínuo, dando importância aos avanços e se colocar numa balança os benefícios que já foram trazidos para comunidade da pra se ter uma noção devido à quantidade de pessoas que diminuíram no judiciário de Jacupiranga, a redução das multas, do desmatamento. Tudo porque está tendo um diálogo (12º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

(...) acrescenta que o conselho a seu ver é uma escola de aprendizagem, onde eles estão aprendendo como fazer o certo, e trabalhar com a sociedade, mas não apontar o que está errado, porque isso é papel do Estado e não deles (...) (18º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2011).

(...) demonstrando-se muito esgotada com essa situação, afirma que se não for solucionado o problema, buscará reunir e decidir com outras comunidades para que venha a findar as reuniões de conselho (5º Reunião RDS Quilombos, 2010).

A questão fundiária aparece com 8% entre os assuntos tratados, apresentando subtemas referentes à realocação, indenização para os moradores que ainda permaneceram no Parque e a revisão dos limites das RDS Barreiro-Anhemas e Pinheirinhos. Esses temas praticamente não apareceram na RDS dos Quilombos, pois nesta UC a questão fundiária está sendo encaminhada, embora ainda falte a titulação do Território Quilombola. Apesar da relevância, o tema não apareceu nas reuniões do Conselho da RDS, pois é tratado nas Assembleias das Associações Quilombolas. A questão da realocação dos moradores do Parque para a RDS Lavras foi o tema que dominou as discussões dessa RDS, já que a mesma foi criada para receber os moradores do Parque. O processo foi longo. Por mais de um ano o assunto foi debatido, a documentação foi e voltou da sede da Fundação Florestal por várias

vezes, provocando uma demora que fez até com que um dos beneficiários desistisse de ser realocado.

(...) O gestor expõe sobre o andamento do processo de realocação dos moradores e, relata que a última informação que teve da gerência da Fundação Florestal foi que o processo já tinha sido encaminhado para o diretor executivo e, que este determinou que fosse feita análise e avaliação pelo núcleo de regularização fundiária da Fundação Florestal.(...) propôs de sair uma deliberação do conselho para ser encaminhada a Fundação Florestal para que informe formalmente como esta a situação do processo e também cobrar que o mesmo seja agilizado. (...) então pede para os conselheiros manifestarem sobre a proposta e, todos os membros acatam e deliberam pelo encaminhamento do documento ao órgão gestor (6º Reunião RDS Lavras, 2010).

(...) O conselheiro questiona sobre a demora da realocação pois, não conseguimos planejar nossas atividades. (...) propõe de montar uma comissão de moradores para ir a São Paulo se reunir com a gerência da Fundação Florestal (10º Reunião RDS Lavras, 2010).

(...)comenta o quanto seria importante para eles se a realocação fosse logo iniciada, pois como pequenos produtores necessitam da terra para produzir e quem esta dentro do Parque ainda não tem como cultivar, não ter estradas, e ter a insegurança de fazer alguma coisa e no tempo de colher não poder, e quem já está na RDS fica na espera dos demais para que o grupo cresça logo e que a produção agrícola seja maior, para atender essas demandas escolares (10º Reunião RDS Lavras, 2010).

(...)O gestor informa que houve a desistência de realocação do (...) e do (...) portanto, abriram-se mais duas vagas na RDS de Lavras para moradores do parque e que devido a greve nos correios atrasou o encaminhamento do processo. Ressalta como a desistência ocorreu após a reunião do conselho, atrasando ainda mais a remessa do processo pois, tivemos que elaborar uma declaração e coletar a assinatura dele para fazer o encaminhamento dos autos a Fundação Florestal. O gestor relatou ainda que o processo retornou da fundação Florestal há poucos dias e que, foi orientado pelo jurídico, coletar as rubricas das testemunhas nas folhas do termo de compromisso feito isso, o processo será novamente encaminhado para gerência portanto, ainda levará alguns dias para que seja assinado o documento pelo diretor executivo (13º Reunião RDS Lavras, 2011).

(...)O conselheiro diz que existe o problemas de divisas, assim muitas áreas de moradores tradicionais ficaram fora da RDS e que, portanto, continuam em área do parque, ressalta da necessidade de apoio para que estas famílias possam ser atendidas e o gestor comenta que essa questão será abordada no Plano de Manejo a ser implantado em todo o Mosaico do Jacupiranga (...) (5º Reunião RDS Pinheirinhos, 2010).

(...)O conselheiro apresentou proposta de ampliar a área de abrangência da RDS dos Pinheirinhos de forma a incluir uma faixa do parque onde estão alguns moradores tradicionais para que também possam ser beneficiários (13º Reunião RDS Pinheirinhos, 2011).

Entre os assuntos, 4% referem-se aos conflitos existentes na área, destacando-se subtemas como o sentimento de perda da posse da terra, impasse com a suspensão das votações e reuniões para se definir a questão dos documentos de posse das áreas, a restrição ao direito de posse, as dúvidas relativas à condição de ser ou não morador tradicional, a relação da comunidade com a fiscalização ambiental, e a burocracia de ter de pedir autorização para toda e qualquer atividade - esse último apenas na RDS Barreiro-Anhemas.

(...) relata se sentir dono de suas terras, mas afirma ter perdido a liberdade para a argumentação, uma vez que suas terras estão em posse do poder público....traz à memória o histórico da região, contado pelos mais antigos daqui, que lembram casos onde seus antepassados morreram em prol das terras, hoje sob esse (...)tipo de posse. Afirma que o modo de implantação da RDS irá resultar na falta de respeito para com os moradores e complementa que os assuntos que não foram fortalecidos deverão ser discutidos, sendo necessárias tais ocorrências para que venha a se tornar exemplo de RDS desenvolvida (6º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...)Nesse instante, os conselheiros expressam a necessidade de suspender as votações do conselho para que as decisões quanto ao Plano de Utilização fossem paralisadas até que os assuntos referentes às documentações das propriedades fossem esclarecidos. O gestor explica que não se devem parar os processos da RDS, uma vez que estes são tão importantes para o andamento das atividades das comunidades (6º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) afirma concordar com a opinião (...), e que a comunidade teme cair numa armadilha, por não serem enquadrados no perfil de morador tradicional, e assim, não defendidos por lei. Explica que sente-se restringido no que diz respeito ao direito de posse de terras (6º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...) argumenta que a maior parte dos presentes voltará para suas casas com dúvidas, uma vez que a maioria ainda não se identificou com o perfil de morador tradicional, uma vez que a situação destes ainda não foi decidida (6º Reunião RDS-Barreiro Anhemas, 2010).

(...)Cita que as áreas são registradas pelos seus ancestrais e que é importante que todas as dúvidas sejam colocadas abaixo, através das documentações, e cujas até o momento não foram apresentadas. (6º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

(...)argumenta que sendo já garantida a roçada anual para roça de subsistência de tradicionais e agricultores familiares, pela Lei da Mata Atlântica, sente dúvidas se é necessário pedir as autorizações para o órgão gestor, nesse caso a Fundação Florestal. Gestor explica que há o sistema de autorizações para roças tradicionais a ser implantado, e que tendo a validade para cinco anos, virá a facilitar a vida dos agricultores, além de valorizar essa prática de produção tradicional, contribuindo com certificação e agregação de valor quando da comercialização dos excedentes dessa produção, também facilitará o funcionamento desse Conselho Deliberativo (8º Reunião RDS Barreiro-Anhemas, 2010).

Considerações sobre a análise das ATAS

A análise das atas possibilita considerar que houve e está havendo um processo rico de debates no Mosaico, com críticas, tomada de posições e busca por encaminhamentos de soluções para as questões do cotidiano das UCs. Os temas da implantação das Unidades de Conservação e a efetiva implantação de políticas públicas foram a tônica das reuniões. Há o consenso de que o poder público, caracterizado na região de estudo pela Fundação Florestal/SMA, as Prefeituras e o governo federal (no caso específico do Programa Luz para Todos), não vem cumprindo o seu papel conforme esperado pelas comunidades envolvidas. Várias razões para esse entendimento podem ser apontadas.

A Fundação Florestal (SMA/SP), por tratar com excessiva lentidão os assuntos por ela própria demandados. Todos os processos encaminhados à sede em São Paulo levam pelo menos um ano para retornarem à gestão das UCs e, quando retornam, não apresentam respostas conclusivas. Além disso, o órgão tem alocado poucos recursos financeiros e humanos para a implantação do Mosaico, ficando os gestores sem a estrutura mínima necessária para trabalhar e com excesso de áreas para gerir.

As Prefeituras Municipais, por sua vez, não apresentam ações concretas para atendimento às demandas por manutenção das estradas, implantação de rede de saneamento, serviço adequado de coleta de resíduos, entre outros, o que provoca o questionamento constante dos representantes das comunidades nas reuniões dos Conselhos.

Em relação ao Programa Luz para Todos, a crítica também é frequente quanto à lentidão da instalação da energia elétrica nas comunidades, já que desde junho de 2008 está autorizada pela Fundação Florestal a instalação do serviço para mais de 1.000 moradias. Mas, até o início do primeiro semestre de 2012, apenas 300 ligações haviam sido executadas.

Há o consenso de que a situação de quem permaneceu nos Parques precisa ser resolvida com urgência, por meio da indenização, realocação ou com a alteração dos limites das áreas dos Parques, além do aumento das UCs de Uso Sustentável através da elaboração do Plano de Manejo, onde consta o instrumento legal para efetivar essa demanda.

Enfim, a partir da análise documental e do processo em curso, pode-se considerar que:

- o funcionamento efetivo dos conselhos é um dos principais instrumentos de implantação do Mosaico e da prática da gestão compartilhada das UCs;
- o processo participativo trouxe um avanço reconhecido pelos participantes que se manifestaram, expuseram e ajudaram a construir o Mosaico. A conquista de espaço com a formação de nove conselhos gestores no Mosaico, em face de um conselho consultivo único que havia anteriormente, é uma possibilidade concreta de uma nova governança na região;

- a questão central da proteção ambiental acentuou os conflitos fundiários. É a matriz, o pano de fundo da maior parte da insegurança social e da negligência do poder público. Toda vez que este assunto é pautado pelos sujeitos envolvidos, retomam os velhos paradigmas da conservação. Ou seja, a proteção ambiental não pode fechar as portas para as principais questões sociais locais;

- as constantes e recorrentes reivindicações dos moradores das APAs e RDS demonstram que essas modalidades de UCs ainda são tratadas pelo Estado como o segundo escalão da proteção, condição semelhante à existente no País como um todo;

- apesar da participação, das negociações e consensos, ainda não há uma plena satisfação quanto às soluções encontradas. Uma parcela dos representantes demonstra que a solução do Mosaico, apesar de bem-vinda, não satisfaz a todos, já que a questão da permanência de sítios nos Parques ainda continua limitando a posse, o acesso e seu uso.

- é notório o esforço coletivo empreendido por gestores e as comunidades envolvidas de construir pontes que possibilitem a concretização desse novo Território, onde se consiga garantir a conservação da área em concomitância com a garantia de que as comunidades também possam viver e desenvolver as atividades produtivas locais de forma sustentável.

3.4- ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS DO MOSAICO

Em continuidade ao trabalho de análise do processo de criação do MOJAC, foram realizadas 13 entrevistas com lideranças comunitárias e sindicais, técnicos e gestores locais que participaram e ainda atuam no processo. No segmento governamental, foram entrevistados gestores de RDS estaduais (Barra do Turvo e Cananéia), de RESEX federal (Cananéia), e representante de Prefeitura (Cajati). Da sociedade civil foram ouvidos representantes de sindicatos de trabalhadores rurais (Barra do Turvo e Cajati), de organizações não governamentais (Cajati, Barra do Turvo, Eldorado e Cananéia), além de um representante comunitário que também atua como agente de saúde e é vereador (Barra do Turvo). Todos os entrevistados são ou foram conselheiros de UCs do Mosaico. As entrevistas foram realizadas pessoalmente pelo pesquisador e via internet.

No questionário semiestruturado com perguntas abertas foram abordadas a participação de cada liderança no processo, a análise sobre o processo de elaboração da proposta do Mosaico e da participação da sociedade civil, além da avaliação dos principais conflitos e do processo de implantação do Mosaico.

A maioria dos entrevistados considerou que o processo consistiu em um modo de buscar e encaminhar propostas de soluções para os conflitos que se arrastavam há anos na região. Destacaram o histórico da criação do Mosaico, ressaltando a importância da organização da sociedade civil, especialmente dos agricultores familiares, do movimento sindical e da iniciativa de proposição do primeiro projeto de lei aprovado na ALESP, propondo a revisão dos limites do antigo PEJ. Porém, alguns questionamentos foram feitos, especialmente sobre a forma de estabelecimento das RDS e RESEX, por terem sido criadas em um processo inverso do previsto na lei do SNUC.

O processo de criação do Mosaico foi conquistado com a determinação do STR de Cajati de mudarmos as divisas do Parque Jacupiranga através da criação de Lei Estadual pela ALESP e a parceria com o deputado Hamilton Pereira. Como a Assembleia aprovou a lei e estava articulada a derrubada do possível veto, o governador Geraldo Alckmin, ao vetar o projeto, propõe a criação de um GT para elaboração de uma nova lei que culminou na Lei do Mosaico (Entrevista liderança, 2012).

A história do Mosaico é um processo antigo, construído pelos moradores das áreas inseridas no antigo PEJ. Foi um modelo inédito de construção de projeto de lei, com participação da sociedade civil, transparente, democrático. Tudo começou com a iniciativa do movimento sindical dos agricultores e trabalhadores rurais. No 1º Encontro da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira, realizado em 2001, foi deliberada a apresentação de um projeto de lei para mudar os limites do PEJ e o deputado estadual Hamilton Pereira encabeçou a proposta. O projeto foi aprovado na Assembleia, mas vetado pelo governador (Entrevista liderança, 2012).

Nossa luta vem desde 94, quando criamos a Comissão de Moradores de UCs do Estado de São Paulo. Fizemos diversas reuniões com secretários e ex-secretários do Meio Ambiente, sem resultado. Sempre fomos enrolados. Aí foi necessário fundar um sindicato regional (Sintravale) para organizar a nossa luta. Em 2003, encaminhamos o projeto de lei construído junto com o deputado Hamilton Pereira. O projeto de lei mexeu com o governo do Estado, foi aprovado e logo depois o governador vetou. A partir daí mobilizamos as lideranças das comunidades para a derrubada do veto do governador. Diante da pressão das comunidades, o governo recuou e propôs o Grupo de Trabalho para um novo projeto (Entrevista liderança, 2012).

O Mosaico resultou de um longo processo. Este foi inicialmente marcado pelo conflito e falta total de diálogo entre as autoridades e as populações residentes no antigo Parque Estadual do Jacupiranga. Nestes tempos iniciais a revolta foi canalizada por diversas ações de protesto e proposição de uma nova ordem sob a liderança destacada do Sintravale. As ações de esclarecimento e protesto contribuíram localmente e num âmbito mais amplo se articularam a outras, visando evidenciar o problema. Localmente foi fundamental o projeto de lei do deputado Hamilton Pereira aprovado pela Assembleia e vetado pelo governador do Estado, mas que levou o governador a convocar um grupo de trabalho para elaborar a lei que instituiu o Mosaico do Jacupiranga. Desta maneira, a meu ver, a construção do Mosaico é uma conquista da sociedade civil organizada (Entrevista liderança, 2012).

(...) Havia justificativas para a recategorização do Parque Estadual de Jacupiranga, pelos inúmeros bairros rurais, população, imóveis, estradas e demais infraestrutura e atividades que não condiziam com a categoria da unidade de conservação. Neste sentido foi muito interessante o processo de discussão; mas o Grupo de Trabalho, na criação do Mosaico, como a visão é de que a área protegida inicial, na categoria de

proteção integral, não poderia ser diminuída, outras áreas, principalmente as áreas litorâneas, foram incluídas como parques, sem uma discussão mais aprofundada, englobando áreas de uso de caíças. Outra questão é que foram criadas algumas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como Reserva do Desenvolvimento Sustentável e Reserva Extrativista, no sentido inverso de seu modelo de criação, ou seja, da intenção do poder público para as comunidades, quando, neste tipo de unidade de conservação, são os interesses das comunidades locais que iniciam o processo de criação. Esta questão em particular vai ter consequências danosas na gestão da unidade, por sua legitimidade no território e na participação das comunidades envolvidas (Entrevista gestor, 2012).

Em relação à participação da população no processo, a avaliação é de que o período de debate foi curto e rápido para que houvesse uma participação mais qualificada. A maioria avaliou que a participação das lideranças foi intensa, mas que apenas uma parte dos moradores participou do processo. As lideranças de Barra do Turvo e Cajati foram mais incisivas na avaliação de que a participação aconteceu de forma efetiva, porém também consideram que as comunidades tradicionais - em especial as de Eldorado e Cananéia - não saíram plenamente satisfeitas. Foi destacado ainda que o debate ocorrido nas reuniões do Conselho do PEJ/PERT contribuiu para qualificar a participação dos moradores, mas foi ressaltado como negativo o processo de discussão do Mosaico na região de Cananéia.

Em decorrência de diversos fatores, a participação foi bastante grande, num contexto poucos anos antes marcado pela total falta de respeito e diálogo com a população (Entrevista liderança, 2012).

A discussão ambiental era levada junto de outras discussões (Previdência Social, aposentadoria, etc) no sindicato e nas reuniões específicas da questão ambiental também se discutia as outras coisas. Muitas reuniões foram feitas e o assunto da mudança do Parque sempre esteve presente. Foi uma trajetória de muita mobilização. Não foi uma participação como deveria ser, razoável em algumas comunidades, mais intensa em outras. No final, sem dúvida, houve muita discussão (Entrevista liderança, 2012).

As lideranças participaram mais do processo. Acredito que cerca de 50% das comunidades de Barra do Turvo participaram do processo, por causa do prazo, que foi rápido, não foi possível envolver a todos os moradores no processo. Houve mais participação das lideranças, vereadores, prefeitos. Através do Conselho do Parque foi possível debater as propostas de forma negociada. Mas as comunidades quilombolas não saíram plenamente satisfeitas com a negociação, ainda reclamam, pois cederam terra pelo programa de energia elétrica (Entrevista liderança, 2012).

Para a época, acompanhando uma ou outra reunião mais regionalizada, a impressão que se tinha era de boa representatividade das comunidades, e em vista da participação de representantes e sua capacidade de interlocução, também se esperava uma organicidade maior dessas atuações políticas de cidadãos comunitários, de associações civis, e mesmo de representantes da política dos municípios envolvidos. Hoje nota-se mais dessas lacunas, algumas até justificadas na ausência de organizações locais para algumas comunidades e que hoje ainda professam alguma discordância com os andamentos e determinações dadas na lei do MOJAC (Entrevista gestor, 2012).

Em Cananéia foram realizadas várias reuniões num curto período de tempo, um tanto em cima da hora também. Prova disso, é que a RDS do Itapanhapima fora registrada com o nome errado e até hoje se questiona o grau de consciência dos moradores e usuários da RESEX do Taquari e RDS já mencionada sobre o que realmente é a conquista que têm em mãos (Entrevista liderança, 2012).

É impossível negar a predisposição de alguns representantes do governo e órgãos ambientais para fazer todas as reuniões que foram solicitadas por comunitários neste curto espaço de tempo. Mas, o tempo de resposta das comunidades menos organizadas nem sempre é rápido o suficiente para que haja resposta pronta a este tipo de mudança. Algumas comunidades de Cananéia sequer sabem que houve alteração na sua categoria de proteção (Entrevista liderança, 2012).

A participação das comunidades tradicionais foi insuficiente para obter mais informações e ter opinião e condições de decidir sobre o processo que estava em curso. Evidente que, em alguns casos, este processo foi mais discutido e melhor esclarecido. Mas não ficou suficientemente esclarecido no processo como seria a gestão e os instrumentos para os quilombolas (Entrevista liderança, 2012).

(...) Poucos encontros com as comunidades no processo de implantação, tendo em vista que as comunidades têm diferentes graus de organização, creio eu que um ou dois encontros sejam insuficientes para fazer compreender e encaminhar questões com este tipo de complexidade (Entrevista liderança, 2012).

Em relação aos Conselhos das Unidades, os entrevistados consideram que os fóruns existentes estão funcionando, porém cobram a instalação dos Conselhos das APAs, que ainda não ocorreu. A maioria enfatiza a importância dos conselhos como instâncias de participação, mas há demanda pela capacitação dos conselheiros. A maioria também considera importante a criação do Conselho do Mosaico e critica a morosidade do Estado em implantá-lo.

No início da implantação foi interessante a participação nos conselhos. Hoje avalio que os conselhos funcionam, mas a participação vem diminuindo por causa da falta de compromisso do Estado, que está muito moroso. Os planos de utilização das RDS foram bem discutidos. Porém há conflitos até hoje, por exemplo, com as atividades de produção que foram restritas (Entrevista liderança, 2012).

(...) O Conselho Deliberativo da RESEX do Tumba se reúne a cada dois meses e tem encaminhado propostas, principalmente para a pesca, bastante interessantes (Entrevista liderança, 2012).

Os conselhos têm sido um bom espaço de discussão, mas é preciso criar mecanismos de capacitação e ter mais legitimidade. Têm representantes que são praticamente representantes de si mesmos, não representam nenhuma organização e acabam defendendo interesses particulares por não representarem grupos organizados. (Entrevista liderança, 2012).

Os conselhos foram construídos de forma participativa. Envolvendo a comunidade. Precisa trabalhar agora a preparação dos conselheiros, sobre o papel de cada um, a dimensão do trabalho. É um processo contínuo que precisa ser aperfeiçoado para a sociedade se apoderar dessa importante ferramenta de participação (Entrevista liderança, 2012).

Em muitas comunidades ainda é indispensável um grande trabalho de formação e de uma educação ambiental prática e propositiva, que possibilite a construção de compromissos com um processo no qual a melhoria de vida da população decorra de uma postura de pertencimento à natureza e da regeneração e conservação ambiental (Entrevista liderança, 2012).

Alguns conselhos até hoje não privilegiam a participação popular, e sim, apenas dos representantes eleitos, isso fará com que a apropriação do processo pelas comunidades de interior e entorno das UCs demore ainda mais a acontecer. (Entrevista liderança, 2012).

É importante ter o Conselho do Mosaico e necessário para se ter um espaço de cobrança de fato do Mosaico, pois ele pode ser mais representativo envolvendo mais os seis municípios, e contribuir para o funcionamento do Mosaico. Abrange uma área maior. É interessante (Entrevista liderança, 2012).

Embora me pareça correto que cada unidade deva ter um conselho para debater seus problemas específicos, acredito que uma instância mais ampla contribuiria com: a) o desenvolvimento de uma visão mais ampla e estratégica sobre diversos aspectos da conservação e do desenvolvimento sustentável na região; b) o papel de cada unidade e de cada Conselho; c) as trocas e permeabilidade das experiências entre as diversas unidades (Entrevista liderança, 2012).

Para a maioria das lideranças entrevistadas, as mudanças trazidas com a criação do Mosaico abriram várias possibilidades às comunidades. Como benefícios da lei, foram apontados: a garantia do direito das famílias de permanecerem com tranquilidade em suas terras; o fortalecimento do diálogo; a possibilidade de as comunidades terem acesso a serviços públicos; a abertura para parcerias e elaboração de projetos locais; a criação do espaço dos conselhos como lugar de debate, negociação, decisão colegiada e responsabilidade compartilhada; a possibilidade de integração entre as unidades de gestão e de realização do planejamento conjunto; a implantação de políticas apropriadas para as comunidades; e a disponibilização de informação mais frequente pela presença dos gestores nas áreas.

Nesta linha de análise, quando solicitados a relacionarem os pontos positivos da criação do Mosaico, os entrevistados do setor governamental ressaltaram que o processo trouxe diversos avanços, como a garantia da segurança aos moradores, a possibilidade de realização do planejamento regional e a implantação dos Conselhos, possibilitando a aproximação da gestão das unidades com as comunidades.

Os representantes das organizações não governamentais consideram como pontos positivos a conquista das autorizações para roça, uso de madeira morta, manutenção das estradas, construção e reforma de casas e a energia elétrica; a diminuição nas autuações ambientais; a redução dos conflitos; a predisposição ao diálogo e à cooperação; a instalação e o funcionamento dos conselhos; a criação de áreas de uso sustentável; a maior presença de técnicos nas áreas e dispostos a encaminhar as demandas das comunidades; os acordos de uso do território para a prática da agricultura tradicional; o apoio aos viveiros comunitários; a nova postura da fiscalização – mais orientativa do que repressiva - e a clareza, para os moradores, de que agora podem usar o território sem pressão.

No caso da região de Barra do Turvo, outro aspecto foi levantado pelas lideranças locais: com a criação do Mosaico, a BR-116, considerada a região mais nobre do município do ponto de vista econômico, pode contribuir para a geração de empregos, pois como boa parte dessa área foi transformada em APA, poderá ser feita a implantação de postos de serviços, o que não era possível na época do PEJ.

No aspecto da conservação, os entrevistados apontam os avanços obtidos com o processo de criação do Mosaico, destacando-se entre eles a construção de alianças com as comunidades para a conservação e a abertura de possibilidades de execução de ações de desenvolvimento local que contribuam para a melhoria da conservação da área e da qualidade de vida dos moradores.

Quando se faz parcerias com as comunidades locais e elas estão envolvidas com a Unidade de Conservação, você cria um elo de amizade que acaba se transformando em verdadeiros fiscais que auxiliam o órgão gestor na proteção da UC. (Entrevista gestor, 2012).

Estagnou o desmatamento, porém precisa recuperar o que foi destruído e ter políticas para isso. A conscientização está bem maior. Todo o processo de discussão feito nos conselhos trouxe mais consciência dos deveres em relação à conservação. Antigamente não tinha isso (Entrevista liderança, 2012).

A comunidade está mais consciente para recuperar o meio ambiente. Isso é um ponto positivo (Entrevista liderança, 2012).

As áreas que estavam sendo degradadas de forma avançada estão sendo melhor tratadas...(...) além do melhor entendimento das comunidades de que preservar é necessário (Entrevista liderança, 2012).

Com certeza melhorou a conservação. O conceito de 12 anos atrás era desmatar. Hoje, até árvore estão plantando nas comunidades (Entrevista liderança, 2012).

(...) A apropriação do espaço. (...) Mais órgãos e pessoas para monitorar, discutir, avaliar e fiscalizar explorações irregulares. Mais discussão sobre alternativas econômicas entre populações que utilizam dos recursos naturais presentes na área com apresentação de algumas soluções, ainda pequenas, mais importantes. (Entrevista liderança, 2012).

(...) A possibilidade de ter as comunidades como parceiras para cuidar das diversas UCs do Mosaico (Entrevista gestor, 2012).

(...) Garantiu a permanência das matas em uma área superior à do antigo PEJ e a aproximação e mudança de ação dos agentes do Estado (Entrevista liderança, 2012).

Há melhor entendimento de conceitos de conservação, e aproximação dessas conceituações ao modo tradicional das comunidades. Os compromissos que a legislação determina em boa medida estão cumpridos pelas famílias, e estas, asseguradas então pela letra da lei, acabam obtendo essa compreensão que do local forma essa ideia que a lei trata como geral. Conservação de fato, considerando os compromissos assumidos pelas comunidades nos Planos de Utilização (Entrevista gestor, 2012).

Em referência aos conflitos existentes antes e depois da aprovação da lei do Mosaico, os entrevistados ressaltaram o que as comunidades também já expressaram. Antes do Mosaico, os conflitos decorriam da sobreposição da área do PEJ no território de uso das comunidades, da fiscalização ambiental sobre as atividades dos moradores e da interferência do Parque na vida e no trabalho das comunidades, restringindo o atendimento às suas necessidades básicas. Durante o processo de discussão da lei, o embate se deu sobre o território que iria ficar fora ou dentro das UCs e também pelo tipo de categoria de UC que seria definida na lei para cada área.

O grande conflito de fundo é que o PEJ era visto apenas como um problema, uma interferência injusta e indevida na vida da população (Entrevista liderança, 2012).

Os conflitos apareceram por conta, principalmente, do interesse em manter a posse da terra ocupada ou, no caso dos municípios, que poderiam perder arrecadação com o ICMS Verde (Entrevista liderança, 2012).

Durante décadas, fomos tratados como invasores (...). A falta de política do Estado na questão fundiária e os interesses particulares dos moradores (...) A população que vinha de fora adquiria área no PEJ sem saber que era uma UC. Os moradores começavam a fazer as suas atividades e eram autuados. Era muita desinformação na região. E a fiscalização agia de forma repressiva e não de orientação (Entrevista liderança, 2012).

O conflito de interesses entre moradores tradicionais e usuários das comunidades pesqueiras que foram transformadas em UCs de uso sustentável (Entrevista liderança, 2012).

Os conflitos maiores estão relacionados à sobreposição do Parque sobre os territórios quilombolas e o uso de recursos de extrativismo de dentro do Parque. Com a criação e implantação do Mosaico, parte destes conflitos tende a diminuir (Entrevista liderança, 2012).

Após a edição da lei, as lideranças avaliam que permanece o conflito fundiário, com a inexistência de uma política de reassentamento ou regularização fundiária na região. Além disso, ressaltam a falta de cumprimento da lei no que diz respeito à não elaboração do plano de manejo – onde os limites das UCs poderiam ser rediscutidos - e a falta de investimentos na região por parte do Estado. Também destacaram a dificuldade de compreensão, por parte das comunidades, do significado de uma RDS.

O maior conflito está relacionado à falta de agenda de implantação do Mosaico (Entrevista liderança, 2012).

(...) O processo de realocação e indenização está parado. (...) das demandas já apresentadas pelo sindicato até agora só o georreferenciamento está funcionando. O sindicato fez um cadastro de 80 agricultores que queriam ser realocados do Parque e 25 que queriam ser indenizados (Entrevista liderança, 2012).

Nas RDS os fazendeiros reclamam, não entenderam a importância das RDS. A comunidade espera a verdadeira implantação da RDS (Entrevista liderança, 2012).

Na RDS Quilombos de Barra do Turvo há emergência de elaboração e consolidação de gestão que se fundamente no respeito à autonomia quilombola e também não seja tão geradora de restrição pelo aspecto de cumprimento dos propósitos da conservação ambiental (...) Ligada a esse foco de conflito está a insegura situação sentida por essas populações tradicionais pela falta de titulação de seus territórios. (...) Outro conflito é a presença de terceiros, até mesmo com sobreposição sobre áreas já objeto de indenizações indiretas. Na RDSBA há o conflito do ponto de vista da população de agricultores tradicionais familiares, que não tiveram ainda uma apreensão suficiente dessa condição de beneficiários que terão títulos de concessão de direito real de uso, personalidade de direito estranha em vista da comum e corrente tradição de propriedade da terra, mesmo quando estão na condição de posseiros históricos, em áreas públicas. Reconhecem a vantagem do afastamento do Parque, mas acreditam ainda que há muito de restrição principalmente nessa possibilidade de transação de suas áreas. Disso decorrem situações conflituosas, de compra e venda de porções de áreas. Relacionada com a RDSBA há também a demanda de áreas que deveriam ser oferecidas aos ainda posseiros tradicionais (das famílias tradicionais da Unidade) que ocupam área do PERT. Conflito na RDSBA também é a presença de terceiros que necessitam ter suas ocupações retomadas, com ações de reintegração de posse, e disponibilização dessas áreas para essas demandas apontadas. (Entrevista gestor, 2012).

Existem conflitos até hoje. Conceitualmente o MOJAC garante direitos, mas também traz obrigações do Estado, que não está preocupado em resolver. Aí gera o conflito. Com esse cronograma, por exemplo, de instalação da energia elétrica, só vão conseguir ligar energia para todo mundo daqui a 20 anos. Deve haver ações integradas entre prefeituras e os governos (estadual e federal) para acelerar as ligações de energia elétrica, evitar esse conflito de interesse político e atender ao anseio das comunidades (Entrevista liderança, 2012).

O conflito básico em uma unidade de conservação é também um conflito básico para a humanidade no Planeta Terra. Ele decorre da falta de uma visão orgânica e espiritual da vida no planeta. Se esta visão fosse desenvolvida todos reconheceriam que a produtividade dos solos e a riqueza do planeta e de cada lugar decorrem do bom e natural funcionamento de todos os seus órgãos. Só assim poderiam ser completamente superados antagonismos como os da produção e desenvolvimento, por um lado, e regeneração e conservação, por outro lado. Para que isto se efetive será indispensável um processo continuado de educação ambiental (Entrevista liderança, 2012).

(...) Falta de reconhecimento das populações urbanas no processo de criação das áreas de Uso Sustentável. Cananéia tem muitos pescadores na área urbana, eles ficaram sem áreas para executar as suas atividades tradicionais.(...) (Entrevista liderança, 2012).

A uma parte dos entrevistados foi levantada a questão da pertinência da criação das RDS, já que, contrariando o próprio SNUC, foram propostas pelo Estado, “de cima para baixo” - e não solicitadas pelas comunidades, caminho proposto pelo SNUC - o que causou resistência, em especial em Cananéia e na RDS Barreiro-Anhemas, em Barra do Turvo. Em Cananéia, o problema apontado é a falta de compreensão do significado de uma RDS, além de como se dará o uso em áreas que os moradores já utilizavam. Em Barra do Turvo, se apresenta um conflito de uso. As comunidades são tradicionais, mas o fato de o tamanho das

áreas ser bem maior do que o limite de quatro módulos fiscais⁵⁵ estabelecido para a RDS, além da existência da atividade da pecuária extensiva - prática não condizente com os objetivos de uma RDS - provocam dilemas na RDS. Porém, há o consenso de que é possível equacionar esse dilema, através do diálogo, e também pela possibilidade de mudança de categoria da área para APA.

(...) Houve uma falha de comunicação entre a comunidade e o Estado. Os moradores da RDS Itapanhoapima são pessoas simples sem acesso à informação, vivem isolados sem o reconhecimento do valor de sua cultura e o que representa seu conhecimento para as futuras gerações. Acredito que, através do conselho, com sua participação e tendo noção de seu papel na administração da Unidade, eles vão aderir e abraçar a Unidade e lutar para que seus recursos sejam preservados. (Entrevista gestor, 2012).

(...) No caso do Barreiro, há resistência e tem gente contra a RDS. Desde o início achava que não daria certo, pois há moradores tradicionais que têm áreas acima do limite máximo de 64 ha por agricultor. Têm pessoas com área bem maior que isso, pois no passado essas áreas eram utilizadas para o plantio de pousio e, com o tempo, essas áreas foram passando para a pecuária extensiva. Acho que a área se identifica mais como uma APA (Entrevista liderança, 2012).

(...) Isso gera um conflito muito grande com as famílias de agricultores. A área da RDS é pequena e necessita ser ampliada. As pessoas têm essas áreas desde o século 18, com documentos de suas terras - que foram passadas de pai para filho - e agora não podem manter o mesmo tamanho de suas áreas. Esse é um conflito com a RDS. No momento da discussão do Mosaico aceitamos a RDS, era um momento de turbulência e de conciliação. No início fui contra, mas como acharam que seria melhor, decidimos experimentar a RDS. Acho que a APA seria melhor do que RDS naquela região pelas características da área e das atividades, pela ocupação da área. Os moradores das APAs, através de suas associações, tiveram seus objetivos conquistados (Entrevista liderança, 2012).

Na RDS dos Quilombos, em relação aos direitos, eles foram prejudicados. Acho que eles não conseguiram se mobilizar o suficiente para pressionar o Estado para garantir um território maior. Não conseguiram articular melhor seus direitos. A RDS era uma coisa nova para eles naquele momento, e tiveram problemas de entendimento do que seria uma RDS. Precisa agora resolver a questão fundiária através da titulação de suas terras. (...) Toda a objeção às RDS vem em função da lei não ser cumprida. Se a lei for cumprida, o pessoal vai aceitar as mudanças e as RDS (Entrevista liderança, 2012).

As diferenças de visões entre os comunitários justificam assim as formas de compreensão diversas sobre o que signifique ser uma Reserva na vida deles, mesmo entre famílias de uma mesma comunidade, ainda que o pertencimento ao território os identifique como iguais. A própria participação destes nos eventos comunitários varia nas famílias, e dessa atuação pode se conferir a cidadania envolvida, se mais ou menos comprometida, se assim podemos dizer, em vista de padrões que os técnicos dessa área se dedicam (Entrevista gestor, 2012).

Como agricultor agroecológico tenho uma visão ampla. Acho que tudo faz parte de um processo de construção do que a gente quer para o município. O Mosaico deu um passo para isso em Barra do Turvo, município que, pelas suas características, é um grande produtor de água, protetor de mananciais. Gostaria que Barra do Turvo fosse reconhecida como a capital da agroecologia e que o Brasil inteiro fosse uma

⁵⁵ O módulo fiscal é estabelecido pela legislação e, no Vale do Ribeira é de 16 ha. Portanto, o tamanho máximo na RDS BA é de 64 ha.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Se o Estado implantasse a RDS de fato, a realidade seria outra. Se o Estado cumprir o que está na lei, colocando os investimentos, o sonho pode virar realidade. Muitas coisas que a gente sonhava na Cooperafloresta 10 anos atrás, agora a gente vê acontecendo. Os sonhos se transformando em realidade (Entrevista liderança, 2012).

Ainda na linha de avaliação dos aspectos negativos relacionados ao processo de implantação do Mosaico, ressalta-se a convergência de opiniões das lideranças ouvidas, que destacaram a falta de planejamento e de prioridade por parte do Estado para a efetiva implantação do Mosaico, a lentidão na implantação dos Conselhos das APAs, a morosidade na elaboração do Plano de Manejo, a inexistência da política de regularização fundiária e de uma política de recursos humanos e financeiros para viabilizar a implantação do Mosaico.

(...) O acúmulo positivo na relação com a comunidade local tende a se perder pela falta de uma agenda de implantação do Mosaico, este o maior fator negativo do processo (Entrevista liderança, 2012).

(...) Muitas coisas previstas na lei ainda não foram cumpridas, como a realocação, o plano de manejo, o cadastro dos ocupantes para estudos, isso não aconteceu. Não está ocorrendo. O Estado tem recursos para adquirir áreas para a realocação das famílias desde 2009. Famílias que ainda continuam dentro do PERT. Se isso tivesse sido feito, teríamos mais avanços. O que está acontecendo é o georreferenciamento (MDA/ITESP) das áreas das APAs e RDS, que é o primeiro passo. Falta cumprir o restante que é o reassentamento dessas famílias. E envolver o governo federal (INCRA) e as prefeituras para solucionar essa questão (Entrevista liderança, 2012).

Foi realizado o georreferenciamento, mas ainda não sabemos se o Estado vai legalizar de fato as áreas dentro do Mosaico. E que tipo de documento os moradores terão (Entrevista liderança, 2012).

(...) O esforço para alcançar acordos levanta compromissos e expectativas das populações, e destas, muitas extrapolam a área ambiental. Então, o aspecto negativo é a ausência de ações conjuntas e regionalizadas que dessem a continuidade ou o ritmo do que foi em boa medida o exercício da construção do Mosaico. Em vista ao desafio que se tinha de constituir forma adequada para os tantos conflitos sobre território sem lei, para outro patamar em que se colocam ações planejadas, acessos a políticas públicas, ações de programas e projetos então possíveis de se implantar e assim tratar esse território como de direitos, trabalho e cidadania, gerando então compromissos e expectativas, fez por amidar toda a dignidade acumulada no processo de construção. Na medida em que deixam de acontecer essas ações, e as poucas que funcionam ficam a um ritmo de região ao nível de subdesenvolvimento, ficam corroídos até os progressos e conquistas havidos (Entrevista gestor, 2012).

Em continuidade ao questionamento, as lideranças apontaram como principais entraves para a efetiva implantação do Mosaico a falta de política da Fundação Florestal e da Procuradoria Geral do Estado nas definições do uso do patrimônio público e na reintegração de posse de áreas de grandes fazendeiros existentes no Mosaico; a falta de vontade política do Estado; a equipe reduzida de gestores e técnicos; a ausência de investimentos no MOJAC; a demora no processo de apropriação da gestão compartilhada e de políticas públicas.

Foi praticamente unânime entre os entrevistados a opinião de que o Estado precisa dar prioridade para a implantação do Mosaico, por meio do cumprimento integral da lei, da alocação de recursos financeiros e humanos e da designação de uma comissão exclusiva para encaminhar a concretização das agendas geradas e o atendimento das propostas surgidas nos conselhos e fóruns regionais, onde as aspirações locais emergem e são debatidas. Na visão das lideranças, a sociedade civil já vem fazendo a parte dela para o Mosaico sair do papel. O entendimento é que o Estado precisa fazer a parte dele. E apontam os caminhos:

(...) contratação de mais técnicos na estrutura da Fundação (localmente); menos burocracia dentro do Estado; mais autonomia para as UCs; melhor preparação de técnicos para atuarem com a facilitação de processos sociais, mediação de conflitos, etc. Menos projetos “de cima para baixo” (Entrevista liderança, 2012).

(...) Implantação e funcionamento regular de todos os conselhos. Elaboração dos planos de manejo. Realocação de todas as famílias do PERT. Pagamento das indenizações. Aquisição de áreas fora do Mosaico para realocação. Funcionamento do centro de atendimento ao turista (Posto da Receita). Contratação de recursos humanos e renovação e ampliação da frota existente. Gestão integrada entre as diversas unidades. Parcerias com as comunidades ou com suas organizações para promoção de projetos de geração de renda, educação ambiental, entre outros. (Entrevista liderança, 2012).

(...) Construção de ações conjuntas que se formam justamente pelas capacidades, potenciais e vocações de cada interesse e iniciativa local, ainda que isso comporte as mais diversas condições, considerando todas as comunidades. Do ponto de vista das áreas protegidas de proteção integral, as ações mais próprias destas, devem considerar esse potencial de ativa zona de amortecimento. Dessas construções e resultados possíveis vão se firmar os estabelecimentos de programas de pagamento por serviços ambientais, de gestão democrática de territórios, exemplos fortes de atividades produtivas sustentáveis, além dos processos em que estes são gestados e do que estes contribuem como dinâmica de Educação e formação, inclusão de jovens, mulheres (Entrevista gestor, 2012)

Se o Estado quiser muita coisa acontece. Mas para isso, é preciso ter vontade política, dar prioridade, colocar recursos. O Vale do Ribeira não é prioridade, continua abandonado pelo governo do Estado (Entrevista liderança, 2012).

Considerações sobre o processo de participação no MOJAC

A participação das populações locais no processo de criação, planejamento e gestão de áreas protegidas é garantida no SNUC desde sua regulamentação em 2000. Em São Paulo, na década de 1990, se iniciou um processo de abertura à participação de grupos sociais na discussão e elaboração dos Planos de Gestão Ambiental⁵⁶ de várias UCs do Estado, no âmbito do Projeto de Proteção da Mata Atlântica (PPMA).

⁵⁶ Os Planos de Gestão elaborados com a participação da comunidade local, de representantes dos municípios, cientistas, ONGs ambientalistas e de instituições diversas. Estruturados no Projeto de Proteção da Mata Atlântica PPMA (FURLAN, 2001)

No antigo PEJ, o Conselho Consultivo do Parque foi criado em 2005, mas desde 1994 a sociedade civil já vinha pressionando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente para que a gestão do Parque fosse aberta às comunidades. No entanto, vale ressaltar que, nem mesmo no período em que os Planos de Gestão estavam sendo elaborados em outras UCs da região com a participação de diferentes grupos sociais, no PEJ não houve abertura e espaço para esse debate. A constituição do Conselho marca o momento em que o paradigma da não participação formal é quebrado no PEJ. Através do conselho, foi se construindo o espaço de participação.

Mas foi no período da elaboração da lei do Mosaico do Jacupiranga que este espaço se fortaleceu. Analisando este processo, tendo como base o conceito de escadas de participação (ARNSTEIN, 2002), conforme quadro 18 abaixo, é possível afirmar que a participação das comunidades inseridas no antigo PEJ no processo de criação do Mosaico ocorreu em diferentes níveis, já que, além da informação gerada e editada, consultas públicas foram realizadas e consensos, acordos e parcerias estão sendo buscados e/ou em construção. Foram estabelecidos acordos que procuraram garantir a permanência da figura do Parque em áreas mais protegidas e a mudança de categoria de UC onde a ocupação humana predominava. Em diversas situações, prevaleceu o “controle cidadão” (ARNSTEIN, 2002), quando o Estado teve de ceder às pressões da sociedade civil organizada e mobilizada.

	Escada de Participação	Níveis de Poder
8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não participação
1	Manipulação	

Quadro 18- Escada dos níveis de Participação de Arnstein

3.5- INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO, ACORDOS E LICENCIAMENTO: CONTRIBUIÇÃO PARA SUPERAÇÃO DE CONFLITOS

Serão analisados nesta seção os instrumentos que foram, ao longo dos últimos anos, aplicados na gestão dos Parques e RDS da região de estudo, tais como os procedimentos de fiscalização, os mecanismos de licenciamento e os acordos construídos entre os gestores e os conselhos das UCs do Mosaico do Jacupiranga. Foram também analisadas as informações fornecidas (Boletins de Ocorrência) pela Polícia Ambiental do Pelotão de Jacupiranga (2012) e os dados recolhidos no processo de gestão das UCs pelo próprio pesquisador.

Com esses instrumentos – cujos procedimentos foram reunidos em dois períodos, antes e depois da lei que criou o Mosaico - pretendeu-se analisar como estes instrumentos se relacionam com os conflitos do uso do território, no período de 2000-2011.

Os procedimentos de fiscalização, desenvolvidos pela equipe responsável do setor no Parque (PEJ/PERT), foram ao longo dos anos registrados em planilhas eletrônicas e os dados disponíveis, arquivados pela administração. Os documentos referem-se aos embargos administrativos dispostos em uma tabela que continha data, nome do autuado, local e o tipo da autuação. O trabalho foi realizado por estagiários do Parque e supervisionado pelo pesquisador. Já nas informações das autuações obtidas junto à Polícia Ambiental consta apenas o número de ocorrências policiais realizadas na área do Mosaico.

Inicialmente será apresentado um gráfico com as informações dos Guarda- Parques e da Polícia Ambiental, onde pode-se constatar a quantidade de autuações efetuadas no período.

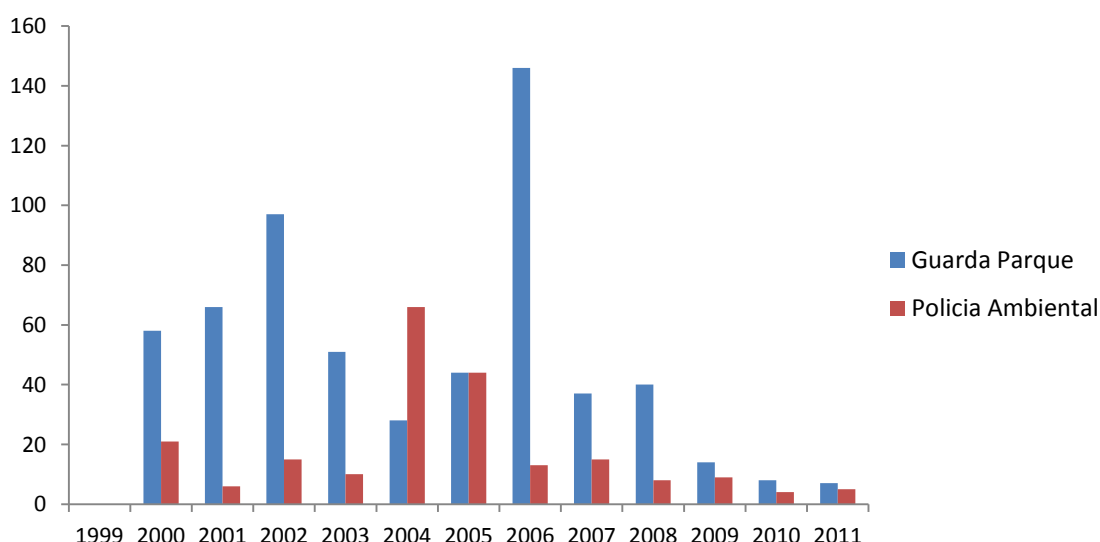


Gráfico 09- Autuações da Polícia Ambiental e dos Guarda-Parques

Nota-se que o número de autuações efetivado pela equipe de Guarda-Parques é maior que o realizado pela Polícia Ambiental, e o motivo pode estar no fato de que a equipe de

guarda-parques atuava praticamente todos os dias da semana na área, enquanto que a Polícia Ambiental agia apenas sob denúncia ou em operações organizadas periodicamente.

No período analisado, foram realizadas 812 autuações, sendo 596 procedimentos (79%) efetuados pelos Guarda-Parques e 216 (21%) pela Polícia Ambiental. Trata-se de um número elevado de autuações levando-se em conta que moram na região 1.400 agricultores-posseiros, o que acaba representando mais de uma autuação para cada dois agricultores.

A maior parte dessas autuações se transformava em processos judiciais, encaminhamento legal previsto pela Lei de Crimes Ambientais. Esta situação acabava transformando, então, mais de 800 agricultores do território em “criminosos”.

No período da análise, a infraestrutura de fiscalização se manteve nas mesmas condições, ou seja, o número de guardas, veículos e equipamentos para a realização das rotinas de fiscalização permaneceu semelhante ao longo dos anos. Deste ponto de vista, considera-se que há confiabilidade nos dados, porém ocorrendo uma disparidade no ano de 2006, ano em que a equipe de fiscalização foi aumentada e havia mais disponibilização de recursos. (Documentos relatórios de fiscalização, PEJ 2007). Cabe ressaltar que a equipe de guardas era pequena frente à demanda gerada, ao tamanho e à complexidade da área.

A seguir, o gráfico destaca apenas as autuações feitas pelos Guarda-Parques do PEJ/PERT no período analisado.

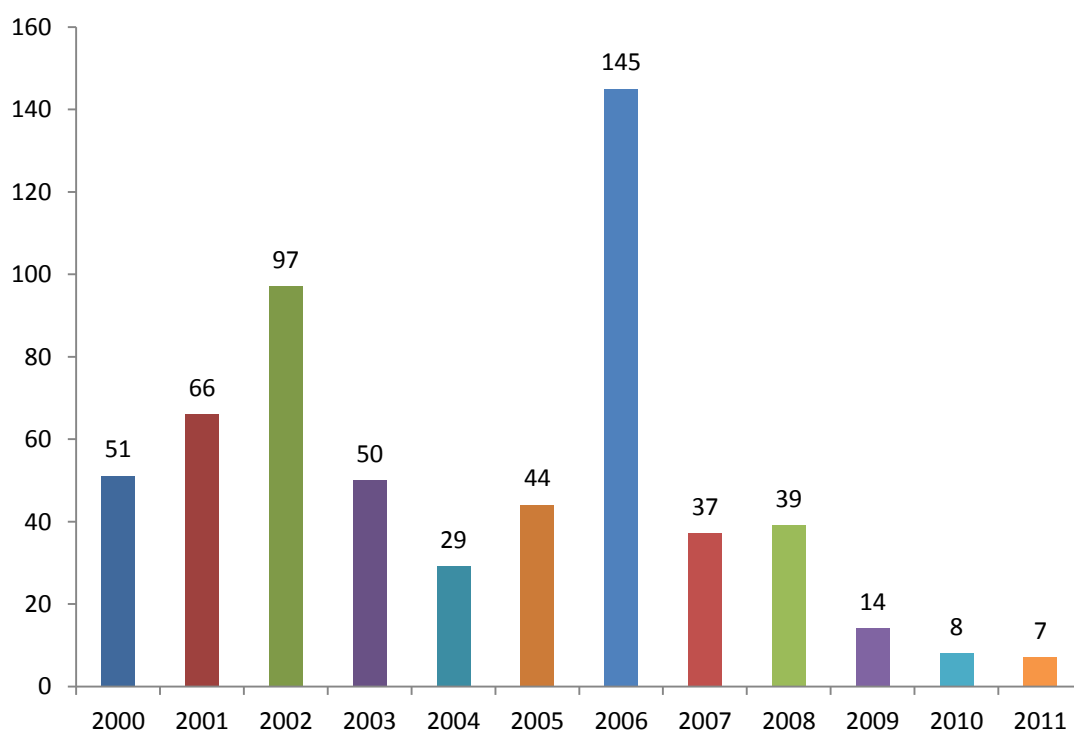
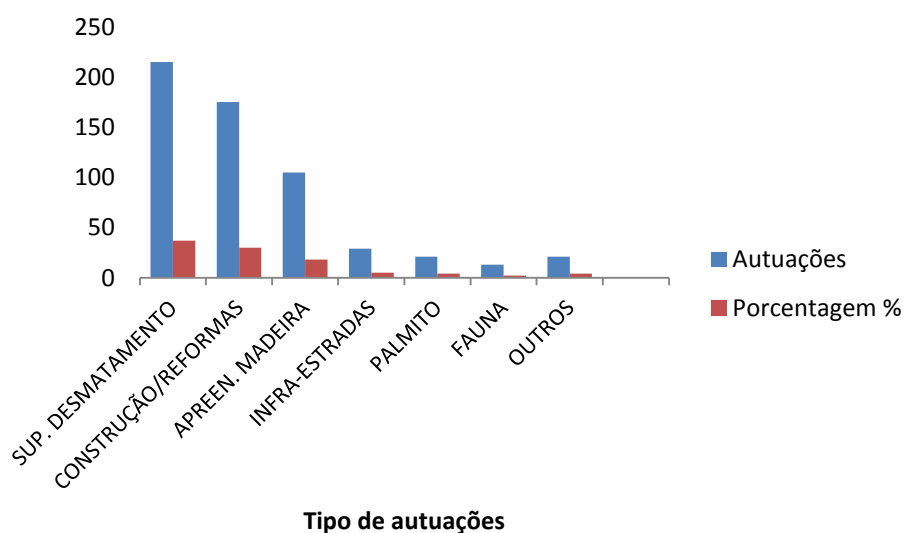


Gráfico 10- Autuações realizadas pela equipe de fiscalização do Parque

Tabela 40-Tipo de Autuaçãoção e Porcentagem que Representam

Tipo de Autuaçãoção	N	%
Supressão desmatamento, fogo, bosqueamento	215	37
Construção Irregular (reforma, casa, curral..)	175	30
Apreensão de madeira, armas, motosserra	105	18
Estrada, terraplanagem(corte, aterro)	29	5
Palmito (vidros, in natura, fabriqueta)	21	4
Outros (furto, desacato)	14	3
Fauna (manter em cativeiro e comercializar)	13	2
Colocar placas, uso de agrotóxicos, rede elétrica	7	1
	579	100

Nota-se que, a partir de 2009, as autuações no Mosaico começam a sofrer uma redução acentuada. Para entendimento dessa redução, a seguir será apresentada uma tabela com a tipologia de autuações feitas no período na região, que coincidem com os seguintes acontecimentos: a nomeação dos gestores das UCs de proteção integral e a implantação dos conselhos das RDS. Já nas APAs não houve a implantação dos conselhos, porém foram estabelecidos procedimentos de licenciamento e atendimento às demandas das comunidades, o que contribuiu para a redução do número das autuações.

**Gráfico 11- Tipo de autuaçãoção e porcentagem**

Verifica-se que a supressão da vegetação e as intervenções para reformas e construções nos sítios de moradia representam a maior parte das autuações, com 67% dos procedimentos fiscalizatórios. Se levarmos em conta as apreensões de madeira, esse

percentual aumentará, representando quase a totalidade das autuações⁵⁷. Esse tipo de autuação era frequente na época em que a área ainda era Parque e não havia nenhum tipo de mecanismo de licenciamento. Mesmo que houvesse, a aplicação desses instrumentos enfrentaria grande dificuldade para ser concretizada, em virtude da falta de equipe técnica para atendimento à demanda.

Só no ano de 2007 foram feitos mais de 250 pedidos de autorização para roça, reformas e outras atividades. Destes pedidos, a gestão do Parque conseguiu atender menos de 20 pedidos (Documento controle de requerimentos, PEJ 2007).

Analisando os termos de embargo gerados pelos Guarda-Parques constata-se que a maioria das intervenções era de baixo impacto e referiam-se a atividades que poderiam ser realizadas, desde que licenciadas. No caso, as roçadas, pequenos desmatamentos, reformas e pequenas construções seriam perfeitamente passíveis de execução nas áreas que foram recategorizadas, as APAs e RDS. Porém, as autuações decorrentes destas atividades geravam contestações, pois estavam relacionadas diretamente com a ocupação e o uso do território. O sentimento dos moradores era de que, enquanto eram impedidos de realizar as suas atividades cotidianas, crimes considerados mais danosos à natureza continuavam sendo cometidos por fazendeiros, palmiteiros e caçadores, e nada se fazia a respeito.

Na análise dos motivos das autuações – demonstrados acima – conclui-se que os questionamentos dos moradores eram pertinentes, pois o furto de palmito e os crimes contra a fauna eram pouco combatidos. A repressão a construções, reformas e pequenos desmatamentos era o caminho mais ágil encontrado pela fiscalização em termos operacionais e administrativos. Isso porque a fiscalização dos crimes contra a fauna e a extração ilegal de palmito é tarefa de difícil execução, pois decorrem de ações que acontecem na calada da noite, nos finais de semana e nos feriados⁵⁸, períodos em que o setor de fiscalização das UCs não se encontra em serviço, além de exigirem um trabalho articulado de investigação. Já a supressão da vegetação e as pequenas construções são atividades de fácil visualização na área, além de não apresentarem riscos à integridade física dos guardas, que trabalham – de 2008 para cá - desarmados.

⁵⁷As autuações de corte e transporte de madeira não serão consideradas, pois parte da madeira apreendida também era vendida para terceiros e, portanto, não utilizada para a reprodução do modo de vida dos moradores (Informações do pesquisador)

⁵⁸ Para se combater esses crimes seria necessária uma equipe de guarda-parques com número muito superior ao atualmente existente.

Os moradores também cobravam o fato de os fazendeiros pecuaristas não serem processados⁵⁹.

A pergunta é: por que a punição dos pequenos, enquanto os grandes fazendeiros fazem tudo? Eu só plantava pra minha família e de repente vinha multa. (...) Dizem que os mais pequenos tão acabando com a terra. Mas os grandes fazendeiros mesmo podem fazer o que quiser que não acontece nada com eles (Quilombola, 2011).

Esta situação gerava constantes revoltas, pois os agricultores respondiam judicialmente pelos seus “delitos” enquanto os verdadeiros contraventores não eram incomodados, constituindo um dos mais importantes conflitos na área. Aliada à revolta com a fiscalização, por outro lado, havia uma “certa” tolerância por parte dos agricultores com os que cometiam crimes contra a fauna e a flora, em especial os traficantes de papagaios do peito roxo, espécie muito procurada na região para o contrabando. Diante do “meio ambiente” como inimigo comum, não havia por parte dos moradores nenhum interesse em coibir tais práticas através da denúncia.

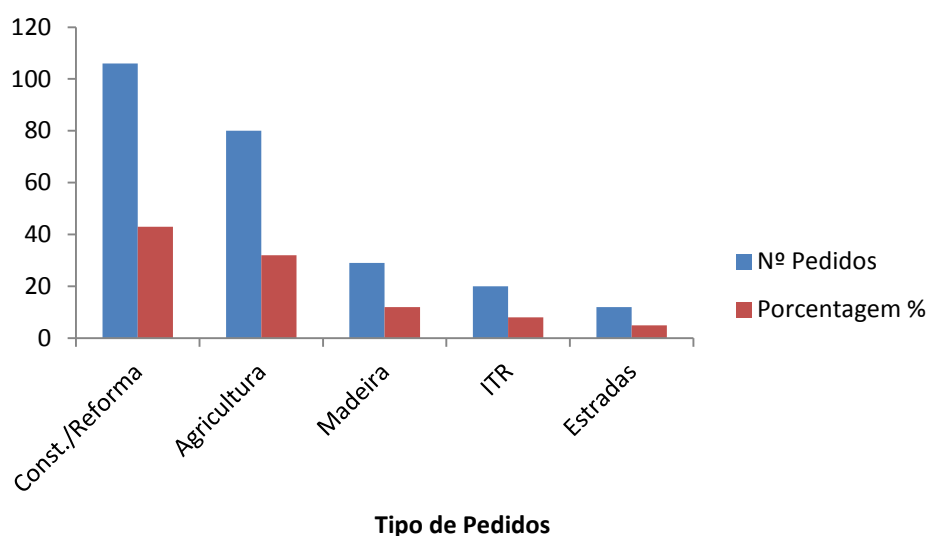
A seguir será apresentado um quadro com os pedidos e autorizações geradas pelos gestores, após a implantação dos conselhos das UCs, com informações fornecidas pelos próprios gestores, em maio de 2012. Os documentos analisados contêm a solicitação da atividade e a situação do pedido: se autorizado, ou aguardando vistoria. Os dados disponíveis foram analisados comparando o período anterior (PEJ) e posterior à lei do Mosaico (RDS, APAs e PERT).

No caso do PEJ, os registros são apenas do ano 2007, os únicos disponíveis. Ressalte-se que o Conselho do Parque decidiu que certas atividades poderiam ser realizadas, mesmo sendo a área um Parque Estadual e mesmo sem haver um Plano de Manejo, desde que tais atividades tivessem autorizações. Após essa decisão, houve um grande número de solicitações: 247 apenas no ano de 2007. Mas poucos desses pedidos foram vistoriados e autorizados (PEJ 2007).

⁵⁹Ao analisarmos os termos de embargo, são poucos os que se referem aos grandes fazendeiros criadores de gado e búfalos. Isso ocorria por dois motivos: antes do cadastro de ocupantes, quando havia algum crime nas fazendas, os trabalhadores dessas fazendas eram obrigados a assumir a responsabilidade do ato, sob pena de serem demitidos; outro motivo seria por essas fazendas estarem praticamente sem cobertura florestal, portanto, “não havia crime”, pois a introdução de gado e búfalos nunca foi autuada no antigo PEJ, e ainda não é. Porém, essa prática representa uma significativa área de uso do Parque.

Tabela 41- Requerimentos com pedido para as atividades dos moradores

Tipo de pedido	N	%
Construção e reforma de casa, curral,cercas	106	43
Limpeza de área para agricultura e Roçada de pasto e para pecuária	80	32
Uso de madeira morta	29	12
Alvarás, documentação - INCRA	20	8
Manutenção de estrada	12	5
Total	247	100

**Gráfico 12- Pedidos de autorizações para atividades nos sítios**

Observa-se que 43% dos pedidos são relacionados à construção e reforma de moradia e 32% a limpeza, roçada de áreas para a agricultura e pecuária. Desta forma, 75% dos requerimentos apresentados são relativos à atividade cotidiana de trabalho e de sobrevivência dos moradores.

Cabe ressaltar que a despeito desta possibilidade de reconhecimento da dinâmica cotidiana dos moradores, foram aprovados requerimentos que representam o atendimento de uma minoria. A falta de atendimento a esses pedidos causou transtornos para a gestão do Parque e ao Conselho, pois foi gerada uma expectativa de que as vistorias seriam realizadas e, na medida do possível, os pedidos seriam atendidos.

A implantação desse mecanismo foi prejudicada, gerando tensão no processo. Na tentativa de dar agilidade aos encaminhamentos, foi decidido pelo Conselho que, para os moradores tradicionais e pequenos agricultores, as autorizações seriam genéricas para pequenas intervenções, como reformas, roçadas de pasto e de vegetação pioneira para roça. O

documento seria baseado na proposta de Termo de Compromisso, que vinha sendo discutida e que, em uma de suas cláusulas, tratava dessa demanda⁶⁰

DAS AUTORIZAÇÕES PREVISTAS

CLÁUSULA 5ª - O morador tradicional parte do presente Termo de Compromisso, fica autorizado juntamente com seus dependentes, identificado na cláusula 2ª, a exercer as seguintes atividades de subsistência, desde que a área objeto da atividade não esteja embargada:

- Roçada de vegetação em estágio pioneiro (Considera-se vegetação pioneira, aquela que tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos. O estrato arbustivo pode ser aberto ou fechado, com tendência a apresentar altura dos indivíduos das espécies dominantes uniforme, geralmente até 2 metros. Os arbustos apresentam ao redor de 2 cm como diâmetro do caule ao nível do solo e não geram produto lenhoso. Não ocorrem epífitas. Trepadeiras podem ou não estar presentes e, se presentes, são geralmente herbáceas. A camada de serrapilheira, se presente, é descontínua e/ou incipiente. As espécies vegetais mais abundantes são tipicamente heliófilas, incluindo forrageiras, espécies exóticas e invasoras de culturas, sendo comum ocorrência de: vassoura ou alecrim (*Baccharis spp.*), assa-peixe (*Vernonia spp.*), cambará (*Gochnatiapolymorpha*), leiteiro (*Peschieriafuchsiaefolia*), maria-mole (*Guapira spp.*), mamona (*Ricinuscommunis*), arranha-gato (*Acácia spp.*), samambaias (*Gleichenia spp.*, *Pteridium sp.*, etc.), lobeira e Joá (*Solanum spp.*). A diversidade biológica é baixa, com poucas espécies dominante) até 2 metros de altura, conforme Resolução 01/94 conjunta SMA IBAMA, em área de até 2,4 hectares para agricultura de subsistência;

- Roçada de pasto localizado fora de APP com vegetação até 2 m (vegetação estágio pioneiro), preservando as mudas de espécies arbórea de madeiras nobres;

- Reforma de cercas das áreas de pastagem;

- Uso de madeira morta caída, desde que não seja utilizada moto-serra para o seu beneficiamento e apenas para uso na posse;

- Manutenção de acesso a posses;

- Uso de lenha para consumo próprio;

- Manutenção de curral, pocilga, mangueirão;

- Manutenção de sua residência, reformas e reparos desde que não implique no aumento da área construída.

Nos limites da legislação e estabelecidos por este instrumento. As atividades referentes as construções e eventuais reconstruções, e outras atividades dependerão de prévia autorização do órgão gestor. (Termo de Compromisso, PERT 2008).

A discussão da proposta do Termo de Compromisso nas sessões do Conselho do PERT acabou subsidiando a edição da resolução da SMA nº029, de 30-03-2010, que previa o Termo de Compromisso e trazia a possibilidade dessas autorizações (SMA, 2010). Além disso, a equipe de fiscalização ampliou o seu olhar e passou a considerar e respeitar decisões acordadas coletivamente com as comunidades nos Conselhos. Esse procedimento, aliado ao

⁶⁰ O termo de compromisso, após ser debatido por mais de 5 reuniões no conselho, foi aprovado e seguiu para a sede da FF, para análises e encaminhamentos formais. Até fevereiro de 2012 não havia retornado para ser assinado com os ocupantes, porém o seu conteúdo foi sendo utilizado pela gestão do PERT, na construção dos acordos (em anexo).

trabalho realizado nos Conselhos das RDS e no atendimento das APAs, contribuiu para a redução das ocorrências⁶¹.

As RDS possuem registros das autorizações emitidas no período de 2009 a 2011, que foram disponibilizadas e analisadas por número e o tipo de autorização. Foram emitidas no período 137 autorizações, conforme gráfico abaixo. Observa-se a distribuição anual, com 56 autorizações em 2009, 23 em 2010 e 61 autorizações em 2011. (RDS, 2012).

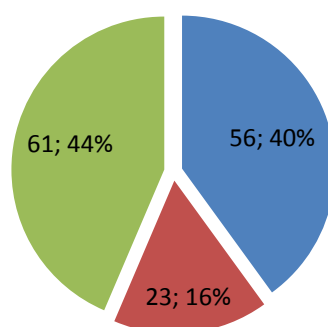


Gráfico 13- Autorizações por ano

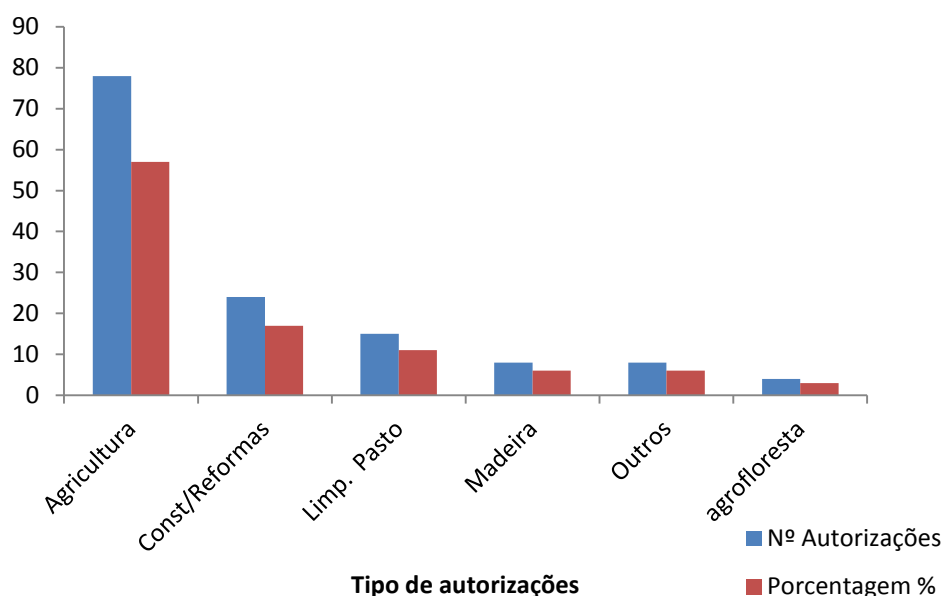


Gráfico 14- Tipo de Autorizações e Porcentagem

⁶¹Estas impressões foram colhidas em conversas pessoais com as equipes de fiscalização. Trata-se, portanto, de informação verbal, mas que ficou evidenciada na queda de autuações a partir de 2009.

Observa-se que a grande maioria das autorizações (68%) é voltada para atendimento à prática da agricultura e da pecuária, solicitação de corte de vegetação para a implantação de roças e pedido para roçada de pasto para pecuária e produção de alimentos. Em seguida estão os pedidos de construção (17%), atividades típicas do funcionamento dos sítios dos moradores.

Ao cruzar as informações das autorizações emitidas pelas RDS e os requerimentos do PEJ com a tabela de autuações, constata-se que há uma coincidência quanto à quantidade e os tipos de autuações e das solicitações e autorizações. Ou seja, a maioria das autorizações é para implantação de roças e reforma e construção, e a maior parte das autuações também. Portanto, a redução das autuações se relaciona diretamente com a política de licenciamento e dos mecanismos de acordo gerados a partir dos debates efetivados e validados nos Conselhos consultivos das UCs do Mosaico.

Esse processo de construção de acordos contribuiu com a redução de um tipo de conflito que colocava o Estado e a comunidade em constante disputa. O processo foi percebido pelos moradores, conforme constatado nas entrevistas realizadas durante a pesquisa:

Foi liberado coisas que não podia. A pessoa tem mais liberdade pra trabalhar e viver em geral. A geração de emprego com reflorestamento (...). Diminuiu a fiscalização (...). Os guardas não ficam perturbando mais. (Entrevista com moradores, 2012)

Cabe destacar que, nas entrevistas (analisadas no item 3.1), quando perguntados sobre quais os principais problemas que enfrentavam, 34% dos moradores da região responderam ser a legislação/fiscalização ambiental, que os proibia de praticar a agricultura, além da aplicação das multas em casos de ocorrências de fogo, roçada, construção, desmatamento e corte de madeira. A presença dos guarda-parques causava repulsa entre os moradores, além de se sentirem incomodados e desestimulados a praticar a agricultura da forma como estão habituados (roçar, queimar ou adubar).

Fiscalização - Problemas com a polícia, não sabiam que era Parque e precisavam construir. Não podiam reformar e foram chamados de invasores. (...) Problemas com o IBAMA, fui multado por criar gado (...). Não podia roçar mato com mais de dois anos, tinha medo de multa e foi multado por tirar palanques (mourões de cerca). (...) Foi multado e não sabia que era Parque (...) Problema com meio ambiente, foi multado por fazer roça e ter bois, os guardas vinham armados (Entrevistas com moradores, 2012).

A atuação da fiscalização ambiental e a possibilidade de responderem judicialmente por atos considerados ilegais, mas que, para os moradores, fazia parte da rotina diária do trabalho, eram problemas que atrapalhavam as suas vidas e provocavam conflitos na área.

Pode-se afirmar que, nesse caso, a utilização de instrumentos de gestão ambiental e a construção dos acordos nas arenas de discussões do Mosaico contribuíram para a redução do conflito na área.

Os conflitos em relação à fiscalização (forma e quantidade das autuações) diminuíram em 90% com o Mosaico. De 1996 a 2000, eram feitos muitos recursos de multas pelo Sindicato em apoio aos agricultores e, depois da lei, isso reduziu muito, diminuindo a demanda do Sindicato. Para os agricultores familiares, a repressão diminuiu e os conflitos foram reduzidos com a gestão do Parque. Agora, já para quem realiza coisa errada, a lei continua (Entrevista liderança, 2012).

(...) conselheiro na RDS Barreiro-Anhemas pondera pelo valor do diálogo, que vem sendo a grande ferramenta pelas conquistas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais de Barra do Turvo, e o modo de trabalho em conselho vem dando certo, e mesmo com esse início já crê que bons resultados são visíveis (Ata Reunião RDS).

O Conselho Consultivo do Parque reforçado pelo estabelecimento de diálogo junto às populações e instituições que viviam ou atuavam no Parque teve um caráter educativo. Todo este ambiente certamente contribuiu de forma importante, minimizando impactos causados pelas populações à natureza, devido ao maior esclarecimento e estabelecimento e acordos neste sentido. Acredito que a gestão mostrou grande capacidade e paciência pedagógica para lidar e resolver conflitos que não extrapolaram demais suas limitações legais. Volta e meia, a mágoa represada por tantos anos de desrespeito e repressão, reforçada pelas limitações de poder do gestor para dar rápida solução a problemas como possibilitar o acesso à energia elétrica às populações emergiam com rispidez. O Conselho também se destacou pela discussão de um processo de desenvolvimento sustentável adequado à região. Neste sentido houve algumas palestras técnicas em temas pertinentes à agroecologia, levando a reflexão sobre a necessidade de regenerar e conservar a natureza também em benefício das populações que habitam o Parque (Entrevista liderança, maio de 2012).

O estabelecimento de novos procedimentos metodológicos, jurídicos, econômicos ou sociais fortalece as práticas de gestão do território, e uma nova forma de administrar o seu uso. Nessa linha, a prática da gestão ambiental vai se configurar como uma importante forma para se estabelecer um relacionamento harmônico entre sociedade e meio ambiente (THEODORO, 2002)

A cultura do diálogo e da participação de todos os envolvidos (ou de seus representantes) são ferramentas fundamentais para se alcançar os objetivos desejados. Nesse caso, o processo de gestão ambiental de uma determinada área ou região pode se converter num momento ideal para fortalecer a participação da sociedade (Theodoro, 2002, p. 13)

O processo que se vivencia no Mosaico representa a prática da gestão ambiental, com a busca de caminhos para sobrepor os entraves da implantação do Mosaico e do uso do território. Os conflitos e disputas por atividades essenciais aos moradores sempre foram vistos pelo poder público como grandes riscos à conservação.

Colocar na balança os aspectos positivos da presença destas comunidades na região e os procedimentos de tolerância – que ao final acabam garantindo uma menor pressão dos

ocupantes sobre a área - pode representar um ganho e não um prejuízo para o estado de conservação das UCs. Do ponto de vista social, a paisagem com pequenos agricultores é melhor do que a paisagem homogênea das pastagens. E do ponto de vista ambiental, possibilitam conectividade entre os fragmentos florestais existentes.

Os acordos fortalecem as redes de cooperação com a conservação. Ao longo do processo de construção desses acordos e de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, uma rede de informantes anônimos foi concretizada. Uma comunidade - que antes demonstrava intolerância quando via chegar em seu bairro uma viatura de algum órgão do Estado - agora denuncia anonimamente os crimes ocorridos (corte de palmito, roubo de madeira e tráfico de animais silvestres, por exemplo) nos bairros onde mora, além de participar de projetos que estão sendo desenvolvidos na área em parceria com os órgãos gestores e organizações não governamentais.

CAPÍTULO 4- DE PARQUE A MOSAICO: O ESTADO DA CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DO MOSAICO

Neste capítulo apresento o estado de conservação da área utilizando conceitos da Ecologia da Paisagem, caracterizando o Mosaico e demonstrando a conectividade entre as áreas de proteção integral e de uso sustentável.

4. 1- O DOMÍNIO DA MATA ATLÂNTICA

A ocupação do território brasileiro se deu a partir do litoral para o interior e destinou as florestas da Mata Atlântica para vários usos, onde houve a sua substituição para a implantação de economias comunitárias, passando para as áreas de expansão urbana e o uso industrial, desde o uso direto das florestas na indústria madeireira, de essências, construção civil e turismo, e a industrialização indireta, que utilizava os espaços florestados para a instalação dos parques industriais e a expansão da infraestrutura, como os portos, estradas, hidrelétricas e serviços (DEAN, 1995).

“Na costa leste da América do Sul, estendia-se outrora uma imensa floresta ou, mais precisamente, um complexo de tipos de florestas, em geral latifoliadas, pluviais e de tropicais a subtropicais. Entre os oito e 28° de latitude sul, interiorizava-se a cerca de cem quilômetros da costa no norte e alargava-se a mais de quinhentos quilômetros no sul. No total, a floresta cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados. Esse complexo tem sido chamado de Mata Atlântica brasileira, associado a outro muito maior, a Floresta Amazônica, mas distinto dela. Em conjunto, as duas florestas formavam uma zona biogeográfica diferente e mais rica em espécies que as outras florestas tropicais do planeta, situadas na África e no sudeste Asiático. A Mata Atlântica era em si mesma de uma diversidade extraordinária, levando-se em conta seu tamanho, relativamente modesto. E continha um número impressionante de espécies endêmicas – isto é, formas de vidas peculiares – ainda que partilhasse com a Floresta Amazônica a mesma geomassa continental e estivesse, durante longos períodos geológicos, em contato parcial com ela.” (DEAN, 1995, p.24 e 25)

A Mata Atlântica representa 15% do território brasileiro, onde vive mais da metade da população brasileira que depende diretamente dos serviços ambientais dos remanescentes de sua floresta para sobreviver (MMA, 2010). A ocupação constitui-se no principal vetor de degradação da Mata Atlântica desde a chegada dos Portugueses.

A população humana da região sudeste da mata Atlântica multiplicou-se de modo invulgar no século XIX. Contando cerca de 1 milhão de pessoas em 1808, atingiu 6,4 milhões em 1890. A fração urbanizada da população cresceu ainda mais depressa: na virada do século XIX, o Rio de Janeiro, embora fosse capital do vice reinado, contava apenas com 50 mil moradores. A chegada da corte portuguesa dobrou seus continentes; outros 50 mil foram adicionados até a metade de 1850, a despeito dos estragos produzidos pelo cólera e pela febre amarela. Daí em diante, o crescimento foi rápido: era uma metrópole de mais de 500 mil habitantes em 1890 (DEAN, 1995. P. 206)

A partir daí a Mata Atlântica vai viver, praticamente em todo o seu litoral, essa situação de crescimento populacional e de uso desenfreado do território, sofrendo de toda sorte, desmatamentos, ocupações de encostas de morros, fundos de vales, lançamentos de esgoto e lixo nos rios e nos manguezais, que foram praticamente dizimados. Sendo, possivelmente a Floresta Atlântica o domínio mais devastado e ameaçado do planeta (GALINDO-LEAL e CÂMARA, 2005), e que atualmente ocupa 27% de sua área original, em seus vários estágios de regeneração, distribuídos ao longo da costa em fragmentos em áreas protegidas e áreas particulares. Na Mata Atlântica se encontram 2.928 municípios brasileiros com sede no Bioma (MMA, 2010).

Na costa brasileira, as condições edáfico e morfo-climáticas produziram uma série de fatores que determinaram a existência de uma floresta rica e exuberante. Essa floresta assenta-se sobre um relevo serrano, notadamente no sudeste e sul do país, cuja amplitude altimétrica varia do nível do mar às cotas de quase dois mil metros, nas Serras da Mantiqueira e do Mar. A presença da Serra do Mar condiciona a formação de chuvas orográficas, através da condensação de ventos carregados de umidade oriundos do mar (SOS Mata Atlântica, 1993).

Hueck (1972) explica que a precipitação aumenta de 2.000 mm, na linha de costa para 4.000 mm, na escarpa da Serra do Mar. Essa grande umidade favoreceu a formação e a manutenção das condições necessárias à existência de uma floresta tropical. Na Mata Atlântica, algumas espécies acabam desempenhando um importantíssimo papel ecológico dentro da floresta. É o caso do palmito (*Euterpe edulis*), muito apreciado e fonte de alimentação para uma infinidade de animais. Desde insetos até mamíferos de grande porte utilizam-se desta palmeira como fonte de sustento. Os animais fazem a dispersão de suas sementes ao longo da floresta ampliando a área de ocorrência do palmito. A jacutinga (*Pipile jacutinga*), por exemplo, promove migrações altitudinais ao longo do ano, na floresta. Há alguns ecossistemas associados à floresta que não apresentam formação exclusivamente florestal, como os manguezais, as restingas e os campos de altitude. Contudo estes ambientes dependem diretamente da floresta, influenciando e sendo influenciados pelos fluxos de energia, material e processos que se desenvolvem na formação florestal da escarpa. Uma alteração direta num dos ambientes, pode modificar um ambiente contíguo. Se ocorrer uma intensificação da retirada de material sedimentar do solo da floresta, através de um desmatamento, por exemplo, os ambientes à jusante dessa interferência podem sofrer a influência dessa alteração. Os manguezais, nesse caso, receberão um aporte maior de sedimentos grosseiros (areias), fruto do aumento da lixiviação produzida pelo solo exposto

daquele desmatamento. Tal fato alterará a estrutura do manguezal, adaptado apenas a sedimentos vasosos, contribuindo para redução de sua área de ocorrência (ESALQ, 2006).

Por estes e inúmeros exemplos, a Mata Atlântica é um bioma que apresenta uma intrincada trama de relações entre os diversos ambientes que a compõem. Mais que isso, o Bioma Mata Atlântica apresenta também ligações com outros Biomas do planeta, materializado principalmente através dos fluxos da fauna migratória. Alguns exemplos são notórios: na linha de costa, aqueles espaços ainda não atingidos pela urbanização intensa, são frequentados por uma série de aves migratórias que buscam locais para abrigo, reprodução e alimentação (MMA, 2010.).

E, por outro lado, o bioma que mais sofre com a degradação ambiental necessita ser recuperado e conservado, para que as águas, os alimentos, remédios, e os recursos naturais nela presentes e que são tão importantes para a sociedade continuem existindo em longo prazo e as áreas que ao longo dos anos foram degradadas devem ser recuperadas através de políticas de replantios das espécies da floresta, da agricultura sustentável que conserve o solo e a água, garantindo a permanência das comunidades tradicionais que habitam estes ambientes de Mata Atlântica (MMA, 2010).

O Estado de São Paulo apresentava-se coberto pela Mata Atlântica em 83,6% de seu território. Restaram 13,7%, concentrados, principalmente, no litoral e Vale do Ribeira. Dos quais a maioria está localizada no interior das Unidades de Conservação, tanto de Uso Sustentável como de Proteção Integral, Estaduais e Federais. Paradoxalmente, é no Estado de São Paulo que se encontram os mais extensos remanescentes, bastante significativos para o bioma: representam 18% da área de Mata Atlântica que restou no Brasil (SMA, 2005).

Parte dos atuais remanescentes de floresta no Estado de São Paulo foi desmatada no passado para a produção de algum recurso de exportação. A cana-de-açúcar é plantada no Estado desde o período colonial. Petrone (1968) indica que foram as bases infraestruturais da produção de cana, através dos caminhos e entrepostos na baixada e na Serra estabelecidos por esta cultura, que propiciaram e incrementaram a produção do café após a cana. O café, a cultura que colocou o Estado de São Paulo numa posição econômica de destaque no nível nacional a partir do século XIX, só adentrou e difundiu-se por São Paulo devido às condições propiciadas pela cana-de-açúcar pelo menos dois séculos antes, com o desmatamento e o preparo do solo demandados por essa cultura.

A queimada da floresta para plantar cafezais foi a principal causa, mas não a única, do desflorestamento no século XIX. O comércio do café induziu o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias (DEAN op cit p. 40)

A implantação das ferrovias, no século 18, ligando o planalto à Baixada Santista, também deixou marcas na Mata Atlântica. Pela ferrovia, foram escoadas as produções de café do interior do Estado. Esta estrutura, entre outras tantas, representa o passado da história paulista. História esta marcada pela utilização dos recursos naturais extraídos da floresta e pelas construções humanas que permaneceram na paisagem.

Nesse sentido, a área de ocorrência dos principais remanescentes da Floresta Atlântica (fachada litorânea e Vale do Ribeira) foi utilizada no passado para uma alta produção de cana-de-açúcar. A Ilha de São Sebastião, por exemplo, principal ilha do arquipélago de Ilhabela, teve sua cobertura vegetal original suprimida há 300 anos, até a cota altimétrica de 500 metros, para a plantação de cana-de-açúcar. Atualmente, a vegetação se encontra regenerada, fato que justificou a criação do Parque Estadual da Serra do Mar em 1977, face à estrutura da mata, que não apresentava mais marcas da cultura da cana.

A região do Vale do Rio Ribeira protege formações florestais da Mata Atlântica e ecossistemas associados do Estado de São Paulo que, integrados às florestas do norte do Estado do Paraná e sul do Estado do Rio de Janeiro, formam um “*continuum*” ecológico, configurando a maior mancha de Mata Atlântica preservada no Brasil (RIBEIRO, 2009).

A importância dessas florestas é reconhecida por abrigar:

- grande diversidade de espécies da flora e fauna, raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, como por exemplo o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), a jacutinga (*Pipile jacutinga*), a onça-pintada (*Panthera onca*), a onça-parda (*Puma concolor*), bem como animais que necessitam de áreas extensas para seus deslocamentos e alimentação;
 - sítios de descanso e alimentação de aves migratórias;
 - bairros rurais e comunidades tradicionais (indígenas, caipiras-cablocos, caiçaras e quilombolas) que conservam tecnologia patrimonial e dependem da manutenção dos recursos florestais para a própria sobrevivência;
- patrimônio natural responsável pela manutenção do complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia em São Paulo e Paranaguá no Paraná (PISCIOTTA, FF, 2007)

Consequentemente, é uma das regiões onde a aplicação da legislação ambiental ocorre com maior incidência, especialmente em razão da delimitação de extensas áreas protegidas por Parques e Estações Ecológicas Estaduais, Unidades de Conservação que devem ser de domínio público e também as Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RDS, APAs, RESEX), que podem ser de domínio privado, mas também são objeto da legislação ambiental.

Essas Unidades de Conservação são submetidas a diversos tipos de conflitos, entre eles o seccionamento resultante da implantação de infraestrutura de transporte viário, destacando-se a Rodovia dos Imigrantes que corta o Parque da Serra do Mar na região da Baixada Santista e a BR-116 no sul do estado que corta o Mosaico do Jacupiranga, entre outras rodovias, transporte de combustíveis, linhas de transmissão de energia elétrica, etc, e a insulação acarretada por vetores de urbanização e uso do solo para atividades agropecuárias.

Além desses conflitos, existem aqueles relacionados à necessidade de regularização fundiária de grandes extensões territoriais dessas Unidades, das pressões para exploração de minérios e a ocupação humana em áreas internas às mesmas, resultando em ações clandestinas como a caça e a retirada ilegal de produtos florestais, como o palmito e a madeira (IF, 1999).

Na Mata Atlântica Paulista, há vestígios mais pretéritos, como os sambaquis da Ilha do Cardoso e do Parque Estadual da Campina do Encantado, marcas do povo que habitou aquela costa há cerca de 6.000 anos atrás. E mais recentemente descobertos os Sambaquis de rio no Vale do Ribeira, datados em 10 mil anos, entre eles destacando-se o sambaqui fluvial da Capelinha, onde foi localizado o fóssil humano mais antigo do estado de São Paulo, localizado no interior do Parque Estadual do Rio Turvo no município de Cajati (FF, 2010).

A colonização da região iniciou-se em 1531 (Guiatti, 2004), mas uma ocupação pré-colonial intensa é testemunhada pela grande quantidade de sítios arqueológicos distribuídos do litoral ao Alto Ribeira, incluindo evidências de povos concheiros, ceramistas, caçadores - coletores e horticultores (De Blasis, 1988, apud Guiatti, 2004). Atualmente a região ainda apresenta diversidade de culturas, com comunidades quilombolas, caiçaras e guaranis.(PISCIOTTA, 2007, p. 19)

Todos estes fatores, naturais e humanos, fazem da Mata Atlântica no Vale do Ribeira um patrimônio da humanidade. Ela foi reconhecida internacionalmente, através do estabelecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), pela UNESCO. Tal reconhecimento reforçou cerca de 50 anos de criação de UCs em São Paulo, haja vista desde a década de 40 se criarem Unidades de Conservação no Estado de São Paulo. A criação das Unidades de Conservação é a estratégia mais utilizada por parte do Estado para a conservação desse importante bioma, relegando ações e programas de conservação articulados com a

sociedade. Não optando, nos últimos anos, pela criação de mecanismos de assistência técnica e reaplicação de tecnologias, e ou programas de incentivos financeiros, que contribuíssem com a conservação fora dos limites das UCs, em seu entorno. Este tipo de ação poderia evitar agressões ao patrimônio ambiental dessas áreas, em especial, em relação ao Palmito Jussara (*Euterpes edulis*) e crimes contra a fauna. A estratégia usual de apenas criar as UCs e investir num aparato repressivo é muito mais dispendioso do que apostar em políticas que gerem renda às comunidades e contribuem para manter a paisagem em condições de garantir os processos ecológicos necessários à conservação da diversidade biológica.

4.2- CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DO MOSAICO

Devido à proximidade do MOJAC com o oceano e das trajetórias mais comuns e frequentes dos sistemas ciclônicos, decorrentes das ondulações da Frente Polar Atlântica, essa área está sujeita a impactos pluviométricos elevados e presença permanente de chuvas orográficas. O clima regional é subtropical permanente úmido controlado por massas tropicais e polares marítimas de Monteiro (1973). As áreas menos elevadas enquadram-se no clima do tipo “Cfa”, e as restantes no “Cfb”, que ocorre nas altitudes superiores a 700m. (LEPSCH ET AL, 1990 APUD PEDRO DIAS, 2009).

O relevo é formado por pequenas planícies, vales fluviais e um vasto conjunto serrano, composto pelas Serras Gigante, Cadeado, Guaraú, Virgem Maria Andorinhas, André Lopes, entre outras, onde se localizam as cavernas. Seus rios, muitos dos quais encachoeirados devido às altas declividades, contribuem com o aporte de água doce para o complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá (SMA, 2000).

A ação conjunta das rochas, do relevo, dos climas e de eventos diversos, como a deposição marinha, determinou a formação de vários tipos de solos. Nas serras costeiras predominam Cambissolos distróficos, associados a Latossolos Vermelho-Amarelo e Litossolos, ambos distróficos. E os Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e de solos Gley distróficos e eutróficos (MANTOVANI, 1993).

A floresta do Mosaico apresenta variada formação, contando com diversas fisionomias do domínio da Mata Atlântica: os Manguezais, Floresta sobre Restinga, Floresta Ombrófila Densa de diferentes altitudes e Floresta Ombrófila Mista, apresentando-se em alguns locais como vegetação ribeirinha e/ou sobre afloramento de calcário. Em alguns locais a vegetação se encontra degradada, em diferentes intensidades, pelo extrativismo seletivo ou pela ocupação antrópica com a agricultura e a pecuária e um intrínseco sistema viário com estradas

estaduais, municipais e uma rodovia federal. Isso ocorre principalmente nas UCs de Uso Sustentável. Essas alterações antrópicas podem resultar em degradação destas formações vegetais, alterando sua composição florística, e favorecendo a ocorrência de espécies pioneiras como as dos gêneros *Alchornea*, *Pera*, *Croton*, *Piptadenia*, *Cecropia* e *Tibouchina* (TABARELLI & MANTOVANI 1999).

Dentre as espécies de maior porte destacam-se a araucária, o guapuruvu, o jequitibá, o cedro, a canela amarela, oimbirucu, o inhumirim e a bicuíva. A sinúsia arbustiva está representada predominantemente por espécies de Myrtaceae (*Myrcia* e *Eugenia*, principalmente), Rubiaceae (várias espécies de *Psychotria*) e Melastomataceae (*Tibouchina*, *Leandra*, *Miconia*), dentre outras. Espécies de samambaias arborescentes (xaxins), das famílias Cyatheaceae e Dicksoniaceae, são abundantes, especialmente nos locais de maior umidade. Em função do espaço disponível entre as copas das árvores, uma infinidade de epífitas cresce sobre troncos e ramos de árvores, atingindo maior abundância e diversidade. Orchidaceae, Bromeliaceae, Araceae, Piperaceae e Gesneriaceae são famílias mais bem representadas entre as epífitas da floresta de encosta. As trepadeiras estão representadas por dois grupos bem distintos: um que ocorre, predominantemente ou exclusivamente, na orla da mata ou em clareiras, e outros compostos por espécies típicas do interior da floresta (SMA, 2000).

Manguezal

É um ecossistema costeiro de transição entre ambientes terrestres e marinhos característicos de regiões tropicais e sub-tropicais sujeitos ao regime de marés. É constituído de espécies lenhosas típicas (angiospermas) além de micro e macroalgas (criptógamas) adaptadas a flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizar sedimentos predominantes lodosos com baixos teores de oxigênio. Ocorre em regiões abrigadas e apresenta condições propícias para a alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies de animais sendo considerado importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e gerador de bens e serviços (SHAFER-NOVELLI, 1991).

Floresta sobre Restinga

Restinga é um termo empregado para designar as planícies litorâneas cobertas por deposição marinha, resultante do recuo dos níveis de oceanos há cerca de 5 mil anos, durante o Quaternário. Tais planícies encontram-se de maneira bastante variada, dependendo da posição das escarpas do Cristalino. Devido às oscilações dos níveis marinhos passados,

ocorreu a sedimentação em diversos patamares. Esta ação das marés causou a deposição de sedimentos marinhos que se deu sob a forma de cordões arenosos, havendo alguns terraços mais antigos. Por trás desses depósitos e entre os cordões é possível ocorrerem depressões que formam várzeas ou pântanos de água doce. (ESALQ, 2006).

A vegetação da planície litorânea é constituída por espécies características da vegetação das restingas e por espécies da vegetação da encosta da escarpa (JOLY et. al., 1990 apud VANINI, 1999). A floresta da encosta caracteriza-se por árvores que frequentemente alcançam 20 ou 30 m de altura, e em geral não formam um dossel contínuo.

Floresta Ombrófila Densa

A floresta ombrófila densa ocorre paralelamente à costa litorânea brasileira, originalmente desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul (Custodio 2002), em regiões de clima quente (médias de 25°C) e de alta precipitação bem distribuída ao longo do ano (Veloso et al 1991). Dominam nos ambientes destas florestas, latossolos distróficos e, excepcionalmente, eutróficos, originados de vários tipos de rochas (VELOSO ET AL 1991).

Esta formação florestal, segundo a classificação do IBGE, apresenta uma fisionomia alta e densa, consequência da variedade de espécies pertencentes a várias formas biológicas e estratos. Seus elementos mais altos podem alcançar de 25 a 30 metros. O grande número de lianas, epífitas, fetos arborescentes e palmeiras dá a esta floresta um caráter tipicamente tropical. O Mosaico Jacupiranga conta com quatro das cinco fisionomias da classificação de Veloso, que refletem fisionomias diferentes de acordo com as variações ecotípicas das faixas altimétricas. São elas: aluvial, terras baixas, submontana (ou baixo-montana), montana e alto-montana (Veloso et al . 1991).

Formação Aluvial: formação ribeirinha ou floresta ciliar que ocorre ao longo dos cursos de água. Constitui-se de espécies de rápido crescimento, dossel emergente uniforme e sub-bosque com muitas palmeiras. A formação apresenta, ainda, numerosas lianas lenhosas e herbáceas, grande número de epífitas e poucas parasitas.

Formação Submontana (ou baixo -montana): situada nas encostas dos planaltos e/ou serras e nas latitudes do Mosaico do Jacupiranga, pode ser encontrada entre os 30 a 400m de altitude. Com solos medianamente profundos, caracteriza-se pela presença de árvores altas, de até 30m de altura, formando dossel relativamente uniforme. O sub-bosque compõe-se de plântulas, além de arbustos e ervas de pequeno tamanho. Clima temperado quente, úmido e

sujeito à ocorrência de geadas, esta formação florestal é mais desenvolvida nos fundos de vales.

Formação Montana: situada no alto dos planaltos e/ou serras, em altitudes que variam de 400 a 1000 m. A altura das árvores tende a diminuir com a altitude. Lianas são comuns, há várias begônias, samambaias e aráceas.

Formação Alto Montana: situada no alto dos planaltos e serras em altitudes que variam de 1000 a 1300 m. Nos topos das elevações, onde sobre solos litossolos, é também chamada de Floresta Nebular, com menores riqueza e desenvolvimento, entre as cotas.

Floresta Ombrófila Mista

Também conhecida como Mata de Araucárias e Pinheiro do Paraná. É um tipo de mata que ocorre no planalto meridional, principalmente no sul do País, porém tem ocorrência na Serra do Mar e da Mantiqueira. Veloso também a classificou como Floresta Ombrófila Mista Aluvial, Sub Montana, Montana e Alto Montana. No MOJAC, ocorre a Montana e Alto Montana, as espécies mais comuns nessa formação são os Cedros, as Canelas, as Mirtáceas, Rubiaceas e a Araucária. Na fauna se destaca o Papagaio do Peito Roxo, ave símbolo do PERT.

São encontrados ainda no Parque tipos especiais de floresta, como aquelas que se desenvolvem sobre calcário e floresta baixa de restinga (jundú). Vegetação aberta ocorre principalmente em topos de morro, geralmente sobre finas camadas de solo ou diretamente sobre a rocha. Estas comunidades especiais podem apresentar casos de endemismos e são mal conhecidas, principalmente aquelas das serras mais altas (Cadeado e Virgem Maria) (SMA, 2005).

4.3- ECOLOGIA DA PAISAGEM: FRAGMENTAÇÃO E CONECTIVIDADE

Nesta etapa do trabalho serão utilizados fundamentos da Ecologia de Paisagens para a análise espacial das áreas de Mata Atlântica e sua interação com outros usos e práticas existentes no MOJAC.

O ponto central da análise em ecologia de paisagens é o reconhecimento da existência de uma dependência espacial entre as unidades da paisagem: o funcionamento de uma unidade depende das interações que ela mantém com as unidades vizinhas (e.g. diferentes tipos de habitats). A ecologia de paisagens seria assim uma combinação de uma análise espacial da geografia com um estudo funcional da ecologia. A problemática central é o efeito da estrutura da paisagem (i.e., o padrão espacial) nos processos ecológicos (METZGER, 2001 p. 5)

O Mosaico apresenta uma variação de unidades de paisagem, desde a planície litorânea, onde coexistem vegetação de restinga, manguezais, e áreas de uso humano dos caixaras, passando pelas distintas formações da escarpa e planaltos da Serra do Mar, com áreas ocupadas por agricultores das RDS e APAs, onde há o parcelamento do solo através das posses, com muitos fragmentos de vegetação de pequeno e médio porte, entremeados a áreas com agricultura permanente, em especial a banana, e a produção de alimentos, agroflorestas e áreas com pastagens, porém descontínuas. Isso tudo associado a um relevo acidentado, com rios encaixados nos vales, e áreas florestadas em suas margens que funcionam como corredores e as áreas dos Parques, muito bem preservadas em seu interior (METZGER, 1997).

A fragmentação é o processo no qual uma grande extensão de habitat é transformado em um certo número de manchas menores isoladas umas das outras por uma matriz diferente (ANDRÉN, 1994) considera que a fragmentação do habitat apresenta três componentes principais: a perda de habitat⁶² original, a redução no tamanho das manchas⁶³ de habitat e o aumento do isolamento entre elas, todos estes componentes contribuem para o declínio da diversidade biológica do habitat original.

Em uma simulação que considerou tamanho dos fragmentos em relação à proporção de habitat na paisagem, Andrén (1994) descreveu que os mapas gerados indicam que quando a proporção de habitat é inferior a 60% existe a quebra de uma mancha contínua em manchas menores. De acordo com Metzger e Décamps (1997), num processo de perda de habitat, existe um limiar no qual o grau de conectividade estrutural cai drasticamente e, como

⁶³ Mancha: Áreas homogêneas (numa determinada escala) de uma unidade da paisagem, que se distinguem das unidades vizinhas, e tem extensões espaciais reduzidas e não lineares.

consequência, um grande número de espécies pode não ter mais suas necessidades satisfeitas, e as taxas de extinção aumentam rapidamente (Figura 1).

Cada população apresenta um limiar diferente de conectividade, de acordo com seus requisitos biológicos. São previstos efeitos maiores da fragmentação quando a proporção de habitat corresponde entre 20 a 30% (FAHRIG, 2003), sendo que a distribuição espacial do habitat na paisagem se torna mais relevante para a persistência das espécies nestas condições (ANDRÉN, 1994; FAHRIG 2003).

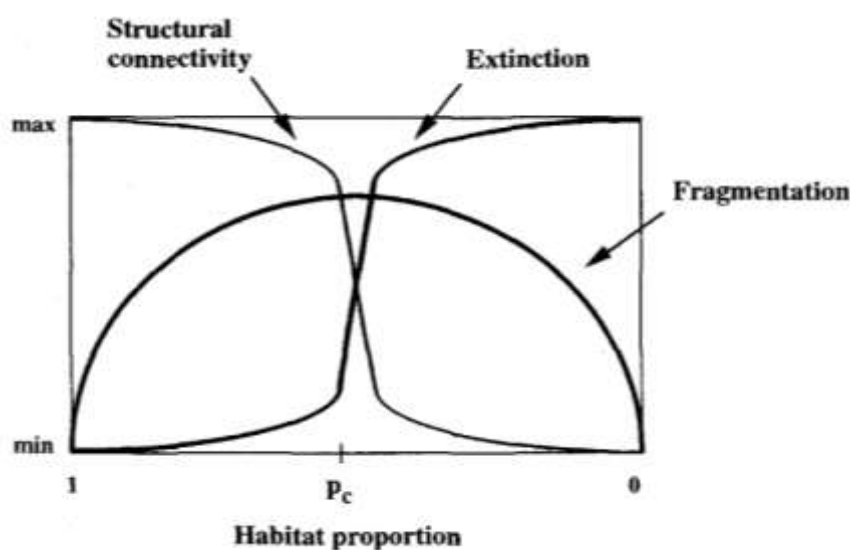


Figura 11- Relação Proporção Habitats - Conectividade - Fragmentos⁶⁴

A conectividade é a capacidade da paisagem em facilitar fluxos biológicos (Taylor et al , 1993; Tischendorf e Fahrig, 2000 *apud* UEZU et al , 2005) e pode ser estrutural⁶⁵ ou funcional⁶⁶, sendo que no primeiro caso, configura-se principalmente pela presença de corredores ecológicos⁶⁷. Para a presente análise da paisagem será considerada a conectividade estrutural e sua importância para a conservação.

⁶⁴ Relação teórica entre proporção de habitat, conectividade estrutural, fragmentação do habitat (medida pela proporção de limites entre unidades de habitat e não-habitat na paisagem) e a extinção global de espécies. Existem valores críticos de proporção de habitat onde a fragmentação se torna alta e a conectividade baixa, produzindo um rápido aumento na extinção global de espécies. (Fonte: adaptado de METZGER e DÉCAMPS, 1997).

⁶⁵ A conectividade estrutural pode ser definida e quantificada com base na distância entre fragmentos, densidade, complexidade, largura e qualidade da rede de corredores, densidade de *steppingstones* (pontos de ligação ou trampolins ecológicos) e permeabilidade da matriz (Metzger e Decamps, 1997).

⁶⁶ Conectividade funcional refere-se à resposta biológica específica de uma espécie à estrutura da paisagem, é uma medida da intensidade da união das subpopulações (Metzger, 2001).

⁶⁷ Corredores ecológicos são áreas homogêneas (numa determinada escala) de uma unidade da paisagem, que se distinguem das unidades vizinhas e que apresentam disposição espacial linear (Metzger, 2001).

O mapeamento de uso da terra realizado para o Inventário Florestal do Estado de São Paulo⁶⁸ foi feito a partir da fotointerpretação de fotos áreas de 2000 e 2001, na escala de 1:35.000. Este mapeamento realizado como parte do Projeto de Preservação da Mata Atlântica, considerou diferentes fitofisionomias e outros usos, como reflorestamento, agricultura cíclica e permanente, áreas urbanas, infraestrutura viária, entre outros (IF, 2012).

A classificação da tipologia florestal do inventário é muito pormenorizada, e considera todos os tipos de floresta ombrófila. Para melhor utilizar as métricas de paisagem, de forma a dar destaque à composição e configuração da cobertura vegetal como um todo, as tipologias de floresta foram agrupadas em uma única classe. Outras classes presentes no mapeamento original também foram agrupadas (Quadro 19). Para o presente estudo, as classes resultantes desta simplificação foram: cobertura vegetal, agricultura, reflorestamento, campo antrópico, corpos d'água, área urbana, solo exposto e mineração.

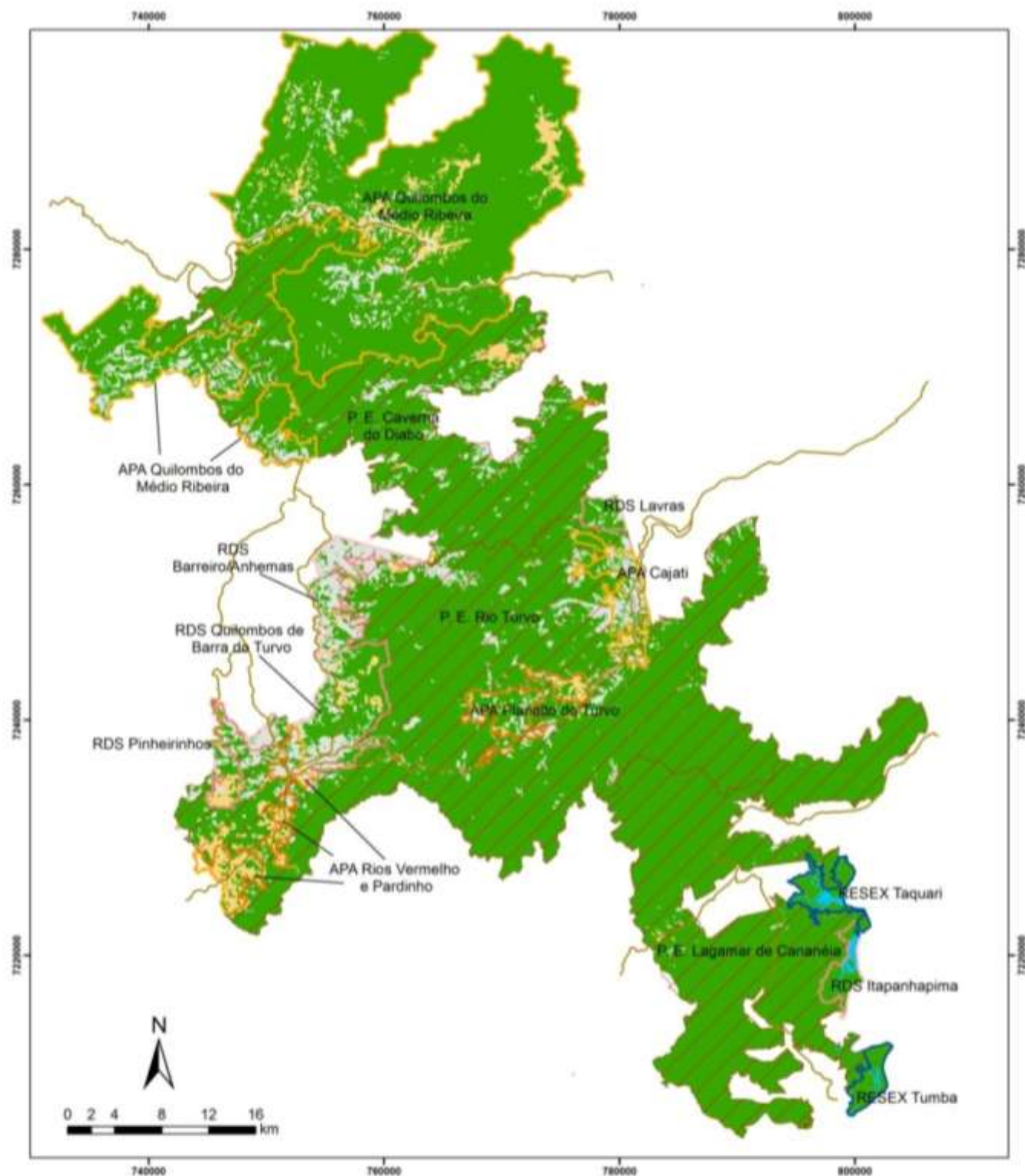
Classes de Uso da Terra do Inventário Florestal (IF)	Classes de Uso da Terra Agrupadas
Floresta ombrófila densa de terras baixas	Cobertura Vegetal
Floresta ombrófila densa alto montana	
Floresta ombrófila densa montana	
Floresta ombrófila densa submontana	
Contato floresta ombrófila densa/floresta ombrófila mista	
Formação pioneira arbustiva-herbacea sobre sedimentos marinhos recentes	
Vegetação secundária da floresta ombrófila densa de terras baixas	
Vegetação secundária da floresta ombrófila densa alto montana	
Vegetação secundária da floresta ombrófila densa montana	
Vegetação secundária da floresta ombrófila densa submontana	
Vegetação secundária do contato floresta ombrofila densa/floresta ombrófila mista	
Vegetação secundária da formação arbórea/arbustiva-herbacea de várzea	
Formação arbórea/arbustiva-herbácea de terrenos marinhos lodosos	
Formação arbórea/arbustiva-herbácea de várzea	
Pastagens e campos sujos	Campo antrópico
Agricultura de cultura cíclica	Agricultura
Agricultura de cultura permanente	

⁶⁸O "Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo" constitui uma sequência das ações que o Instituto Florestal tem desenvolvido objetivando efetuar o mapeamento e a avaliação dos remanescentes da vegetação natural do Estado de São Paulo para fins de estudos e controle da dinâmica de suas alterações. O atual trabalho é um produto digital sendo que as bases georreferenciadas estabelecidas permitem a associação de informações geográficas com banco de dados convencionais (IF, 2012)

Reflorestamento de Eucalipto	Reflorestamento
Reflorestamento de Pinheiro	
Área urbana	Área urbana
Solo Exposto	Solo exposto

Quadro 19–Agrupamento das Classes de Uso da Terra

As métricas de paisagens calculadas com base no mapeamento de uso da terra incluem principalmente dados de composição. São eles, a área da cobertura vegetal e sua porcentagem, número de manchas e a organização destes dados de área por classes de tamanho. O estado de conservação do Mosaico, bem como a identificação das regiões mais vulneráveis à fragmentação, serão analisados e discutidos à luz destes resultados, apresentados a seguir.



Mapa de Uso da Terra do Mosaico de UCs do Jacupiranga

— Estradas

Unidades de Conservação

□ APA

□ Parque Estadual

□ RDS

□ RESEX

□ Agricultura

□ Área urbana

□ Cobertura vegetal

□ Mineração

□ Corpo d'água

□ Reforestamento

□ Solo exposto

□ Campo antrópico

Fontes de dados:

Base de Dados Georreferenciados Parque Estadual Jacupiranga/ Projeto de Preservação da Mata Atlântica, 2001
 Dados do Inventário Florestal, 2011
 Projeção: Universal Transversa de Mercator
 Datum: South American Datum 1969
 Fuso: 22 Sul
 Organizado por: Ocimar José Batista Birv
 Júlia Camara de Assis



Figura 12- Mapa de uso da Terra do Mosaico

Resultados e Discussão

O contexto da paisagem estudada caracteriza-se pela combinação de áreas de usos diversos com as áreas de florestas

Dentro do Mosaico, a maior área está coberta por floresta em seus vários estádios sucessionais; outros usos que se destacam são o campo antrópico, predominantemente pastagens, e agricultura permanente e cíclica (Gráfico 15).

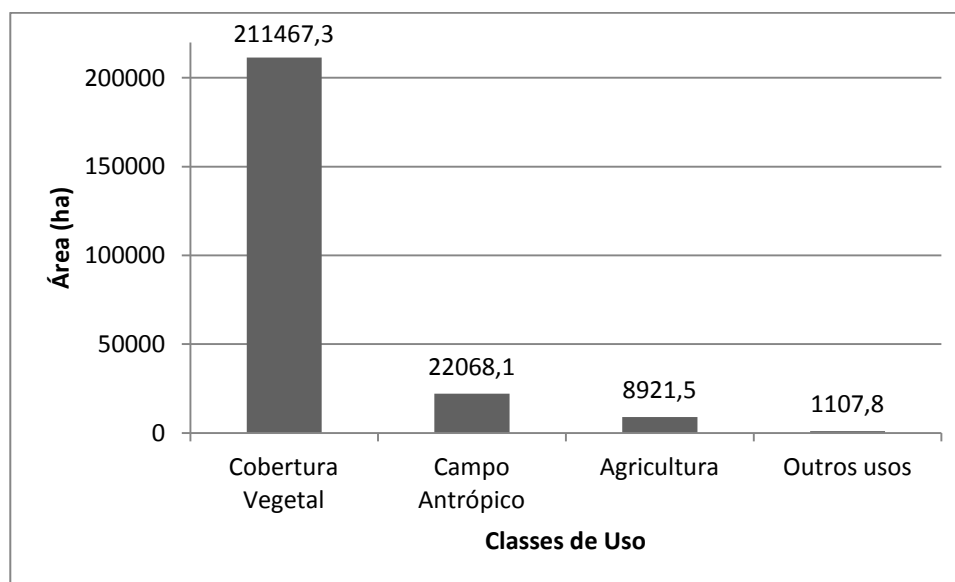


Gráfico 15- Tipos de usos mais representativos no MOJAC

A cobertura vegetal do Mosaico como um todo, abrange 86,5% de toda sua área, portanto bem acima do limiar de fragmentação, que segundo André (1994) está abaixo de 60%. A cobertura vegetal do Mosaico está garantindo a existência de conectividade estrutural, possibilitando a conservação na paisagem. A situação é muito favorável no interior dos Parques. Por outro lado, é considerável a quantidade de áreas ocupadas com pastagens (campo antrópico), que representam 9% da área do Mosaico. Quase a metade (40%) dessas áreas estão no interior do PERT (6.087 ha) e PECD (2.686,50 ha), somando 8.774 ha, o que representa 76% das áreas das RDS que foram recategorizadas a partir dos limites do antigo PEJ⁶⁹.

⁶⁹ As áreas ocupadas com pastagens encontram-se na sua grande maioria em fazendas de posseiros de fora da região. As RDS são: Lavras, Pinheirinhos, Quilombo da Barra do Turvo e Barreiro-Anhemas.

O gráfico 16 a seguir indica a cobertura vegetal dos Parques.

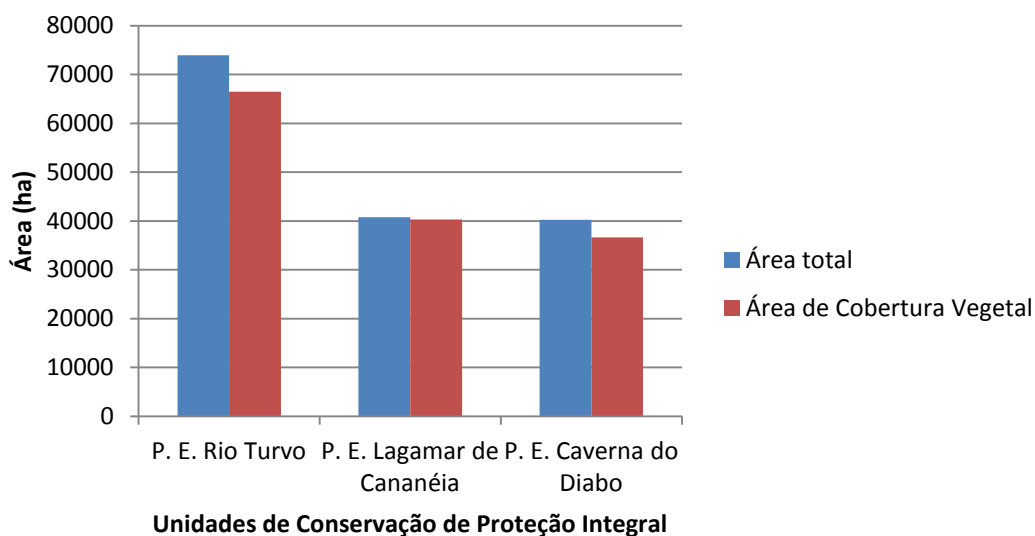


Gráfico 16- Área total e respectiva cobertura vegetal em cada Parque Estadual

Entre as UCs de Uso Sustentável, as situações menos favoráveis encontram-se na APA Rios Vermelho e Pardinho e na RDS Barreiro-Anhemas com 25,8% de cobertura vegetal (gráfico 16). As APAs e as RDS apresentam a cobertura vegetal mais fragmentada e concentram os pontos de ruptura da conectividade do contínuo florestal da região.

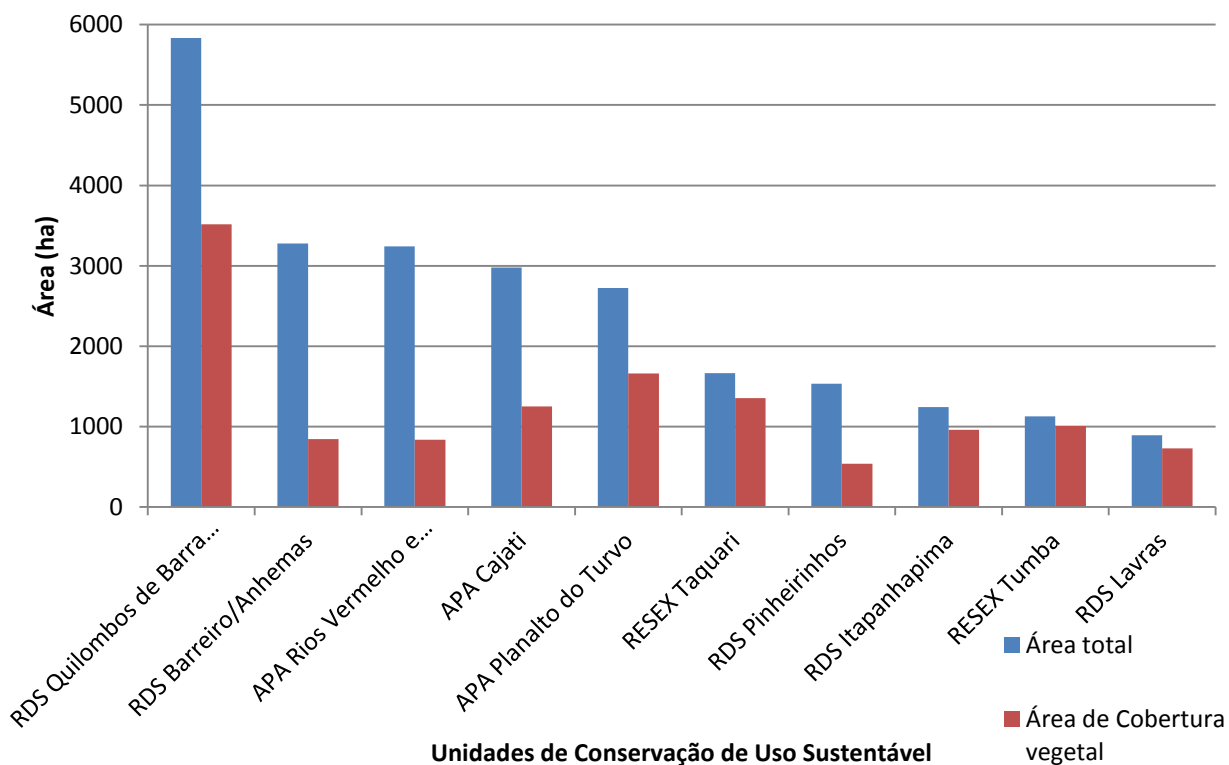
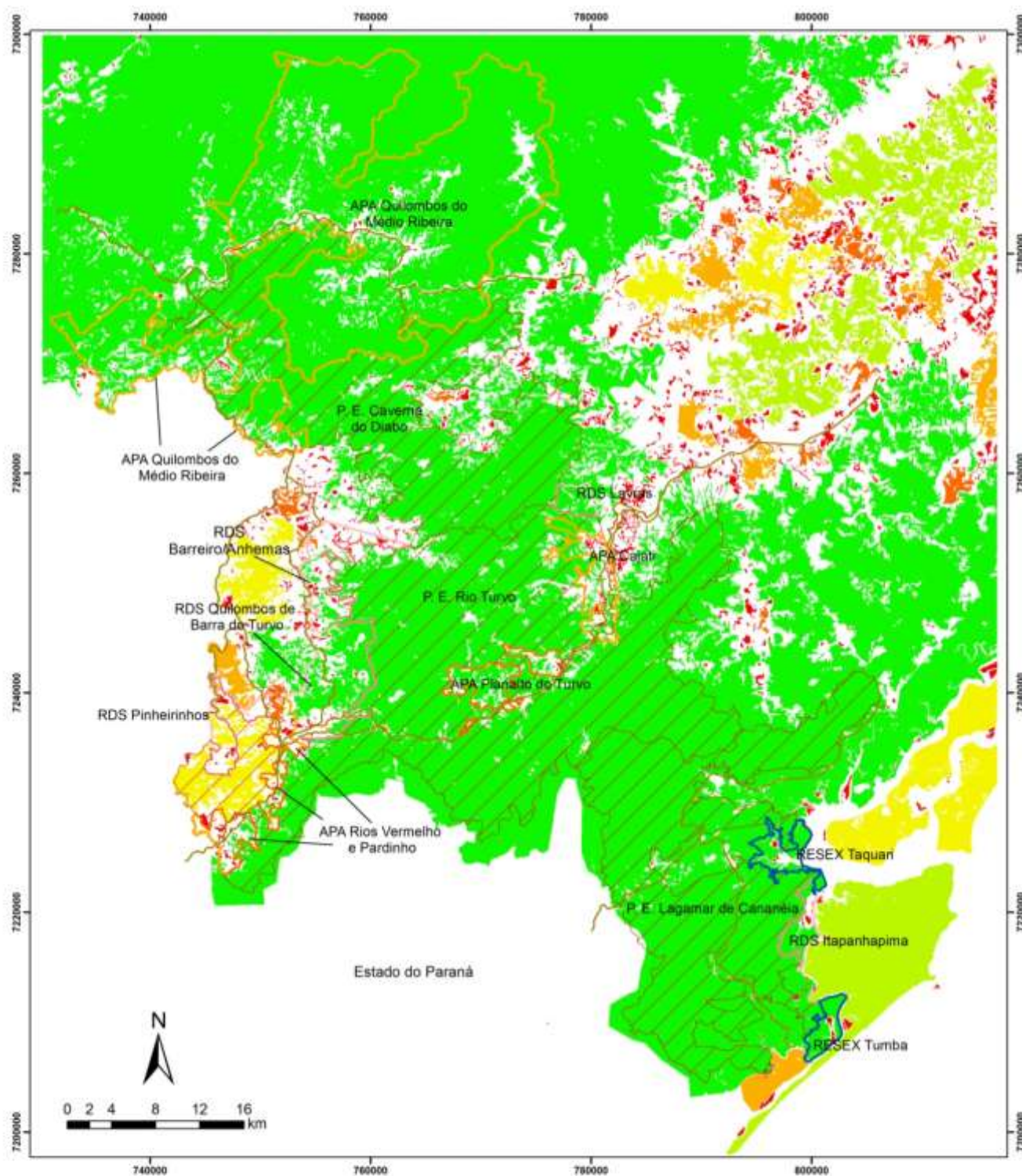


Gráfico 17- Área total e respectiva cobertura vegetal de cada UC de Uso Sustentável, sem a APA Quilombos do Médio Ribeira.

Para verificar a distribuição espacial dos fragmentos de cobertura vegetal no contexto onde está inserido o MOJAC, foi gerada uma classificação por tamanho, a partir do valor máximo de 260 mil hectares (Figura 13). Esta área extrapola os limites do Mosaico, incluindo 10 km a leste e oeste, e 2 km a norte. O limite sudeste corresponde ao estuário do Lagamar e à costa Atlântica e o limite sudoeste corresponde à divisa com o estado do Paraná, onde encontra-se o Parque Nacional Superagui e a APA Federal de Guaraqueçaba, ambas muito bem conservadas. Também devido ao limite estadual, não há o mapeamento de uso da terra desta região.



Classes de Tamanho de Fragmentos de Cobertura Vegetal

— Estradas

Unidades de Conservação

APA

Parque Estadual

RDS

RESEX

<100

100 - 500

501 - 1.500

1.501 - 7.000

7.001 - 15.000

15.001 - 130.000

130.001 - 260.000

Fontes de dados:

Base de Dados Georreferenciados Parque Estadual Jacupiranga/ Projeto de Preservação da Mata Atlântica, 2001

Dados do Inventário Florestal, 2011

Projeção: Universal Transversa de Mercator

Datum: South American Datum 1989

Fuso: 22 Sul

Organizado por: Ocimar José Batista Birn/

Júlia Camara de Assis

USP

LCB
CG-FRLOH-USP

Figura 13- Mapa das classes e tamanho dos fragmentos

Do total de cobertura vegetal da Figura 13, 83,3% concentram-se em dois grandes fragmentos. A classe de 130 mil a 15 mil ha foi criada para indicar a inexistência de remanescentes com este tamanho. Outros 18 fragmentos existentes neste contexto apresentam tamanho entre 15mil e 500 ha, totalizando 13,4% da área de cobertura vegetal. Um total de 1492 fragmentos, que variam de 500 a <10ha, representam 3,3% do total (Tabela 42).

Tabela 42- Classes – números e tamanho dos fragmentos

Classes de Tamanhos (ha)	Área (ha)	Nº de Fragmentos	Tamanho Médio	% Do total
260.000-130.000	391480,6	2	195740,3	83,3
130.000-15.000	0,0	0	0,0	0,0
15.000-7.000	32796,1	3	10932,0	7,0
7.000-1.500	21111,7	6	3518,6	4,5
1.500-500	9154,5	9	1017,2	1,9
500-100	3927,8	19	206,7	0,8
100-10	7588,2	280	27,1	1,6
<10	3675,3	1193	3,1	0,8

A análise dos resultados gerados pela aplicação das métricas evidência que as UCs do MOJAC enquadram-se em um contexto geral de fragmentação mínima. Definido, em grande parte, pela influência das formas de uso e ocupação das comunidades residentes e pelas normas e regulamentos legais de conservação do antigo PEJ.

Os Parques Estaduais que funcionam como matrizes e configuram um contínuo florestal que fazem a interligação das paisagens das áreas recategorizadas viabilizando os fluxos das espécies entre todas as áreas do Mosaico e outras áreas adjacentes a ele, contribuindo para a conservação da biodiversidade numa escala mais ampla.

Isto posto, pode-se afirmar que a proposta do Mosaico, à luz da ecologia da paisagem, não traz riscos à conservação, pois do ponto de vista ecológico, as espécies têm seu fluxo pela paisagem garantido através dos grandes fragmentos, especialmente as espécies que não se deslocam fora do seu hábitat (METZGER, 2010).

Outro aspecto relevante diz respeito às várias iniciativas de restauração e práticas da agrofloresta e da agricultura orgânica, que se multiplicam na região e trazem medidas que contribuem para ampliar a conectividade dos fragmentos aumentando a percolação entre as paisagens.

Diante desse cenário, essa etapa da dissertação demonstra que é necessária a consolidação da gestão dos Parques, para que o estado de conservação pelo menos se

mantenha como está, e que nas áreas das UCs de Uso Sustentável se mantenham e intensifiquem as ações de agroecologia, ordenamento territorial e a recuperação das áreas desprovidas de vegetação, em especial aquelas localizadas nas Áreas de Preservação Permanente. Com isso, fortalecem a ligação dos fragmentos menores, com as áreas dos fragmentos maiores, garantindo os fluxos genéticos e em consequência uma melhor conservação da área.

Outras medidas devem ser intensificadas:

- A arrecadação das áreas ocupadas com pastagens (Campo antrópico) que representam áreas consideráveis, e que têm localização estratégica por estarem próximas às UCs de uso sustentável. A recuperação dessas áreas favorece a conectividade dos fragmentos existentes, ampliando os corredores ecológicos existentes; e contribuindo com as possibilidades de melhorias na promoção da conservação dessas áreas e a ampliação da conectividade entre os fragmentos remanescentes.
- Definir - quando da elaboração do Plano de Manejo - uma política de conservação em relação à BR-116, que atravessa boa parte da área de estudo, e não conta com nenhuma normativa em relação aos fluxos da fauna existente, e que atualmente funciona como uma barreira, apesar da existência das passagens existentes. É necessário melhor definir esta situação.
- Intensificar e ampliar ações de recuperação e da agricultura orgânica e agroflorestal, através da criação de programas que fomentem esses programas, com a alocação de recursos humanos e financeiros.
- Incentivar estudos de conservação e ecologia da paisagem nas áreas, para fins de monitoramento da área.
- Realizar imediatamente o estudo de reordenamento territorial das APAs, previsto na Lei 12.810, para que se tenha um controle da ocupação dessas áreas, evitando possíveis danos aos fragmentos florestais existentes.

Essas indicações podem ampliar a manutenção das conexões existentes entres os remanescentes florestais e contribuir para a manutenção da conectividade da paisagem e a não-perda de habitat no MOJAC.

CONCLUSÕES

Após esses três anos de estudos, andanças, conversas e trabalho pelo Território do Mosaico do Jacupiranga, algumas considerações podem ser feitas por este gestor-pesquisador, embasadas tanto no aprendizado construído por meio da observação-participante do processo como no diálogo estabelecido ao longo da caminhada com os diferentes protagonistas desta história: as lideranças comunitárias e sindicais, os moradores locais, os colegas gestores e os representantes dos diversos órgãos públicos e das associações e organizações não governamentais envolvidas.

A primeira consideração diz respeito à riqueza do processo de elaboração da Lei do Mosaico que evidenciou e acolheu, antes de tudo, a importância da organização da sociedade civil. Foi ela que, diante de uma situação marcada pelo conflito e total falta de diálogo com os moradores locais, se revoltou, protestou, se organizou e articulou a proposição da primeira lei que colocaria a região do antigo Parque Estadual de Jacupiranga em evidência e na pauta da política ambiental do Estado.

Mas, vencida esta fase inicial e percorridos quatro anos desde a promulgação da lei que criou o Mosaico do Jacupiranga, é necessário agora vencer os desafios que se colocam para a efetiva implantação da lei. E os principais entraves são provenientes da omissão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado e da Fundação Florestal que não dão à área e seus habitantes a prioridade que necessitam e merecem, negligenciam o cumprimento da lei e repetem, no âmbito do Estado, a política de transformar as demandas do Jacupiranga em invisíveis.

Os entraves para a implantação do MOJAC são os mesmos que afligem a todo o sistema de criação de Unidades de Conservação no Brasil, ou seja, as UCs são criadas, mas sem o financiamento e o planejamento necessários para sua efetiva implantação. O desafio é fazer com que o Estado cumpra a sua responsabilidade, encaminhando desde as questões relacionadas aos recursos humanos e financeiros para o atendimento das demandas da gestão das áreas, quanto as questões mais complexas que estão explícitas na lei de criação do MOJAC e que resultam na necessidade de políticas públicas consistentes.

Entre elas, o funcionamento da Comissão de Implantação - que foi criada e só se reuniu duas vezes, uma em 2010 e outra em 2011, e que atualmente está inativa; a criação do Conselho Consultivo do Mosaico; a discussão e elaboração dos Planos de Manejo; e a execução das políticas de regularização fundiária - que praticamente não avançam, já que nenhuma área ocupada irregularmente foi arrecadada, além de não terem sido adquiridas áreas

para realocação. Além disso, poucos recursos orçamentários foram destinados para a gestão, cuja integração entre as diversas UCs - preconizada no SNUC - ainda não foi iniciada, bem como também não foi implantado o Conselho Gestor do Mosaico.

Cabe destacar que o movimento social organizado, representativo dos moradores do Mosaico, não se acomodou diante da lentidão do Estado no andamento da implantação efetiva do MOJAC, diagnosticada nesta pesquisa tanto nas Atas dos Conselhos como nas entrevistas com as lideranças. Em março de 2011, em face ao não atendimento pela Fundação Florestal/SMA da cobrança de soluções para a questão fundiária, de infraestrutura e de implantação do Mosaico, os moradores e lideranças comunitárias dos Parques Estaduais do Rio Turvo e da Caverna do Diabo ocuparam o Núcleo Cedro do PERT, localizado em Barra do Turvo.

A manifestação, liderada pelo Sintravale, Cooperafloresta e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati, cobrava medidas para acelerar o processo de implantação do Mosaico, tendo como principais reivindicações: elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Mosaico; aquisição de terras para realocação das famílias que permaneceram em áreas de Parques após a criação do Mosaico; suspensão das ações por crime ambiental contra os agricultores familiares do Mosaico; criação de uma comissão permanente de negociação, entre outras.



Faixa do movimento



Faixas reivindicatórias



Vista geral dos moradores ocupando o salão do PERT

Figura 14- Ocupação do núcleo Cedro do PERT por Moradores

A ocupação cobrou do Estado o cumprimento da Lei nº 12.810 e a colocação desta na ordem de prioridade da política estadual de meio ambiente. O movimento teve a duração de quatro dias e ampla repercussão, tanto que a Fundação Florestal enviou para a área diretores responsáveis pela gestão do Mosaico para iniciar um processo de negociação. Diante do movimento, o órgão gestor estadual se comprometeu em iniciar os processos internos visando a elaboração do Plano de Manejo, o ITESP foi convocado para realizar a avaliação de terras na região para serem adquiridas com recursos de compensação, e um calendário de reuniões da Comissão foi estabelecido. Mas mudanças institucionais internas, ocorridas na Fundação Florestal no segundo semestre de 2011, paralisaram todas essas atividades e o andamento do processo de implantação do Mosaico por parte da FF/SMA.

Os movimentos ocorridos no processo da criação e implantação do Mosaico do Jacupiranga comprovam a complexidade do processo e sua magnitude. O que está em curso no MOJAC é um teste para o SNUC, pois todo o processo se confunde com a própria história de implantação do SNUC, lei precursora em considerar as populações residentes nas Unidades de Conservação. Isso não significa, no entanto, que tais populações sejam reconhecidas e valorizadas no seu modo de vida e incorporadas às políticas de conservação. Portanto, a organização e a mobilização destas populações é que vão garantir a implantação da lei, de forma a respeitar os seus direitos e a criar um novo paradigma para a conservação da região do MOJAC, fazendo com que tudo não acabe resultando apenas em um mosaico de papel.

Se compararmos a implantação do Mosaico com a figura de um tripé, sendo os gestores locais das UCs e a sociedade civil os sujeitos sociais locais, e o Estado - representado pela Fundação Florestal/SMA, os atores externos, dos quais dependem as políticas públicas que podem alavancar a implantação do Mosaico, constata-se que uma das pernas deste tripé

não está caminhando. Pois esta pesquisa mostra que isto depende de uma ação articulada pelo Estado, em parceria com outros órgãos regionais e prefeituras, a implantação das políticas estruturantes que podem, por exemplo, revisar os equívocos dos limites das novas UCs criadas, regularizar a questão fundiária, alocar recursos financeiros para a execução de programas de fomento de práticas agrícolas sustentáveis, de saneamento básico, de melhoria nas estradas, entre outras.

Ao mesmo tempo em que a sociedade civil organizada e os gestores locais das UCs discutem, constroem, consensuam e articulam nos Conselhos os caminhos possíveis para viabilizar a execução das diversas possibilidades que se abriram com a criação do Mosaico, a Fundação Florestal/SMA, por sua vez, ao longo dos últimos quatro anos, não tratou o Mosaico do Jacupiranga como prioridade. Uma prova disso é o montante de recursos financeiros que foi alocado para o Mosaico no orçamento da Fundação Florestal dos últimos anos. Considerando as rubricas específicas como o Levantamento de Informações do Mosaico; a Elaboração dos Planos de Utilização; e a aquisição de mudas e de insumos para as RDS em Barra do Turvo, Cajati e em Cananéia, alcança-se o total de R\$ 308 mil alocados para o Mosaico no período de 2009 a 2012, valor que representa quase nada se comparado com os recursos que a Fundação Florestal disponibiliza para outras regiões do Estado⁷⁰.

Em relação aos recursos humanos, após a lei foram disponibilizados para o Mosaico do Jacupiranga apenas sete gestores para 14 UCs, quatro monitores de apoio à gestão das cinco RDS e quatro APAS, quatro guarda-parques, um funcionário para serviços gerais e dois técnicos de campo (Barra do Turvo). Desde a criação do Mosaico nenhum veículo ou embarcação foi adquirido para a gestão das UCs, sendo utilizados os velhos veículos do Instituto Florestal. Tampouco nenhuma nova sede foi construída ou implantada nem realizados projetos de desenvolvimento com recursos da Fundação Florestal.

Nem a articulação entre os órgãos do Estado que participaram da elaboração da Lei do Mosaico foi mantida e estimulada. A ação integrada entre os órgãos estaduais foi deixada de lado e não se avançou na criação do Conselho Consultivo do Mosaico. Como gestora do Mosaico, a Fundação Florestal deveria exercer o papel aglutinador entre a sociedade civil e os órgãos governamentais para implantar a gestão integrada, um dos preceitos mais importantes da criação de um Mosaico de áreas protegidas.

Por sua vez, mesmo em número insuficiente e com poucos recursos – há ocasiões em que não dispõem nem de veículos para se deslocarem por uma área tão extensa, os gestores

⁷⁰ Informações levantadas no site da Fundação Florestal no período da pesquisa, 2008 a 2012.

locais, com um perfil profissional que se identifica com a região e com a população local, se esforçam para que um projeto construído com tanto esforço não tenha retrocessos, desenvolvem o trabalho cotidiano em consonância com a lei e promovendo uma gestão próxima da sociedade, por meio dos conselhos que se reúnem periodicamente e estabelecem acordos para a governança e a redução de conflitos. A gestão dessas áreas é o reflexo do estilo e da personalidade dos gestores e não de uma política da Instituição (BRITO, 2003).

Nesse tripé, a sociedade civil não apenas participa das atividades e discussões do Mosaico, em especial nos municípios de Barra do Turvo e Cajati, como também desenvolvem projetos de extensão rural, capacitação, fomento e até instalação de infraestrutura. Considerando os projetos de assistência técnica e extensão rural (Cativar/MDA); restauração florestal participativa (Idesc/Funbio); implantação de unidades de agrofloresta e de apicultura (Cooperafloresta/Petrobras/MDA/Funbio); e habitação rural (Sintravale/CEF), entre outros, as ONGs locais perfazem um investimento de mais de R\$ 1,2 milhão na área.

As organizações sociais dinamizam a implantação do MOJAC, em um movimento que se coaduna com o que ocorre em vários locais do Brasil, que Arruda nos traz:

(...) No Brasil já há uma série de experiências de gestão comunitária desenvolvidas nesta direção, cujos resultados preliminares são bastante promissores. A experiência das reservas extrativistas é uma das mais importantes e difundidas. Uma outra experiência interessante é a da reserva de Mamirauá, no Amazonas, que inclui as populações de residentes e usuários da reserva no seu processo de implantação, com o objetivo de conciliar conservação e desenvolvimento social (Lima, 1996). No campo de atuação das ONGs, dezenas de projetos inovadores aliando conservação e melhoria das condições de vida das populações locais estão em andamento, enfrentando na prática os desafios colocados pela construção de uma alternativa que supere a falsa dicotomia ser humano X natureza apostando numa relação positiva que supere os dilemas do presente. Em que pese as dificuldades e problemas a serem enfrentados para o sucesso destes projetos, a presença, a participação e o envolvimento positivo das populações locais têm sido altamente positivo para a conservação destas áreas (ARRUDA, 1999, p. 89).

Essas ONGs são de pequeno porte e de atuação local/regional e, em parceria com as comunidades locais, desenvolvem outros projetos e ações além dos citados acima, não envolvendo recursos financeiros diretamente, mas que vêm impulsionando a implantação do Mosaico na prática.

(...) Outro processo que teve importância foi o trabalho da Cooperafloresta, que reúne número muito significativo de famílias, boa parte delas residindo dentro do Parque e praticando uma forma de agricultura na qual a regeneração e a conservação da biodiversidade, do meio ambiente, da estrutura e dinâmica florestais são o fundamento da produtividade do sistema. Esta associação era uma clara demonstração que as populações locais podiam viver e serem úteis ao meio ambiente local e ainda por cima referenciar processos semelhantes em todo o país. (Entrevista Liderança, Cooperafloresta, maio de 2012).

Em consonância com o que ocorre internacionalmente, “o destino das unidades de conservação está ligado ao suporte e, portanto, ao destino das populações locais”, que no caso do Mosaico tem se integrado à gestão dessas novas áreas (BRITO, 2003 p. 214). Rompendo o paradigma da criação do PEJ, onde sociedade e natureza estavam em lados opostos.

Pode-se afirmar que a criação do MOJAC conseguiu atender a um dos seus principais objetivos - a redução dos conflitos socioambientais relativos ao uso do território para as comunidades que vivem em áreas recategorizadas. Permanece ainda o conflito para as famílias que ficaram no interior dos Parques. Mas a própria lei prevê mecanismos para encaminhar soluções a esta questão, tornando possível a revisão dos limites das UCs através da elaboração do Plano de Manejo. Diante da morosidade do Estado em tomar a iniciativa, este mecanismo poderá ser acionado mediante a pressão dos sujeitos sociais locais. Eles já demonstraram sua força quando lutaram pela criação da lei e ocuparam a sede do PERT. Não seria surpresa se, a partir de agora, se movimentassem para garantir o total cumprimento da lei que ajudaram a criar.

A partir do que foi descrito durante toda esta pesquisa, conclui-se que a criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga foi a alternativa acertada, construída a partir de diretrizes que foram se consolidando na agenda política ambiental de São Paulo e que acompanharam a discussão nacional e internacional sobre a presença de populações em áreas protegidas. É importante frisar que esse modelo só pode ser concretizado graças à mobilização dos sujeitos sociais locais que, através de suas organizações, ganharam força, visibilidade e conseguiram inserir suas demandas na arena política.

Entretanto, para que o Mosaico atinja seus objetivos de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento social e cultural, outras questões devem ser consideradas, pois o modelo possui pontos fracos. Entre eles, a necessidade de se estabelecer diretrizes institucionais sólidas, de modo a reduzir a influência política no que diz respeito à gestão das Unidades de Conservação; a instabilidade funcional que vivem os gestores diante da frequente troca de comando no órgão gestor estadual; e a falta de prioridade para com a região, se comparada com a prioridade dada pela agenda política da SMA às regiões “mais nobres” da Mata Atlântica do Estado.

Os relatos expostos ao longo desta pesquisa retratam momentos de um processo em curso. Sua importância está no registro da história e no aceno de possibilidades de questionamento dos modelos de criação e implantação de áreas protegidas no Brasil. Mesmo com todos os seus entraves, o processo tem demonstrado ser possível, através do diálogo,

construir alternativas às políticas autoritárias que marcaram a história das áreas protegidas no Brasil.

É de fundamental importância que estas questões tenham mais espaço na Academia, colocando a produção do conhecimento para discutir os problemas e oportunidades que esse processo trouxe à tona. Como afirma Diegues:

“Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. Essas unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes” (Diegues 1996, p. 97):

Nesta porção de Território que abriga e protege boa parte do pouco que ainda resta de Mata Atlântica no Brasil vive-se um fervor de atividades, que têm como horizonte a busca por formas sustentáveis de sobrevivência e de reprodução, baseadas em uma nova relação entre sociedade e natureza.

Referências Bibliográficas

- AB' SABER, A.N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ANDRÉN, H. **Effects of habitat fragmentation on birds and mammals in landscapes with different proportions of suitable habitat: a review**. *Oikos*, v. 71, n°. 3, 1994, p.355-366.
- ÂNGELO, S. e SAMPAIO, P. A. **Políticas públicas, agricultura e desmatamento no Vale do Rio Ribeira de Iguape. In: Políticas públicas, agricultura e desmatamento no Brasil – Estudo de Caso nº 5**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais, 1995. 79p.
- AMARAL, E. A. R.. **Parques e Comunidades Rurais são Compatíveis? Estudo de caso no P. E. da Serra do Tabuleiro**. 1998. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- ARNSTEIN, S.R. **Uma Escada da Participação Cidadã**. Revista PARTICIPE. V. 2. Porto Alegre, 2002.
- ARRUDA, Rinaldo S. V: **"Populações Tradicionais" e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação**. In: I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, Vol. 1, p. 262 a 276, 1997.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Projeto de lei nº 984/03 - Altera os limites do Parque Estadual do Jacupiranga, criado pelo Decreto-Lei nº 145, de 8 de agosto de 1969, exclui áreas ocupadas pelas populações que especifica, incorpora área e dá outras providências**. São Paulo: ALESP, 2003.
- ASSIS, J.C. **A região da serra da cantareira: A fragmentação, o efeito das rodovias e as políticas públicas para conservação**. São Paulo, PROCAM 2012
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**, São Paulo: Edições 70, 1977.
- BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico**. Revista IGEOG/USP, Caderno de ciências da terra. São Paulo: USP, n.13, 1971.
- BOURLEGAT, C A. L. **Do Território produzido e vivido ao dinamismo territorial**. Disponível em <http://www.siid.ucdb.br/docentes/arquivos/109132>. Acessado em junho de 2012.
- BRASIL. **Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília: Diário Oficial da União de 19/07/2000.
- _____. **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2010.
- BRAGA, Roberto. **Planejamento regional no estado de São Paulo: a experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 a 1980**. Tese de Doutorado. São Paulo: Dep. Geografia/FFLCH/USP, 1998.

BRITO, M.C.W.a **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

BRITO, M.C.W.b **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2003.

CONSEA, MG, **Alimentação Saudável, Adequada e Solidária**. Belo Horizonte, 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais: Direito Humano Básico. Caderno de textos preparatórios para as Conferências Regionais. MG: 2011.

CANDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre os caipiras paulistas e a transformação dos meios de vida**. São Paulo: Ed. Jose Olímpio, 1964.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARVALHO, M.C.P. **Relatório Técnico Científico Comunidade Quilombola Pedra Preta de Barra de Turvo – SP**, São Paulo, ITESP, 2008.

CARVALHO, I. & SCOTTO, G. **Conflitos Sócio-ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

CERQUEIRA, R., et al. **Fragmentação: Alguns conceitos**. In Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: MMA/SBF, 2003.

CHABARIBERY, D. et al . **Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2004.

CUNHA, J.M.P. & BAENINGER, R. **A migração nos Estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças**. In: HOGAN, D.J. et al . (Org.). *Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: Nepo-Unicamp/Pronex, 2000.

CUSTÓDIO, F.A. **A Floresta ombrófila densa em diferentes altitudes no Parque Estadual Carlos Botelho**. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 2002.

DIAS, P. et al. **Caracterização Florística de Lianas no Mosaico Vegetacional do Parque Estadual do Jacupiranga, Estado de São Paulo**. Relatório. Piracicaba: ESALQ, 2006.

DEAM, W. **A Ferro e Fogo: A história de Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 1996. 449 p.

DIEGUES, A.C. et al. **Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação na Região da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____ **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

- _____ **O nosso lugar virou Parque.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2005.
- _____ **Enciclopédia Caiçara.** Vol.2. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.
- _____ **“O Vale do Ribeira e o Litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população”.** Cadernos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo, Março 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/cenpec.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.
- DIEGUES, A.C. & VIANA, V. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.
- DIOS, C.B.A. **Aplicabilidade da legislação ambiental na gestão das Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2005.
- ESALQ-USP. **Caracterização Florística do Mosaico Vegetacional do Parque Estadual de Jacupiranga, SP.** Relatório Técnico. Piracicaba, 2008.
- FAHRIG, L. **Effects of habitat fragmentation on biodiversity.** *Annual Review of Ecology, Evolution and Systematics*, v. 34, p. 487-515, 2003.
- FREDERICO, A. et al . **A ocupação humana irregular na faixa de influência da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) e a degradação das florestas na porção central do Parque Estadual do Jacupiranga.** Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, Vol. 1, 1997, p. 298 a 306.
- _____ **Contribuição para a discussão sobre a desafetação de áreas em Unidades de Conservação da natureza de proteção integral.** Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, Vol. 1, 1997, p. 631 a 640.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Estudo técnico para recategorização de Unidades de Conservação e criação do Mosaico de UCs Juréia-Itatins.** São Paulo, 2010.
- _____ **Planos de manejo espeleológicos das Unidades de Conservação do Vale do Ribeira: PETAR, PERT, PEI e PECD.** São Paulo: FF, 2007.
- _____ **Plano de Utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Lavras.** São Paulo: FF, 2010.
- _____ **Plano de Utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Barreiro-Anhemas.** São Paulo: FF, 2010.
- _____ **Plano de Utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Pinheirinhos.** São Paulo: FF, 2010.
- _____ **Plano de Utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itapanhapima.** São Paulo: FF, 2010.

_____. **Plano de Utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombos da Barra do Turvo.** São Paulo: FF, 2010.

FUNDAÇÃO S.O.S. Mata Atlântica. **Parque Estadual de Jacupiranga:** diagnóstico preliminar. São Paulo, 1993.

_____.;INPE; ISA. **Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período: 1990-1995:** São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/INPE/ISA, 1998. 42 p.

FUNATURA & IBAMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): Aspectos Conceituais e Legais.** Brasília: FUNATURA, 1989. 79p.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Municipal.** Informações publicadas em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/> e acessadas em 01 de junho de 2012.

FURLAN, S.A. **Lugar e Cidadania:** Implicações Socioambientais das Políticas de Conservação Ambiental - Situação do Parque Estadual de Ilha Bela. 2000. Tese de Doutorado, Depto Geografia/FFLCH, USP. São Paulo, 2000.

_____. **Florestas Culturais:** Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade. São Paulo: Revista Agrária, nº 3, 2006, p.3-15.

FURLAN, S. A. & MARINHO, M. **Gestão Compartilhada e Comunitária em Áreas Protegidas: Reflexões no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil.** Revista Geográfica da América Central. Disponível em <Http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2371>. Acessado em julho de 2012.

GALINDO-LEAL, C. & CÂMARA, I.G., **Status do Hotspot Mata Atlântica: Uma Síntese.** Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica-Conservação Internacional, 2005.

GUERRA, A.J.T, COELHO, M.C.N., **Unidades de Conservação, Abordagens e Características Geográficas.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2009.

HUECK, K. **As Florestas da América do Sul.** São Paulo: Ed. Polígono, 1972.

HAESBAERT, R.. **O Mito da Desterritorialização:** do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2006.

_____. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

HOGAN, D. J, et al I. **Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP):** Conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população”. In.: HOGAN, D. J. et al (Org.) Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente: Editora da UNICAMP. Campinas: 2000. 518p.

_____. **Um breve perfil ambiental do estado de São Paulo.** Núcleo de Estudos de População. São Paulo: UNICAMP, 2000, p. 275- 385.

HUECK, K. **As Florestas da América do Sul**, Ed. Polígono, 1972, 466p.

IBAMA. **Em busca da sustentabilidade do Vale do Ribeira e Litoral do Estado de São Paulo**: subsídios para discussão do plano de ação governamental para o desenvolvimento sustentável. IBAMA, SMA, UNICAMP. São Paulo: 1998.

IDESC, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira. **Levantamento de Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira**. Documento. Campinas-Registro: ITCP-UNICAMP-IDESC, 2009.

IDESC, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira. **Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira**. Registro: FNMA/MMA/IDESC, 2006.

IBDF& FBCN. **Plano de Sistema de Unidade de Conservação do Brasil: 2º Etapa**. Brasil: IBDF, 1982.

ITESP, Fundação Instituto de Terras. **Cadastro geral de ocupantes do PEJ**. Documento. São Paulo: ITESP, 2007.

_____. **Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil**. Disponível em <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/acoes-detalhes.as> – acessado em maio de 2012.

IBGE, **Censo 2010**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp> acessado em julho de 2012.

INSTITUTO FLORESTAL. **Documentos básicos para o Plano de Manejo Parque Estadual do Jacupiranga**. São Paulo, 1999.

_____. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo**, disponível em <http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/inventario.html>) acessado em junho de 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira: Olhares Cruzados, visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira**. Relatório, 1988.

_____. **Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)**. Documentos ISA, nº I, São Paulo, 1996.

_____. **Almanaque Brasil Sócio Ambiental: Uma nova Perspectiva para entender a Situação do Brasil e a Nossa Contribuição para a Crise Planetária**. São Paulo: ISA, 2007, p.223.

IRVING, M. I. **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Ed. Aquarius, 2006.

LEPSCH, Igo F. et al. **Macro Zoneamento de terras da região do Vale do Ribeira de Iguape, SP**. Campinas: Boletim IAC, 1990.

LINO, C.F. **Reserva Ecológica Integrada da Serra do Paranapiacaba**. Vale do Ribeira, SP. São Paulo, Proposta Técnica do Instituto Florestal de São Paulo, 1992.

_____. **Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga**. Caderno nº 37 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. 76p.

LINO, C. F. & ALBURQUERQUE J.L. (org.) **Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar**. São Paulo: CNRBMA, 2007.

LOUREIRO, et al. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003.

_____, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Ibase: Instituto Terra Azul, 2007.

LOUREIRO. C. F. B. **Gestão ambiental participativa e Unidades de Conservação**. Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente, Salvador: NEAMA, vol.1, 2003.

LUCENA, A. C.P. **Estrutura populacional do Caranguejo Uça, e a sustentabilidade do extrativismo na RESEX do Mandira, Cananeia SP**. Tese de Doutorado São Carlos UFSCAR 2010

LUDKE, M. et al. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p

MACEDO, R. K.. **A importância da avaliação ambiental**. In: TAUKE, S.M. *Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1991. p.11-26.

MACHADO, I.C. **Um relato do extrativismo: A sustentabilidade na exploração comercial da ostra de mangue em Cananeia**, Tese de Doutorado. São Carlos 2010

MACIEL B. A. **Mosaico de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para Mata Atlântica**. 2007. Dissertação de Mestrado, CDS/UNB. Brasília, 2007.

MANTOVANI, W., 1993. **Estrutura e Dinâmica da Floresta Atlântica na Juréia**, Iguape – SP. Tese (Livre Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. 126p.

MARTINS, G.A. **Estudo de Caso: uma reflexão sobre aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações - FEARP/USP v. 2, São Paulo, 2008.

MAZZOTTI, A J A: **Usos e abusos dos estudos de caso**. Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, Cadernos de Pesquisa, v. 36, 2006.

MEDEIROS R. **Evolução das Tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil** – Revista Ambiente & Sociedade - vol IX nº 1 Jan./Jun 2006. Disponível em <<http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/pdf>> acesso em 01/04/2010.

MENDES Jr & NOGUEIRA J. “**Ecoturismo e desenvolvimento no Vale do Ribeira: uma análise compreensiva de um problema potencial**”. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2007.

MERCADANTE, M. **Uma década de debate e negociação: a História da Elaboração da Lei do SNUC**. In: Benjamin, A. H. (org.). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

METZGER, J.P & DÉCAMPS, H. **The structural connectivity threshold hypothesis in conservation biology at the landscape scale**. *Acta Oecologica, Toulouse, Centre de'Écologie des Systemes Aquatiques Continentaux, UMR C5576*; São Paulo: Departamento de Ecologia Geral, Instituto de Biociências, v. 18, p. 1-12, 1997.

_____. **Estrutura da paisagem e fragmentação: análise bibliográfica**. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.71 (3-L), p.445-463, 1999.

_____. **O que é ecologia de paisagens?** *Biota Neotrópica*, 2001.

_____. **Como restaurar a conectividade de paisagens fragmentadas?** In *Restauração ecológica de ecossistemas naturais*. P. Y. Kageyama, R. E. Oliveira, L. F. D. Moraes, V. L. Engel e F. B. Gandara, eds.) FEPAF, Botucatu, p. 49–76. 2003.

_____. **O Código Florestal tem base científica?** no prelo, Universidade de São Paulo, 2010.

MITTERMEIER, R. A. et al. **O país da megadiversidade**. *Ciência Hoje*, 14: 20-27. G.A.B. 1992.

MILANELLO, M. 1992. **Comunidades tradicionais do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a ameaça do turismo emergente**. In: II Congresso Nacional sobre Essências Nativas. *Anais*. São Paulo, 3v. p. 1109-1111.

MORAES A.C.R. **Territórios e História no Brasil**. São Paulo: Ed. Annablume, 2008.

MONTEIRO, C.A.F. **A dinâmica climática e as chuvas do estado de São Paulo: estudo geográfico sob forma de atlas**. São Paulo: IGEOG, 1973.

MÜLLER, G. **Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NOFFS M.S., et al. **Proposta para a criação de uma estação ecológica em Ariri/Cananea, São Paulo, Brasil**. III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira. Academia Brasileira de Ciências, Serra Negra, SP, 1993.

NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. 2003. Dissertação de Mestrado. Dep. Geografia FFLCH/ USP, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA E. R. **Populações Humanas na Estação Ecológica Jureia Itatins**. São Paulo: Nupaub, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Questões Teóricas Sobre a Agricultura Camponesa**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

_____. **A geografia das Lutas no Campo**. São Paulo, Ed. Contexto, 1994.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, E. M. **Gestão com a sociedade**: diretrizes básicas para a operacionalização da gestão participativa em unidades de conservação. Disponível em: <www.br.geocities.com/eridiane/ea/gestao> Acesso em Junho 2011.

PAULINO E. T. **Território e campesinato**: da teoria à práxis. Revista Terra Plural, Ponta Grossa, 2008.

PERT e PEJ, FF. **Atas das Reuniões dos Conselhos Consultivos dos Parques**. Registro, 2011.

PERT, FF. **Relação das atuações da equipe de fiscalização**. Documento interno. Registro, 2010.

_____, **Relação de Autorização de Roças e construções**. Documento interno. Registro, 2010.

_____, **Termo de Compromisso**. Documento interno. Registro, 2010.

PERT/PEJ. **Relatórios de Fiscalização**. Documento interno. Registro, 2000 a 2012.

PETRONE P. **A Baixada do Ribeira**. São Paulo, USP, 1966.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PINHEIRO, M.R.et al. **Recomendações ao reconhecimento e implantação dos Mosaicos**. São Paulo, Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e Conservação Internacional do Brasil, 2010.

PRADO Jr., C. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Ed. Planta, 2001.

PISCIOTTA, Kátia. **Documento sistematizador de informações sobre a Região do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema**: subsídios para os planos de manejo das Unidades de Conservação. São Paulo, Fundação Florestal, 2007, 326p.

QUINTÃO A. T. B. **Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Brasil Florestal, 1983.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Marília Cecília França. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RDS, FF. **Relação de Autorização de atividades nas RDS do Mosaico**. Documento interno. Registro, 2012.

_____. **Atas das reuniões das RDS do Mosaico.** Documento interno. Registro, 2012.

RESENDE, Roberto U. **As Regras do Jogo: Legislação Florestal e Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira.** São Paulo: Annablume, 2000.

RIBEIRO, M.C.; et al. **The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed?** Implications for conservation. *Biological Conservation*, 2009.

RODRIGUES G. M. **Análise do status de conservação das Unidades de Conservação do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape Cananeia Guaraqueçaba.** Dissertação de mestrado. Instituto de Biociências, USP, São Paulo, 1997.

SÃO PAULO. **ICMS Ecológico-Secretaria do Meio Ambiente.** Disponível - <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/politicas-publicas/icms-ecologico/> acessado em junho de 2012.

_____. **Resolução SMA nº 029.** São Paulo, SMA, 2010.

_____. **Lei nº 12.810, de 21 de fevereiro de 2008.** Altera os limites do Parque Estadual do Jacupiranga e cria o Mosaico do Jacupiranga. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

_____. **Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica.** Documento. São Paulo, SMA, 2005.

_____. **Lei n.º 10.850, de 6 de julho de 2001.** Altera os limites dos parques estaduais de Jacupiranga e Intervales, visando o reconhecimento da aquisição do domínio das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

_____. **Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo.** São Paulo: SMA São Paulo, 2000.

_____. Secretaria do Meio Ambiente **Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.** Parte 1. Litoral: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Energia, CESP. São Paulo, 1996.

_____. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Programa Olho Verde.** São Paulo 1992.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Estudo sobre o Parque de Jacupiranga.** São Paulo, 1973.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço e tempo: meio técnico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O retorno do território.** In *Território: globalização e fragmentação*. Milton Santos et al. (orgs). São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS M. Maria L. S. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 13ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.

SANTIAGO, C. D: **Os Lavradores da Floresta:** um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na proteção do modo de vida tradicional. 2010. Doutorado – São Paulo, Dep. Geografia/FFLCH-USP, 2010.

SANSON F. E. G.: **As unidades de Conservação Ambiental como vetores de ordenamento territorial.** 2001. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Dep. Geografia/FFLCH/USP, 2001.

SHAFER, N Y. **Manguezais Brasileiros.** Tese de Livre Docência USP. Instituto Oceanográfico, 2 vol. 1991.

SCHERL, L. M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, 2006.

SCHITTINI, G. M. **Políticas Públicas, conservação e movimentos sociais em uma área de Expansão de Fronteira:** A criação de unidades de conservação no âmbito do Plano da BR-163 Sustentável. Brasília, Dissertação de Mestrado, CDS/UNB, 2009.

SILVA, F *et al* . **Mosaico de Unidades de Conservação: modelo de gestão integrada no âmbito do corredor ecológico da Serra do Mar – Mata Atlântica** disponível em<<http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/.pdf>> acesso em 10/03/2010.

SILVA, E. L. **Conselhos gestores de unidades de conservação:** ferramenta de gestão ambiental e estímulo à participação cidadã. 3ª edição revisada e ampliada. Rio Grande do Sul, 2007.

SILVA, R. A. **Relatório técnico científico da Comunidade Quilombola Ribeirão Grande e Terra Seca de Barra de Turvo – SP.** São Paulo: ITESP, 2008.

_____. **Relatório Técnico Científico da Comunidade Quilombola Cedro de Barra de Turvo –SP.** São Paulo: ITESP , 2008.

SIMÕES, E. **O dilema das decisões sobre populações humanas em parques: Jogo compartilhado entre técnicos e residentes no núcleo Picinguaba.** Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP,2010.

TAMBELLINI, M. T. **Mosaicos como modelo de gestão de Áreas Protegidas:** análise conceitual e processos de implantação. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 2007.

TABARELLI M. & MANTOVANI, W. **Colonização de clareiras naturais na floresta atlântica do sudeste do Brasil.** Revista Brasileira de Botânica 20(1): 57-66.

THEODORO S.H. et al. **Mediação de conflitos socioambientais:** um novo campo de atuação técnica científica. Anais da 54ª Reunião da SBPC. Goiânia, 2002.

UEZU, A, et al. **Effects of structural and functional connectivity and patch size on the abundance of seven Atlantic Forest bird species.** Biological Conservation, 2005.

VANINI, A. **Estudo comparativo de dois métodos de amostragem fitossociológica em caixetais. floresta ombrófila densa permanentemente alagada.** Dissertação (Mestrado) – ESALQ – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999. 137p.

VELOSO, H. P.; et al. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal.** Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991. 124 p.

VICTOR, M. A. M. **A devastação florestal do Estado de São Paulo.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1972.

VIANNA, L.P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

WATANABE N. Y. **Evolução do uso do solo no Parque Estadual de Jacupiranga (SP) e suas consequências para a gestão ambiental.** 2003. São Paul: Dissertação de Mestrado, PROCAM/USP, 2003.

ZAN, José Roberto. **Conflito de terra no Vale do Ribeira: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras.** Dissertação de Mestrado. Dep. de Geografia/FFLCH /USP.

Anexos

Anexo 01- ENTREVISTA 1- Gestores

QUESTIONÁRIO

DATA DA ENTREVISTA ____/____/____

INFORMAÇÕES GERAIS ENTREVISTADO

OPINIÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO MOSAICO

1. Na sua opinião, como foi o processo de criação do Mosaico? Conte um pouco de sua experiência.
2. Na sua opinião, como foi a participação das populações/comunidades do PEJ no grupo de trabalho e no processo de criação do Mosaico?
3. Como você avalia até o momento a implantação do Mosaico? Pontos positivos e negativos.
4. Você acha importante a criação do Conselho Consultivo do Mosaico? Por que não foi criado ainda?
5. Você acha que o Mosaico está funcionando na prática? Justificar.
6. Na sua opinião, o que não está funcionando?
7. O que melhorou com a criação do Mosaico para as comunidades?
8. O que melhorou com a criação do Mosaico para a conservação?
9. Quais os principais conflitos que ainda persistem no Mosaico?
10. Quais os principais entraves para a implantação efetiva do Mosaico?
11. Na sua opinião, o que deveria ser feito para a efetiva implantação do Mosaico?
12. A criação das RDS, tem sido criticada, especialmente nas RDS Barreiro Anhemas e Pinheirinho (essa crítica aparece nas reuniões dos conselhos e nas entrevistas) e também encontra-se alguma resistência em Cananéia (alem da posição de alguns comunitários, na tese de doutorado da Ingrid do Pesca ela afirma que a criação da RDS Itapanhoapima foi feita de cima pra baixo, contra a vontade da comunidade). Como vc vê isso.

Fique a vontade pra escrever mais o que achar necessário...

Anexo 02- ENTREVISTA 2- Lideranças

QUESTIONÁRIO n.º

DATA DA ENTREVISTA _____ / _____ / _____

ENTREVISTADOR _____

Pode Gravar () sim () Não

INFORMAÇÕES GERAIS

ENTREVISTADO _____

ENDEREÇO: _____

Unidade de Conservação: _____

Qual conselho participa? _____

OPINIÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO MOSAICO

1. Na sua opinião, como foi o processo de criação do Mosaico? Você participou do grupo de trabalho? Conte um pouco de sua experiência.
2. Na sua opinião, como foi a participação das populações/comunidades do PEJ no grupo de trabalho e no processo de criação do Mosaico?
3. Quais os principais conflitos que existiram durante a discussão e a efetivação da criação do Mosaico?
4. Como você avalia até o momento a implantação do Mosaico? Pontos positivos e negativos.
5. Como anda o processo de regularização fundiária de áreas no Mosaico?
6. Como está o funcionamento dos Conselhos das Unidades de Conservação incluídas no Mosaico?
7. Você acha importante a criação do Conselho Consultivo do Mosaico? Por que?
8. Você acha que o Mosaico está funcionando na prática? Justificar.
9. Na sua opinião, o que não está funcionando?
10. O que melhorou com a criação do Mosaico para as comunidades?
11. O que melhorou com a criação do Mosaico para a conservação?
12. O que piorou, tanto para as comunidades como para a conservação, com a criação do Mosaico?
13. Quais os principais conflitos que ainda persistem no Mosaico?
14. Quais os principais entraves para a implantação efetiva do Mosaico?
15. Na sua opinião, o que deveria ser feito para a efetiva implantação do Mosaico?

Anexo 03- ENTREVISTA 3- Comunidade

QUESTIONÁRIO n.º Comunidades

DATA DA ENTREVISTA ____/____/____

ENTREVISTADOR _____

Pode Gravar () sim () Não

INFORMAÇÕES GERAIS

ENTREVISTADO _____

ENDEREÇO: _____

Unidade de Conservação: _____

Quanto Tempo mora aqui? _____

De onde veio – origem _____

CARACTERIZAÇÃO DOS HABITANTES DA CASA

NOME	SEXO	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	IDADE	OCUPAÇÃO
Entrevistado					

CONDIÇÕES DA MORADIA

Condições de ocupação:

() própria () cedida () parentes
() alvenaria () madeira () pau-a-pique () outro tipo _____

Telhado: () telha de barro () alumínio () amianto () palha () outro

Número de cômodos ____

Aparelhos eletrônicos: _____

Energia:

() pública () gerador coletivo () gerador próprio () gás () lamparina () não possui

Abastecimento de água:

() pública () poço próprio () poço público () Rio () Fonte () não possui () Quantas torneiras tem

Banheiro: Quantidade: ____ () alvenaria () madeira () interno () externo

Esgoto: () rede pública () fossa séptica () fossa seca () outro:

Cozinha: () interna () externa

OPINIÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO MOSAICO

1. Por que o sr. veio morar aqui? De onde veio ?

2. - O senhor(a) gosta de viver aqui? Sim () Não ()
Por que?

3. - O que mais lhe agrada nesse lugar?

4. - O sr. gostaria que seus filhos também vivessem aqui?

Por que?

5. - Que tipo de problemas /situações o sr. enfrentou para trabalhar na terra?

6. -O Senhor (a) conseguiu resolver alguns desses problemas? Quais?

7. - O sr. sabia que aqui era um parque estadual e agora mudou para mosaico?

8. - O que senhor(a) entende por Mosaico de Unidade de Conservação? (fale uma /algumas palavras que o senhor acha que é Mosaico)?
-
9. - Na sua vida e de sua família, agora faz diferença ser um Parque ou Mosaico? Porque?
10. - O sr. acha que tem diferença na sua vida e de sua família entre antes, quando era parque, e agora com o Mosaico?
11. O que mudou na sua vida com a criação do MOSAICO? Fale três coisas que mudaram com o Mosaico?
12. - O que mudou no seu trabalho com a criação do Mosaico?
13. - O que não podia fazer quando era parque?
14. - O que agora pode ser feito, com a mudança para Mosaico?
15. - Você acha que o MOSAICO está funcionando na prática?
16. - Na sua opinião o que não está funcionando?
17. - O que melhorou?
18. - O que piorou?
19. - Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar?
20. - O que o senhor (a) acha que não é bom para a natureza que o pessoal faz contra a natureza?

<p>21. - O sr acha que ainda acontece:</p> <p>() desmatando</p> <p>() caçando</p> <p>() cortando palmito,</p> <p>() colocando fogo</p>	<p>22. - O sr acha que o pessoal continua desmatando?</p> <p>() sim</p> <p>() não</p>	<p>23. - O sr acha que o pessoal continua caçando?</p> <p>() sim</p> <p>() não</p>
<p>24. - O sr acha que o pessoal continua cortando palmito?</p> <p>() sim</p> <p>() não</p>	<p>25. O sr acha que o pessoal continua colocando fogo?</p> <p>() sim</p> <p>() não</p>	<p>26. Comparando com a época que era Parque, o sr. acha que os problemas acima como estão agora:</p> <p>() diminuiu</p> <p>() aumentou</p> <p>() continua do mesmo jeito</p>

27. - O sr. pode falar uma coisa boa que pessoal faz aqui em favor da natureza?.

SUA OPINIÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR(A) NA CRIAÇÃO DO MOJAC

28. - O senhor (a) participa das reuniões dos conselhos?
- () Sim
- () Não
- Por que?
29. - O sr. recebeu informações sobre o processo da criação do Mosaico?
30. - Em caso positivo, o sr. se sentiu esclarecido sobre a criação do Mosaico com as informações recebidas?

31. - Em caso negativo, que tipo de informação o sr. acha que faltou?
32. - O sr. participou das reuniões de criação do Mosaico?
33. - O que o sr. achou dessas reuniões?
34. - O sr. sabe se outros moradores participaram das reuniões da criação do Mosaico?
35. - O sr. sabe o que os outros moradores falam sobre a criação do Mosaico?
36. **RENDA DA FAMÍLIA**
- Salário fixo: () sim () não
 - Número de aposentados morando na casa: () nenhum (____)
 - Tipo de aposentadoria: Rural () Outra
 - Recebe algum auxílio federal/estadual/municipal: () sim () não
- () Bolsa Família () Bolsa Escola () Aposentadoria () Outras

Anexo 04 -Carta dos Moradores do Parque Estadual do Rio Turvo e Parque da Caverna do Diabo

Setembro de 2010

Sr. Secretário do Meio Ambiente Francisco Graziano

Nós, Moradores do Parque Estadual do Rio Turvo e Parque da Caverna do Diabo e representantes da sociedade civil, vimos através desta, reivindicar junto ao Excelentíssimo Senhor Bruno Covas, Secretário Estadual de Meio Ambiente, as ações listadas abaixo, considerando que:

O projeto de criação do MOJAC através da Lei 12.810/08, nascido a partir da luta da sociedade civil aliada ao projeto de lei do Deputado Hamilton Pereira, que previa as mudanças do antigo Parque Estadual de Jacupiranga, projeto este que foi aprovado pela ALESP e vetado pelo então governador Geraldo Alkimim. Mas a sua essência foi compreendida pelo executivo estadual, que através de um grupo de trabalho, com a participação de representações locais, (Prefeituras, Câmaras municipais e lideranças da sociedade civil), elaborou o projeto de lei do MOJAC, o projeto foi encaminhado para a ALESP, sendo aprovado após muitas discussões, e em fim sancionado. Fato que em nosso entendimento foi um avanço para a situação de conflito em que vivíamos, onde em Parque nada podia, e os mais de 8 mil moradores sendo sempre desrespeitados em seus direitos fundamentais. Reconhecemos que após a aprovação do MOJAC, as mudanças estão ocorrendo: a melhoria das estradas quando feita pelas prefeituras, a instalação de energia elétrica através do programa luz para todos com mais de 200 ligações já feitas, casas sendo reformadas e construídas nas UCs de uso sustentável, distribuição de mudas de pupunha nas RDS, a nomeação de gestores para algumas APAs e RDS, os planos de utilização nas RDS e o início das discussões para a formação dos conselhos das UCs de uso sustentável. Sem dúvida, muitas ações estão sendo feitas pela FUNDAÇÃO FLORESTAL, contribuindo para a implantação do MOJAC. Mas, entendemos que ainda está faltando muita coisa a ser feita para que a lei seja cumprida na sua totalidade, pois ainda há pelo menos 250 moradores (famílias) que permaneceram no interior do Parque Estadual do Rio Turvo e no Parque da Caverna do Diabo. Desta forma solicitamos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que sejam tomadas imediatamente estas medidas para acelerar o processo, sendo:

- 1- Criação do Grupo de Trabalho Intersecretarial imediato, para continuar a negociação;
- 2- Aquisição de áreas conforme já apresentado, fora do MOJAC para a imediata realocação dos moradores que ainda residem no Parque e que quiserem sair, através de recursos de compensações ambientais já disponíveis segundo a própria Fundação Florestal;
- 3- Negociação imediata com os moradores do Parque que queiram ser indenizados e irem para outras localidades;
- 4- Início imediato da discussão e elaboração do Plano de Manejo do MOJAC;
- 5- Destinação de um procurador do estado para agilizar os processos de arrecadação de terras ocupadas irregularmente no MOJAC por fazendeiros de Curitiba e São Paulo, que criam gado e búfalos, para destinar estas terras para a realocação dos moradores dos Parques Rio Turvo e Caverna do Diabo;
- 6- Suspensão imediata das ações por crime ambiental contra os moradores – agricultores familiares do Mosaico do Jacupiranga, que correm na Comarca de Jacupiranga, para que sejam feitos acordos, para evitar demolições e expulsões dos agricultores familiares do MOJAC;
- 7- Contratação através de concurso público de recursos humanos para atender a demanda do MOJAC, com a infra-estrutura necessária para desenvolver as atividades pertinentes em cada UC. (veículos e outros);

- 8- Gestão junto à empresa ELEKTRO para acelerar o atendimento dos mais de 700 pedidos que ainda aguardam ligação dentro do programa luz para todos;
- 9- Destinação de recursos financeiros para implantação dos planos de manejo das RDS, APAs e dos Parques;
- 10- Criação e implantação de programas ou políticas públicas de pagamento por serviços ambientais para a agricultura familiar, especialmente aos residentes no MOJAC;
- 11- Abertura de um escritório do órgão licenciador mais próximo da população residente nas UCs de uso sustentável de Cajati e Barra do Turvo;
- 12- Revisão dos limites do Parque em alguns Bairros.

Solicitamos a presença do Senhor Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no Dia 14 de Março de 2011, a partir das 14h00min, no Núcleo Cedro, Próximo a Praça do Pedágio, no Bairro Rio Turvo, município de Barra do Turvo / SP.

Sem mais.

Atenciosamente.

Moradores do Parque Estadual do Rio Turvo e Parque da Caverna do Diabo
Mosaico do Jacupiranga

Anexo 05 - TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL

MINUTA FINAL

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO FLORESTAL E OS MORADORES TRADICIONAIS CADASTRADOS NO PARQUE ESTADUAL DO RIO TURVO EM OBSERVAÇÃO AO QUE DISPÕE A LEI Nº 9.985/2000, ESPECIALMENTE O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 42, COMBINADO COM O ARTIGO 3º E PARÁGRAFOS DO DECRETO Nº 4.340/2002, E LEI 12.810 QUE CRIOU O MOSICO DO JACUPIRANGA E DECRETO FEDERAL Nº 6.040/ 2007.

De um lado, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente pessoa jurídica de direito público interno, representado por seu Secretário Francisco Graziano, tendo como órgão executor a Fundação Florestal, doravante designado SMA/FF, com sede nesta capital, na Rua do Horto nº 931, neste ato representado por seu Diretor Geral, José Amaral Wagner Neto; e de outro lado o Sr. _____, _____ (profissão/atividade), portador do documento de identidade n.º _____, morador tradicional do interior do(a) _____ (Unidade de Conservação), residente _____ (Bairro/Localidade), na área identificada sob as coordenadas geográficas UTM (W) _____ (S) _____, no município de _____; que de comum acordo celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente Termo de Compromisso Ambiental tem por finalidade dar cumprimento às normas estabelecidas na Portaria FF nº _____ que estabeleceram as adequações dispostas no artigo 42 da Lei nº 9.985/00 e art. 39 e parágrafos do Decreto nº 4.340/02, quanto à compatibilização do uso e ocupação das áreas pelos moradores tradicionais, e os objetivos da Unidade de Conservação. Entendendo -se por morador tradicional o que esta descrito no artigo 3º do decreto federal Nº 6.040/ 2007, I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

DA IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO

CLÁUSULA 2ª - A área de..... há onde o Sr. _____ e sua família residem está situada no bairro _____, _____ perímetro do município de _____, possui _____ m² de área construída, sendo composta de _____ cômodos e mais _____ benfeitorias externas a essa, conforme informação constante no Cadastro Geral de Ocupantes da Unidade de Conservação, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

Declara como seus dependentes:

Nome	Idade	Grau de Parentesco
1.		

DOS DIREITOS E DEVERES DO MORADOR

CLÁUSULA 3ª - São direitos e deveres do morador tradicional, definidos pelo Nº 6.040/ Fevereiro de 2007, que cria a política nacional dos povos tradicionais.

I - São direitos do morador tradicional:

a- Permanecer na área de sua ocupação até a sua realocação, reassentamento ou indenização pelo órgão competente, cumprindo as cláusulas deste TCA.

b - Realizar atividades necessárias a sua subsistência tradicional, tais como: plantio, criação de animais (bovinos, eqüinos, suínos, aves e muare), reformas, reparos, construções e reconstruções, estabelecidos por este termo.

c - Ser informado sobre as normas, planos, programas e projetos incidentes sobre a área de sua ocupação, opinando quando couber.

II - São deveres e direitos do morador tradicional:

a- Controlar a circulação dos animais domésticos dentro de sua área de ocupação, sendo sua responsabilidade o controle de doenças e aplicação regular das vacinas. **b-** Levar ao conhecimento à administração da Unidade, sobre a circulação de pessoas estranhas no local. **c** – Levar ao conhecimento aos seus dependentes e visitantes a orientação ambiental estabelecida neste termo de compromisso e as restrições incidentes na unidade como, por exemplo, portar armas, animais domésticos, apetrechos ou equipamentos de caça e pesca, bem como o uso de veículos esportivos motorizados, entre outros. **e** - Em casos de emergência, como aqueles causados por eventos naturais, onde estejam em risco a integridade física do ocupante e de seus dependentes ou impedindo o acesso à sua área de ocupação, na impossibilidade, comprovada, de comunicação prévia, deverá o ocupante fazê-lo à administração da Unidade imediatamente após as medidas necessárias adotadas.

f - Os casos emergenciais, passíveis de comunicação prévia, terão prazo diferenciado de análise, de acordo com a urgência requerida, considerando os aspectos relacionados à salubridade, à integridade física e a acessibilidade.

g – Ter a garantia da manutenção de acesso onde residem, desde que autorizado pelo órgão gestor em comum acordo com a comunidade local.

DOS DIREITOS E DEVERES DA FUNDAÇÃO FLORESTAL

CLÁUSULA 4ª - São direitos e deveres da Fundação Florestal:

a – Monitorar, fiscalizar e exigir o cumprimento do presente Termo de Compromisso no seu inteiro teor.

b- Revisar anualmente a eficácia do Termo de Compromisso Ambiental, com referência aos objetivos de conservação da unidade e às necessidades de subsistência dos moradores.

c- Analisar e se manifestar tecnicamente sobre os requerimentos para obras e atividades a serem realizadas pelos moradores tradicionais, num prazo de sessenta dias a contar da data da entrega de todos os documentos e informações necessárias à análise, se no prazo acima não houver a manifestação do órgão gestor, considera-se aprovado.

d- Informar aos moradores sobre as normas, planos, programas e projetos incidentes sobre a área de ocupação tradicional bem como eventuais alterações que se façam necessárias no presente Termo e seus anexos, desde que ouvido o conselho do PERT.

e- A Fundação Florestal deverá em dois anos, indenizar realocar ou reassentar Os moradores signatários deste termo de compromisso ambiental.

DAS AUTORIZAÇÕES PREVISTAS

CLÁUSULA 5ª - O morador tradicional parte do presente Termo de Compromisso, fica autorizado juntamente com seus dependentes, identificado na cláusula 2ª, a exercer as seguintes atividades de subsistência, desde que a área objeto da atividade não esteja embargada:- Roçada de vegetação em estágio pioneiro (Considera-se vegetação pioneira, aquela que tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos. O estrato arbustivo pode ser aberto ou fechado, com tendência a apresentar altura dos indivíduos das espécies dominantes uniforme, geralmente até 2 metros. Os arbustos apresentam ao redor de 2 cm como diâmetro do caule ao nível do solo e não geram produto lenhoso. Não ocorrem epífitas. Trepadeiras podem ou não estar presentes e, se presentes, são geralmente herbáceas. A camada de serrapilheira, se presente, é descontínua e/ou incipiente. As espécies vegetais mais abundantes são tipicamente heliófilas, incluindo forrageiras, espécies exóticas e invasoras de culturas, sendo comum ocorrência de: vassoura ou alecrim (*Baccharis spp.*), assa-peixe (*Vernonia spp.*), cambará (*Gochnatia polymorpha*), leiteiro (*Peschiera fuchsiaefolia*), maria-mole (*Guapira spp.*), mamona (*Ricinus communis*), arranha-gato (*Acácia spp.*), samambaias (*Gleichenia spp.*, *Pteridium sp.*, etc.), lobeira e Joá (*Solanum spp.*). A diversidade biológica é baixa, com poucas espécies dominante) até 2 metros de altura, conforme Resolução 01/94 conjunta SMA IBAMA, em área de até 2,4 hectares para agricultura de subsistência;

- Roçada de pasto localizados fora de APP com vegetação até 2 m (vegetação estágio pioneiro), preservando as mudas de espécies arbórea de madeiras nobres;

- Reforma de cercas das áreas de pastagem;

- Uso de madeira morta caída, desde que não seja utilizada moto-serra para o seu beneficiamento e apenas para uso na posse;

- Manutenção de acesso a posses;

- Uso de lenha para consumo próprio;

- Manutenção de curral, pocilga, mangueirão;

- Manutenção de sua residência, reformas e reparos desde que não implique no aumento da área construída.

Nos limites da legislação e estabelecidos por este instrumento.

As atividades referentes as construções e eventuais reconstruções, e outras atividades dependerão de prévia autorização do órgão gestor.

DO PRAZO E DA REVISÃO

CLÁUSULA 6ª - Este Termo de Compromisso Ambiental terá a vigência por um período de 3 anos.

Durante a vigência do Termo de Compromisso Ambiental, em havendo necessidade comprovada, o presente Termo poderá ser aditado dentro dos propósitos nele previsto, desde que ouvido o conselho consultivo do PERT.

DA SUSPENSÃO E COMUNICAÇÃO DOS FATOS ÀS AUTORIDADES

CLÁUSULA 7ª - O morador que, ciente dos compromissos assumidos junto a Fundação Florestal, deixar de cumpri-los, total ou parcialmente fica sujeito as penalidades estabelecidas na legislação ambiental vigente.

DO FORO

CLÁUSULA 8ª - Fica eleito o foro da comarca onde se situa a localidade da área de ocupação.

O presente TERMO DE COMPROMISSO, lavrado em três vias de igual teor, que lido e considerado conforme, é assinado perante as testemunhas abaixo.

São Paulo, _____/_____/_____

Diretor Executivo da Fundação Florestal

Morador

Testemunhas: